UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

GISELE DA SILVA

O IMPACTO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DE SAÚDE NO DESEMPENHO DOS HOSPITAIS PRIVADOS NO BRASIL

Florianópolis

2017

GISELE DA SILVA

O IMPACTO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DE SAÚDE NO DESEMPENHO DOS HOSPITAIS PRIVADOS NO BRASIL

Projeto de Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Wlamir Gonçalves Xavier.

Florianópolis

2017

S58 Silva, Gisele da, 1982-
O impacto das agências reguladoras de saúde no desempenho dos hospitais privados no Brasil / Gisele da Silva. – 2017.
123 f. : il. color.; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduação em Administração.
Orientação: Profa. Dr. Wlamir Gonçalves Xavier

1. Desempenho - Avaliação. 2. Agências reguladoras de atividades privadas. 3. Hospitais - Administração. I. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Brasil). II. Agência Nacional de Saúde Suplementar (Brasil). III. Xavier, Wlamir Gonçalves. II. Universidade do Sul de Santa Catarina. III. Título.

CDD (21. ed.) 658.4013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

GISELE DA SILVA

O IMPACTO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DE SAÚDE NO DESEMPENHO DOS HOSPITAIS PRIVADOS NO BRASIL

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Administração e aprovada, em sua forma final, pelo Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 30 de agosto de 2017.

_____

Professor e Orientador Wlamir Gonçalves Xavier, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

_____

Professor Carlos Rogério Montenegro de Lima, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

_____

Professora Clarissa Carneiro Mussi, Dra.
Universidade do Sul de Santa Catarina

_____

Professor Silvio Parodi Oliveira Camilo, Dr.
Universidade do Extremo Sul Catarinense

*Aos **pacientes e familiares** que buscam nas instituições hospitalares auxílio, conforto e esperanças.*
Que os conhecimentos aqui gerados sejam fragmentos de luz e motivação aos profissionais que se dedicam aos seus cuidados.
Vocês sempre serão o foco maior da minha atuação profissional.

AGRADECIMENTOS

Aos profissionais Dr. Irineu May Brodbeck *(in memoriam)* e Franklin Lindolf Bloedorn, grandes mestres inspiradores, por me guiarem na desafiadora trajetória da gestão hospitalar e me ensinarem a beleza da busca pelo crescimento profissional e pessoal. Meu eterno carinho e gratidão pelo que vocês despertaram em mim.

A minha irmã amada Ana Claudia, minha companheira de vida e meu porto seguro, por ser sempre amável e acolhedora, pelo suporte afetivo nos desafios da nossa caminhada me permitindo vivenciar um amor profundo e construtor. Você sabe... "Não me lembro mais qual foi nosso começo. Sei que não começamos pelo começo. Já era amor antes de ser" (Nolasco; Machado, 2006).

Ao meu orientador Prof. Dr. Wlamir Xavier, pelo suporte sereno e seguro, recebendo minhas ansiedades e dúvidas com gentileza e pela coragem de me estimular a trabalhar com métodos quantitativos e estatísticas. Minha admiração pelo seu profissionalismo e seus direcionamentos. Muito obrigada, mesmo.

Aos membros da banca avaliadora Prof. Dr. Carlos Montenegro e Prof. Dr. Silvio Parodi, por dedicarem tempo, atenção e seus conhecimentos para contribuírem com essa pesquisa. Me sinto imensamente privilegiada por isso. Em especial a Professora Clarissa Mussi, sempre generosa, pelo seu carinho e acolhimento às minhas dúvidas temáticas e metodológicas.

A Clarisse Lira, minha grande amiga de estudo, profissão e vida, pelo mantra: “começamos juntas, terminamos juntas” repetido nos momentos difíceis. Tenho certeza que essa troca de energia foi uma grande impulsionadora dessa conquista. “Te tenho bem guardadinha” e terás meu carinho e minha gratidão, para sempre.

Aos amigos Lauro Melo, pela parceria do início ao fim, Andréia Pandolfi, por me mostrar alguns caminhos e, Camila Duarte, pelas incansáveis revisões e incentivos. Vocês me fazem acreditar que as pessoas são altruístas e companheiras pelo simples fato de quererem ser.

RESUMO

O estudo avança na compreensão dos efeitos da regulação do setor de saúde no desempenho dos hospitais privados do Brasil. As agências reguladoras de saúde, ANS e ANVISA, fazem parte da estrutura da Administração Pública, possuem alto grau de especialização técnica e estabelece ações de controle para estimular a produção de bens e serviços públicos que garantam os interesses da população. A busca dos gestores hospitalares por modelos adequados de gestão e ferramentas de avaliação de desempenho dos hospitais, compatíveis com a complexidade do sistema de saúde suplementar ao qual estão inseridos, torna-se vital para a manutenção dos serviços. Dentro desse contexto, esta pesquisa se propõe a identificar o impacto das agências reguladoras de saúde no desempenho dos hospitais privados do Brasil. Foi empregada a lente teórica da teoria intencional (NORTH, 1990) para melhor compreender os mecanismos de institucionalização. Para tal, realizou-se uma pesquisa de método misto para: a identificação e classificação dos indicadores de desempenho hospitalar por meio de pesquisa bibliográfica; apuração e categorização das ações regulatórias da ANS e da ANVISA por meio de pesquisa documental; e a estimação do impacto gerado no desempenho hospitalar pelas ações regulatórias, por meio de pesquisa survey com os gestores hospitalares. Os resultados sugerem que as ações regulatórias geram impacto positivo no desempenho geral do hospital, conforme a percepção de 91,3% dos gestores sobre a ANVISA e 61,9% sobre a ANS. Além disso, os achados sugerem que os fatores "definições de requisitos técnicos para o funcionamento dos serviços" e os "mecanismos de fiscalização" da ANVISA, impactam negativamente no desempenho econômico financeiro. Bem como, o estabelecimento do "rol de procedimentos para cobertura" das Operadoras de saúde, impactam negativamente nas três áreas de desempenho hospitalar explorada: financeira, operacional e assistencial. Por fim, os testes estatísticos realizados na busca de diferenças de respostas dos gestores em relação ao cargo que ocupam e ao porte do hospital onde trabalham não apresentaram relações estatísticas significantes e pouco poder explicativo.

Palavras-chave: Teoria Institucional. Avaliação de desempenho. Agência reguladora. ANS. ANVISA. Hospital.

ABSTRACT

The study advances the understanding of the effects of health sector regulation on the performance of private hospitals in Brazil. Health regulatory agencies, ANS and ANVISA, are part of the Public Administration structure, possess a high degree of technical specialization and establish control actions to stimulate the production of public goods and services that guarantee the interests of the population. The search of hospital managers for appropriate management models and tools for evaluating hospital performance, compatible with the complexity of the supplementary health system to which they are inserted, is vital for the maintenance of services. Within this context, this research aims to identify the impact of health regulatory agencies on the performance of private hospitals in Brazil. The theoretical lens of intentional theory (NORTH, 1990) was used to better understand the mechanisms of institutionalization. To this end, a mixed-method study was conducted to: identify and classify hospital performance indicators through bibliographic research; determination and categorization of regulatory actions of ANS and ANVISA through documentary research; and the estimation of the impact generated in the hospital performance by the regulatory actions, through a survey with the hospital managers. The results suggest that regulatory actions generate a positive impact on the overall performance of the hospital, according to the perception of 91.3% of managers about ANVISA and 61.9% about ANS. In addition, the findings suggest that the factors "definitions of technical requirements for the operation of services" and "monitoring mechanisms" of ANVISA, have a negative impact on economic and financial performance. As well as, the establishment of the "roll of procedures for coverage" of Health Care Providers, negatively impact the three areas of hospital performance explored: financial, operational and care. Finally, the statistical tests carried out in the search for differences in the managers' responses in relation to the position they occupy and the size of the hospital where they work did not present significant statistical relationships and little explanatory power.

Keywords: Institutional Theory. Performance evaluation. Regulatory agency. ANS. ANVISA. Hospital.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percepção de impacto da categoria ANVISA 4. 104
Tabela 2 - Percepção de impacto da categoria ANS 2. 105
Tabela 3 - Percepção de impacto da categoria ANS 6. 107
Tabela 4 - Percepção de impacto da categoria ANS 10. 108
Tabela 5 - Maior percentual obtido de acordo com categorias analisadas da ANVISA. 109
Tabela 6 - Resultado de maior percentual de acordo com categorias analisadas da ANS. 111
Tabela 7 - Percentual de acordo com as variáveis da pesquisa. 113
Tabela 8 - Resultados regressão logística variável cargo (CARG) para ANS. 114
Tabela 9 - Teste qui-quadrado variável cargo (CARG) e pergunta ANS3b. 116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de cobertura dos planos de assistência médica, por localização no Brasil.... 50
Gráfico 2 - Variação anual de beneficiários e de empregos formais (Brasil - 2004-2016)..... 51
Gráfico 3 - Hospitais Brasileiros distribuídos por tipo de estabelecimento. 52
Gráfico 4 - Percentual de documentos por categorias reguladoras da ANVISA..... 95
Gráfico 5 - Percentual de documentos por categorias reguladoras da ANS..... 98
Gráfico 6 - Histograma da variável cargo (CARG)..... 114
Gráfico 7 - Histograma da variável porte hospitalar (PORT). 117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação das agências reguladoras federais existentes no Brasil. 35
Quadro 2 - Indicadores padronizados pelo Ministério da Saúde em 2002. 60
Quadro 3 - Relação dos indicadores do Programa QUALISS para hospitais da ANS. 61
Quadro 4 - Principais indicadores de desempenho hospitalar. 63
Quadro 5 - Relação entre objetivos específicos e estratégias adotadas. 67
Quadro 6 - Variáveis dependentes: Áreas de desempenho hospitalar. 70
Quadro 7 - Variáveis independentes: categorias reguladoras da ANVISA. 71
Quadro 8 - Variáveis independentes: categorias reguladoras da ANS. 73
Quadro 9 - Descritores utilizados na pesquisa 76
Quadro 10 - Resumo de todas as fontes de coleta dos dados da pesquisa. 79
Quadro 11 - Códigos referentes as categorias de análise e sentenças correspondentes. 80
Quadro 12 - Detalhamento das etapas e resultados encontrados na pesquisa 85
Quadro 13 - Portfólio bibliográfico nacional. 86
Quadro 14 - Portfólio bibliográfico internacional. 87
Quadro 15 - Distribuição dos indicadores hospitalares econômico financeiros. 89
Quadro 16 - Distribuição dos indicadores hospitalares de processos operacionais. 90
Quadro 17 - Distribuição dos indicadores hospitalares de qualidade assistencial. 91
Quadro 18 - Categorias reguladoras da ANVISA. 93
Quadro 19 - Subcategorias ANVISA (variáveis de pesquisa) e sentença correspondente. 95
Quadro 20 - Categorias reguladoras da ANS. 96
Quadro 21 - Subcategorias ANS (variáveis de pesquisa) e sentença correspondente. 98

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Princípios para atuação dos entes reguladores no Brasil. 34
Figura 2 - Cadeia de valor da ANVISA. 40
Figura 3 - Taxa de cobertura dos planos privados de saúde por Estado Brasileiro. 50
Figura 4 - Mapa da cadeia produtiva da saúde suplementar..... 53
Figura 5 - Regulação da saúde suplementar. 54
Figura 6 - Etapas da pesquisa. 66
Figura 7 - Modelo explicativo da pesquisa. 69
Figura 8 - Publicação utilizada na divulgação da pesquisa para coleta de dados. 78
Figura 9 - Percentual de contribuição dos canais de divulgação na captação da amostra. 100
Figura 10 - Distribuição dos participantes da pesquisa nos estados brasileiros de origem. ... 101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAR	Associação Brasileira das Agências de Regulação
AIR	Análise do Impacto Regulatório
ANA	Agência Nacional de Águas
ANAC	Agência Nacional da Aviação Civil
ANAHP	Associação Nacional dos Hospitais Privados
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANTAQ	Agência Nacional de Transporte Aquaviário
ANTT	Agência Nacional de Transporte Terrestre
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BSC	*Balanced Scorecard*
CID	Código Internacional de Doenças
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CRE	Conselho de Reforma do Estado
CVC	Cateter Venoso Central
DEA	*Data Envelopment Analysis*
FBH	Federação Brasileira dos Hospitais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
IPCSL	Infecção Primária de Corrente Sanguínea Laboratorial
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PRO-REG	Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação
QUALISS	Programa de Qualificação dos Prestadores de Serviços de Saúde
REFORSUS	Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde
RDC	Resoluções de Diretoria Colegiada

SNVS	Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
SUS	Sistema Único de Saúde
UTI	Unidade de terapia intensiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16
1.1 OBJETIVOS 19
1.1.1 Objetivo Geral 19
1.1.2 Objetivos Específicos 19
1.2 JUSTIFICATIVA 19
2 REFERENCIAL TEÓRICO 23
2.1 A TEORIA INSTITUCIONAL 23
2.1.1 Gestão Hospitalar e Teoria institucional 27
2.2 AMBIENTE REGULATÓRIO NO BRASIL 31
2.2.1 Agências Reguladoras do Setor de Saúde 38
2.3 O SETOR DE SAÚDE BRASILEIRO 44
2.3.1 Setor privado de saúde 48
2.4 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO HOSPITALAR. 55
2.4.1 Indicadores de desempenho hospitalar 58
3 METODOLOGIA 65
3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA 65
3.2 ESTRATÉGIA DA PESQUISA 66
3.3 OBJETO DE ESTUDO 68
3.4 *FRAMEWORK* DE PESQUISA 68
3.5 COLETA DE DADOS 75
3.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 79
4 RESULTADOS 85
4.1 OBJETIVO 1: INDICADORES DE DESEMPENHO HOSPITALAR 85
4.2 OBJETIVO 2: AÇÕES DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DE SAÚDE 92
4.3 OBJETIVO 3: IMPACTO GERADO NO DESEMPENHO DOS HOSPITAIS 100
4.3.1 Estatística descritiva 100
4.3.2 Discussão dos resultados 108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 118
5.1 LIMITAÇÕES DO TRABALHO E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS 120
REFERÊNCIAS 122
APÊNDICES 134
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESPECIALISTAS 135

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO PARA COLETA DE DADOS 136
APÊNCICE C – NORMATIVAS DA ANVISA E SUAS CLASSIFFICAÇÕES 146
APENDICE D – NORMATIVAS DA ANS E SUAS CLASSIFICAÇÕES 182

1 INTRODUÇÃO

O processo de regulação do Estado está presente em grande parte das atividades cotidianas das sociedades. Muitos dos serviços que se utiliza hoje possuem padrões de qualidade e preços controlados pelo governo, exercendo a interferência do Estado com a regulação dos processos e das relações entre as empresas (independente do capital social – públicas ou privadas) e os consumidores finais.

Com o processo de privatização de serviços de infraestrutura no Brasil, sejam eles de energia elétrica, transporte, telecomunicações, e até mesmo da saúde, o governo concede à iniciativa privada a execução de serviços essenciais ao bem-estar da população, permitindo que esse mercado seja explorado por empresas. Entretanto, apesar dessa concessão, o governo mantém a responsabilidade de garantir que os interesses da população sejam atendidos e para isso, estabelece ações de controle e regulação.

Essa regulação estatal foi prevista pela Constituição Federal de 1988, que aprova a entrada de empresas privadas na prestação de serviços públicos. Ao estabelecer a necessidade de criação de um marco regulatório que promova um conjunto de ações do Estado, envolvendo a criação de normas, mecanismos de controle e fiscalização de segmentos de mercado, o governo determina a criação das agências reguladoras, impondo com força de lei, obrigações aos cidadãos e às empresas.

O objetivo maior do Estado com a criação das agências reguladoras é estimular a produção de bens e serviços públicos que garantam a universalização, um custo acessível para população em geral e um bom padrão de qualidade. Assim, as funções básicas da regulação costumam se concentrar em três pontos: preços, qualidade e condições de entrada e saída das empresas no segmento de mercado, garantindo um ambiente de competição.

No setor de saúde, a Carta Magna estabelece em seu artigo 199 que “a assistência à saúde é livre à iniciativa privada”, e dessa forma não se configura como bem ou serviço sob domínio exclusivo do Estado, garantindo o estabelecimento de um segmento de mercado chamado de saúde suplementar, em seus diferentes níveis do processo produtivo: planos de saúde, hospitais privados, clientes e fornecedores. Então, os modelos de saúde existentes hoje no Brasil, públicos ou privados, decorrem das respostas que o governo e a sociedade foram encontrando para alcançarem melhorias dos níveis de saúde da população.

A coexistência de um mercado privado com o sistema de saúde pública, demandando a implementação de instrumentos e mecanismos regulatórios capazes de

acompanhar as relações entre os prestadores de serviço, as operadoras de planos de saúde e a população. Com esse foco de regulação, conta-se atualmente com duas agências reguladoras de saúde: a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Agência Nacional de Saúde (ANS).

É possível afirmar que a ANVISA defende, desde a sua criação em 1999, instituída por meio da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o interesse público e deve perseguir ao exercer seu poder de polícia, um padrão de qualidade e segurança dos serviços de saúde. A agência atua no controle de bens de consumo e prestação de serviços que se relacionam com a saúde, tendo a finalidade maior de proteger a população contra riscos e danos decorrentes destas atividades (BRASIL, 1999).

A ANS conforme art. 3º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, tem por função institucional contribuir com o desenvolvimento das ações de saúde no país, com a promoção da defesa dos interesses públicos no segmento de saúde suplementar, focando suas ações na regulação das operadoras de planos de saúde, e suas relações com os prestadores e consumidores.

A Federação Brasileira de Hospitais (FBH) define saúde suplementar como todo atendimento de saúde em caráter privado, realizado ou não por meio de um contrato com um plano de saúde. Dentro do cenário da Saúde Suplementar no Brasil estão presentes o governo representado por três pilares: Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, além das operadoras de planos privados, as seguradoras e os prestadores de serviço de assistência à saúde (hospitais e demais estabelecimentos de saúde).

O segmento de mercado da saúde suplementar é altamente competitivo e enfrenta desafios com o acelerado avanço tecnológico, a busca por processos de alta qualidade e o atendimento das exigências regulatórias criadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras de saúde. Essas exigências por vezes crescem de forma desproporcional aos recursos financeiros disponíveis aos hospitais. Com esse foco, a FBH reforça a preocupação sobre a atual situação financeira dos hospitais, causada pela diferença entre o custo real dos procedimentos e a quantia paga pelo Governo Federal, referentes aos atendimentos dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) ou pelas operadoras de planos de saúde.

Com o foco dos gestores da saúde privada voltado para a situação financeira dos hospitais, associado a busca dos clientes por serviços de qualidade, a utilização racional dos recursos deve ser o novo desafio para todos os agentes envolvidos nessa cadeia produtiva. Nesse cenário, métodos de avaliação de desempenho dos hospitais devem ser incorporados para o

acompanhamento da eficiência processual e da qualidade dos serviços prestados, buscando a melhoria das negociações comerciais com as operadoras de planos de saúde e o maior equilíbrio dos custos da operação.

De acordo com Pace, Basso e Silva (2003), a análise e a mensuração de desempenho podem ser definidas como o processo de se quantificar uma ação originadora desse desempenho. Barbosa, Souza e Santos (2015) revelam que os métodos de avaliação de desempenho que agregavam perspectivas financeiras e operacionais passaram a ser criticados por não serem suficientes para a compreensão do desempenho hospitalar. Os processos de qualidade assistencial precisam ser considerados, entre eles o cumprimento das medidas regulatórias das agências de saúde, que por vezes são negligenciadas devido os custos envolvidos em sua implantação.

A legislação brasileira é complexa. Diariamente, os diários oficiais da união, dos Estados e dos Municípios publicam leis, regulamentos, decretos, instruções normativas e outros documentos delimitando conceitos e determinando exigências sobre as diversas áreas de conhecimento necessárias para prestação de assistência à saúde. Desde os insumos, equipamentos, atuação profissional, até as barreiras de contenção dos riscos e o descarte de resíduos originados dessa prática. Hoje no Brasil, conta-se com mais de 1000 documentos regulatórios que precisam ser considerados, para o funcionamento de um hospital de alta complexidade.

Para acompanhar tal legislação, os gestores precisam investir em atualizações das equipes e constantes adequações dos processos hospitalares. Além disso, os cálculos dos custos reais dos procedimentos de assistência à saúde, ficam rapidamente desatualizados com as inovações tecnológicas adotadas e as exigências legais inseridas, originando frequentes negociações comerciais com as fontes pagadoras. Assim funciona a busca pela sustentabilidade dos hospitais, um equilíbrio entre o nível de qualidade, inovação tecnológica e segurança do serviço oferecido com o valor financeiro efetivamente recebido.

Além das pressões exercidas pela regulação setorial e pela competitividade de mercado, devido a diversidade de suas atividades, os hospitais possuem uma pluralidade de profissionais reunidos, de diferentes linhas de conhecimento, trabalhando no mesmo ambiente. Essa diversidade de classes profissionais, contribuem para aumentar as pressões que influenciam os gestores hospitalares nas decisões tomadas, visando a sobrevivência dessas instituições. Esses mecanismos podem ser analisados à luz dos conceitos da Teoria Institucional explorada por Dimaggio e Powell (1983), North (1992) e Tolbert e Zucker (1999).

Apesar da evolução no conceito do "Hospital-Empresa" (LIMA-GONÇALVES; ACHÉ, 1999), ainda são grandes os desafios dos hospitais brasileiros na busca por uma gestão preparada para enfrentar a complexidade no qual essas instituições desempenham suas funções. Dessa forma, conhecer os fatores que impactam no desempenho dos hospitais e desenvolver mecanismos para melhorar a sua gestão, se tornam importantes ferramentas estratégicas.

Diante das reflexões abordadas sobre os desafios dos serviços de saúde prestados por hospitais privados e a atuação das agências reguladoras de saúde, surge a pergunta norteadora desse estudo: **Qual o impacto das agências reguladoras de saúde no desempenho dos hospitais privados no Brasil?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo, desenhado para responder a problemática explorada na pergunta de pesquisa, é: identificar o impacto das agências reguladoras de saúde no desempenho dos hospitais privados do Brasil.

1.1.2 Objetivos Específicos

a. Identificar os indicadores de desempenho hospitalar.
b. Apurar e categorizar as ações das agências reguladoras que possam impactar no desempenho dos hospitais.
c. Estimar o efeito das ações das agências reguladoras no desempenho dos hospitais na perspectiva dos gestores hospitalares.

1.2 JUSTIFICATIVA

A relevância deste estudo está centrada na análise da influência do governo, representado pelas agências reguladoras de saúde, no desempenho dos hospitais privados brasileiros, contribuindo para o entendimento dos mecanismos regulatórios e os impactos gerados por estes. Essa temática envolve o interesse de no mínimo três atores envolvidos nessa cadeia: os hospitais, o estado e a população. Conhecer o impacto regulatório possibilita aos gestores da área a formulação de estratégias direcionadas ao manejo desses efeitos, às Agências reguladoras um melhor entendimento da sua atuação para a elaboração das novas ações ou o

aprimoramento das já existentes, além de auxiliar a população na construção do conhecimento, sobre os efeitos gerados pelo próprio estado no desempenho dos prestadores de serviços de uma área de grande interesse: a saúde.

As ações regulatórias do estado geram consequências para a sociedade e a economia do país (COELHO; PECI, 2011). Esses feitos podem ser positivos, como a resolução de problemas sociais, ou negativos como a geração de custos desnecessários. Buscando minimizar os possíveis efeitos negativos, estabelece-se o debate a respeito da necessidade de uma reforma regulatória, estimulando a tomada de decisão nesse campo pautada em análise racional e não apenas política (ZANATTA, 2013). Esse processo deve contemplar todos os atores envolvidos, com vistas a dar maiores suporte, transparência e legitimidade às decisões das políticas reguladoras (LIMA, 2010).

Pesquisas sobre o impacto regulatório de diversas áreas vem sendo publicadas, revelando o interesse de pesquisadores no entendimento da intervenção do estado: Castro (2000), Sampaio (2015) explora o setor de transportes; Bauer (2005) a área de telecomunicações, Loch (2016), o desempenho de empresas de distribuição de energia elétrica.

Na área da saúde os pesquisadores direcionam estudos no entendimento da conformação do mercado de saúde e aspectos regulatórios como os estudos de Vilarins, Shimizui e Gutierrez (2012), Zanatta (2013), Alves (2015), Barbosa Pinheiro et al (2015), Silva e Rodrigues (2015). Cabe ressaltar que nenhuma pesquisa sobre regulação da área da saúde localizada, direcionou o foco do estudo para a relação das variáveis regulação e desempenho hospitalar, dificultando a análise comparativa dessa pesquisa, mas despertando interesse na construção do conhecimento ainda pouco explorado dessa área, refletindo à originalidade do recorte adotado nesse estudo.

Para entender a relevância temática dessa pesquisa é necessário conhecer o cenário da saúde suplementar, onde atualmente os planos e seguros privados de assistência à saúde configuram, de acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS, 2003), “o segundo lugar mundial entre os maiores sistemas privados de saúde do mundo”. São aproximadamente 6.712 hospitais distribuídos pelo território nacional, sendo 70% destes hospitais privados e 1.293 operadoras de planos de saúde cadastradas na ANS, 802 destas localizadas na região sudeste do país, conforme dados divulgados pela ANS em seu *site* oficial, em janeiro de 2017. Esse mercado atende em média um quarto da população brasileira, e o seu faturamento anual está próximo ao do orçamento federal para a saúde pública, sendo um setor representativo no Brasil, em função principalmente da sua abrangência em termos de população atendida, da infraestrutura de serviços instalada e dos recursos financeiros movimentados.

Pesquisa realizada e publicada pela Associação Nacional de Hospitais Privados (ANAHP), em 2013 mostrou que se o número de usuários com convênio médico crescesse 2,1% ao ano, os hospitais precisariam ter até 2016 mais 13,7 mil novos leitos com investimento de R$ 4,3 bilhões. Essas projeções foram baseadas no histórico do setor de planos de saúde que, no período de 2010 a 2013, registrou crescimento entre 2,5% e 3,7% por ano (ANAHP, 2013).

Porém, com a atual crise econômica do Brasil, os dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no final de setembro de 2016, informam que o número de desempregados atingiu a marca de 12 milhões. O segmento de saúde suplementar, conforme divulgação da ANS, perdeu 1,5 milhão de beneficiários de planos de saúde entre os anos de 2015 e 2016. Em entrevista à Revista Panorama ANAHP, publicada em dezembro de 2016, Solange Beatriz Palheiro Mendes - Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar (Fenasaúde) - declara que, associado ao comportamento da economia com a redução do número de empregos e a diminuição de renda da população, o cenário econômico acentuou os problemas estruturais do setor da saúde suplementar com a saída de muitos beneficiários. A executiva ressalta que, entre 2007 e 2016, as operadoras de planos de saúde registraram seis anos de resultados negativos, ao mesmo tempo em que enfrentaram o crescimento das despesas assistenciais, atingindo em 2015, R$127,5 bilhões apenas em planos médico-hospitalares.

O principal impacto dessa situação acontece na perda da economia de escala tanto para as operadoras de planos de saúde quanto para os hospitais, que não conseguem diluir os custos com a perda de beneficiários. A dificuldade de repassar o aumento da mensalidade aos usuários devido a regulação da ANS sobre os preços praticados, aumenta a pressão econômica gerada alcançando os hospitais prestadores de serviços, que sofrem com o avanço dos custos e expectativas por melhores práticas, diminuição de atendimentos e margem de reajustes dos preços praticados bastante reduzidas.

Dessa forma, cresce o interesse dos gestores hospitalares por modelos adequados de gestão, estratégias empresariais e ferramentas de avaliação de desempenho dos hospitais, compatíveis com a complexidade dessas organizações. Em busca da sobrevivência, diante desse cenário difícil que o setor atravessa, a avaliação de desempenho vem se transformando em importante instrumento de medição e controle da gestão, servindo como apoio aos gestores na busca de maior eficiência nas suas tomadas de decisão.

O trabalho de Bonacim e Araújo (2011), sobre avaliação de desempenho econômico-financeiro dos serviços de saúde revelou que esse tema vem assumindo um papel de destaque mundial, exigindo dos gestores novos desafios na busca contínua da eficiência e

eficácia das atividades. Apesar disso, Cunha e Correa (2013), afirmam que em 70 hospitais estudados na pesquisa de campo realizada, não havia grande disponibilidade de informações gerenciais nos hospitais brasileiros.

Lorenzetti et al. (2014), em pesquisa realizada com gestores de hospitais públicos e privados do Brasil, afirmam que o maior risco na assistência em saúde no Brasil é a consolidação de dois subsistemas, com lógicas e referências contraditórias; o público (SUS), para a maioria menos favorecida e o privado, para os setores mais favorecidos. Responder as expectativas e necessidades de saúde da população, "é um anseio dos brasileiros e uma missão para os gestores". O estudo mostrou, também, que investigar o que pensam os gestores dos serviços de saúde é um caminho promissor para o entendimento dos problemas.

Assim, analisar o impacto da intervenção do Estado, pelas ações das agências reguladoras de saúde no desempenho dos hospitais privados, foca na construção de conhecimento desse tema e reforça a relevância desta pesquisa. Acredita-se que ao conhecer o impacto gerado pela regulação, os gestores possam desenvolver estratégias para que os efeitos sejam benéficos para os hospitais, contribuindo para o amadurecimento de toda a cadeia produtiva envolvida nesse segmento.

A vivência prática da pesquisadora na gestão hospitalar, experimentando toda a complexidade desse segmento também serviu de motivação para a escolha do tema e o entendimento dessas relações: de um lado as exigentes regulamentações por qualidade e segurança na assistência à saúde, fiscalizadas pela ANVISA, além do paciente com a expectativa da utilização de materiais e equipamentos de ponta, e do outro o cenário econômico difícil e a relação comercial entre hospitais privados e as operadoras de planos de saúde, regulada pela ANS.

Ainda, cabe ressaltar que o tema contribui com o desafio de mapear os reais impactos das agências reguladoras de saúde observados no desempenho dos hospitais, temática explorada pelas agências reguladoras de saúde na busca da construção de um modelo de regulação sustentável (ANVISA, 2017; ANS, 2017), tanto na qualidade dos serviços quanto dos preços equilibrados, que defenda as necessidades dos consumidores, hospitais e empresas, envolvidos nesse processo.

Para finalizar, ao entender as particularidades das organizações hospitalares se pode considerar os conceitos da Teoria Institucional, permeando o reconhecimento dos mecanismos que influenciam as transformações dos hospitais. Essa relação vem chamando a atenção de alguns autores nos últimos anos (MISOCZKY, 2005; SILVA; DANI; SANTOS, 2016) e pode ser melhor explorada na área da saúde.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentadas as referências bibliográficas e teorias relacionadas a este estudo. Inicialmente será explorada a teoria institucional, com vistas ao entendimento do comportamento das organizações e da sociedade, bem como suas interações no contexto cultural e político. Na sequência, descreve-se o ambiente regulatório da saúde no Brasil e as atividades das agências reguladoras desta área. Após, trata-se de conceitos que direcionam o entendimento sobre a avaliação de desempenho das empresas e especificamente a avaliação de desempenho dos hospitais. Por fim, para o alcance do entendimento do principal objetivo da pesquisa, este capítulo aborda aspectos já conhecidos sobre a relação do desempenho das empresas com as ações normativas das agências reguladoras.

2.1 A TEORIA INSTITUCIONAL

Muitas são as correntes teóricas que discutem a relação das organizações com o ambiente em que estão inseridas e como este influencia sua estrutura, cultura, estratégias adotadas e consequentemente seu desempenho. Como exemplo dessas correntes, encontram-se as contribuições das escolas da teoria sistêmica, teoria contingencial, teoria ecológica e a teoria da dependência de recursos.

Para Peci (2006), o conceito de "instituição" há tempo vem sendo explorado em muitos estudos organizacionais e sociológicos. O autor cita Everett Hughes com um dos primeiros estudiosos a empregar o conceito de instituição, definindo a instituição como um "empreendimento social implementado de maneira esperada e permanente" (HUGHES, 1942, p. 307 apud PECI, 2006). Apoiando essa construção conceitual Conceição (2002), em sua pesquisa sobre o conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas, reforça o conceito de instituição do autor Thorsten Veblem, conhecido como velho institucionalista, que pode ser resumido como "um conjunto de normas, valores e regras e sua evolução" (CONCEIÇÃO, 2002, p. 122).

Considerando o enfoque econômico, no conhecido artigo *Institutions,* Douglass C. North diz que instituições são definidas como restrições humanamente planejadas que estruturam interações políticas, econômicas e sociais. Consistem em restrições informais como as sanções, tabus, costumes e regras formais como constituições, leis, direitos de propriedade (NORTH, 1992).

Analisando a teoria institucional sob a ótica da corrente econômica, que segundo Loch (2016), foi fortemente explorada por Ronald Coase (1937), Douglass North (1992) e Oliver Williamson (1985), entende-se o institucionalismo sob uma linha de racionalidade econômica, custos de transação e foco na eficiência. Seu foco fortalece a função do Estado na aplicação de regras formalmente estabelecidas. (LOCH, 2016).

A Teoria Institucional foi impulsionada pelos escritos de Meyer e Rowan (1977) sobre o institucionalismo. Segundo os autores, as organizações acabam por incorporar as práticas e procedimentos definidos pelos conceitos que predominam no ambiente organizacional e que estejam institucionalizados na sociedade em que estão inseridas. Dessa forma, as regras institucionais funcionam como "mitos" que as organizações absorvem, ganhando "legitimidade, recursos, estabilidade e melhores perspectivas de sobrevivência" (MEYER; ROWAN, 1977, p. 340).

Para Meyer e Rowan (1977) é comum que as organizações se estruturem de acordo com as características dos mitos do ambiente, tornando-se isomórficas com eles, ou seja, similares ou homogeneizadas. Dessa forma, pode-se entender isomorfismo como a característica das organizações de se tornarem idênticas com o ambiente em que participam, devido às relações de dependências técnicas e o intercâmbio de conhecimento existente. Depois de um certo tempo as pressões institucionais podem resultar em práticas isomórficas ou similares, fazendo com que os modelos adotados em uma organização ou um setor, sejam adotados pela maioria, com o principal objetivo de sobrevivência.

Os autores Machado-da-Silva e Fonseca (1996), ao discutir sobre competitividade, contribuem com o entendimento das diferenças de abordagens entre as linhas teóricas. As correntes ecológica e econômica, concentram-se na avaliação da eficiência de aspectos organizacionais restringindo o seu tratamento do ambiente aos limites do mercado não dando a devida importância no poder das "pressões" que os rodeiam. Já a abordagem institucional tenta transpor o foco para essa direção, ao privilegiar a influência de elementos culturais socialmente construídos no estabelecimento das relações competitivas que aí se desenrolam (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA, 1996).

Posteriormente, a influência das instituições na vida dos indivíduos e organizações foram investigadas sob a luz de diversas óticas da Teoria Institucional, originando uma série de abordagens institucionalistas. (DIMAGGIO; POWELL, 1983; NORTH, 1992; TOLBERT, P.; ZUCKER, 1999).

Ainda hoje, observa-se um atual interesse dos pesquisadores sobre o tema no cenário brasileiro por meio dos estudos de Oliveira et al. (2012); De Lima et al. (2016);

Colalillo, Dias e Walchhutter (2015), e no internacional pelos estudos de Meyer e Hollerer (2014); Rottig (2016). Tal fato pode ser explicado pelas possibilidades que essa teoria fornece no entendimento de como as pressões institucionais do ambiente exercem efeitos sobre as organizações. Além disso, esses autores vêm elucidando não apenas a influência de elementos institucionalizados no cotidiano das organizações e da sociedade, mas também o modo como estes se originam e se modificam de forma histórica.

O artigo de Meyer e Höllerer (2014), ao discutir a necessidade de realinhar os estudos da teoria institucional, afirma concordar que a organização tem que desempenhar um papel central na pesquisa organizacional. No estudo, A Natureza Recursiva da Mudança Institucional (tradução do autor), Clemente (2017) enfatiza as organizações e seu papel fundamental em influenciar os fatores que fazem história. O autor afirma que as organizações instanciam as instituições e suas lógicas e fazem escolhas coletivas que podem perturbar o equilíbrio histórico.

Assim, a Teoria Institucional explora uma explicação do processo de similaridade (Isomorfismo) e estabilidade de formações organizacionais em uma dada população ou área de interesse organizacional, não sendo comumente vista apenas como uma teoria de mudança organizacional (GREENWOOD; HININGS, 1996).

Os processos de alterações isomórficas ocorrem por meio de três mecanismos tipificados por DiMaggio e Powell (1983): Isomorfismo Coercitivo, que decorre da influência política e do problema de legitimidade; Isomorfismo Mimético, resultante da padronização de respostas à incerteza; e, por fim, Isomorfismo Normativo, associado com profissionalização. Os autores ressaltam que esta tipologia é feita para fins analíticos e que nem sempre os fenômenos são tão distintos na análise empírica.

O Isomorfismo Coercitivo é o resultado de pressões formais e informais exercidas sobre organizações pelas expectativas culturais da sociedade em que as organizações atuam e por outras organizações das quais elas dependem (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Ou seja, é o evento pelo qual as organizações se adequam aos requisitos regulamentares governamentais e às expectativas culturais que podem impor uniformidade às organizações.

Nesse entendimento Carvalho, Vieira e Goulart (2005) reforçam que o isomorfismo coercitivo se refere a regulamentações, equivalentes a uma base legal, e as organizações se legitimam pela conformidade com as leis exigidas para sua área de atuação; sendo assim, refere-se principalmente a pressões relacionadas ao Estado. O entendimento desse conceito teórico caminha alinhado com o objetivo principal desse estudo.

O isomorfismo coercitivo explica que a imposição de uniformidade e estruturas organizacionais podem ocorrer pela força ou pela autoridade legítima. Segundo Kelm et al. (2014), embora seja socialmente aceito que o Estado é o único órgão autorizado a realizar essa imposição, é possível que a pressão ocorra por meio da institucionalização de uma autoridade simbolicamente percebida como legítima, de modo a gerar menor resistência.

Os autores Colalillo, Dias e Walchhütter (2015), em pesquisa sobre a teoria institucional e seus reflexos nas universidades, acrescentam que devido a exigência do mercado por maiores capacitações e habilidades técnicas e a dificuldade do sistema vigente de acompanhar de forma adequada as demandas desse mercado, é possível prever tensões na relação entre aprendizagem e qualificação profissional. A pesquisa explicita a influência do meio social em que a empresa está envolvida e a necessidade de adaptar-se às exigências externas para permanecer viva.

Reforçando esse conceito, De Lima et al. (2016) em conclusão da pesquisa realizada com os fundos de pensão brasileiros, a luz da Teoria Institucional, as práticas principalmente adotadas e divulgadas por estes investimentos decorrem de pressões coercitivas e culturais explicadas pelos principais isomorfismos identificados: coercitivo e mimético, ressaltando a importância das instituições reguladoras.

De acordo com Dimaggio e Powell (1983, p. 151), “a incerteza é uma poderosa força para incentivar a imitação”. Essa afirmação reforça o conceito de Isomorfismo Mimético, entendido como um processo de similaridade resultante de respostas padronizadas entre organizações, num ambiente de incertezas, ou seja, quando as inovações não são bem compreendidas, e os benefícios trazidos com a sua adoção ainda não são claramente conhecidos (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

De forma prática, Kelm et al. (2014) exemplificam que o isomorfismo mimético ocorre quando os gestores copiam estratégias e modelos estruturais implantados pelos concorrentes, com o objetivo de alcançar os mesmos resultados por eles conquistados, além de minimizar os riscos da incerteza. Desse modo, os gestores implementam processos semelhantes a fim de favorecer o seu funcionamento a partir de regras socialmente aceitas. Dimaggio e Powell (1983) reforçam ainda que as instituições mais antigas e legítimas são tidas como modelo pelas novas do seu ramo de atuação.

Já o isomorfismo normativo é aquele processo de similaridade associado ao grau de profissionalização das organizações. Está relacionado a educação formal, disseminação de conhecimento por especialistas e na definição de métodos de trabalho para estabelecimento da legitimidade. Dessa forma, o processo de compartilhamento e a especialização de um conjunto

de normas e rotinas de trabalho, de um determinado grupo profissional ou ocupação, possibilitam a ocorrência do isomorfismo normativo, com a homogeneidade das normas aplicadas (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

Segundo Carvalho, Vieira e Goulart (2005), os aspectos normativos da Teoria Institucional refletem fundamentalmente conceitos do que é aceito como moral, sendo a legitimidade de uma organização baseada em sua adesão a normas estabelecidas como padrões de comportamento, na sociedade em que estão inseridas. Para Dimaggio e Powell, uma origem importante de isomorfismo normativo é o compartilhamento de profissionais, devido ao giro de especialistas em empresas do mesmo setor por exemplo (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

Ao descrever as várias características institucionais idiossincráticas dos mercados emergentes e reforçar os conceitos defendidos pela teoria institucional, Rottig (2016) afirma que a teoria institucional sugere que a estrutura e as ações de uma organização são afetadas pelo ambiente social que a circunda. Dessa forma, o ambiente social da organização é formado pela sociedade, como os governos federal e local, autoridades reguladoras, fornecedores, clientes, comunidade financeira, público em geral e outras organizações (ROTTIG, 2016).

Ao considerar os entendimentos trazidos pelos conceitos dos isomorfismos coercitivo, mimético e normativo pode-se sugerir que as pressões são ocasionadas por ações e medidas legais (coercitivo), de aspectos culturais reconhecidos (miméticos) ou de origem moral (normativos). Assim, a Teoria Institucional coloca foco na atuação das organizações no processo de institucionalização, não reagindo apenas de forma passiva as determinações institucionais, mas atuando como um agente ativo que pode participar de sua composição e escolher como reagirá a elas.

Ao entrelaçar conceitos da teoria institucional com foco nos agentes reguladores e as pressões que estes exercem no funcionamento das organizações, com os conceitos de avaliação de desempenho, reforça-se a necessidade de se explorar pesquisas que descrevam os possíveis impactos dessa relação e de que forma as empresas reagem a eles. Tema esse abordado no presente estudo.

2.1.1 Gestão Hospitalar e Teoria institucional

Ao iniciar qualquer análise sobre a atividade de uma instituição hospitalar é de fundamental importância primeiramente destacar as particularidades e complexidades dessas instituições, além do papel que elas exercem em nossa sociedade.

Dentro desse enfoque, cabe resgatar a definição de Hospital publicada pelo Ministério da Saúde em 1977, destacando as variadas funções que já eram atribuídas a estas instituições:

> É parte integrante de uma organização médica e social, cuja função básica consiste em proporcionar à população assistência médica integral, curativa e preventiva, sob quaisquer regimes de atendimento, inclusive o domiciliar, constituindo-se também em centro de educação, capacitação de recursos humanos e de pesquisas em saúde, bem como de encaminhamento de pacientes, cabendo-lhe supervisionar e orientar os estabelecimentos de saúde a ele vinculados tecnicamente (Brasil, 1977, p. 3927).

Essa definição formaliza o entendimento do Estado sobre a função dos hospitais, atualizando a visão acomodações de pessoas pobres e doentes reunidas para receberem cuidados por pessoas religiosas. Cabe aqui a inclusão do conceito publicado por Foucault em 1999, ao escrever sobre o nascimento dos hospitais no livro "Microfísica do poder": Antigamente o hospital era dirigido por religiosos e seus trabalhadores atuavam com fins caritativos, em busca da salvação de suas almas através do auxílio ao próximo. Os médicos, por sua vez, mantinham uma relação individual com o doente, sem passar pelo espaço hospitalar (FOUCAULT, 1999).

Em nível mundial, a organização hospitalar foi definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no Informe Técnico número 122, de 1957, como parte integrante de um sistema coordenado de saúde, cuja função é prestar à sociedade completa assistência no que se refere à saúde.

Com a ampliação do papel dos hospitais e da formalização da expectativa que a sociedade passou a ter sobre seu desempenho, os estudos foram direcionados para a complexidade da gestão hospitalar e as características peculiares da administração desses serviços (LIMA-GONÇALVES; ACHÉ, 1999; PINOCHET; GALVÃO, 2010). Segundo Oliveira (2003), ao tratar de vidas humanas, sua gestão requer atenção, cuidados especiais, visão e ações estratégicas na definição de prioridades dos investimentos em tecnologia e na sua utilização, onde uma simples falha pode comprometer o seu futuro.

Lima-Gonçalves e Aché (1999, p. 84) ao discutirem o conceito de "Hospital-empresa" reforçam a complexidade ao afirmarem que "um hospital é uma estrutura "viva", de alto dinamismo operacional, de elevado ritmo, desenvolvendo atividade caracteristicamente polimorfa, que envolve uma gama muito diversificada de aspectos". Ainda, segundo Pinochet e Galvão (2010), o hospital da atualidade é uma organização complexa, onde atividades industriais se misturam à ciência e a equipamentos de ponta, com o objetivo de atender seus clientes em suas necessidades de saúde. Os avanços da ciência vão assim surgindo como a promessa de resolverem as angústias humanas e dominar a vida e a morte.

De acordo com Matos (2002), as instituições de saúde, no ambiente de competitividade cada vez maior, assumem contornos empresariais, necessitando, em tal contexto, de uma gestão profissional. As especificidades dos serviços médico-hospitalares começaram a ser exploradas para a criação de modelos de gestão, direcionados a atender a complexidade dos seus processos, conforme trata o texto de Peter Drucker:

> Segundo Peter Drucker (...) os hospitais estão entre os organismos mais complexos de serem administrados. Neles estão reunidos vários serviços e situações simultâneas: hospital é hotel, lavanderia, serviços médicos, limpeza, vigilância, restaurante, recursos humanos, relacionamento com o consumidor. De certa forma, é natural que todos esses organismos fossem, cada vez mais, regidos por leis, normas, regulamentações e portarias, vindas de diversos órgãos e instituições – um arcabouço legal cada vez mais dinâmico e variado (CELESTINO, 2002, p. 1)

A pesquisa feita por Leite e Rodrigues (2010) com hospitais portugueses, revela que a normatização tradicional da contabilidade sobre indicadores de desempenho, imposta por isomorfismo coercitivo, revela-se não serem utilizadas para o controle da eficiência dos hospitais, evidenciando a necessidade de estes recorrerem a consultoria externa para obter informação de gestão. Os autores reforçam que a "normatização de indicadores de gestão da eficiência permite comparabilidade e *benchmarking"*. Entretanto, os hospitais públicos são estruturas eminentemente sociais e suas práticas de gestão se dividem entre a necessidade de eficiência e as pressões institucionais em nível político, legal, social e cultural. (LEITE; RODRIGUES, 2010, p. 2). A pesquisa fortalece a relação da teoria institucional com a prática no ambiente hospitalar.

Com esse enfoque, Misoczky (2005) evolui sua análise sobre o processo de legitimação da profissão médica e reflete sobre as diferenças do processo normativo e coercitivo, permeando esses conceitos pelo desenvolvimento do profissionalismo no campo da saúde, com ênfase na medicina, e seu efeito para as organizações e para a sociedade. O autor defende que, especialmente em organizações de saúde, onde as profissões e, em especial, a profissão médica, têm um peso fundamental, deve-se considerar os aspectos regulativos e cognitivos para explicar sua influência. Segundo o mesmo autor, "o mecanismo normativo se caracteriza, então, pela normatização que as profissões realizam sobre seu trabalho, diferenciando-se do mecanismo coercitivo pela ausência de pressões formais e/ou informais." (MISOCZKY, 2005). Assim, a influência no ambiente hospitalar da legitimação da profissão médica encontra-se nessas duas noções: pactuação em torno de normas morais ou valores, e da constituição de um conjunto de regras e, simultaneamente, da existência de um quadro coativo – expressão utilizada para designar um grupo de pessoas especialmente dedicado a impor o cumprimento de uma ordem.

Saindo do tema legitimidade de classe e permeando outras áreas dos processos hospitalares, deve-se considerar a necessidade de se instituir sistemas de avaliação e certificação de qualidade nas organizações de saúde que nos últimos anos mobilizou o setor, sugerindo uma mudança profunda na forma de gestão dos hospitais. Malaguitti e Caetano (2009, p. 42) afirmam que "a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, lideranças do setor de saúde brasileiro intensificaram os debates em torno do tema "qualidade", tanto na esfera acadêmica quanto na empresarial". Assim, os modelos contemporâneos surgidos provocaram grande impacto na atuação de gestores e profissionais da saúde, direcionando o foco no cliente e na melhoria continua dos processos operacionais e estratégicos.

Nessa ótica, Silva, Dani e Santos (2016) em pesquisa realizada com hospitais na região Sul do país, sobre a relação da acreditação com o isomorfismo institucional destacam que existe uma influência entre a certificação de acreditação dos hospitais brasileiros da região sul e as pressões isomórficas normativas. Os hospitais buscam atender a uma demanda das demais empresas do mesmo setor, em virtude de um fator normativo externo legitimado na visão dos profissionais da área, além de estar atrelada a uma necessidade interna e estratégica.

Garrido, Tacchini e Saltorato (2014) também explorando o tema de acreditação hospitalar, confirmaram com os achados da pesquisa envolvendo 12 instituições hospitalares brasileiras, que as ações realizadas por estas instituições, buscando o aprimoramento de suas práticas, deixam de responder apenas ao que cabe as exigências legais e governamentais. Os preceitos da Teoria Institucional prevalecem em relação aos motivos que as induzem adotar práticas e medidas voltadas às questões de aprimoramento da gestão e da qualidade dos serviços de saúde, como mecanismo isomórfico mimético. Ou seja, em virtude das incertezas que o ambiente fornece, estas instituições buscam modelar a si próprias em outras organizações que julgam superiores, com a adoção de procedimentos e técnicas já provados na tentativa de livrarem-se das incertezas ou mesmo para se legitimarem.

Ampliando o olhar para o setor de saúde, nas relações que permeiam as atividades dos hospitais privados, Teixeira et al. (2016) em estudo que discutiu o isomorfismo nas operadoras de planos de saúde, apontaram que no setor de saúde suplementar o mimetismo e a coerção estão presentes e são modelos capazes de explicar o comportamento das empresas mediante as concorrentes e também as exigências das agências regulatórias.

Em continuidade, as relações existentes no setor de saúde, principalmente no setor privado e o ambiente regulatório de saúde com a ação das agências reguladoras serão os temas abordados nas próximas seções.

2.2 AMBIENTE REGULATÓRIO NO BRASIL

A regulação pode ser entendida, de forma simplificada, como um conjunto de ações do Governo que envolvem a criação de normas, o controle e a fiscalização de segmentos de mercado explorados por empresas, para assegurar o interesse público (ANS, 2017). Segundo Costa et al. (2001) regulação se refere ao conjunto diverso de instrumentos pelos quais os governos determinam regras de conduta para os cidadãos e as empresas. De foco mais coercitivo, "qualquer instrumento por meio do qual o governo, seus órgãos subsidiários ou organismos internacionais impõem, com força de lei, obrigações aos cidadãos ou empresas" (OCDE, 2008).

De acordo com Alexandrino e Paulo (2010), as agências reguladoras fazem parte da estrutura formal da Administração Pública e possuem alto grau de especialização técnica, apresentando a função de regular um setor específico de atividade econômica, ou de intervir sobre as relações jurídicas decorrentes dessas atividades, devendo atuar com a maior independência possível perante o Poder Executivo e com imparcialidade em relação às partes interessadas (Estado, setores regulados e sociedade). O objetivo maior do Estado segundo Dias (2010), criando mecanismos para regular os setores econômicos, é fomentar a produção de bens e serviços públicos garantindo a sua universalização a custo acessível para população em geral.

A política pública regulatória pode ser entendida em três categorias: econômica, social e administrativa. A regulação econômica, expressa pelas intervenções diretas nos setores econômicos como a entrada e saída no mercado, formação de preços e redução dos obstáculos à competição. A regulação social direcionada para o incentivo ou fornecimento direto de bens públicos e a proteção dos interesses da sociedade nas áreas da saúde, segurança, meio ambiente e questões nacionais. E a regulação administrativa pela qual o governo controla e intervém nas decisões econômicas de empresas e indivíduos, trata-se de mecanismos burocráticos que tendem a gerar alto ônus ao desempenho do setor privado (COSTA et al., 2001; CRUZ, 2009).

Segundo Phillips Junior (1993) em um cenário perfeito de competição, haveria uma grande quantidade de ofertas e de demandas, os produtos seriam homogêneos, não haveriam restrições para a entrada e a saída das firmas e todos teriam as informações necessárias e completas sobre as condições do mercado. Entendendo que nem sempre esse contexto se observa na prática, a função regulatória exercida pelas agências reguladoras baseia-se na premissa de que existem falhas no mercado que devem ser controladas por meio de intervenção estatal, garantindo os interesses da sociedade, principalmente nas áreas econômicas e sociais.

Nas atividades com poder de mercado ou risco de falhas de mercado, independentemente da natureza da propriedade, os incentivos para a eficiência dependem criticamente do regime de competição e regulação com o qual o setor opera (Costa et al., 2001). Com a presença de uma política de regulação econômica social, busca-se então, estabilizar a economia e prevenir conflitos sociais ou desequilíbrios econômicos, conhecidos como falhas de mercado (GERSCHMAN et al., 2012). Considerando esses conceitos Schymura (2013), cita três falhas de mercado como sendo as principais: o poder de mercado, a externalidade e as informações imperfeitas.

O poder de mercado se refere ao caso dos monopólios, caracterizado pela atuação de uma ou poucas empresas de forma exclusiva em uma atividade econômica (GALVÃO JUNIOR; PAGANINI, 2009). Segundo Costa et al. (2001), as empresas em situação de monopólio não têm incentivos suficientes para minimizar os custos de produção, devido à ausência de competidores que baixem os preços em busca de maior fatia do mercado. Nesse caso, o papel da regulação é derrubar as barreiras para favorecer a entrada de novas empresas na oferta de bens e serviços deste ramo, ou criar regras de conduta que impeçam, ou diminuam, o uso de tal poder de mercado (SCHYMURA, 2013).

Quanto às externalidades, Schymura (2013) refere que estas podem ser positivas, como as inovações agrícolas, ou negativas com a poluição. Para Costa et al. (2001), as externalidades negativas são originadas das situações onde a atividade de indivíduos ou empresas impõem custos a outros indivíduos ou empresas, sem que haja uma compensação equivalente. Segundo Galvão Junior e Paganini (2009), quanto às externalidades ambientais, as de caráter negativo são as mais frequentes. Nesses casos, a regulação governamental torna-se necessária para reduzir a brecha entre o custo privado das atividades poluentes e o verdadeiro custo para a sociedade.

Por último, a informação imperfeita ou assimetria de informação, se refere a um tipo de falha de mercado no qual um dos lados de determinada transação econômica se beneficia pelo fato de conhecer melhor ou em mais detalhes o item negociado (SCHYMURA, 2013). Para Costa et al. (2001), define-se uma situação de falha de informação quando a informação para a escolha não existe ou é assimetricamente distribuída entre empresas e consumidores ou profissionais e clientes. Devido a isso, um crescente número de normativas legais dos governos tenta preencher essa lacuna de conhecimento da parte mais vulnerável na transação (GALVÃO JUNIOR; PAGANINI, 2009) exigindo informações sobre itens de segurança de produto, ou na indústria farmacêutica, por exemplo.

Considerando os conceitos citados de falhas de mercados e as possíveis atuações da regulação para o controle ou solução dessas falhas, o conceito de regulação pode ser entendido como a intervenção do Estado nas áreas econômicas e sociais com o objetivo de alcançar eficiência e universalização no fornecimento de bens e serviços de natureza essencial e interesse público, alcançando um equilíbrio entre o interesse particular e o bem-estar coletivo. Ainda, para Gerschman (2012), baseado no papel disciplinador da intervenção do Estado sobre interesses econômicos privados, as regulamentações específicas direcionam as instituições estatais a zelarem pela defesa dos interesses públicos sobre os privados.

A regulação dos serviços públicos por meio de agências reguladoras ocorreu somente após a instituição do Plano Nacional de Desestatização em 1990, criado pela Lei nº 8.031 e alterada pela Lei nº 9.491 de 1997, no qual ficou estabelecido que vários setores da infraestrutura teriam seus controles acionários abertos à participação da iniciativa privada, permitindo ao Estado delegarem ao setor privado a prestação de serviços públicos. Para Dias (2010), essa decisão gerou a necessidade da criação de órgãos de regulação e fiscalização para o Estado manter o controle das atividades que até então eram exercidas exclusivamente por eles, e esse período ficou conhecido como "Reforma do Estado" (DIAS, 2010).

Nesse contexto histórico, Ramalho (2009) afirma ainda que a reforma do Estado no Brasil, mais especificamente a reforma administrativa da década de 1990, tinha como objetivo geral transitar de uma administração pública burocrática para uma administração gerencial. O documento orientador dessa reforma foi o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que propunha um conjunto de medidas para a contenção da crise, objetivando a aumentar sua governança.

Entretanto, apesar do Plano Diretor enfatizar a necessidade de regulação de mercados, o modelo das agências reguladoras não foi contemplado por ele. O documento oficial que contém a justificativa para a criação das agências reguladoras é a Construção do Marco Legal dos Entes Reguladores, aprovado pelo Conselho de Reforma do Estado − CRE, em maio de 1996 (RAMALHO. 2009).

A Recomendação do CRE aponta uma série de princípios para atuação das agências reguladoras, bem como os objetivos a serem seguidos para uma boa função regulatória, informações essas interpretadas por Ramalho (2009) com base na publicação original do Estado de 1996, e apresentadas na figura 1.

Figura 1 - Princípios para atuação dos entes reguladores no Brasil.

PRINCÍPIOS PARA ENTIDADES DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	OBJETIVOS DA FUNÇÃO REGULATÓRIA
• Autonomia e independência decisória do ente regulador. • Ampla publicidade das normas pertinentes ao ente regulador, de seus procedimentos e decisões e de seus relatórios de atividade, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei. • Celeridade processual e simplificação das relações mantidas entre ente regulador e consumidores, usuários e investidores. • Participação de usuários, consumidores e investidores no processo de elaboração de normas regulamentares, em audiências públicas, na forma que vier a ser regulada em lei. • Limitação da intervenção do Estado, na prestação de serviços públicos, aos níveis indispensáveis à sua execução.	• Promover e garantir a competitividade do respectivo mercado. • Garantir os direitos dos consumidores e usuários dos serviços públicos. • Estimular o investimento privado, nacional e estrangeiro, nas empresas prestadoras de serviços públicos e atividades correlatas. • Buscar a qualidade e segurança dos serviços públicos, aos menores custos possíveis para os consumidores e usuários. • Garantir a adequada remuneração dos investimentos realizados nas empresas prestadoras de serviço e usuários. • Dirimir conflitos entre consumidores e usuários, de um lado, e empresas prestadoras de serviços públicos, de outro. • Prevenir o abuso do poder econômico por agentes prestadores de serviços públicos.

Fonte: Ramalho (2009) adaptado de Brasil (1997).

Em síntese, as agências reguladoras brasileiras têm a função de elaborar as normas regulatórias de acordo com a competência técnica da sua área de regulação, exercer seu poder coercitivo e de polícia para o cumprimento das normativas estabelecidas, aplicando as devidas sanções nos casos de infração das medidas regulatórias e mediar os interesses entre a sociedade e os agentes regulados através de canais abertos de ouvidoria, denúncias e reclamações (DIAS, 2010).

Ainda nesse contexto, Motta (2006) acrescenta, que uma regulação que vise o bem-estar da sociedade deve garantir o respeito aos contratos e o uso adequado dos incentivos à eficiência, à expansão dos serviços e à prática de tarifas muito próxima aos custos, não devendo distinguir prestação direta ou indireta, pública ou privada. Ao mencionar a defesa dos interesses da sociedade, Lucena (2013) afirma que cada agência reguladora tem seus próprios canais e instrumentos de controle social, sendo que os mais frequentemente utilizados são ouvidorias, consultas e audiências públicas, além de reuniões públicas dos dirigentes.

As agências criadas em 1996 e 1997, ditas de primeira geração, são atuantes nos setores de infraestrutura, como a Agência Nacional de Energia Elétrica − ANEEL, a Agência Nacional de Telecomunicações − ANATEL e a Agência Nacional do Petróleo − ANP. As criadas em 1999 e 2000, chamadas agências de segunda geração, são ligadas aos setores que existe características competitivas no mercado: Agência Nacional de Vigilância Sanitária − ANVISA e a Agência Nacional de Saúde Suplementar − ANS. A terceira geração, composta pelas agências criadas em 2000 e 2001, são bastante heterogêneas quanto a sua natureza: Agência Nacional de Águas − ANA, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários − ANTAQ, a Agência Nacional de Transportes Terrestres − ANTT e a Agência Nacional do Cinema – ANCINE. A última a ser criada em 2005 é a Agência Nacional de Aviação Civil − ANAC, não sendo objeto de inclusão em nenhuma dita geração (RAMALHO, 2009).

Segue no quadro 1 a descrição das agências reguladoras existentes, em ordem cronológica de criação de acordo com Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (2010, p. 174).

Quadro 1 - Relação das agências reguladoras federais existentes no Brasil.

Diploma Instituidor	Agência	Missão	Logo
Lei nº 9.427 de 26/12/1996	Agência Nacional de Energia Elétrica	Proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade.	ANEEL
Lei nº 9.472 de 16/07/1997	Agência Nacional de Telecomunicações	Regular o setor de telecomunicações para contribuir com o desenvolvimento do Brasil.	ANATEL
Lei nº 9.478 de 26/12/1997	Agência Nacional do Petróleo	Regular as atividades econômicas das indústrias do petróleo, gás natural e biocombustíveis, de forma transparente e efetiva, promovendo o interesse público e atraindo investimentos para o desenvolvimento destas indústrias no Brasil.	anp Agência Nacional do Petróleo
Lei nº 9.782 de 26/01/1999	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Proteger e promover a saúde da população, mediante a intervenção nos riscos decorrentes da produção e do uso de produtos e serviços sujeitos a vigilância sanitária, em ação coordenada e integrada no âmbito do Sistema Único de Saúde.	Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Lei nº 9.961 de 28/01/2000	Agência Nacional de Saúde Suplementar	Promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais - inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores - e contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no país.	
Lei nº 9.984 de 17/07/2000	Agência Nacional de Águas	Implementar e coordenar a gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos e regular o acesso a água, promovendo seu uso sustentável em benefício das atuais e futuras gerações.	
Lei nº 10.233 de 05/06/2001	Agência Nacional de Transportes Terrestres	Assegurar aos usuários adequada prestação de serviços de transporte terrestre.	
Lei nº 10.233 de 05/06/2001	Agência Nacional de Transportes Aquaviários	Assegurar à sociedade a adequada prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária e hidroviária, garantindo condições de competitividade e harmonizando os interesses público e privado.	
Medida Provisória nº 2.228 de 06/09/2001	Agência Nacional do Cinema	Desenvolver e regular o setor audiovisual em benefício da sociedade brasileira.	
Lei nº 11.182 de 27/09/2005	Agência Nacional de Aviação Civil	Garantir a todos os brasileiros a segurança e a excelência da aviação civil.	

Fontes: Adaptado de Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (2010). ANEEL; ANATEL, AMP; ANVISA; ANS; ANA; ANTT; ANTAQ; ANCINE; ANAC (2017).

Baird (2016), em artigo que explorou a literatura produzida sobre as agências reguladoras no Brasil, as publicações acompanham a evolução, desde a década de 1990, da criação das primeiras agências do país. Vários estudos encontrados focaram na formação das agências e no debate político do Executivo (PIOVESAN, 2002; NUNES et al., 2007; BAIRD, 2011), outros buscaram compreender o significado institucional da criação das agências (CRUZ, 2007; RAMALHO, 2007; GOMIDE, 2011). Mas, o artigo sugere que o principal esforço dos pesquisadores brasileiros focou em questões como autonomia e credibilidade (MELO, 2002; CORREA et al., 2006; PAVÃO, 2008).

Todas as agências reguladoras brasileiras possuem natureza de autarquia especial, sendo caracterizada pela independência administrativa, estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira. Entretanto, Tiryaki (2012) afirma que a existência de uma legislação que

contenha elementos favoráveis à independência, não é o suficiente para assegurar autonomia de fato, não sendo possível garantir que estas atuarão sem influência de determinados grupos de interesse. Dessa forma, acredita-se ser essencial a utilização de aspectos de governança como o cumprimento de preceitos legais, qualidade da regulação e isenção do judiciário.

Para Cruz (2009), o governo federal tem-se ocupado com o aperfeiçoamento do sistema regulatório com ações que ampliem a governança das agências. Um exemplo é a criação do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação − PRO-REG, instituído pelo Decreto nº 6.062/2007. O PRO-REG foi concebido para fortalecer o sistema regulatório e a capacidade de formulação e análise de políticas públicas em setores regulados; fortalecer a autonomia, a transparência e o desempenho das agências reguladoras além de melhorar a coordenação e o alinhamento estratégico entre políticas setoriais.

Segundo a ANVISA (2008), no Brasil não há sistema de Análise do Impacto Regulatório (AIR) formalmente estabelecido, embora se adote algum tipo de análise de impacto em determinadas situações. A AIR pode ser compreendida como um processo de gestão de riscos regulatórios, orientado por princípios, ferramentas e mecanismos de transparência, participação e *accountability* (ANVISA, 2017).

O PRO-REG compreende a AIR como ferramenta que pode auxiliar no aprimoramento do processo de tomada de decisões no Brasil, mas não exige a implantação imediata. Entretanto, o Decreto nº. 4.176, de 28 de março de 2005, já contém em seus anexos, na forma de lista de verificação, algumas orientações sobre o modo de avaliação do problema e a solução proposta, que devem ser apresentados junto com o envio de projetos de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo (ANVISA, 2008).

Seguindo nesse contexto, cabe mencionar o Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2013, que dispõe sobre as regras aplicáveis às Agências Reguladoras, abordando principalmente quesitos da sua gestão, organização e mecanismos de controle social, propondo ainda ajustes nas leis específicas de criação de cada uma delas. O projeto estabelece a obrigação das agências de apresentar relatório anual de atividades e de firmar contrato de gestão com o Ministério a que estiver vinculada, entre outras alterações. Em última atualização publicada no *site* do Senado Federal o projeto de lei foi aprovado e encaminhado em dezembro de 2016 para a Câmara dos deputados.

2.2.1 Agências Reguladoras do Setor de Saúde

Segundo Di Pietro (2002), as agências reguladoras podem ser classificadas em dois tipos: as que exercem o poder de polícia, com base nas leis e as que regulam e controlam as atividades da sua área de regulação com a concessão, permissão ou autorização de serviço público. Para o autor, as duas agências da saúde (ANS e ANVISA), assim como a Agência Nacional de Águas exercem o poder de polícia, "limitando o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público" (DI PIETRO, 2002, p. 111).

Para Nogueira (2002), as funções primordiais das agências reguladoras de saúde encontram-se inseridas na área das políticas sociais e o seu poder de regulação atua sobre princípios e diretrizes bem peculiares, de maneira tal que as possibilitem promover, fundamentadas na Constituição, a saúde como um direito social de cidadania.

Neste sentido, no final dos anos 1990, criou-se a primeira agência reguladora social no Brasil, a ANVISA, por meio da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede e foro no Distrito Federal, tendo por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e consumo de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados (ANVISA, 2017).

A Lei nº 8.080, de 1990, que instituiu o SUS, descreve em seu artigo 6º, o conceito de vigilância sanitária adotado pelo Estado: um conjunto de medidas com capacidade de eliminar, reduzir ou prevenir riscos à saúde, além de atuar nos problemas sanitários ocasionados pelo meio ambiente, produção e circulação de bens e da prestação de serviços de saúde. A lei detalha ainda duas vertentes de abrangência da vigilância sanitária, a primeira relacionada ao controle de bens de consumo relacionados com a saúde, em qualquer etapa de produção até o consumo; e a segunda relacionada ao controle da prestação de serviços de saúde (BRASIL, 1990).

Para Lucena (2013), a amplitude dos campos de atuação é uma importante característica da vigilância sanitária, que exige a utilização de um conjunto de princípios e regras jurídicas, aliados ao conhecimento técnico-científico atualizado sobre os objetos de regulação dessa área. A autora refere ainda que de forma geral, duas macrofunções podem ser atribuídas à vigilância sanitária, uma relacionada a regulação de bens e serviços de interesse para a saúde e a outra direcionada à coordenação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), responsável por ações voltadas para a melhoria do quadro de saúde da população

(LUCENA, 2013). Embora Nogueira (2002) chame a atenção para uma função da ANVISA de natureza estritamente econômica, a de monitorar a evolução dos preços de medicamentos, equipamentos, componentes, insumos e serviços de saúde.

O guia de boas práticas regulatórias publicado em 2008 pela ANVISA, apresenta um levantamento preliminar da judicialização das ações institucionais, indicando que cerca de 90% das ações judiciais envolviam a atividade fim da Agência. Especificamente sobre as Resoluções da Diretoria Colegiada, constatou-se que quase todas geram alguma insatisfação entre os entes regulados e são objetos de ações judiciais. A ANVISA acredita que a aproximação da agência com a sociedade, garantindo a participação no processo de normatização, pode aumentar a aderência dos principais atores a códigos de conduta pré-acordados, por meio de mecanismos que tentem reduzir ou eliminar os conflitos de interesse e eventuais quebras de confiança do público em geral (ANVISA, 2008).

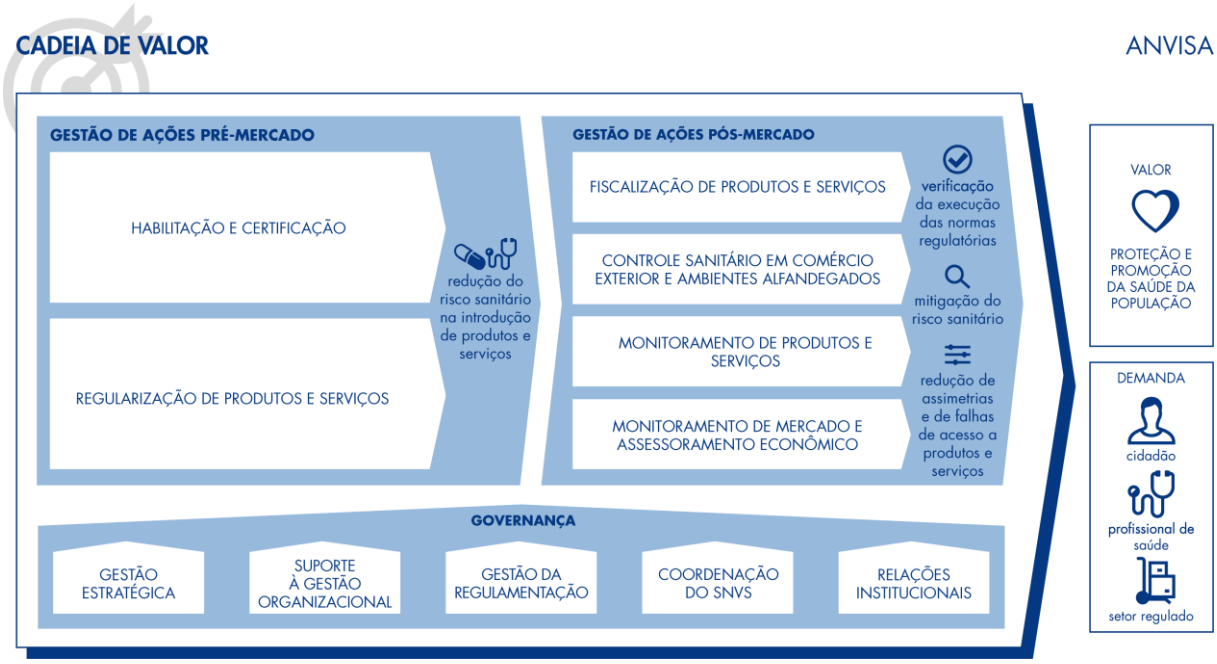
Com o novo Regimento Interno aprovado e promulgado pela Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, a estrutura organizacional da Anvisa foi aperfeiçoada, objetivando o desenho de um novo modelo organizacional, orientado para a transparência das atividades da Instituição e para a agilidade das ações. Nesse sentido, desde 2007 a Anvisa tem trabalhado na incorporação da Análise de Impacto Regulatório (AIR) em suas práticas regulatórias. O processo visa identificar o problema a ser enfrentado, seus objetivos, os agentes envolvidos (*stakeholders*), bem como os prováveis benefícios, custos e efeitos das alternativas regulatórias, no contexto do desenvolvimento e implementação de políticas públicas e na atuação regulatória (ANVISA, 2017).

Além do AIR, em 2008 por meio da Portaria nº 422, foi instituído o Programa de Melhoria do Processo de Regulamentação da Anvisa (PMR), com o objetivo de aperfeiçoar as práticas regulatórias da Agência. O programa visa garantir maior previsibilidade, legitimidade, transparência e estabilidade ao processo regulatório e incluem atividades que vão desde o mapeamento e a simplificação do macroprocesso de regulamentação, até questões relativas à compilação, consolidação e revisão de atos normativos (ANVISA, 2017).

A preocupação demonstrada pela ANVISA no aperfeiçoamento das práticas regulatórias com a implantação do PMR e do AIR, faz parte das iniciativas do Governo Federal já abordado neste estudo, o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG), que busca promover o desenvolvimento de regulação de alta qualidade no Brasil, utilizou a ANVISA como Agência piloto para a implantação do AIR (ANVISA, 2008).

No planejamento estratégico da ANVISA, publicado em 2016, foi desenhado a cadeia de valor, com a representação dos macroprocessos realizados pela Anvisa, que demonstra a entrega de valor para a sociedade em suas diferentes áreas de atuação, como exposto na figura 2. A representação ações de governança, a Gestão da Regulamentação, se refere ao planejamento da ação regulatória com instrumentos de participação social, elaboração da agenda regulatória e análise do impacto regulatório, foco esse de grande interesse neste estudo.

Figura 2 - Cadeia de valor da ANVISA.



Fonte: ANVISA (2017).

Considerando aspectos como o ritmo acelerado das inovações tecnológicas, o processo de globalização e consequentemente o compartilhamento de riscos à saúde, a pressão dos diferentes grupos de interesses, além das características específicas do Brasil com os mais de oito milhões de quilômetros quadrados de extensão territorial, vinte e sete unidades federativas e mais de 180 milhões de brasileiros, entende-se que os desafios para a regulamentação no campo da vigilância sanitária são grandes e tornam a governança regulatória da ANVISA alvo de preocupação (ANVISA, 2008).

A segunda agência reguladora do setor de saúde criada foi a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), por meio da Lei nº 9.961/2000, com sede no Rio de Janeiro e vinculação ao Ministério da Saúde, que tem por atividade fim regular, normatizar, controlar e fiscalizar as atividades que garantam a assistência suplementar à saúde. O artigo 3° da sua lei

de criação descreve como função a promoção da defesa na assistência suplementar à saúde, “regulando as operadoras setoriais, inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores, contribuindo para o desenvolvimento das ações de saúde no país” (BRASIL, 2000).

Vários autores se preocuparam em sintetizar os objetivos básicos de atuação da ANS na regulação do setor suplementar de saúde, interpretando as funções descritas na legislação. Segundo Pietrobon, Prado e Caetano (2008); Salvatori e Ventura (2012), a ANS tem como objetivos básicos: garantir cobertura assistencial integral aos beneficiários de planos privados de assistência à saúde de acordo com os contratos firmados; definir as regras de entrada, manutenção e saída das operadoras de planos de saúde no mercado nacional; dar transparência e garantir a integração do setor de saúde suplementar ao SUS; e definir o sistema de regulamentação, normatização e fiscalização do setor de saúde suplementar.

Segundo Salvatori e Ventura (2012), a atuação da ANS veio conter algumas práticas abusivas que ocorriam num ambiente não regulado, buscando garantir por meio de normatização, uma completude contratual que oferecessem um limite mínimo de assistência e sem restrições quanto as necessidades de consultas e internações, além de atentar para questões quanto aos reajustes financeiros, dentre outros avanços trazidos com a regulação.

Ampliando a discussão sobre o papel da ANS, o estudo de Gerschman et al. (2012), direciona o foco para as práticas de microrregulação exercidas pelas operadoras de planos de saúde sobre os prestadores hospitalares privados. O estudo considera que como as operadoras têm necessariamente que oferecer poucos riscos na atenção à saúde, seria viável exigir delas garantias de que os prestadores contratados atuem da mesma forma. Salvatori e Ventura (2012), contribuem com essa visão enfatizando o poder conciliatório exercido pela ANS na mediação dos interesses entre os elos da cadeia da saúde suplementar: operadoras de planos de saúde, beneficiários, prestadores e Estado.

Para UGA et al. (2009), a relação de microrregulação, no caso entre as operadoras de planos de saúde sobre os hospitais prestadores de serviço, pode ser definida pelos autores com um conjunto de mecanismos de indução e de controle exercidos por um agente econômico sobre outro. Com esse foco, UGA et al. (2009) apresentam uma análise das relações contratuais entre os prestadores hospitalares e operadoras de planos de saúde, mostrando uma forte tendência para a formalização dessas relações, porém com contratos meramente comerciais, com pouca ou nenhuma incorporação de aspectos relativos à qualidade da assistência que deve ser fornecida aos beneficiários.

Ampliando seu papel e focando no setor de microrregulação da área, a ANS volta-se ao monitoramento da qualidade e institui com a Resolução Normativa nº 405/2016, o Programa de Qualificação dos Prestadores de Serviços de Saúde (QUALISS), visando estimular a qualificação dos prestadores de serviços na saúde suplementar e aumentar a disponibilidade de informações, permitindo uma melhor avaliação e escolha de prestadores de serviços por parte das operadoras e dos beneficiários de planos de saúde (ANS, 2017).

Muitos foram os avanços para o equilíbrio do mercado da saúde suplementar após a chegada de uma agência reguladora, permitindo a expansão do mercado com maior segurança e direcionando a prestação de serviços com maior qualidade. Entre as principais podem ser citadas: a obrigatoriedade de constituição de reservas financeiras e registros dos produtos na ANS pelas operadoras de planos de saúde; a cobertura obrigatória de todos os procedimentos médicos listados pela ANS bem como as doenças do CID-10 (Código internacional de doenças, publicado pela OMS visando padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde); proibição da exclusão do tratamento de doenças pré-existentes ao contrato; possiblidade de portabilidade de carências contratuais; e, como um foco bastante econômico, o controle dos reajustes dos planos de saúde (SALVATORI; VENTURA, 2012).

Na visão de Gerschman et al. (2012), seria de primordial importância para regular o setor hospitalar privado, conveniado com o SUS e contratado pelas operadoras de planos de saúde, a formação de uma comissão nacional envolvendo MS, a ANVISA e a ANS. Essa comissão teria a incumbência de acompanhar questões e indicadores da qualidade da assistência, ampliando o escopo de intervenção e regulação.

Mesmo com todos os avanços conquistados pela ANVISA e pela ANS, a prestação de serviços na área da saúde apresenta-se ainda como um dos setores mais problemáticos para o exercício da regulação pelo Estado. Segundo Lucena (2013), a característica de alta especialização das agências reguladoras de saúde pode dificultar a avaliação da atuação das agências por alguns atores envolvidos no processo e favorecer a interferência de influências externas em suas decisões, risco esse que se intensifica na área da saúde pelo forte caráter mercantilista do setor privado.

Em estudo comparativo realizado entre as duas agências reguladoras do setor saúde, Alves, Silva e Almeida (2006), afirmam que elas possuem basicamente dois grandes grupos de receita, uma baseada em recursos próprios, pela arrecadação direta de taxas, multas, rendimentos de aplicações e a outra pelo repasse da União por dotação orçamentária. Os autores enfatizam ainda que um ponto de vinculação com o Governo Federal seria uma vulnerabilidade das agências sobre as políticas de governo, impactando na sua independência financeira,

ficando em risco de sofrer corte nos recursos ou condicionamento de repasse de recursos, de acordo com a orientação política do governo em função. Para a solução desse problema os autores sugerem o estabelecimento de percentuais mínimos de repasse orçamentário, fixados em lei, de forma a garantir a autonomia das agências, independentemente do governo. Posteriormente, Sampaio (2013) e Baird (2016), também discutem a independência real das agências reguladoras, e partilham preocupações sobre a sua forma autônoma de atuação.

Além da preocupação com a autonomia das agências reguladoras do setor de saúde, outra discussão que vem ganhando força é o excesso de normatização e a dificuldade de fiscalização na adesão dos prestadores de serviços às medidas regulamentadoras. O relatório de atividades da ANAHP de 2016, chama a atenção para a fragmentação e o excesso de regulamentação e complexidade do setor de saúde e sugere uma atenção especial dos profissionais de saúde e da sociedade na discussão de temas como as práticas inadequadas, como a dificuldade de acesso, corrupção, indicações desnecessárias de produtos e procedimentos, entre outros (ANAHP, 2016).

Segundo a ANVISA (2008) para não se transformar em obstáculo para o alcance de determinados objetivos do país, a atuação regulatória não deve ser excessiva e burocratizante, impedindo a inovação e promovendo a estagnação, nem criar barreiras desnecessárias ao comércio, à concorrência, ao investimento e à eficiência econômica. Entretanto a produção normativa da Anvisa sempre foi grande, devido à necessidade de abrangências de todos os segmentos da sua área de regulação. Silva (2012), refere que em treze anos de existência, a Anvisa já havia editado mais de 2.400 resoluções de diretoria colegiada (RDC).

Reforçando a preocupação com a complexidade regulatória na saúde, a Associação Brasileira das Agências de Regulação (ABAR) publicou em 2014 o resultado de um levantamento feito entre os anos de 1988 e 2012, chamando atenção para o excesso de normas legais e regulatórias no cenário brasileiro. Foram mapeados nesse período um total de 4.6 milhões de normas editadas, significando a média de 788 normas por dia útil. A ABAR afirma ainda que em média, cada norma tem cerca de 3.000 palavras, sendo que saúde, educação, segurança, trabalho, salário e impostos são temas que aparecem em 45% de toda legislação (ABAR, 2014).

Colaborando com essa discussão, Silva (2012) afirma que o desafio da regulação sanitária permeia o encontro de um ponto de equilíbrio entre a legitimidade do controle por meio da regulação e a crescente demanda da sociedade por flexibilidade.

Para melhor compreender a atuação das agências reguladoras de saúde torna-se necessário aprofundar o tema sobre o funcionamento do setor de saúde brasileiro e especialmente sobre o setor privado de saúde, foco de estudo desta pesquisa. O detalhamento sobre o setor de saúde brasileiro será o tema da próxima seção.

2.3 O SETOR DE SAÚDE BRASILEIRO

Descrever o Setor de Saúde Brasileiro e entender as suas particularidades exige um olhar histórico dos principais eventos políticos e econômicos que participaram da sua modelagem e construção até a sua conformação atual de funcionamento. Muitos autores voltaram seus estudos ao entendimento dessa trajetória (GERSCHMAN, 2004; FLEURY, 2009; PAIM et al., 2011; MENICUCCI, 2014; PAIVA; TEIXEIRA, 2014) e elucidam os marcos importantes da história do sistema de saúde brasileiro, destacando a reforma sanitária e a criação do sistema único.

Cabe ressaltar nesse início de contextualização que para se entender os objetivos dos serviços de saúde populacionais, o conceito de saúde deve ser compreendido. Em 1946 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em conformidade com a Carta das Nações Unidas de 1945, que estabeleceu a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que "a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade" (ONU, 2016). Assim, o conceito de saúde passou a ser abrangente, estando associado diretamente com a qualidade de vida da população.

Na publicação da Constituição da OMS (1946), é possível ter clareza sobre o reconhecimento dessa Organização quanto à responsabilidade dos governos na manutenção da saúde da sua população afirmando que "os Governos têm responsabilidade pela saúde dos seus povos, a qual só pode ser assumida pelo estabelecimento de medidas sanitárias e sociais adequadas".

No Brasil, a Constituição Brasileira de 1988, em seu art. 196, oficializa esse conceito e reconhece sua responsabilidade, incluindo ainda princípios de acessibilidade e justiça ao declarar que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (BRASIL, 2006).

Com o final do período da ditadura militar e o estabelecimento da democracia, a população se torna mais participativa e as discussões em torno do conceito de cidadania se

acentuam. A sociedade pede por maior inclusão social e equidade. Assim a Reforma Sanitária emergiu como parte da luta pela democracia (FLEURY, 2009; PAIM et al, 2011; e MENICUCCI, 2014), tendo alcançado a garantia constitucional do direito universal à saúde e a construção institucional do SUS (FLEURY, 2009), rompendo com os antigos princípios meritocráticos que caracterizavam a assistência à saúde no Brasil até a Constituição de 1988 (MENICUCCI, 2014).

De forma conceitual, Paim et al. (2011) chamam a atenção para a descrição do artigo 198 da Constituição que definiu o modelo de atenção à saúde e a sua forma organizativa: sistema integrado (entre as federações ou estados), regionalizado (região de saúde) e hierarquizado (níveis de complexidade dos serviços). Quanto à hierarquização das ações e serviços de saúde por níveis de complexidade conforme disposto nos artigos 8º e 7º da Constituição, o modelo de atenção deve ser estruturado da seguinte forma: atenção básica ou primária, com ações voltadas principalmente para à prevenção de doenças e preservação do bem-estar nas comunidades, em nível Municipal, com as unidades básicas de saúde; atenção secundária, com os atendimentos de média complexidade, nas unidades de pronto atendimento, serviços especializados e pequenos hospitais; atenção terciária ou de média e alta complexidade, com os hospitais de grande porte, capacitados para a manutenção da vida e tratamentos complexos (PAIM et al., 2011).

Com a criação do SUS, a população brasileira teoricamente passou a ter direito de acesso aos serviços de saúde de forma integral e gratuita, financiado com recursos provenientes das diversas esferas da organização governamental: União, Estados e Municípios. Porém, apesar dos princípios norteadores do SUS - universalidade no acesso, integralidade da assistência e equidade na distribuição dos serviços - amparados pela nossa constituição em seus artigos de 196 a 200, parte da população brasileira continua até hoje fora desse sistema, sendo atendidas pelos sistemas privados de saúde.

Segundo Paiva e Teixeira (2014), após a aprovação do SUS e da Lei Orgânica da Saúde (1990), em um ambiente de mudanças e crises econômicas e políticas no país, se desfez o otimismo de uma transformação rápida do sistema de saúde, conforme expectativa gerada pela constituição. Para os autores, dificuldades ocasionadas pelos interesses políticos da época foram somadas com o desafio complexo de implementar um sistema único de saúde em um país com grandes disparidades regionais (PAIVA; TEIXEIRA, 2014). Reforçando essa visão Menicucci (2014), afirma que políticas de caráter universal, que são de natureza e concepção altamente redistributivas, demandam amplas coalizões políticas para sua implementação, e isso não existia.

De acordo com as regras constitucionais brasileiras, a autoridade sanitária nacional é o Ministério da Saúde, ao qual cabe a responsabilidade da condução da política de saúde em todo território nacional e a gestão federal do SUS. Sua criação em 1953 foi resultado da divisão do antigo Ministério da Educação e Saúde Pública, porém segundo Machado (2013), ainda com a responsabilidade restrita às ações de saúde pública, cabendo ao Ministério do Trabalho e Previdência Social a gestão do Institutos de Aposentadorias e Pensões e do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

Apenas com a publicação da Lei orgânica da saúde de 1990, já citada anteriormente, quando ocorreu a incorporação do INAMPS ao Ministério da Saúde, que foi unificado o comando da gestão sanitária nacional e determinado novas regras para a atuação desse Ministério, incluindo a descentralização político administrativa. Esse movimento exigiu mudanças importantes em sua estrutura, funções e lógica de atuação (MACHADO, 2013).

Atualmente o Ministério da Saúde se descreve como o "órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros" (MS, 2017). Este assume a função de dar mais qualidade de vida ao brasileiro, buscando controlar as doenças endêmicas e parasitárias, reduzir as enfermidades e melhorar a vigilância em Saúde.

Assim, o Sistema de Saúde do Brasil funciona atualmente com dois segmentos: de um lado o Sistema Único de Saúde, apoiado na figura do Ministério da Saúde com suas políticas públicas e agências reguladoras; e por outro o sistema de saúde suplementar composto pelos planos de saúde privados e a rede de prestadores de serviços de saúde privados. Paim et al. (2011) acreditam que se trata de uma rede complexa de três subsetores: 1. Subsetor público, nos níveis de atuação federal, estadual e municipal, em que os serviços são financiados e providos pelo Estado; 2. Subsetor privado, que pode ter ou não fins lucrativos e no qual os serviços podem ser financiados com recursos públicos ou privados; e 3. Subsetor de saúde suplementar, detentor de variados tipos de planos de saúde e apólices de seguros, bem como de subsídios fiscais (PAIM et al., 2011).

Esse desenho acompanha a história da saúde do Brasil mesmo antes da Constituição de 1988. Conforme Sousa (2014), na década de 20, sob influência da medicina liberal, o modelo chamado pela autora de Médico Assistencial Privatista teve início no Brasil com o surgimento da Assistência médica previdenciária. Esse modelo que surgiu com o objetivo inicial de manter a capacidade produtiva dos trabalhadores urbanos e industriais, expandiu-se a partir das décadas de 40 e 60, dando início a compra de serviços privados.

Fortalecendo esse movimento, Paiva e Teixeira (2014) afirmam que as políticas de saúde dos governos militares buscaram incentivar a expansão do setor privado, com isso já naquela época, foi ampliada a compra de serviços pela previdência e fornecido incentivos fiscais às empresas para a contratação de serviços de saúde privados ou cooperativas de médicos que prestassem assistência aos funcionários de suas empresas.

Ainda com esse foco, Menicucci (2014) ressalta que a Constituição Brasileira apenas formalizou o funcionamento de um sistema que ela denomina de "híbrido e segmentado", ao mesmo tempo que consagrou a saúde como direito e ampliou a responsabilidade do Estado propondo a estruturação de um sistema inclusivo e universal, preservou a liberdade do mercado garantindo a continuidade das formas privadas e independentes de assistência. A mesma autora afirma que ao examinar as dificuldades do SUS quanto a ser universal e igualitário, deve-se analisar exatamente essa relação de público e privado. Tema esse que vem sendo mencionado por diversos autores como uma lacuna de discussão, que precisa ser enfrentada (MACHADO, 2013; MENICUCCI; PAIVA; TEIXEIRA, 2014).

Dessa forma a implementação do SUS ocorre paralelamente à discussão da assistência médica supletiva, constituída pelos planos privados de saúde. Assim configura-se um setor público altamente dependente da rede privada prestadora de serviços, com pouca experiência de regulação das práticas de saúde, principalmente na rede privada, limitando-se praticamente a regulação de preços e de tetos financeiros, até o surgimento da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 2000, ampliando a atuação do governo nesse mercado (MENICUCCI, 2014).

Passadas décadas após o início da sua implantação, o SUS ainda está em desenvolvimento e apesar das dificuldades, Paim et al. (2011) acreditam que este conseguiu atingir resultados importantes como a cobertura universal de vacinação e assistência pré-natal, a melhora no acesso à atenção básica e de emergência, e principalmente na fabricação de produtos farmacêuticos essenciais ao pais. Porém, os autores ressaltam que os principais desafios futuros do SUS são políticos, pois não podem ser resolvidos na esfera técnica, precisando do apoio da sociedade. São eles: a reforma da sua estrutura de financiamento buscando a sustentabilidade no longo prazo, a renegociação dos papéis entre os serviços públicos e privados, além da adequação do modelo para melhorar a qualidade do cuidado e da segurança dos pacientes, atendendo às rápidas mudanças demográficas e epidemiológicas do país.

As características e formas de funcionamento do setor privado de saúde no Brasil, o ambiente regulatório nacional e especificamente as agências reguladoras de saúde serão temas explorados nas próximas seções.

2.3.1 Setor privado de saúde

O setor privado de saúde no Brasil, mais conhecido como sistema de saúde suplementar ou medicina supletiva, tem a sua origem associada a dois segmentos. De um lado a medicina liberal e de outro a assistência médica praticada nas entidades beneficentes e filantrópicas que pertenciam de forma geral, às instituições religiosas como as Santas Casas de Misericórdia, que constituem uma expressão nítida dessa afirmação (MEDICI, 1992).

As políticas de saúde nacionais historicamente estimularam e desencadearam o desenvolvimento do setor privado, com políticas de incentivos diversos, como os fiscais dados às empresas para deduzir de seus lucros o gasto com a assistência à saúde para seus empregados, os incentivos fiscais para pessoas físicas com desconto no imposto de renda, os financiamentos para a construção de hospitais da iniciativa privada, entre outros eventos relatados pelos historiadores (MEDICI, 1992; PAIM, 1997; ALMEIDA, 1998).

Hoje, o subsistema privado de saúde se entrelaça com o setor público e oferece serviços terceirizados pelo SUS, em hospitais, ambulatórios, clínicas diagnósticas, em vários níveis de complexidade. Parte dessa oferta de serviços é financiada pelo SUS e o restante, por fontes privadas por meio de pré-pagamento, desembolso direto ou reembolso (AZEVEDO et al., 2016).

Procurando delimitar o setor sob análise, Almeida (1998) esclarece que a relação mercantil-contratual das relações entre os atores, é o que caracteriza o mercado de serviços privados de saúde, conferindo caráter seletivo à demanda. Ou seja, existe uma relação de compra/venda de serviços de saúde.

No Brasil, os planos de saúde fornecem assistência à saúde de forma suplementar, ou seja, assegurado pelos direitos constitucionais, o beneficiário não perde o direito de ser atendido pelo SUS ao contar com a cobertura do plano de saúde. Entretanto, Pietrobon, Prado e Caetano (2008) afirmam que o setor privado brasileiro poderia ser classificado de complementar, pois por vezes complementa a cobertura de determinados serviços que o SUS tem a limitação em oferecer.

Pelos dados divulgados pela ANS em dezembro de 2016, existem no Brasil 1095 operadoras de planos de saúde com registros na ANS. Destas, 789 são de operadoras de

assistência médico hospitalares; as demais 306 são operadoras de planos exclusivamente odontológicos. Essas operadoras de planos de saúde são classificadas em oito modalidades, conforme o artigo 10º da Resolução da Diretoria Colegiada (2000) da ANS, podendo ser: administradoras, cooperativas médicas, cooperativas odontológicas, autogestões, medicina de grupo e odontologia de grupo, instituições filantrópicas, e seguradoras especializadas em saúde (ANS, 2000).

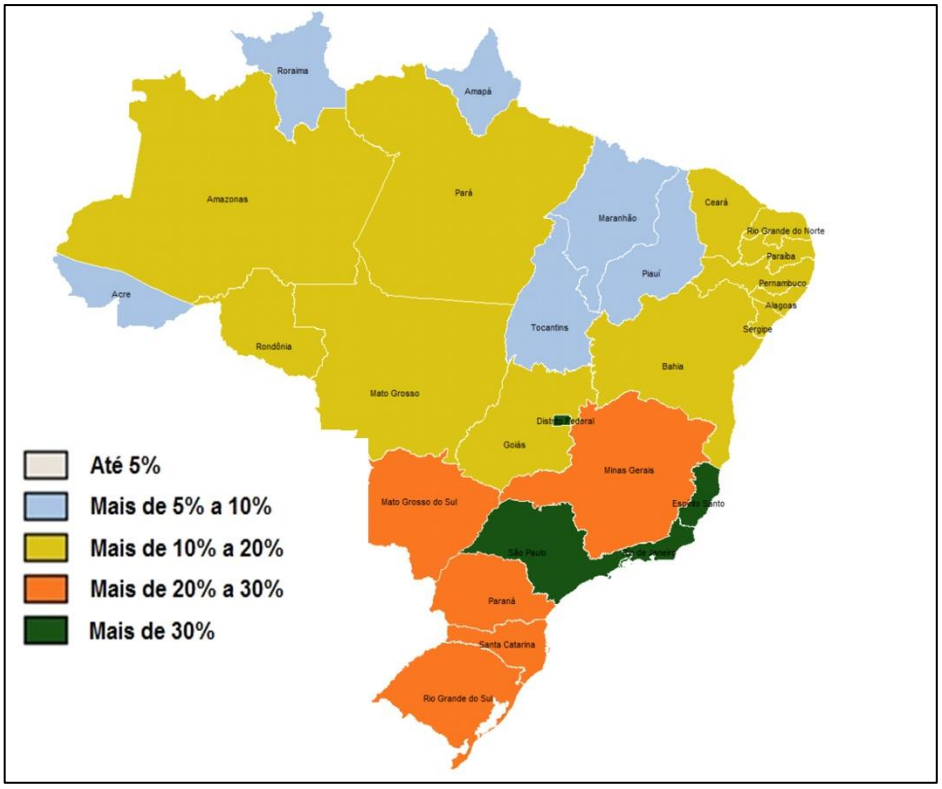
De acordo com a ANS, a modalidade preponderante no país, em março de 2015, era a de cooperativas médicas com 38% de participação, seguida pelas medicinas de grupo, com 34% do mercado, ou seja, as duas modalidades representam mais de dois terços do mercado de planos de saúde no Brasil. Em março de 2016, haviam cadastradas na ANS 1.320 operadoras em atividade no Brasil, destas 73% atuavam no segmento de planos médico-hospitalares, os outros 27% eram de planos odontológicos. Estima-se que essas operadoras movimentaram R$ 139,5 bilhões em 2015 (AZEVEDO et al., 2016).

Os planos de saúde se diferem ainda de acordo com a forma de contratação, podendo ser: coletivo com patrocinador (contratados por pessoa jurídica com mensalidade total ou parcialmente paga à operadora pela pessoa jurídica contratante); coletivo sem patrocinador (contratados por pessoa jurídica com mensalidade integralmente paga pelo beneficiário diretamente à operadora); e individuais ou familiar (contrato assinado entre um indivíduo e uma operadora de planos de saúde para assistência à saúde do titular do plano e/ou de seus dependentes) (ANS, 2017).

Atualmente, o setor brasileiro de planos e seguros de saúde é um dos maiores sistemas privados de saúde do mundo. O próprio Ministério da Saúde tem descrito como Missão, publicada em seu *site* oficial, o reconhecimento da importância da iniciativa privada na saúde nacional: “Promover a saúde da população mediante a integração e a construção de parcerias com os órgãos federais, as unidades da Federação, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania" (MS 2017).

Essa realidade não pode ser negada, dada a dimensão dos números apresentados pelo sistema de saúde privado do Brasil que absorve aproximadamente 25% da população do país, com uma variação de 43,3% nas capitais e de 19,3% nos interiores, segundo dados de setembro de 2016, publicados pela ANS. A distribuição entre as regiões do país, mostra uma concentração maior na região sudeste e sul, com um percentual bastante reduzido nas demais áreas, conforme ilustrado na figura 3.

Figura 3 - Taxa de cobertura dos planos privados de saúde por Estado Brasileiro.

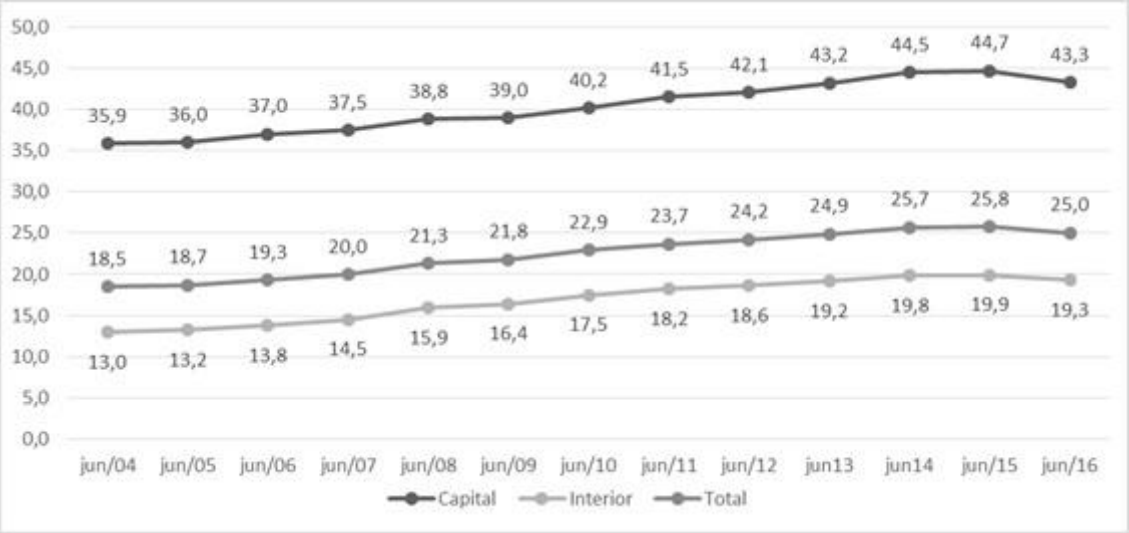


Fonte: ANS (2016).

Essa configuração que abarca 48.487,129 milhões de usuários de planos de saúde apresenta um percentual de 66,3 beneficiários vinculados por planos e seguros de saúde empresariais, oferecidos aos funcionários por empresas públicas e privadas. Dados de 1998 já revelavam que 24,5% da população brasileira possuía um seguro de saúde, destes 18,4% eram planos privados e 6,1% direcionados para funcionários públicos (PAIM et al., 2011).

Desde 1998, a taxa de cobertura dos planos de assistência médica apresentou crescimento, com pico de 44,7% de abrangência em junho de 2015, respeitando ainda as diferenças de proporção entre capital e interior já apresentadas anteriormente. Esses números são o resultado de um crescente desenvolvimento da área no decorrer dos anos, porém, acompanhando o cenário político-econômico desfavorável do país nos últimos anos onde a crise financeira interrompeu a curva de crescimento, e o setor apresentou queda no número de beneficiários. O comportamento do setor está representado no gráfico 1.

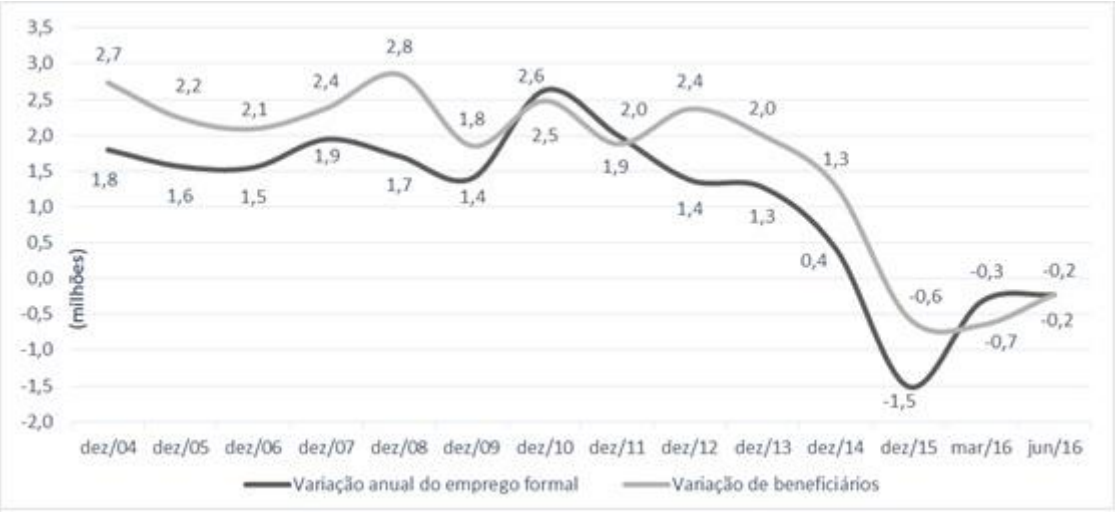
Gráfico 1 - Taxa de cobertura dos planos de assistência médica, por localização no Brasil.



Fonte: Adaptado ANS (2016).

Em 2015, observou-se uma redução de mais de 760 mil beneficiários de planos de saúde (ANAHP, 2016), resultante da recessão e do desemprego que atingiu todo o país. Considerando a representação dos planos empresariais nesse mercado e do comportamento similar entre as curvas apresentadas no gráfico 2, percebe-se a relação de variação entre o número de beneficiários de planos privados de saúde e o número de empregados formais. O relatório da ANAHP divulga ainda indicadores que demonstram desaceleração do ritmo de crescimento dos hospitais privados membros da associação, crescimento das despesas superior ao das receitas, aumento do número de demissões e retração no ritmo de contratação de pessoal.

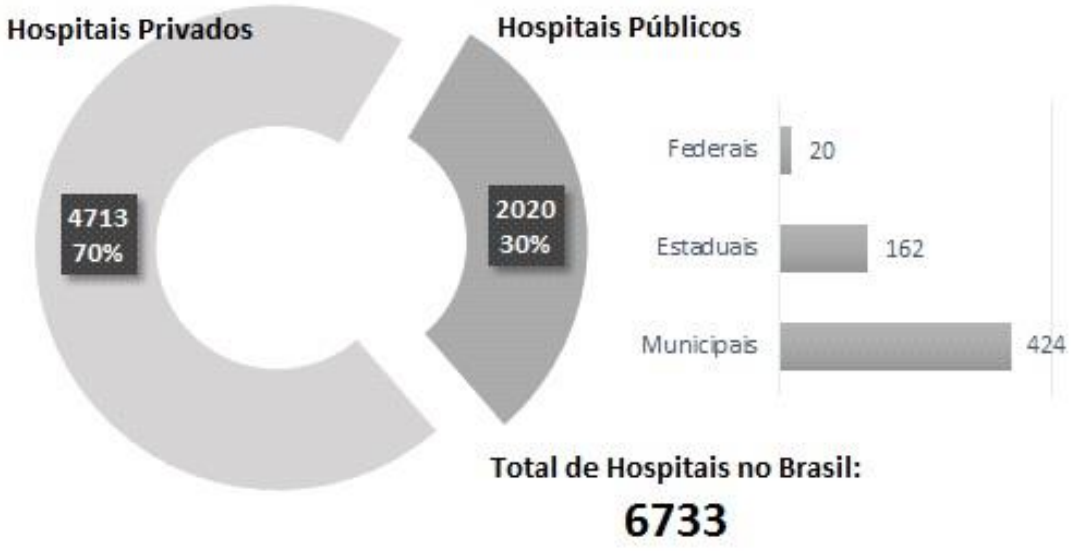
Gráfico 2 - Variação anual de beneficiários e de empregos formais (Brasil - 2004-2016).



Fonte: Adaptado ANS (2016).

No cenário hospitalar, o sistema de saúde brasileiro se organiza em dois segmentos básicos: hospitais públicos (esferas federal, estadual e municipal) e hospitais privados (com ou sem fins lucrativos). Segundo dados disponíveis do CNES, atualmente 70% dos Hospitais Brasileiros são privados, com ou sem fins lucrativos e muitos destes prestam serviços em caráter complementar aos pacientes do SUS, financiados pelo Estado, conforme representação no gráfico 3. Em meados dos anos 50, a rede hospitalar privada já era superior à rede pública existente, porém, grandes partes dos seus custos eram cobertos pelo poder público (MEDICI, 1992).

Gráfico 3 - Hospitais Brasileiros distribuídos por tipo de estabelecimento.



Fonte: Dados do CNES, fevereiro/2017.

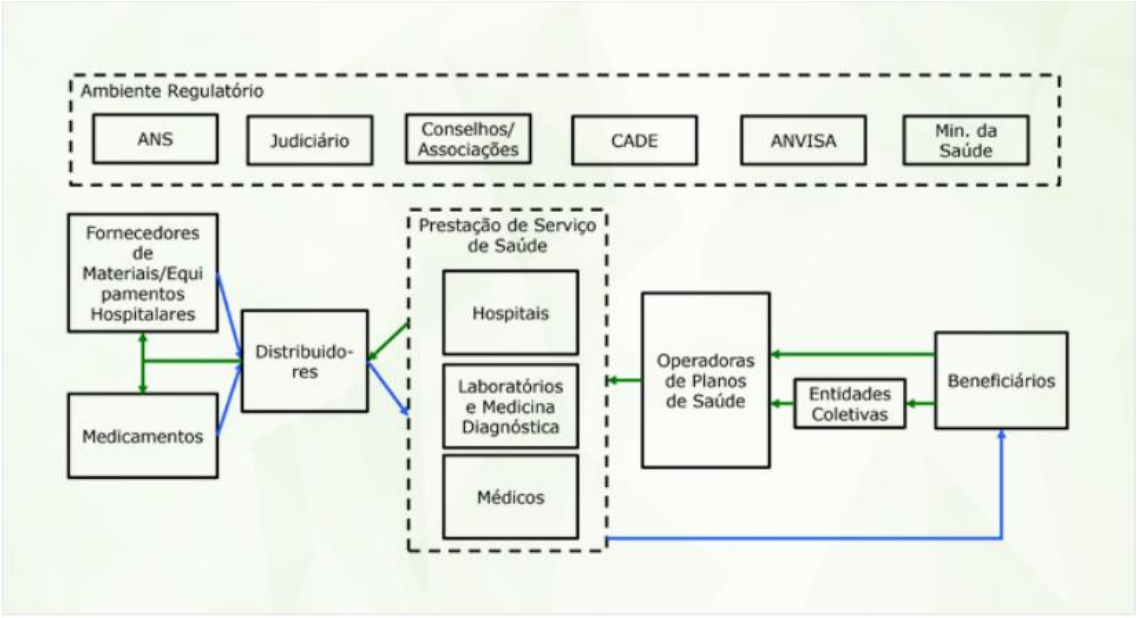
A Federação Brasileira de Hospitais (FBH) calcula que, como 70% dos hospitais são particulares, contam com cerca de 330.000 leitos para atender 48 milhões de usuários. Os 30% restantes são hospitais públicos e possuem menos da metade destes leitos, ou seja, cerca de 126.000, direcionados para 150 milhões de pacientes (FBH, 2017). Com esses números, fica claro a dependência do SUS com o setor privado, que assume cada vez mais o papel na suplementação desses atendimentos.

Para um melhor entendimento do funcionamento do setor privado de saúde, é necessário contextualizá-lo dentro da cadeia produtiva da saúde suplementar. Cadeia esta responsável por ligar os insumos iniciais e os usuários finais do serviço, conforme representada na figura 4, construída por Azevedo et al. (2016).

Inicialmente, a indústria de insumos de saúde e seus distribuidores fornecem medicamentos, materiais, equipamentos, entre outros produtos, aos prestadores de serviços de

assistência à saúde. Esses prestadores de serviços, compostos por médicos, clínicas, hospitais, laboratórios e estabelecimentos de medicina diagnóstica, organizam a infraestrutura necessária para ofertar serviços aos beneficiários de planos de saúde, que pagam pelos serviços usufruídos por meio da mensalidade do plano contratado.

Figura 4 - Mapa da cadeia produtiva da saúde suplementar.



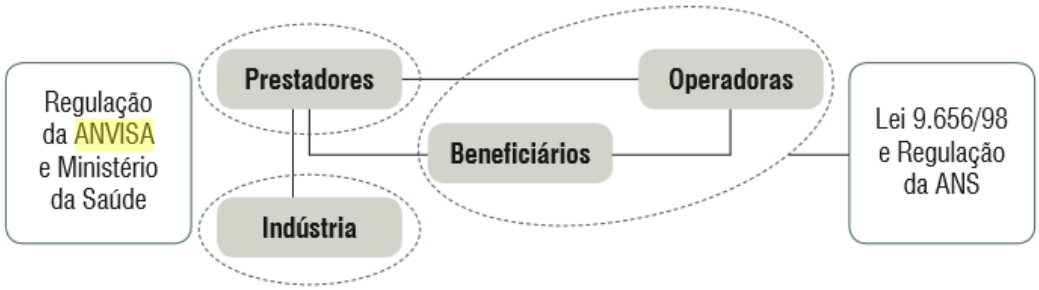
Fonte: AZEVEDO et al. (2016).

Todo esse sistema privado opera em uma complexa rede de relações contratuais, onde os mecanismos de mercados são, por vezes, insuficientes para coordenar a alocação de recursos, provocando as chamadas falhas de mercado (AZEVEDO et al., 2016). E justamente com o objetivo de conter essas falhas que este processo está imerso em um ambiente regulado por vários agentes, tais como o poder judiciário, os conselhos de classe, e principalmente pelas agências reguladoras de saúde, alvo de atenção dessa pesquisa: a ANVISA atuando na regulação sanitária e econômica do mercado de compra e venda de insumos hospitalares; e a ANS, responsável por regular o fluxo financeiro e de serviços entre operadoras, beneficiários e prestadores.

Segundo Alves (2015), a ANS regula de forma direta as relações das operadoras de planos de saúde com os prestadores de serviços, porém na esfera de competência administrativa da ANS não atinge diretamente os hospitais, laboratórios, médicos e outros prestadores de serviços contratados pelas operadoras, nem a indústria produtora de materiais, equipamentos e medicamentos utilizados nessas operações. Essa regulação se divide com a ANVISA, focando

em questões sanitárias para a aprovação de licenças de produtos e serviços. Este contexto segmentado permite identificar dificuldades decorrentes da assimetria regulatória na saúde suplementar ALVES, 2015).

Figura 5 - Regulação da saúde suplementar.



Fonte: FenaSaúde *apud* Alves (2015).

A figura 5 ajuda na visualização da problemática descrita e reforça o conceito da regulação na área da saúde, no Brasil. De um lado encontram-se as operadoras de planos de saúde e sua relação com os beneficiários reguladas pela ANS, do outro os demais elos que compõem essa cadeia produtiva ficando fora do seu alcance direto. Alves (2015) ressalta que as ações regulatórias na ANS visando influenciar comportamentos e condutas de prestadores são implementadas de forma indireta, mediante mecanismos e providências impostos às operadoras.

A obrigatoriedade da existência de contratos que oficializem a relação entre operadoras e prestadores de serviços, com definições pré-estabelecidas pela ANS e a exigência da implantação do programa de qualidade de prestadores de serviços QUALISSIS pelas operadoras, são exemplos dessa intervenção indireta que atuam na área chamada de microrregulação (UGA, 2009; ZANATTA, 2013). O foco desse estudo em relação a regulação da ANS encontra-se centrado na microrregulação e nos impactos gerados no desempenho dos hospitais, assunto esse que será explorado na próxima seção dessa fundamentação.

2.4 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO HOSPITALAR.

A preocupação com o desempenho das empresas vem a tempos sendo explorada pela academia e é recorrente a citação de Kaplan e Norton (1997), tratando da importância de se mensurar para poder se gerenciar. Com a diversidade de métodos de avaliação e indicadores de desempenho disponíveis atualmente, cabe aos administradores encontrarem as ferramentas mais adequadas para acompanharem os resultados de cada empresa, considerando as características e as particularidades do setor onde atuam.

Avaliação de desempenho pode ser considerada uma ferramenta gerencial por meio da qual se torna possível a verificação do alinhamento entre as estratégias traçadas e os resultados alcançados (KAPLAN; NORTON, 2008) aferindo os resultados das diversas áreas de desempenho da instituição.

Na área hospitalar os aspectos de gestão se tornam complexos devido a quantidade de atores e interesses que precisam ser considerados durante todas as etapas da realização do serviço, até a entrega final aos usuários. Segundo Trivelato et al. (2015), para garantir uma gerência eficaz e eficiente dos hospitais, combinando os recursos humanos, tecnológicos e financeiros necessários, os gestores precisam agregar ideias inovadoras como a implementação de sistemas de custos, estabelecimento de convênios que aumentem a receita e contribuam com experiência profissional.

A temática de avaliação de desempenho na área hospitalar, sejam hospitais públicos ou privados, tem despertado o interesse de pesquisadores ao longo dos anos. Podem ser citados trabalhos nacionais como Lima Neto (2011); Cunha e Correa (2013); Picchiai e Nery (2015); Trivelato et al. (2015), e internacionais como Kirigia et al. (2008); Bloom e Van Reenen (2010); Anema et al. (2013); De Souza et al. (2014). A literatura explora desde a aplicação de diferentes métodos de avaliação de desempenho como o *Balanced Scorecard* (BSC) e o *Data Envelopment Analysis* (DEA), quanto aos resultados alcançados entre diferentes hospitais de acordo com as estratégias adotadas. De acordo com Forgione (1997), a preocupação com métricas e indicadores financeiros e de qualidade foram despertadas na área de gestão das organizações hospitalares a partir de abordagens como a do BSC.

A história das instituições hospitalares retrata que muitas vezes a gestão era realizada por médicos, enfermeiros ou membros de entidades religiosas responsáveis pelos serviços. De acordo com La Forgia e Couttolenc (2009), a maior parte dos hospitais brasileiros possuem gestão pouco profissionalizadas, sendo comum a ausência de cargos de gestão financeira ou de recursos humanos em unidades hospitalares de pequeno porte. Picchiali e Nery

(2015), colaboram afirmando que as considerações gerenciais em serviços de saúde tendem a ficar em último lugar na lista de prioridades.

Apesar da baixa profissionalização de alguns hospitais, as entidades hospitalares estão inseridas em ambientes competitivos e dinâmicos e, em sincronia com a realidade das empresas de outros ramos, buscam a sobrevivência diante de um cenário econômico difícil procurando se adaptarem às transformações e exigências de mercado. Segundo Gadelha (2003), os setores públicos e privados da área da saúde estão passando por um processo de transformação no modelo de gerir a organização dos serviços em saúde buscando um padrão empresarial, estabelecendo metas de desempenho para a diversas áreas operacionais.

Concordando com esse movimento, Mamédio (2014) afirma que em razão da evolução tecnológica e das novas necessidades de assistência à saúde, as instituições hospitalares passaram a ser gerenciadas como empresas complexas, usando modernas técnicas de gestão e buscando maior competitividade no mercado. Segundo Braga (2008), apesar de na década de 60 terem iniciado as preocupações com o financiamento dos hospitais, as mudanças mais radicais no âmbito da assistência e da gestão hospitalar somente se tornam mais fortes ao final da década de 1970, após a evolução de debates sobre a necessidade da modernização gerencial dos estabelecimentos hospitalares.

Em 1996, por meio de uma parceria entre o Ministério da Saúde, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, foi instituído o Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde (REFORSUS). O programa apresentava algumas metas voltadas para o investimento no parque tecnológico dos hospitais, mas focava principalmente em propostas para melhorias na gestão das organizações de saúde pertencente ao SUS. O projeto demonstra a preocupação do governo federal na implantação de ações que auxiliasse na melhoria do desempenho hospitalar.

Apesar da busca pela evolução na gestão hospitalar, Kirigia et al. (2008) apontaram que em média 61% dos hospitais dos 28 hospitais municipais de Angola pesquisados foram gerenciados de forma ineficiente no período de 2000 a 2002, identificando a necessidade de cortar despesas ou aumentar a produtividade para que a capacidade instalada se tornasse eficiente. Fortalecendo esse cenário, Cunha e Correa (2013) concluíram não haver grande disponibilidade de informações gerenciais nos hospitais brasileiros, considerando uma amostra de 70 hospitais estudados, sendo uma barreira para o alcance de um melhor desempenho operacional e de qualidade.

Um estudo de caso realizado em duas instituições hospitalares realizado por Picchiai e Nery (2015), explorou a importância da avaliação de desempenho organizacional e

observou questões ligadas com as estratégias adotadas. O estudo aponta para o alinhamento, consistência e coerência entre estratégias, estruturas e competências organizacionais na busca de um maior desempenho financeiro do hospital.

Para Bonacim e Araújo (2011), a discussão acerca dos mecanismos de gestão e avaliação econômico-financeira nas organizações da área da saúde assumiu papel mundialmente relevante e vem desafiando os gestores quanto ao desempenho (eficiência e eficácia) dos processos relacionados. Nas pesquisas realizadas por Barliba e Tita (2014), confirmou-se que o desempenho da gestão hospitalar conjectura de forma precisa com o desempenho geral do hospital, e que a melhoria da eficiência da gestão é capital para a obtenção de melhores resultados.

Um exemplo da complexidade da gestão hospitalar é a determinação de custo, fator determinante na gestão financeira. Por ser um serviço de baixa previsibilidade, considerando que as pessoas podem agir de forma diferente ao processo de doença e aos tratamentos realizados, e a variabilidade técnica de cada médico responsável pelo paciente, a dificuldade de formação de preços dos serviços é um desafio aos gestores hospitalares.

Reforçando a preocupação na definição de custos, Trivelato et al. (2015) afirmam que a ausência de informações confiáveis com relação a formação dos custos hospitalares é um dos principais problemas dos hospitais, dificultando os esforços para melhorar a eficiência na prestação dos serviços. Raimundini (2003), reforça a afirmação ressaltando que a dificuldade que os hospitais têm em definir os preços dos serviços prestados está atrelada a uma falta de controle adequado dos custos incorridos e dos recursos consumidos na prestação dos serviços.

Ainda com o olhar sobre a avaliação de desempenho financeiro dos hospitais, Souza et al. (2014) ressaltam que a utilização de múltiplas formas de análises e variáveis pode ser útil na investigação das deficiências das organizações hospitalares. Ao analisar vinte hospitais públicos e filantrópicos a pesquisa evidenciou resultados financeiros pouco desenvolvidos sobre lucratividade e rentabilidade.

Apesar de o tema financeiro ter recebido atenção dos pesquisadores da área de desempenho hospitalar e ter sido por muito tempo a única área a ser avaliada nos hospitais (SAQUETO et. al, 2013), para se ter um diagnóstico completo sobre os padrões de desempenho dessa área é necessário abordar outros aspectos. O desempenho assistencial acompanhado por meio de indicadores de qualidade e o desempenho operacional com os dados produtivos, também merecem atenção dos gestores e profissionais da saúde. Confirmando essa tendência de ampliação de análise, Barbosa, Souza e Santos (2015) afirmam que os métodos de avaliação de desempenho que agregavam apenas perspectivas financeiras e operacionais, passaram a ser

criticados por não serem suficientes para a compreensão da performance hospitalar. Dessa forma, a consideração de outros atributos torna-se necessária, com o objetivo de se contemplar a maior quantidade possível de variáveis dos processos organizacionais.

Segundo Bonacim e Araújo (2011), cada dia os pacientes têm demandado maiores níveis de desempenho das instituições ao qual são atendidos, e estas devem reagir apresentando melhorias na qualidade e segurança dos processos relacionados a assistência à saúde, gerando confiabilidade. Os autores reforçam que é preciso atualizar a visão dos profissionais e gestores de que qualidade do serviço e custos hospitalares são aspectos conflitantes. Reforçando a discussão, De Souza et al. (2014) afirmam que os serviços de saúde de baixa qualidade são derivados diretamente da má gestão hospitalar provocando insatisfação nos usuários. A pressão recebida dos usuários por serviços de melhor qualidade e das agências reguladoras para uma melhor gestão dos recursos, forçam os hospitais a realizarem mudanças de melhorias nos processos.

Diante desse cenário de busca por qualidade assistencial, e para garantir a competitividade no mercado de saúde suplementar, os hospitais privados precisam de investimentos em metodologias e programas que auxiliem na obtenção de diferenciais competitivos, como as certificações de qualidade hospitalar nacionais e internacionais (PICCHIAI; NERY, 2015). Os programas de acreditações e certificações comparam os serviços prestados com padrões ou protocolos de atendimento estabelecidos e avaliam o grau de aderência ou cumprimento desses padrões pelos hospitais.

O movimento dos programas de certificações, estimulando o estabelecimento de padrões e a necessidade de comparação entre os hospitais, direciona a discussão para o estabelecimento dos indicadores de desempenho hospitalares. Para os autores Schiersari e Kisil (2003), a utilização de indicadores de desempenho dos hospitais no cenário nacional foi estimulada pelas definições oriundas do processo de acreditação hospitalar. O objetivo maior é a busca de um conjunto de indicadores que possam retratar de maneira menos fragmentada toda a realidade que envolve a complexidade dessas instituições.

2.4.1 Indicadores de desempenho hospitalar

A avaliação de desempenho das instituições necessita do estabelecimento de métricas que possam fornecer informações, num caráter de controle, comparando os resultados com dados anteriores e de outras instituições semelhantes. Essas métricas são chamadas de indicadores de desempenho, ou seja, números cujos significados apontam se a organização tem

atingido os objetivos propostos e como se enquadram em relação às outras organizações (BONACIM, ARAÚJO, 2011). Indicadores gerenciais na empresa se tornam uma fonte de informações significativas para a condução do negócio e a tomada de decisão em todos os níveis: estratégico, administrativo ou operacional (MACHLINE, 2011).

Indicador pode ser descrito como sendo um valor, uma informação que explica uma relação entre variáveis numa determinada realidade (BRASIL, 2010). Indicadores hospitalares são instrumentos utilizados para avaliar o desempenho hospitalar, envolvendo recursos e metodologia de trabalho (ANVISA, 2017). Os dados coletados nas diversas áreas do hospital, quando relacionados entre si, transformam-se em instrumentos de gestão úteis para a avaliação da assistência prestada, controle dos custos gerados na produção dos serviços e até mesmo, com os indicadores clínicos, o grau de resolutividade dos mesmos.

Os Indicadores adotados por uma instituição podem variar conforme as necessidades da organização, estando em consonância com as características e demandas de saúde da população. Indicadores são, portanto, essenciais para proporcionar informações mensuráveis que permitam descrever a realidade organizacional (VIGNOCHI; GONÇALO; LEZANA, 2014). Flores et al. (2002), reforçam esse conceito ao afirmar que a principal função dos indicadores de desempenho é possibilitar a identificação de oportunidades de melhorias dentro das organizações.

De acordo com Schirigatti e Faria (2006), os indicadores de desempenho buscam a melhoria continua da qualidade dos serviços e a produtividade das organizações, devendo estar associados às áreas mais relevantes das empresas para auxiliar os gestores na tomada de decisão. Com isso, o desenvolvimento e o uso de indicadores ou métricas de desempenho constituem um elemento fundamental na construção de uma gestão eficiente.

Considerando que os indicadores retratam o resultado dos processos das empresas e que esses resultados podem ser influenciados pela forma de gestão utilizada, Bloom e Van Reenen (2010), em pesquisa realizada com uma amostra de quase 1200 hospitais de vários países do mundo (Canadá, França, Alemanha, Itália, Suécia, Reino Unido e EUA), identificaram melhorias nos indicadores de desempenho dos hospitais com a implantação de melhorias nas práticas de gestão hospitalar.

Para Vignochi, Gonçalo e Lezana (2014), o compartilhamento de informações é essencial para a aplicação do sistema de indicadores. No estudo que propôs estudar a forma com que os gestores hospitalares utilizam indicadores de desempenho, sob a ótica da gestão do conhecimento baseada em evidencias de um hospital público e outro filantrópico, percebeu-se

que o uso de indicadores no hospital público privilegia o desenvolvimento do conhecimento e o uso de indicadores no hospital filantrópico tem ênfase na gestão da qualidade.

Segundo Anema (2013), para possibilitar medições objetivas e comparáveis da qualidade de atendimento dos hospitais, as organizações que solicitam informações de desempenho devem formalizar os indicadores que utilizam, incluindo a padronização de todos os elementos de dados do qual o indicador é composto. A própria ANVISA estabelece que a terminologia, as definições, o vocabulário e a nomenclatura utilizada devem estar acordados e padronizados, de maneira uniforme, para facilitar as comparações de dados e entre hospitais (ANVISA, 2017).

De acordo com Freitas (2014), no âmbito de regulação hospitalar através dos indicadores de desempenho, de processo e resultados, a Portaria n.º 3.390/2013, no Eixo de Responsabilidades do Ministério da saúde, formaliza que é de sua competência o estabelecimento de mecanismos de controle, regulação, monitoramento e avaliação das ações realizadas no âmbito hospitalar, por meio de indicadores de desempenho, de processos e de resultados.

Com o objetivo de apoiar os hospitais com os cálculos corretos dos indicadores e melhorar a qualidade dos dados coletados, e exercendo seu poder regulatório, o Ministério da Saúde em 2002 publicou a Portaria n.º 312/2002 compondo a ficha técnica de alguns indicadores que se tornaram obrigatórios para os hospitais. A ficha técnica padroniza as informações de construção dos indicadores permitindo que os hospitais, respeitando as características de porte e perfil de atendimento, possam realizar comparações de desempenho das suas atividades. Os indicadores padronizados pelo MS, direcionam o foco para os processos operacionais e de qualidade assistencial, tendo pouca abrangência de aspectos econômicos financeiros, conforme ilustrado no quadro 2.

Quadro 2 - Indicadores padronizados pelo Ministério da Saúde em 2002.

Indicador	Conceituação
Média de pacientes-dia	Relação entre o número de pacientes-dia e o número de dias, em determinado período.
Média de permanência	Relação entre o total de pacientes dia e o total de pacientes que tiveram saída do hospital em determinado período, incluindo os óbitos.
Taxa de ocupação hospitalar	Relação percentual entre o número de pacientes-dia e o número de leitos-dia em determinado período, porém considerando-se para o cálculo dos leitos dia no denominador os leitos instalados e constantes do cadastro do hospital, incluindo os leitos bloqueados e excluindo os leitos extras.

Taxa de mortalidade hospitalar	Relação percentual entre o número de óbitos ocorridos em pacientes internados e o número de pacientes que tiveram saída do hospital, em determinado período.
Taxa de infecção hospitalar	É a relação percentual entre o número de infecções adquiridas pelo paciente, durante sua permanência no hospital, em determinado período, e o número de pacientes saídos (altas e óbitos) no mesmo período.
Proporção de partos Cesárias	Percentual de partos cesáreos no total de partos hospitalares, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Taxa de cirurgias suspensas	Relação do percentual de cirurgias suspensas no total de cirurgias agendadas em determinado período,

Fonte: Adaptado de Freitas (2014).

Com o foco voltada para a qualidade assistencial, a ANS também padronizou os indicadores hospitalares que são avaliados no Programa de Qualificação dos Prestadores de Serviços de Saúde (QUALISS), instituído com a Resolução Normativa nº 405/2016, visando estimular a qualificação dos prestadores de serviços na saúde suplementar e aumentar a disponibilidade de informações sobre o setor. O quadro 3 apresenta os indicadores do QUALISS, com as fórmulas de cálculos padronizadas.

Quadro 3 - Relação dos indicadores do Programa QUALISS para hospitais da ANS.

Nome	**Fórmula**
Proporção de enfermeiros/profissionais de enfermagem por leito	Relação do número de enfermeiros ou número de profissionais de enfermagem com o número de leitos da instituição ou setor.
Monitoramento de uso de prontuários eletrônicos	Nota atribuída pelo respondente da pergunta em questão (Hospital participante do QUALISS)
Monitoramento da capacidade do prestador em envolver o paciente nas decisões relativas à sua saúde	Somatório das notas atribuídas pelos usuários em questão dividido pelo número de avaliações realizadas pelos usuários para a mesma questão.
Monitoramento na capacidade de escuta e comunicação do prestador	Somatório das notas atribuídas pelos usuários em questão dividido pelo número de avaliações realizadas pelos usuários para a mesma questão.
Conformidade com os padrões de identificação do paciente	Relação entre o número de pacientes internados com pulseiras padronizadas pelo número de pacientes internados, multiplicado por 100.
Taxa de densidade de incidência de infecção de corrente sanguínea associada a cateter venoso central - CVC, com confirmação microbiológica, na Unidade de terapia intensiva - UTI adulto, pediátrica ou neonatal.	Relação entre o número de casos novos de Infecção Primária de Corrente Sanguínea Laboratorial - IPCSL no período pelo número de CVC no período, multiplicado por 100.
Conformidade com os padrões de cirurgia segura	Relação entre o número de pacientes submetidos à cirurgia com verificação de *check list* em um mês pelo número de pacientes submetidos à cirurgia em um mês, multiplicado por 100.

Monitoramento da implantação de diretrizes e protocolos clínicos	Evidencias de elaboração, desenvolvimento e implantação de protocolos clínicos para sepse e isolamento, há pelo menos, quatro meses.
Monitoramento do tempo de espera na urgência e emergência	Relação entre o número de pacientes classificados na categoria de atendidos no tempo de espera em emergência e urgência pelo número de pacientes classificados em emergência e urgência.
Proporção de partos normais em relação ao número total de partos realizados no hospital	Relação entre o número de partos normais realizados no hospital pelo número de partos no mesmo período
Proporção de readmissão em até 30 dias da alta hospitalar	Relação entre o número total de readmissões em qualquer hospital em até 30 dias da última alta hospitalar pelo número total de internações, multiplicado por 100.
Taxa de Mortalidade Neonatal entre recém-nascidos - RN de moderado baixo peso em maternidade	Relação entre o número total de óbitos de RN com baixo peso ao nascer (1500 <= RN <2.500g) pelo número total de saídas de RN com baixo peso ao nascer (1500 <= RN <2.500g).
Percentual de altas hospitalares a partir da UTI	Relação entre o número de altas a partir da UTI e o número total de altas hospitalares.
Taxa de retorno não planejado a sala de cirurgia	Relação entre o número de retornos não planejados à sala de cirurgia e o número total de cirurgias.
Tempo Médio de internação	Relação entre a soma do tempo de permanência para todas as altas (saídas) e o número total de altas (saídas) do hospital, no mesmo período.

Fonte: Adaptado com base em ANS (2017).

O estudo de Machado, Martins e Martins (2013) revisou a literatura sobre a avaliação da qualidade hospitalar no Brasil e analisou as principais abordagens, metodologias e indicadores utilizados. Foram identificados 2.169 documentos e incluídos 62 documentos na revisão, que representam 48 estudos distintos, entre 1990 e 2011. Os resultados indicam o destaque da aplicação dos indicadores de taxa de mortalidade, taxa de adequação, taxa de eventos adversos e tempo de permanência.

Com o foco econômico financeiro, um estudo realizado por Souza et al. (2013), analisou com base nos dados internos de um hospital a situação financeira e explorou a relação desses dados com indicadores de outros hospitais brasileiros. Os resultados do estudo evidenciaram a fragilidade financeira das organizações hospitalares em geral e constatou que os indicadores utilizados na análise financeira de empresas também podem ser aplicados na avaliação de desempenho das organizações hospitalares.

O estudo de Barbosa, Souza e Santos (2015), dedicou-se a análise da utilização de indicadores operacionais e financeiros como forma de avaliar o desempenho de hospitais, considerando as especificidades dessas organizações. A revisão teórica realizada pelos autores

sugere uma série de indicadores hospitalares categorizados como financeiro e operacionais, conforme exposto no quadro 4.

Quadro 4 - Principais indicadores de desempenho hospitalar.

Autores	Indicadores utilizados
Barnum e Kutzin (1993)	Taxa média de permanência do paciente, Taxa de ocupação, Margem operacional e Giro do ativo.
Marinho (2001) e Marinho e Façanha (2001)	Taxa de ocupação, Taxa média de permanência, Taxa de rotatividade e porte do hospital.
Marinho et al. (2001)	Taxa de ocupação e Giro do ativo.
Silva et al. (2006)	Taxa de ocupação de leitos, Prazo médio de permanência, Taxa de rotatividade dos leitos e Taxa de mortalidade.
Younis et al. (2006)	Taxa de ocupação, Nº de leitos e Retorno sobre o ativo.
Souza et al. (2009)	Liquidez corrente, Liquidez seca, Liquidez geral, Giro do ativo, Giro do ativo permanente, Giro do ativo circulante, Margem líquida, Margem operacional, Composição do endividamento, Relação capital de terceiros e próprio, exigível a longo prazo sobre patrimônio líquido, Margem EBITD, Margem EBITDA, Retorno sobre o patrimônio líquido, Retorno sobre o ativo, Nº de profissionais, Total de leitos, Receita bruta, Receita líquida e Ativo total.
La Forgia e Couttolenc (2009)	Taxa de ocupação, Taxa de rotatividade e Taxa média de permanência, Altas hospitalares por leito, Funcionários por leito, Equipamentos por leito.
Silva (2008)	Taxa de ocupação, Taxa de mortalidade geral, Taxa de mortalidade da UTI, Taxa de mortalidade dos asilos, Taxa de eficácia terapêutica, Taxa de reinternação, Taxa de ocupação dos leitos asilares e Taxa média de permanência.
Schuhmann (2008)	Taxa de ocupação, Taxa média de permanência, Mix de pacientes internados/ambulatorial, Margem operacional, Tempo médio para recebimento, Tempo médio para pagamento de despesas com pessoal.
Guerra e Souza (2011)	Taxa de ocupação, Taxa média de permanência, Leitos ocupados e Taxa de eficácia terapêutica sobre número de leitos, Participação do capital de terceiros, Liquidez corrente, Prazo médio de pagamento, Giro do ativo, Margem operacional, Retorno sobre o ativo e Endividamento.

Fonte: Barbosa, Souza e Santos (2015).

Devido a quantidade de indicadores de desempenho hospitalar disponíveis para serem incorporados na gestão dos hospitais, estes costumam ser agrupados por áreas, apresentando diferenças nas classificações de acordo com alguns autores. Na pesquisa de Barbosa, Souza e Santos (2015), todos os indicadores não financeiros foram considerados operacionais, não utilizando o conceito assistencial ou de qualidade, mencionado pelo Ministério da Saúde e ANVISA. Rossaneis et al (2015) classificaram os indicadores apenas como indicadores de qualidade da assistência aqueles com o foco voltado para os resultados

dos processos de cuidado com os pacientes, integrando nestes indicadores de produção como taxa de ocupação hospitalar e de recursos humanos, como rotatividade e absenteísmo. Vignochi, Gonçalo e Lezana (2014) classificaram os indicadores hospitalares em dois grandes grupos: qualidade da assistência e desempenho econômico.

Abordagem teórica realizada sobre avaliação de desempenho hospitalar e indicadores utilizados para o acompanhamento das diversas áreas dos hospitais encerra o capítulo da fundamentação dessa pesquisa e sustenta a realização das etapas posteriores detalhadas no capítulo da metodologia, abordado na próxima seção.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta o método de pesquisa utilizado na realização deste estudo, descrevendo a abordagem, as estratégias de pesquisa, o *framework* de pesquisa, a população definida, os critérios para a composição e seleção da amostra, as etapas da coleta e por fim, as técnicas de análise de dados utilizadas bem como as justificativas que sustentam cada escolha realizada.

3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

Baseando-se na busca de melhor responder à pergunta norteadora da pesquisa e o objetivo principal deste trabalho, optou-se pela realização da uma pesquisa de método misto. Para Creswell (2010), no método misto o pesquisador combina técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa em um único estudo. A combinação de dados qualitativos e quantitativos permite ao pesquisador a compreensão da convergência desses dados, objetivando complementar, neutralizar ou reforçar um ao outro (CRESWELL, 2010).

De acordo com Creswell (2010), a utilização de métodos diferentes de pesquisa pode ocorrer em diferentes estágios, sequencialmente ou em fases. Porém, o objetivo maior dessa combinação é fornecer um panorama mais completo e uma compreensão mais profunda do problema de pesquisa, possibilitando que as conclusões obtidas também sejam mais confiáveis. Assim, a abordagem metodológica desta pesquisa foi dividida em duas etapas: a primeira qualitativa e a segunda quantitativa, as etapas foram concluídas de forma sequencial.

Na etapa qualitativa realizou-se a identificação e categorização dos indicadores de desempenho utilizados na área hospitalar e a apuração e categorização das ações das agências reguladoras de saúde que potencialmente geram impacto no desempenho dos hospitais. Segundo Collis e Hussey (2005), a pesquisa qualitativa é mais subjetiva que a quantitativa e envolve o ato de examinar e refletir as percepções para obter um entendimento de atividades sociais e humanas.

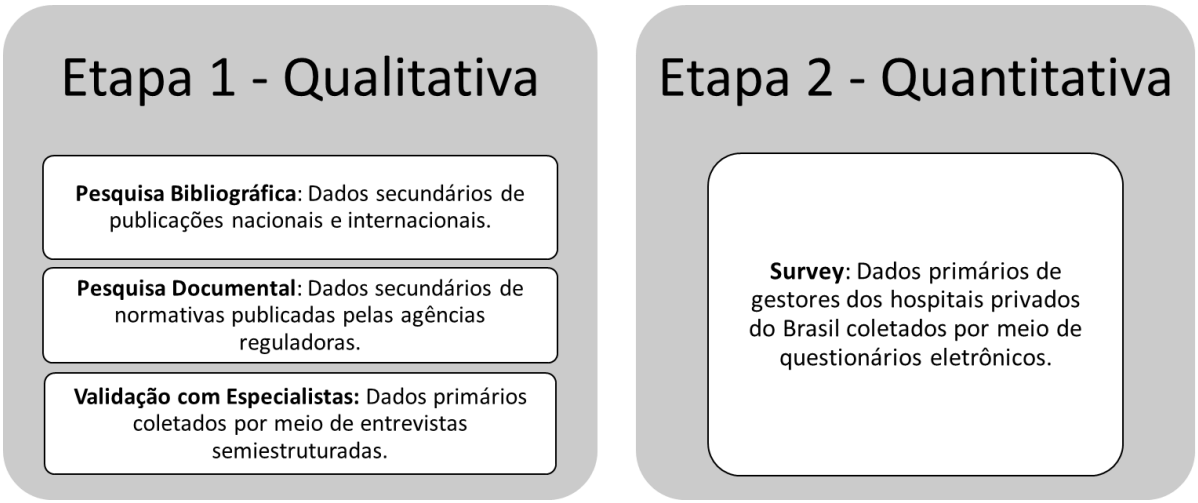
Na segunda etapa da pesquisa realizou-se uma abordagem quantitativa com a elaboração e aplicação do questionário, com questões de múltipla escolha, testando a relação entre as variáveis identificadas na fase anterior. Para Silveira et al. (2004), a pesquisa quantitativa analisa características diferenciadas, entre dois ou mais grupos, buscando provar a presença de relação entre as variáveis. Gunther (2006) reforça esse conceito ao afirmar que a abordagem quantitativa busca processar dados numéricos a fim de obter as inferências que

emergem da compreensão sobre as relações estabelecidas entre essas variáveis, confirmando a adequação da abordagem escolhida para obter os dados necessários para a realização deste estudo.

3.2 ESTRATÉGIA DA PESQUISA

Ao optar por uma pesquisa de método misto o pesquisador deve atentar-se para a escolha da estratégia mais adequada para cada fase, se preocupando para que o método melhor responda aos objetivos da pesquisa (CRESWELL, 2010). Considerando a existência de duas etapas distintas neste estudo, foram adotas estratégias de pesquisa diferentes para cada uma das etapas, conforme ilustrado na Figura ¨6:

Figura 6 - Etapas da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Na etapa qualitativa utilizou-se a pesquisa bibliográfica, baseada em dados secundários – basicamente informações publicadas na literatura nacional e internacional com o objetivo de identificar os indicadores de desempenho hospitalar. Nesse método o pesquisador consegue a partir da literatura, identificar as variáveis de pesquisa que podem ser testadas para responder à pergunta de pesquisa, estando dessa forma alinhados com os propósitos deste estudo (BRYMAN, 2006).

Ainda nesta etapa, utilizou-se a pesquisa documental, para a apuração e categorização das ações das agências reguladoras de saúde que potencialmente impactam no desempenho dos hospitais. De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental apesar de bastante parecida com a pesquisa bibliográfica, diferencia-se devido à natureza das fontes utilizadas que

no caso desta pesquisa, as legislações publicadas pela ANS e pela ANVISA, em diário oficial da união.

Para a conclusão desta etapa realizou-se duas entrevistas semiestruturadas com profissionais especialistas na área de gestão hospitalar, para a validação das categorias construídas sobre o qual foi construído o questionário proposto para a realização da segunda etapa da pesquisa. A entrevista semiestruturada foi escolhida por valorizar a presença do investigador, oferecendo "todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação" (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Na segunda etapa, que envolveu dados quantitativos, realizou-se uma pesquisa *survey* com gestores hospitalares, por meio de questionário eletrônico estruturado. Para Barbie (2005, p. 95), a pesquisa *survey* se refere a um tipo específico de pesquisa social empírica, apresentando diversas finalidades, dentre as quais estão a descrição, explicação e a exploração de algum tema. (O roteiro da pesquisa tem relevância?)

O quadro 5 relaciona a estratégia adotada para cada objetivo específico desenhado para esta pesquisa.

Quadro 5 - Relação entre objetivos específicos e estratégias adotadas.

Objetivos específicos	Estratégia adotada
1. Identificar e categorizar os indicadores de desempenho hospitalar.	Pesquisa Bibliográfica
2. Apurar e categorizar as ações das agências reguladoras que possam impactar no desempenho dos hospitais.	Pesquisa documental
3. Estimar o impacto gerado pelas agências reguladoras no desempenho dos hospitais.	*Survey*

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Quanto ao horizonte de tempo esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa de corte transversal (Gil, 2008), por compreender a coleta da percepção dos gestores hospitalares, sobre a relação das duas variáveis desenhadas, em apenas um momento. Quanto ao objetivo da pesquisa, trata-se de uma pesquisa descritiva (Vergara, 2004) por expor as características de determinada população estabelecendo correlação entre as variáveis, apresentando os procedimentos seguidos e resultados obtidos.

3.3 OBJETO DE ESTUDO

Considerou-se como unidade de análise principal deste estudo os hospitais privados brasileiros, entendidos de forma conceitual como aquele hospital que integra o patrimônio de uma pessoa natural ou jurídica de direito privado, não instituído pelo Poder Público. Os hospitais privados são financiados por pessoas físicas ou jurídicas de natureza privada, isto é, não participam do financiamento direto do Estado (SOUZA; BODSTEIN, 2002). Nesta pesquisa os hospitais filantrópicos são considerados privados.

Para uma delimitação correta da pesquisa tornou-se necessária a definição da população e esta pode ser entendida como "um conjunto de elementos [...] que possuam as características que serão objetos de estudo" (VERGARA, 2004, p. 50). A população deste estudo é composta por gestores de hospitais de natureza privada, incluindo neste conceito os hospitais filantrópicos, de todo o território nacional.

Gestores hospitalares são profissionais com diversas formações técnicas que ocupam cargos nos três níveis de gestão: Estratégico (presidentes, diretores e superintendentes), tático (gerentes e coordenadores) e operacional (líderes operacionais).

O CNES disponibilizou em janeiro de 2017 em seu *site* oficial, os dados sobre os hospitais do Brasil, com um total de 6.712 hospitais em funcionamento no Brasil, onde 70% destes (4.698) eram hospitais privados.

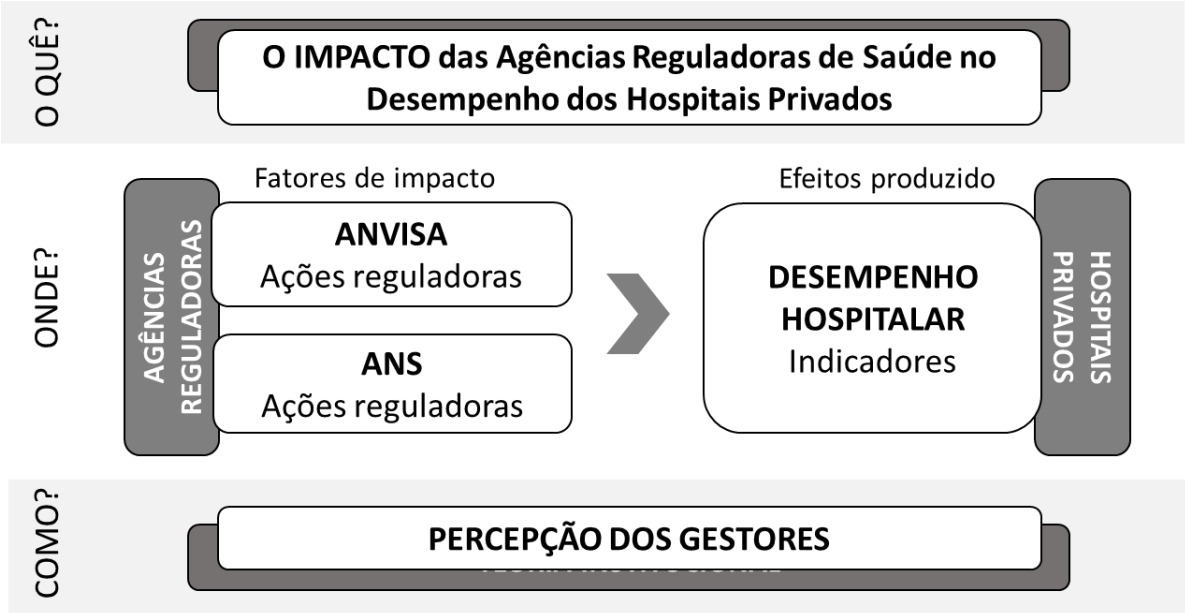
A amostra desse estudo é não-probabilística (Gil, 2008), definida de forma intencional por conveniência e facilidade de acesso aos gestores hospitalares, identificada pelo recebimento dos questionários respondidos.

3.4 *FRAMEWORK* DE PESQUISA

Com base no referencial teórico adotado e as escolhas metodológicas realizadas estruturou-se o modelo explicativo de pesquisa ilustrado na Figura 7. Ao questionar "O quê?", o modelo propõe o entendimento do objetivo central do estudo: Identificar o impacto das agências reguladoras no desempenho dos hospitais privados no Brasil. Na investigação de impacto entende-se que se busca identificar o efeito ou a relação de algo sobre algo. A pergunta "Onde?" trata da identificação das duas variáveis ilustradas no modelo. A variável Agências Reguladoras com as ações reguladoras, consideradas como os potenciais fatores geradores de impacto na segunda variável: o desempenho dos hospitais privados, verificada por meio dos

indicadores de desempenho hospitalar. Para finalizar, a etapa “Como” do modelo trata do meio pelo qual o impacto será avaliado: considerando a percepção dos gestores que atuam nos hospitais privados.

Figura 7 - Modelo explicativo da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O modelo explicativo da pesquisa contempla duas variáveis criadas para serem testadas na etapa quantitativa (com dados primários):

a) Variáveis dependentes: Considerando a vasta gama de indicadores de desempenho levantada e exposta na fundamentação teórica deste estudo, foram selecionados apenas os indicadores com maior frequência de citação e que mais representam as áreas de desempenho hospitalar, se adequando ao objetivo da pesquisa. Os indicadores selecionados foram agrupados em macro categorias chamadas de Perspectiva e subcategorias chamadas de Foco, servindo de sustentação para representar a área de desempenho hospitalar testada no questionário da *survey*. As variáveis dependentes da pesquisa encontram-se expostas no quadro 6.

Quadro 6 - Variáveis dependentes: Áreas de desempenho hospitalar.

Perspectiva	Foco	Indicadores
Área Econômico Financeira	Liquidez	Liquidez Geral
		Liquidez Corrente
		Liquidez Seca
		Disponibilidade de caixa
	Rentabilidade	Rentabilidade do Ativo
		Rentabilidade do Patrimônio Líquido
		Giro do Ativo
	Lucratividade	Margem Líquida
		EBITDA
Área de Processos Operacionais	Logística	Taxa de Ocupação Hospitalar
		Rotatividade de leitos
	Eficiência	Funcionários por leito
		Tempo médio de permanência
Área de Qualidade Assistencial	Segurança	Taxa de Infecção hospitalar
		Índice de Eventos adversos
	Eficiência	Taxa de Mortalidade
		Número de pacientes por enfermeiros
	Satisfação	Índice de Satisfação dos clientes

Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Justifica-se a seleção destas variáveis em função de comporem um grupo de métricas que permitem a mensuração do desempenho de hospitais, adotadas em vários estudos pertinentes a área e explorados na seção 4.1, a seguir. Os indicadores de desempenho selecionados para compor as variáveis de pesquisa, foram agrupados em três grandes áreas de desempenho hospitalar, definidas como:

Área de desempenho econômico financeiro: Aborda os aspectos referentes a gestão financeira de recursos, incluindo os indicadores de liquidez, de lucratividade e de rentabilidade, voltado atenção para as estratégias econômicas e financeiras do hospital.

Área de processos operacionais: Permitem o acompanhamento de processos da estrutura operacional do hospital e contempla os indicadores de produção relacionados a

volume de atendimentos e de eficiência processual das áreas de apoio como manutenção, suprimentos, faturamento, higienização, engenharia clínica, entre outros.

Área de qualidade assistencial: Contempla os serviços diretamente ligados ao atendimento dos pacientes e familiares, representados por profissionais com formação específica da área da saúde, focando na mensuração da segurança e eficiência da assistência prestada e da satisfação dos clientes.

b) Variáveis independentes: Objetivando identificar o impacto nas variáveis dependentes da pesquisa, as ações das agências reguladoras de saúde foram analisadas, agrupadas em categorias reguladoras e posteriormente selecionadas de acordo com a possibilidade de impacto gerado no desempenho hospitalar. As variáveis selecionadas para serem testadas e sustentarem os eixos do questionário construído, estão expostas nos quadros 7 e 8.

Quadro 7 - Variáveis independentes: categorias reguladoras da ANVISA.

Perspectiva	Foco	Categorias Reguladoras
Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	ANVISA1: Definição de gestão de eventos do paciente em estabelecimentos de saúde
		ANVISA2: Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados
	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	ANVISA3: Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANVISA.
Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização, importação, exportação e consumo de produtos	ANVISA4: Medicamentos e Substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira; Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial
		ANVISA5: Produtos e equipamentos médicos

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

As variáveis da ANVISA podem ser conceituadas a partir das ações regulatórias que as compõem:

ANVISA1: Definição de gestão de eventos do paciente em estabelecimentos de saúde: Composta por legislações que estabelecem a obrigatoriedade da formação do núcleo de segurança do paciente nos serviços hospitalares objetivando a redução, a um mínimo aceitável, do risco de dano desnecessário associado à atenção à saúde (MS, 2013), e os mecanismos de notificação e gestão de eventos adversos, estabelecendo práticas de vigilância e monitoramento sobre o uso de sangue, saneantes, materiais, dispositivos, equipamentos e medicamentos,

incluindo as infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS), em busca de uma atenção qualificada à saúde (ANVISA, 2016).

ANVISA2: Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados: Composto por legislações que estabelecem o cumprimento de requisitos técnicos específicos para áreas de serviços de saúde: agência transfusional, unidade de terapia intensiva, central de material e esterilização (CME), entre outros. Os requisitos contemplam aspectos de estrutura física, equipamentos necessários, dimensionamento de profissionais das diversas equipes de acordo com o tamanho e complexidade da demanda de atendimentos, além dos documentos necessários para a comprovação de processos de educação continuada e gestão da qualidade nessas áreas.

ANVISA3: Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANVISA. Composta por legislações pertinentes as competências da ANVISA na aplicação do seu poder de polícia, estabelecendo os procedimentos administrativos para a realização de auditorias fiscalizadoras, e os instrumentos legais utilizados na apuração das infrações e aplicação de sanções aos serviços de saúde.

ANVISA4: Medicamentos e Substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira; Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial. Composta por legislações pertinentes a todos os processos da cadeia produtiva de medicamentos e substâncias listadas na farmacopeia brasileira, definida como um conjunto de informações técnicas que retratam a nomenclatura das substâncias, dos medicamentos básicos (princípios ativos e coadjuvantes), requisitos de qualidade, insumos, compostos e equipamentos farmacêuticos (ANVISA, 2016). As legislações desta categoria listam as substâncias de controle especial, definidas pela ANVISA como aquelas substâncias com ação no sistema nervoso central, capazes de causar dependência física ou psíquica, motivo pelo qual necessitam de um controle mais rígido do que o controle proposto para as substâncias comuns.

ANVISA5: Produtos e equipamentos médicos. Composta por legislações pertinentes aos insumos utilizados na prática de assistência aos pacientes (exceto os medicamentos), abrangendo a utilização de órteses e próteses, insumos cirúrgicos, descartáveis, incluindo os cuidados com a produção, comercialização, armazenamento, utilização e descarte. As legislações dessa subcategoria abordam também os requisitos técnicos necessários para a gestão de equipamentos médicos utilizados em serviços de saúde.

Quadro 8 - Variáveis independentes: categorias reguladoras da ANS.

Perspectiva	Foco	Categorias Reguladoras
Qualidade Assistencial	Cobertura das necessidades dos beneficiários	ANS1: Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.
		ANS2: Instituição de ouvidoria, acompanhamento das notificações e pesquisa de satisfação dos beneficiários.
		ANS3: Termos de contratação de planos privados de saúde, regras para garantias de atendimento ou suspensão de coberturas.
Sustentabilidade do setor	Regulação econômico financeira	ANS4: Controle de preços praticados e reajustes aplicados pelas Operadoras aos beneficiários.
	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado	ANS5: Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
		ANS6: Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
		ANS7: Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
	Microrregulação dos prestadores de serviços de saúde suplementar.	ANS8: Regras de Contratos entre Operadoras e Prestadores de serviços, substituição de prestadores e redimensionamento de rede.
		ANS9: Regras de relacionamento entre prestadores de serviços e beneficiários.
		ANS10: Qualificação dos prestadores de Saúde pelas Operadoras e regras de reajustes.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Justifica-se a escolha das variáveis independentes da pesquisa pelo teor do conteúdo dos documentos que as compõem. Da classificação realizada com todas as legislações das agências, foram selecionadas apenas as que continham assuntos direcionados à área hospitalar ou aos produtos/equipamentos que se relacionam com a sua cadeia de serviços. As variáveis foram analisadas e aprovadas por especialistas da área de gestão hospitalar.

As variáveis da ANS podem ser conceituadas da seguinte forma, de acordo com os documentos regulatórios que as compõem:

ANS1: Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados. Composta por legislações pertinentes ao estabelecimento de um rol de procedimentos, que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima nos planos privados de assistência à saúde contratados. Nesta subcategoria estão incluídas as regras de autorização de coberturas especiais como as medicações de uso

domiciliar, remoção de pacientes hospitalizados, além das legislações publicadas para atualizar o rol de procedimentos padronizado pela ANS.

ANS2: Instituição de ouvidoria, acompanhamento das notificações e pesquisa de satisfação dos beneficiários. Composta por legislações pertinentes a obrigatoriedade das operadoras de planos de saúde a implantarem um serviço de ouvidoria dos beneficiários, a necessidade de prestação de contas das notificações recebidas bem como, a realização de pesquisa de satisfação dos clientes.

ANS3: Termos de contratação de planos privados de saúde, regras para garantias de atendimento ou suspensão de coberturas. Composta por legislações pertinentes a regulação da relação contratual entre operadoras e beneficiários, estabelecendo garantias de atendimento, abrangência, regras de suspensão temporária ou definitiva de cobertura bem como, os procedimentos administrativos para a solicitação de coberturas adicionais.

ANS4: Controle de preços praticados e reajustes aplicados pelas operadoras aos beneficiários. Composta por legislações pertinentes aos reajustes de preços de contratos entre operadoras e beneficiários, como o índice de reajuste e fator moderador a ser aplicado (preços praticados de acordo com a utilização dos serviços de saúde pelos beneficiários).

ANS5: Regras de habilitação e manutenção de operadoras e de produtos comercializados (planos). Composta por legislações pertinentes a concessão de funcionamento das operadoras e sua manutenção no mercado é regulada por normativas que abordam: formação mínima de administradores de operadoras, monopólio de mercado, obrigatoriedade de cobertura dos beneficiários e atendimentos das exigências fiscalizatórias da ANS.

ANS6: Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar. Composta por legislações pertinentes ao estabelecimento de procedimentos para a troca de informações entre operadoras, ANS e prestadores de serviços (Hospitais), incluindo o padrão TISS e o formato XML (Extensible Markup Language). O componente de conteúdo e estrutura do Padrão TISS estabelece a arquitetura dos dados utilizados nas mensagens eletrônicas e no plano de contingência, para coleta e disponibilidade dos dados de atenção à saúde, além de definir o conjunto de termos para identificar os eventos e itens assistenciais na saúde suplementar, consolidados na Terminologia Unificada da Saúde Suplementar – TUSS (ANS, 2017).

ANS7: Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS. Composta por legislações pertinentes as competências da ANS na aplicação do seu poder regulatório, estabelecendo os procedimentos administrativos para a realização de auditorias fiscalizadoras e dos instrumentos legais utilizados na apuração das infrações e aplicação de

sanções as operadoras de planos de saúde, nos casos de descumprimento de normas legais ou contratuais obrigatórias, na relação entre operadoras, beneficiários, prestadores de serviços (Hospitais) e ANS.

ANS8: Regras de Contratos entre Operadoras e Prestadores de serviços, substituição de prestadores e redimensionamento de rede. Composta por legislações pertinentes a obrigatoriedade de contratos escritos entre Operadoras e Prestadores de Serviços, contendo itens pré-determinados como as penalidades por quebra contratual, proibições de relações entre as partes e beneficiários, além da descrição das formas de reajuste contratual.

ANS9: Regras de relacionamento entre prestadores de serviços e beneficiários. Composta por legislações pertinentes a proibição da exigência de caução por parte dos prestadores de serviços, necessidade de solicitação de autorização às Operadoras para execução de procedimentos, além das definições de atendimento de urgência e emergência.

ANS10: Qualificação dos prestadores de Saúde pelas Operadoras e regras de reajustes. Composta por legislações pertinentes a criação do Programa de Qualificação dos Prestadores de Serviços na Saúde Suplementar – QUALISS bem como, o fator de qualidade a ser aplicado ao índice de reajuste definido pela ANS.

O levantamento completo dos indicadores de desempenho hospitalar e das ações das agências reguladoras de saúde realizado nesta pesquisa, encontram-se expostos no capítulo 4, junto com a apresentação dos demais resultados do estudo.

3.5 COLETA DE DADOS

O conjunto de dados secundários coletados por meio de pesquisa bibliográfica foi extraído de periódicos científicos nacionais e internacionais, publicados nas bases Google Acadêmico, Portal de periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, SCOPUS e OVID, no período de 2011 a 2015, disponíveis em formato completo, com acesso livre *(open access)*, publicados em português ou inglês. Essa fase da pesquisa foi realizada no período de 20/05/2016 a 17/06/2016.

Uma vez definido o campo amostral iniciou-se a escolha das palavras-chave (descritores). Após alguns testes nas bases de dados com a leitura não estruturada dos títulos chegou-se aos descritores apresentados no quadro 9, que apresentaram os resultados mais alinhados com o tema da pesquisa.

Quadro 9 - Descritores utilizados na pesquisa.

Descritores em Português			Descritores em Inglês		
"Indicadores de desempenho"	AND	Hospital Hospitalar	“Performance Indicator”	AND	Hospital
“Avaliação de desempenho”	AND	Hospital Hospitalar	“Performance evaluation” “Performance management”	AND	Hospital

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Ainda na fase qualitativa, foi realizado a pesquisa documental para a coleta dos dados referentes as ações das agências reguladoras de saúde, nos *sites* oficiais das ANS e da ANVISA, no período de 05 de janeiro a 23 de janeiro de 2017, com os seguintes termos de busca nas publicações:

a) Publicações dos últimos 5 anos (2012 – 2016);
b) Publicações com *status* vigentes (excluindo-se as revogadas);
c) Publicações de todas as áreas de abrangências das agências reguladoras de saúde: No site da ANVISA devido a necessidade de parametrização, foram selecionados todos os itens de abrangência (serviços de saúde; serviços de interesse para saúde; sangue, tecido, células e órgãos; saneantes; produtos para a saúde; medicamentos; laboratórios analíticos; insumos farmacêuticos; gestão institucional; protocolos e taxas; alimentos).

O universo de documentos extraídos dos *sites* oficiais com os termos de busca utilizado resultou num universo de 1.481 sendo 1.147 publicações da ANS e 336 publicações da ANVISA.

A primeira fase da pesquisa foi finalizada com a coleta de dados primários extraídos das entrevistas semiestruturadas com especialistas em gestão hospitalar com o objetivo de validar os levantamentos e as classificações realizadas com as variáveis da pesquisa, além de testar o questionário construído para a etapa *survey*. Os participantes foram selecionados em função da acessibilidade dos profissionais, tendo como características:

a) Formação mínima de mestre;
b) Estar ocupando cargo de diretor de hospital privado;
c) Ter mais de 10 anos de experiência em gestão hospitalar.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial, nos dias 15 e 17 de junho de 2017, gravadas com ciência e autorização dos entrevistados. Ao tocante à bioética, cada participante recebeu o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”. Para o direcionamento da entrevista foi utilizado um roteiro estruturado, exposto no apêndice A, e a apresentação

impressa dos seguintes levantamentos realizados na pesquisa, que seriam foco de discussão e validação:

a) Levantamento e classificação dos indicadores de desempenho hospitalar;
b) Levantamento e classificação das ações reguladoras;
c) Questionário elaborado para a *survey*.

As considerações dos especialistas resultaram em melhorias nas nomenclaturas de classificação, alterações de classificação de alguns itens e melhorias explicativas nas perguntas elaboradas para o questionário. As alterações foram encaminhadas por *e-mail* aos especialistas para validação da versão final.

A coleta de dados primários da etapa quantitativa da pesquisa se deu por meio de um questionário informatizado construído com a ferramenta gratuita Google Formulários, apresentado no apêndice B, e divulgado pelos sites de relacionamento pessoal e profissional: *LinkedIn, Facebook, Instagram* e pelo aplicativo de comunicação *WhatsApp*.

No *LinkeIn, Instagram* e *WhatsApp* divulgou-se a pesquisa pela rede de contatos da pesquisadora de forma gratuita, com o auxílio dos profissionais e acadêmicos conhecidos, para o compartilhamento do convite da pesquisa nos diversos grupos de discussões contendo como participantes profissionais que atuam na gestão hospitalar.

No *Facebook* a publicação foi realizada de forma patrocinada, com o investimento de R$ 340,00 (trezentos e quarenta reais). A configuração do anúncio foi realizada objetivando o alcance de respondentes que se enquadrassem no objetivo da pesquisa com os seguintes filtros: Usuários com Campo de estudo: Gestão Hospitalar, Medicina, Enfermagem, Farmácia; e Cargos: Médico, Enfermeiro, Farmacêutico.

A coleta de dados ocorreu do dia 20/07/2017 ao dia 09/08/2017, apresentando os seguintes dados de alcance:

a) No *Facebook*: 980 curtidas, 248 cliques no link da pesquisa, 13 comentários e 44 compartilhamentos, com um total de 17.448 pessoas alcançadas. A faixa etária de maior abrangência foi de 25 a 44 anos correspondendo a aproximadamente 82% dos usuários alcançados. São Paulo foi o estado de maior interação com a publicação, com 2.556 usuários alcançados, seguido por Rio de Janeiro e Minas Gerais. O Estado com menor interação foi Amapá com 72 usuários. Entende-se por interação os usuários que abriram o *post* para ler
b) A publicação realizada no *LinkedIn* despertou o interesse de 514 profissionais que visualizaram a publicação, 15 publicaram que “gostaram” e apenas 1 profissional compartilhou. As visualizações de maior incidência foram de

usuários de São Paulo e região (41 profissionais), Blumenau (34 profissionais) e Goiânia e região (13 profissionais).

c) No *Instagram* apenas 10 usuários curtiram a publicação e não existem dados publicados sobre a quantidade de pessoas que visualizaram.

d) No *WhatsApp* a publicação foi enviada para 87 profissionais de forma direta, 3 grupos profissionais com 274 pessoas além dos compartilhamentos individuais realizados de forma espontânea pelos contatos da pesquisadora o qual não possibilita o mapeamento.

Além das publicações, a pesquisa foi divulgada por meio de mensagens diretas e individuais aos usuários que interagiram com a publicação e se enquadravam o público alvo da pesquisa. Esta forma de abordagem se mostrou mais eficiente e possibilitou um retorno maior de questionários preenchidos. Ao final das abordagens foram computadas 336 mensagens individuais enviadas para contatos do *LinkedIn* e *Facebook* que interagiram com as publicações da pesquisa.

O *post* criado para atrair os respondentes da pesquisa nas mídias sociais encontra-se ilustrado na figura 8.

Figura 8 - Publicação utilizada na divulgação da pesquisa para coleta de dados.



Enfermeiros, Médicos e demais Gestores Hospitalares:

Entender o impacto das Agências Reguladoras de Saúde (ANS e ANVISA) no desempenho hospitalar, pode ser uma excelente ferramenta estratégica. Ajude com o levantamento de dados diagnósticos dessa pesquisa acadêmica!

Deixe sua opinião em: https://goo.gl/forms/dP6aKTjZGTxXM5zA2

Fonte: Imagem editada a partir do banco de dados Depositphotos, elaborado pela autora (2017).

O resumo de todas as fontes de dados utilizadas nesta pesquisa encontra-se exposto no quadro 10, demonstrando a acessibilidade dos dados fundamentais de cada etapa realizada.

Quadro 10 - Resumo de todas as fontes de coleta dos dados da pesquisa.

Dados	Fonte de dados
Indicadores de desempenho hospitalar	https://scholar.google.com.br/ http://www.periodicos.capes.gov.br/ https://ovidsp.ovid.com/ https://www.scopus.com/
Ações reguladoras da ANS	http://www.ans.gov.br/legislacao/busca-de-legislacao
Ações reguladoras da ANVISA	http://portal.anvisa.gov.br/legislacao#/
Validação da categorização das variáveis e do questionário de pesquisa	Entrevistas com Especialistas em Gestão hospitalar.
Dados sobre o impacto das ações reguladoras no desempenho do hospital	Gestores de hospital privado do Brasil – Por meio de questionários semiestruturados.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Após a coleta dos dados necessários da pesquisa partiu-se para a fase de análise e interpretação de dados, que terá o desenho metodológico descrito na próxima seção.

3.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A fase qualitativa da pesquisa teve os seus dados analisados a partir da técnica de análise de conteúdo dos indicadores de desempenho hospitalar e das ações reguladoras das agências de saúde. Conforme Bardin (1977, p. 31), “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações”, propondo a análise de conteúdo em três fases fundamentais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

Para Minayo (2012), destacam-se dentre os procedimentos metodológicos da análise de conteúdo: a categorização, a inferência, a descrição e a interpretação. A autora detalha esse processo em 5 passos: decompor o material a ser analisado em partes; distribuir as partes em categorias; fazer uma descrição do resultado da categorização; fazer inferências dos resultados; interpretar os resultados obtidos com o auxílio da fundamentação teórica adotada.

Com bases nesses autores, o processo de análise e interpretação de dados da primeira etapa da pesquisa, envolveu:

a) A preparação dos dados para análise deu-se por meio de leitura e entendimento para extrair os dados dos artigos (na pesquisa bibliográfica), dos documentos das ações reguladoras (na pesquisa documental) textos, e na fala dos gestores hospitalares entrevistados.
b) Os dados foram agrupados em categorias criadas por eixos temáticos e preparados para a definição das variáveis dependentes e independentes,

necessárias para a sustentação do questionário aplicado na segunda fase da pesquisa.

As variáveis elaboradas no processo de análise de dados e validadas pelos especialistas consultados foram apresentadas na seção 3.4 *Framework* de pesquisa.

A análise dos dados primários coletadas na etapa quantitativa da pesquisa, considerou que o objetivo principal do estudo visa identificar o impacto das agências reguladoras de saúde no desempenho dos hospitais privados, ou seja, sob o ponto de vista estatístico, o objetivo da pesquisa é verificar se as variáveis do constructo ações reguladoras se relacionam com as variáveis do constructo áreas do desempenho hospitalar. No caso de relacionamento entre as variáveis (significância estatística) é possível determinar o tipo de associação (positiva ou negativa) e sua intensidade (coeficiente de correlação): leve, pequena, moderada, alta ou muito forte.

As ferramentas estatísticas utilizadas para tratamento e análise dos dados foram *Excel* 2010 e para avaliação dos modelos propostos, utilizou-se a ferramenta estatística *Stata/SE*® na versão 13.0 para realizar os testes de regressão logística multivariada e os testes qui-quadrados. Devido a utilização dessas ferramentas, os dados foram tratados e organizados em categorias conforme apresentado no quadro 11, para auxiliar na leitura dos resultados estatísticos obtidos.

Quadro 11 - Códigos referentes as categorias de análise e sentenças correspondentes.

Código	Sentenças de pesquisa
ANS1a	O rol de procedimentos e os eventos de saúde que devem ser cobertos pelos planos de saúde são regulados pela ANS. Assim como as regras de autorização de procedimentos cirúrgicos, diagnósticos e atendimentos de urgência e emergência. Essas normativas impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido na Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez):
ANS1b	O rol de procedimentos e os eventos de saúde que devem ser cobertos pelos planos de saúde são regulados pela ANS. Assim como as regras de autorização de procedimentos cirúrgicos, diagnósticos e atendimentos de urgência e emergência. Essas normativas impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido nos Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos):
ANS1c	O rol de procedimentos e os eventos de saúde que devem ser cobertos pelos planos de saúde são regulados pela ANS. Assim como as regras de autorização de procedimentos cirúrgicos, diagnósticos e atendimentos de urgência e emergência. Essas normativas impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido na Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes):
ANS2a	A obrigatoriedade das operadoras de planos de saúde a implantarem um serviço de ouvidoria dos beneficiários, a necessidade de prestação de contas das notificações recebidas bem como, a realização de pesquisa de satisfação dos clientes, foram exigências reguladas pela ANS. Assinale o impacto percebido dessas normativas na Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez):
ANS2b	A obrigatoriedade das operadoras de planos de saúde a implantarem um serviço de ouvidoria dos beneficiários, a necessidade de prestação de contas das notificações recebidas bem como, a realização de pesquisa de satisfação dos clientes, foram exigências reguladas pela ANS. Assinale o impacto percebido dessas normativas nos Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos):

ANS2c	A obrigatoriedade das operadoras de planos de saúde a implantarem um serviço de ouvidoria dos beneficiários, a necessidade de prestação de contas das notificações recebidas bem como, a realização de pesquisa de satisfação dos clientes, foram exigências reguladas pela ANS. Assinale o impacto percebido dessas normativas na Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes):
ANS3a	A regulação da relação contratual entre operadoras e beneficiários estabelecem garantias de atendimento, abrangência, regras de suspensão temporária ou definitiva de cobertura bem como, os procedimentos administrativos para a solicitação de coberturas adicionais. Assinale o impacto percebido dessas normativas na Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez):
ANS3b	A regulação da relação contratual entre operadoras e beneficiários estabelecem garantias de atendimento, abrangência, regras de suspensão temporária ou definitiva de cobertura bem como, os procedimentos administrativos para a solicitação de coberturas adicionais. Assinale o impacto percebido dessas normativas nos Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos):
ANS3c	A regulação da relação contratual entre operadoras e beneficiários estabelecem garantias de atendimento, abrangência, regras de suspensão temporária ou definitiva de cobertura bem como, os procedimentos administrativos para a solicitação de coberturas adicionais. Assinale o impacto percebido dessas normativas na Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes):
ANS4a	Os reajustes de preços de contratos entre operadoras e beneficiários são regulados anualmente pela ANS com o índice de reajuste e fator moderador a ser aplicado (preços praticados de acordo com a utilização dos serviços de saúde pelos beneficiários). Assinale o impacto percebido dessas normativas na Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez):
ANS4b	Os reajustes de preços de contratos entre operadoras e beneficiários são regulados anualmente pela ANS com o índice de reajuste e fator moderador a ser aplicado (preços praticados de acordo com a utilização dos serviços de saúde pelos beneficiários). Assinale o impacto percebido dessas normativas nos Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos):
ANS4c	Os reajustes de preços de contratos entre operadoras e beneficiários são regulados anualmente pela ANS com o índice de reajuste e fator moderador a ser aplicado (preços praticados de acordo com a utilização dos serviços de saúde pelos beneficiários). Assinale o impacto percebido dessas normativas na Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes):
ANS5a	A concessão de funcionamento das Operadoras e sua manutenção no mercado é regulada por normativas que abordam: formação mínima de administradores de Operadoras, monopólio de mercado, obrigatoriedade de cobertura dos beneficiários e atendimentos das exigências fiscalizatórias da ANS. Assinale o impacto percebido dessas normativas na Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez):
ANS5b	A concessão de funcionamento das Operadoras e sua manutenção no mercado é regulada por normativas que abordam: formação mínima de administradores de Operadoras, monopólio de mercado, obrigatoriedade de cobertura dos beneficiários e atendimentos das exigências fiscalizatórias da ANS. Assinale o impacto percebido dessas normativas nos Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos):
ANS5c	A concessão de funcionamento das Operadoras e sua manutenção no mercado é regulada por normativas que abordam: formação mínima de administradores de Operadoras, monopólio de mercado, obrigatoriedade de cobertura dos beneficiários e atendimentos das exigências fiscalizatórias da ANS. Assinale o impacto percebido dessas normativas na Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes):
ANS6a	A ANS estabelece procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar, incluindo o padrão TISS e o formato XML (Extensible Markup Language), para a troca de informações entre Operadoras, ANS e prestadores de serviços (Hospitais). Assinale o impacto percebido dessas normativas na Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez):
ANS6b	A ANS estabelece procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar, incluindo o padrão TISS e o formato XML (Extensible Markup Language), para a troca de informações entre Operadoras, ANS e prestadores de serviços (Hospitais). Assinale o impacto percebido dessas normativas nos Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos):
ANS6c	A ANS estabelece procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar, incluindo o padrão TISS e o formato XML (Extensible Markup Language), para a troca de informações entre Operadoras, ANS e prestadores de serviços (Hospitais). Assinale o impacto percebido dessas normativas na Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes):
ANS7a	Os mecanismos de fiscalização e aplicação de sansões disciplinares pela ANS nos casos de descumprimento de normas legais ou contratuais obrigatórias, na relação entre operadoras, beneficiários, prestadores de serviços (Hospitais) e ANS, impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido dessas normativas na Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez):

ANS7b	Os mecanismos de fiscalização e aplicação de sansões disciplinares pela ANS nos casos de descumprimento de normas legais ou contratuais obrigatórias, na relação entre operadoras, beneficiários, prestadores de serviços (Hospitais) e ANS, impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido dessas normativas nos Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos):
ANS7c	Os mecanismos de fiscalização e aplicação de sansões disciplinares pela ANS nos casos de descumprimento de normas legais ou contratuais obrigatórias, na relação entre operadoras, beneficiários, prestadores de serviços (Hospitais) e ANS, impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido dessas normativas na Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes):
ANS8a	A ANS regula a obrigatoriedade de contratos escritos entre Operadoras e Prestadores de Serviços, contendo itens pré-determinados como as penalidades por quebra contratual, proibições de relações entre as partes e beneficiários, além da descrição das formas de reajuste contratual. Assinale o impacto percebido dessas normativas na Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez):
ANS8b	A ANS regula a obrigatoriedade de contratos escritos entre Operadoras e Prestadores de Serviços, contendo itens pré-determinados como as penalidades por quebra contratual, proibições de relações entre as partes e beneficiários, além da descrição das formas de reajuste contratual. Assinale o impacto percebido dessas normativas nos Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos):
ANS8c	A ANS regula a obrigatoriedade de contratos escritos entre Operadoras e Prestadores de Serviços, contendo itens pré-determinados como as penalidades por quebra contratual, proibições de relações entre as partes e beneficiários, além da descrição das formas de reajuste contratual. Assinale o impacto percebido dessas normativas na Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes):
ANS9a	A proibição da exigência de caução por parte dos prestadores de serviços, necessidade de solicitação de autorização às Operadoras para execução de procedimentos, o atendimento de urgência e emergência são exemplos de regulação da ANS na relação entre beneficiários e prestadores de serviços. Assinale o impacto percebido dessas normativas na Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez):
ANS9b	A proibição da exigência de caução por parte dos prestadores de serviços, necessidade de solicitação de autorização às Operadoras para execução de procedimentos, o atendimento de urgência e emergência são exemplos de regulação da ANS na relação entre beneficiários e prestadores de serviços. Assinale o impacto percebido dessas normativas nos Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos):
ANS9c	A proibição da exigência de caução por parte dos prestadores de serviços, necessidade de solicitação de autorização às Operadoras para execução de procedimentos, o atendimento de urgência e emergência são exemplos de regulação da ANS na relação entre beneficiários e prestadores de serviços. Assinale o impacto percebido dessas normativas na Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes):
ANS10a	A criação do Programa de Qualificação dos Prestadores de Serviços na Saúde Suplementar – QUALISS bem como, o Fator de Qualidade a ser aplicado ao índice de reajuste definido pela ANS, são ferramentas de regulação do setor. Assinale o impacto percebido dessas normativas na Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez):
ANS10b	A criação do Programa de Qualificação dos Prestadores de Serviços na Saúde Suplementar – QUALISS bem como, o Fator de Qualidade a ser aplicado ao índice de reajuste definido pela ANS, são ferramentas de regulação do setor. Assinale o impacto percebido dessas normativas nos Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos):
ANS10c	A criação do Programa de Qualificação dos Prestadores de Serviços na Saúde Suplementar – QUALISS bem como, o Fator de Qualidade a ser aplicado ao índice de reajuste definido pela ANS, são ferramentas de regulação do setor. Assinale o impacto percebido dessas normativas na Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes):
ANS	Como as ações da ANS impactam no desempenho do seu hospital?
ANVISA1a	A implantação do Núcleo de Segurança do Paciente - NSP, com o monitoramento de eventos relacionados à assistência à saúde e a melhoria contínua de processos assistenciais bem como, a implantação da rede sentinela de acompanhamento de agravos, foram regulamentadas pela ANVISA. Assinale o impacto percebido dessas normativas na Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez):
ANVISA1b	A implantação do Núcleo de Segurança do Paciente - NSP, com o monitoramento de eventos relacionados à assistência à saúde e a melhoria contínua de processos assistenciais bem como, a implantação da rede sentinela de acompanhamento de agravos, foram regulamentadas pela ANVISA. Assinale o impacto percebido dessas normativas nos Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos):

ANVISA1c	A implantação do Núcleo de Segurança do Paciente - NSP, com o monitoramento de eventos relacionados à assistência à saúde e a melhoria contínua de processos assistenciais bem como, a implantação da rede sentinela de acompanhamento de agravos, foram regulamentadas pela ANVISA. Assinale o impacto percebido dessas normativas na Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes):
ANVISA2a	Como o estabelecimento de critérios mínimos de qualidade para o funcionamento de serviços especializados (hemodiálise, centros hemoterápicos, laboratórios...) e os requisitos técnicos exigidos nos setores hospitalares (UTI, CME, CC, farmácias...) impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido na Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez):
ANVISA2b	Como o estabelecimento de critérios mínimos de qualidade para o funcionamento de serviços especializados (hemodiálise, centros hemoterápicos, laboratórios...) e os requisitos técnicos exigidos nos setores hospitalares (UTI, CME, CC, farmácias...) impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido nos Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos):
ANVISA2c	Como o estabelecimento de critérios mínimos de qualidade para o funcionamento de serviços especializados (hemodiálise, centros hemoterápicos, laboratórios...) e os requisitos técnicos exigidos nos setores hospitalares (UTI, CME, CC, farmácias...) impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido na Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes):
ANVISA3a	Os mecanismos de fiscalização, apuração de infrações e aplicação de medidas de sanções disciplinares (autos de infração, multas, suspensão de Alvará de funcionamento...) utilizados pela ANVISA impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido na Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez):
ANVISA3b	Os mecanismos de fiscalização, apuração de infrações e aplicação de medidas de sanções disciplinares (autos de infração, multas, suspensão de Alvará de funcionamento...) utilizados pela ANVISA impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido nos Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos):
ANVISA3c	Os mecanismos de fiscalização, apuração de infrações e aplicação de medidas de sanções disciplinares (autos de infração, multas, suspensão de Alvará de funcionamento...) utilizados pela ANVISA impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido na Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes):
ANVISA4a	Os processos de produção, comercialização, dispensação e consumo de medicamentos e insumos farmacêuticos, incluindo as substâncias de controle especiais e gases medicinais, são regulados pela ANVISA. Assinale o impacto percebido dessas normativas na Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez):
ANVISA4b	Os processos de produção, comercialização, dispensação e consumo de medicamentos e insumos farmacêuticos, incluindo as substâncias de controle especiais e gases medicinais, são regulados pela ANVISA. Assinale o impacto percebido dessas normativas nos Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos):
ANVISA4c	Os processos de produção, comercialização, dispensação e consumo de medicamentos e insumos farmacêuticos, incluindo as substâncias de controle especiais e gases medicinais, são regulados pela ANVISA. Assinale o impacto percebido dessas normativas na Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes):
ANVISA5a	A ANVISA regula a produção, comercialização, importação e exportação de produtos e equipamentos médicos. Assinale o impacto percebido dessas normativas na Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez):
ANVISA5b	A ANVISA regula a produção, comercialização, importação e exportação de produtos e equipamentos médicos. Assinale o impacto percebido dessas normativas nos Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos):
ANVISA5c	A ANVISA regula a produção, comercialização, importação e exportação de produtos e equipamentos médicos. Assinale o impacto percebido dessas normativas na Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes):
ANVISA	Como as ações da ANVISA impactam no desempenho do seu hospital?
AREA	Área de Formação: (Ex: Medicina, Direito, Engenharia...)
CARG	Cargo atual ou último cargo exercido:
FORM	Formação:
HOSP	Caracterização do Hospital:
PORT	Porte Hospitalar:
TEMP	Tempo de atuação na área hospitalar:
TIPO	Tipo de Hospital:
UF	Estado do Brasil onde atua/atuou:

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Com o cumprimento das etapas metodológicas desenhadas para esta pesquisa tornou-se possível a exploração dos resultados alcançados, que serão apresentados em detalhes no próximo capítulo.

4 RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados provenientes da pesquisa, organizados em três seções de acordo com os objetivos específicos estabelecidos para este estudo. Inicialmente serão explorados os resultados da identificação e categorização dos indicadores de desempenho hospitalar, a segunda seção aborda os resultados da apuração e categorização das ações reguladoras de saúde e a terceira e última seção, apresenta os resultados da estimativa do impacto das agências reguladoras no desempenho dos hospitais por meio de estatística descritiva, análise e discussão dos achados.

4.1 OBJETIVO 1: INDICADORES DE DESEMPENHO HOSPITALAR

O primeiro objetivo estabelecido para a pesquisa se propôs a identificar e categorizar os indicadores de desempenho hospitalar. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas bases de periódicos nacionais (Portal da CAPES e Google acadêmico) e internacionais (SCOPUS e OVID) apresentou um total de 11.616 documentos localizados pelos descritores utilizados. Na leitura inicial dos títulos, diversos documentos foram excluídos, restando uma seleção de 262 artigos referentes ao tema da pesquisa. Após a leitura do resumo, das palavras-chave e da retirada dos documentos duplicados, 77 artigos foram selecionados para a leitura completa do documento. Após a leitura detalhada dos artigos, formou-se um portfólio bibliográfico com 29 documentos publicados no período de 2011 e 2015, integralmente alinhados com o tema da pesquisa. Os passos numericamente detalhados deste processo encontram-se explanados no quadro 12.

Quadro 12 - Detalhamento das etapas e resultados encontrados na pesquisa

	Etapa 1 Definição das bases de dados	**Etapa 2** Definição das palavras chaves	**Etapa 3** Total de artigos encontrados	**Etapa 4** Após leitura do título	**Etapa 5** Após leitura do resumo, palavras chaves e duplos	**Etapa 6** Após leitura completa do artigo
Nacionais	Google Acadêmico Portal CAPES	Avaliação de desempenho Hospitalar	GOOGLE 7314	GOOGLE 121	34	16
		Indicadore de desempenho Hospitalar	CAPES 149	CAPES 19		
Internacionais	SCOPUS OVID	Performance measurement / evaluation Hospital	SCOPUS 1019	SCOPUS 89	43	13
		Performance indicator Hospital	OVID 3134	OVID 33		
			Total 11616	262	77	29

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

O portfólio formado por dezesseis artigos nacionais selecionados com a pesquisa bibliográfica, encontra-se detalhado no quadro 12, com a descrição do título, autor(es) e ano de publicação.

Quadro 13 - Portfólio bibliográfico nacional.

Título	Autor	Ano
Análise da situação econômico-financeira de hospitais.	Lucas de Lima Neto	2011
Avaliação de desempenho econômico-financeiro dos serviços de saúde: os reflexos das políticas operacionais no setor hospitalar.	Carlos Alberto Grespan Bonacim, Adriana Maria Procópio de Araujo	2011
Indicadores de desempenho em serviços de enfermagem hospitalar: Revisão Integrativa.	Graziela Caldana, Carmen Silvia Gabriel, Andréa Bernardes, Yolanda Dora Martínez Évora	2011
Rede hospitalar nacional usa indicadores gerenciais na administração de suas unidades.	Claude Machline, Antônio Celso Pasquini	2011
Comissões hospitalares: A produção de indicadores de gestão hospitalar.	Celso Martins, Maria Cristina Sanches Amorim, Edison Nunes da Cunha & Marcos Rossi Ferraz	2012
Analise financeira de hospitais: Um estudo sobre o hospital metropolitano de urgência e emergência.	Antônio Artur de Souza, Ewerton Alex Avelar, Bernardo Franco Tormin, Emerson Alves da Silva	2013
Avaliação da qualidade do cuidado hospitalar no Brasil: uma revisão sistemática.	Juliana Pires Machado, Ana Cristina Marques Martins, Mônica Silva Martins	2013
Avaliação de desempenho organizacional: Um estudo em hospitais Filantrópicos.	Júlio Araújo da Cunha, Hamilton Luiz Corrêa.	2013
Analise financeira e de desempenho em hospitais públicos e filantrópicos brasileiros entre os anos de 2006 A 2011.	Antônio Artur de Souza, Ewerton Alex Avelar, Bernardo Franco Tormin, Emerson Alves da Silva.	2014
Como gestores hospitalares utilizam indicadores de desempenho?	Luciano Vignochi, Cláudio Reis Gonçalo, Álvaro Guillermo Rojas Lezena.	2014
Gerenciamento de indicadores de desempenho em organizações hospitalares: Em busca da maximização de resultados.	Thobias Ribeiro Pessoa, Daniele Santos Kuroba	2014
Indicadores de qualidade utilizados nos serviços de enfermagem de hospitais de ensino.	Mariana Angela Rossaneis, Carmen Silvia Gabriel, Maria do Carmo Lourenço Haddad, Marcia Regina Antonietto da Costa Melo, Andrea Bernardes	2014
Avaliação de desempenho de hospitais que prestam atendimento pelo sistema público de saúde, Brasil.	Marcelo Cristiano de Azevedo Ramos, Lucila Pedroso da Cruz, Vanessa Chaer Kishima, Wilson Modesto Pollara, Antônio Carlos Onofre de Lira, Bernard François Couttolenc.	2015
Estudo de caso de dois hospitais: estratégias, estrutura, competências organizacionais e o desempenho financeiro.	Djair Picchiai, Alessandro Ranulfo Lima Nery	2015
Indicadores de qualidade da assistência: Opinião de enfermeiros gerentes de hospitais de ensino.	Mariana Angela Rossaneis, Carmen Silvia Gabriel, Maria do Carmo Lourenço Haddad, Marcia Regina Antonietto da Costa Melo, Andrea Bernardes	2015
Limitações da avaliação de desempenho de hospitais: Uma crítica a utilização de indicadores financeiros e operacionais.	Déborah Mara Siade Barbosa, Antônio Artur de Souza, Thaís Alves dos Santos.	2015

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A pesquisa realizada nas bases internacionais identificou 13 artigos que compõem o portfólio apresentado no quadro 13, com a descrição do título, autor(es) e ano em que foram publicados.

Quadro 14 - Portfólio bibliográfico internacional.

Título	Autor	Ano
Combining multiple indicators to assess hospital performance in Iran using the Pabon Lasso Model.	Mohammadkarim Bahadori, Jamil Sadeghifar Pejman Hamouzadeh, Seyyed Mostafa Hakimzadeh, Mostafa Nejati	2011
Random variation and rankability of hospitals using outcome indicators.	Anne-Margreet van Dishoeck, Hester F Lingsma, Johan P Mackenbach, Ewout W Steyerberg	2011
A three-year performance evaluation of the NHS Hospitals in Greece.	Nikos Polyzos	2012
Performance analysis: a study using data envelopment analysis in 26 Brazilian hospitals.	Mariana Guerra, Antonio Arthur de Souza, Douglas Rafael Moreira	2012
The Evaluation of Relative Efficiency of Teaching Hospitals.	Fereshteh Farzianpour, Shayan Hosseini, Tahera Amali, Shadi Hosseini, Sayed Shahab Hosseini	2012
Development of performance indicators for patient and public involvement in Hospital: Expert consensus recommendations based on the available evidence.	Jafar Sadegh Tabrizia, Homayoun Sadeghi-Bazarganib, Mohammad Saadati	2013
Influences of definition ambiguity on hospital performance indicator scores: examples from The Netherlands.	Helen A. Anema, Sabine N. van der Veer, Job Kievit, Elly Krol-Warmerdam, Claudia Fischer, Ewout Steyerberg, Dave A. Dongelmans, Auke C. Reidinga6, Niek S. Klazinga, Nicolet F. de Keizer	2013
Integrating hierarchical balanced scorecard with fuzzy linguistic for evaluating operating room performance in hospitals.	Qing-Lian Lin, Long Liu, Hu-Chen Liu, Duo-Jin Wang.	2013
Data envelopment analysis of efficiency in hospital organisations.	Antônio Artur de Souza, Douglas Rafael Moreira, Ewerton Alex Avelar, Alisson Maciel de Faria Marques, Amanda Lucchesi Lara.	2014
Pabon Lasso and Data Envelopment Analysis: A Complementary Approach to Hospital Performance Measurement.	Mohammad Mehrtak, Hasan Yusefzadeh, Ebrahim Jaafaripooyan.	2014
Various Indicators for the Assessment of Hospitals' Performance Status: Differences and Similarities.	Farhad Lotfi; Rohollah Kalhor; Peivand Bastani; Nasrin Shaarbafchi Zadeh; Maryam Eslamian; Mohammad Reza Dehghani; Mohamad Zakaria Kiaee.	2014
Design of Financial Indicators Assessment Model for Iran Hospitals.	Abasat Mirzael, Seyed Jamaledin Tabibi, Amir Ashkannasiripour, Leila Riahi	2015
A national system for monitoring the performance of hospitals in Ethiopia.	Zahirah McNatt, Erika Linnander, Abraham Endeshaw, Dawit Tatek, David Contehc, Elizabeth H Bradleya	2015

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A análise de conteúdo dos artigos que compõem os portfólios bibliográficos apresentados, possibilitou a identificação dos indicadores de desempenho hospitalar utilizados nas pesquisas publicadas. O agrupamento destes indicadores embasou a construção dos quadros 14, 15 e 16, explanando os indicadores de acordo com as áreas de avaliação do desempenho hospitalar.

A partir desse agrupamento, os indicadores com maior frequência de citação de cada área foram selecionados para compor as categorias de análises de desempenho hospitalar, identificadas como variáveis dependentes e apresentadas com maiores detalhes na seção 4.4 *Framework* da pesquisa.

Dos 29 artigos selecionados para comporem os portfólios nacionais e internacionais, 14 apresentaram indicadores de desempenho hospitalar da área econômico financeira. Apesar de alguns indicadores terem sido citados com nomes diferentes, ao serem analisados por fórmula e dados de construção constatou-se que se referiam ao mesmo índice, dessa forma identificou-se 36 indicadores diferentes, permanecendo apenas as nomenclaturas de utilização mais comum.

Os indicadores da área econômico financeira de maior frequência de citação foram: liquidez, liquidez corrente, margem líquida, retorno sobre o ativo, giro do ativo, margem operacional, margem EBIT, margem EBITD e relação de capital de terceiros e próprio. Com esses achados, observou-se que os indicadores amplamente utilizados na análise financeira de empresas também podem ter um papel essencial na gestão das organizações hospitalares, conforme já relatado por Souza et al (2013).

Na área de processos operacionais, 23 artigos contribuíram com a identificação de 23 indicadores, apresentados no quadro 15. Alguns autores utilizam dados de produção como por exemplo, número de internações e número de acidentes de trabalho, como indicadores apesar de que conceitualmente, um indicador é construído em sua maioria, mediante uma expressão matemática entre dois ou mais dados da estatística hospitalar (MACHLINE; PASQUINI 2011, ROSSANEIS et al 2015).

Na área de processos operacionais foram enquadrados os indicadores voltados para a gestão de recursos humanos, eficiência de processos de estoque, faturamento de contas, além de processos de gestão de resíduos hospitalar e processamento de insumos hospitalar. O detalhamento destes indicadores encontra-se no quadro 15.

Quadro 15 - Distribuição dos indicadores hospitalares econômico financeiros.

Autores	Indicadores da área econômico financeira citados																																			
	Ativo total	Giro do Ativo	Retorno sobre o Ativo	Giro de ativo permanente	Giro de ativo circulante	Margem Liquida	Liquidez	Liquidez Corrente	Liquidez Seca	Margem Operacional	Eficiencia Operacional	Margem EBITDA	Margem EBIT	Resultado financeiro	Relação capital de terceiros e próprio	Imobilização do Patrimonio Liquido	Composição do endividamento	Endividamento	Exigivel a longo prazo sobre o patrimonio liquido	Prazo Médio de Pagamento	Imobilização de recursos não correntes	Rentabilidade do patrimonio Liquido	Rentabilidade	Lucratividade	Margem de contribuição	Retorno capital investido	Receita Operacional	Viabilidade financeira por custos e despesas	Viabilidade financeira por atendimento	Despesa de capital	Disponibilidade de caixa	Custo Paciente Dia	Custo operacional	Custo de Internação/procedimento	Retorno por funcionários	Volume de negócios de capital
Bonacim; Araujo (2011)																														X	X		X		
Machline; Pasquini (2011)							X											X					X	X			X				X		X		
Neto (2011)	X							X		X			X																						
Guerra, Souza, Moreira (2012)		X	X					X		X					X			X		X															
Cunha; Corrêa (2013)							X				X															X			X	X	X				
Lin (2013)						X																												X	X
Machado et al (2013)																																	X		
Souza et al (2013)		X	X			X	X	X	X						X	X	X				X	X													
De Souza et al (2014)						X						X	X													X									
Souza et al (2014)		X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X		X			X	X			X	X												
Vignochi et al (2014)														X																			X		
Mirzaei (2015)			X				X								X								X			X	X					X		
Barbosa; Souza; Santos (2015)		X	X	X		X	X	X	X	X		X	X		X		X	X	X			X												
Ramos et al (2015)																																	X		

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Segundo Machline e Pasquini (2011), existem indicadores já consagrados há muitas décadas na área hospitalar, entre eles a taxa de ocupação hospitalar e a relação de funcionários por leito. Essa visão converge com os achados da pesquisa, apresentando o tempo médio de permanência, a taxa de ocupação hospitalar, o número de funcionários por leitos, o número de internações e o giro de leito ou intervalo de substituição, como os indicadores mais citados da área de processos operacionais. Para Koyama (2006), devido ao sistema de remuneração vigente no sistema suplementar brasileiro, o fee-for–service (pagamento por serviços executados) eventos que representam custos para operadora, também representam receitas para os prestadores de serviços de saúde, dificultando a adoção de indicadores como as taxas de internações (e sua meta de redução). O indicador mencionado pelo autor não identificado nessa pesquisa como marcador de desempenho hospitalar, apesar de os portfólios bibliográficos construídos não contemplarem apenas estudos em hospitais privados.

Quadro 16 - Distribuição dos indicadores hospitalares de processos operacionais.

Autores	Indicadores de processos operacionais																					
	Taxa de Ocupação	Média de Permanência	Nº de internações	Media de paciente / dia	Giro de leito / Intervalo de susbstituição	Eficiencia técnica geral	Eficiencia técnica Pura	Eficiencia de escala	Tempo médio de faturamento	Giro de Estoque	Acuracidade de estoque	Mdicamentos não padronizados	Rotatividade de funcionários	Nº de funcionário / leito	Horas de Treinamento	Absenteísmo	Nº de acidentes de trabalho	N de prontuários completos	Proporção de tranferencia externa	Tempo de espera para atendimentos	Tempo de atraso cirurgico	Descarte de lixo hospitalar	Reutilização de materiais hospitalares
Bahadori (2011)	X	X								X													
Bonacim; Araujo (2011)	X	X	X																				
Caldana et al (2011)		X													X								
Machline; Pasquini (2011)	X	X								X	X		X	X		X	X						
Farzianpour et al. (2012)		X	X											X									
Guerra, Souza, Moreira (2012)	X	X																					
Martins et al (2012)												X						X					
Polyzos (2012)			X			X	X	X						X									
Cunha; Corrêa (2013)	X	X			X				X					X	X					X		X	X
Lin (2013)													X		X					X	X		
Machado et al (2013)	X	X			X								X	X									
Tabrizi (2013)																				X			
De Souza et al (2014)	X	X												X									
Lotfi (2014)	X	X	X		X									X									
Mehrtak et al (2014)	X	X			X																		
Pessoa; Kuroba (2014)	X	X		X	X																		
Rossaneis (2014)	X	X											X	X	X	X							
Souza et al (2014)	X	X												X									
Vignochi et al (2014)	X	X	X													X							
Barbosa; Souza; Santos (2015)	X	X			X																		
McNatt (2015)	X	X	X							X								X			X		
Ramos et al (2015)	X	X			X									X					X				
Rossaneis (2015)	X	X											X	X	X	X							

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Quadro 17 - Distribuição dos indicadores hospitalares de qualidade assistencial.

Autores	Indicador de qualidade assistencial																														
	Taxa de infecção hospitalar	Taxade infecção específica	Taxa de mortalidde especifica	Taxa de Mortalidade	Taxa de parto cesário / Normal	Taxa de Complicação / intercorrencia	Taxa de cirurgia desnecessária	Taxa de pareceres	Taxa de Cirurgia Cancelada	Taxa de readmissão	Tempo de recuperação pós-operatório	Taxa de Eficácia Terapêutica	Taxa de eventos adversos	Dias de ventilação Mecanica	Indice de procedimento cirurgico	Indice epidemiológico	Indice de Comorbidade	Indice de cuidado de enfermagem	Indice de Complexidade Assistencial	Indice de queda	Incidencia de Ulcera por Pressão	Incidencia de perda de sonda	Incidencia de flebite	Incidencia de obstrução de cateter central	Incidencia de extubação não rogramada	Ocorrencia de erro de medicação	N de médico / leito	Nº de paciente/enfermeiro	Nº de profissionais por complexidade	Nº confermidade de registros de enfermagem	Percentual de reclamação	Satisfação do Cliente	Investimento em tecnologia
Bonacim; Araujo (2011)																			X													
Caldana et al (2011)	X			X								X								X	X	X				X					X	
Dishoeck et al (2011)			X				X			X		X									X											
Machline; Pasquini (2011)	X			X	X				X																					X		
Farzianpour et al. (2012)																											X	X					
Guerra, Souza, Moreira (2012)												X																					
Martins et al (2012)	X																																
Polyzos (2012)																											X	X					
Anema et al (2013)														X																			
Cunha; Corrêa (2013)	X			X	X																											X	X
Lin (2013)		X									X																					X	
Machado et al (2013)				X	X					X		X	X													X				X	X	
Tabrizi (2013)																															X	X	
Lotfi (2014)															X												X	X					
Pessoa; Kuroba (2014)	X		X	X		X	X	X																									
Rossaneis (2014)	X			X																X	X	X	X	X	X	X		X		X		X	
Vignochi et al (2014)	X	X		X						X					X	X	X	X		X						X			X			X	
Barbosa; Souza; Santos (2015)			X	X						X		X																					
McNatt (2015)		X	X	X	X																X						X	X				X	
Ramos et al (2015)				X																													
Rossaneis (2015)	X			X																		X	X	X	X			X		X		X	

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Na área de qualidade assistencial, os artigos trazem uma variedade de indicadores, alguns destes bastante específicos e voltados para aspectos técnicos de eficiência clínica e terapêutica. Dos 39 artigos selecionados para compor o portfólio, 21 citaram indicadores de qualidade assistencial, abordando indicadores obrigatórios padronizados pela ANVISA e pelo Ministério da Saúde, como taxa de mortalidade e taxa de infecção hospitalar, e indicadores direcionados para o acompanhamento da relação com os clientes, como satisfação dos clientes e percentual de reclamação.

Os indicadores mais citados de qualidade assistencial foram: taxa de mortalidade, taxa de infecção, relação número de paciente por enfermeiro, índice de queda, índice de ulcera por pressão e taxa de eficácia terapêutica, conforme apresentado no quadro 16.

Ao avaliar os indicadores de eventos adversos percebe-se que apenas Machado et al (2013), citam a utilização de taxa de eventos adversos, enquanto vários outros autores citam os eventos de forma independente como: erro de medicação, incidência de úlcera por pressão[1], e incidência de perda de sonda nasoenteral[2]. Devido a importância do tema e das exigências regulatórias implantadas pela ANVISA para o seu monitoramento em instituições hospitalares, os indicadores de eventos adversos foram agrupados e representados pela variável dependente "Eventos adversos". A ocorrência de eventos adversos relacionados a assistência é considerada como indicador de qualidade da assistência, sendo definido como ocorrências indesejáveis, de natureza danosa, porém previníveis, que comprometem a segurança dos pacientes (CALDANA et al., 2011).

4.2 OBJETIVO 2: AÇÕES DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DE SAÚDE.

O segundo objetivo da pesquisa buscava a apurar e categorizar as ações das agências reguladoras que possam impactar no desempenho dos hospitais. A resposta a esse objetivo se deu por meio da análise das ações reguladoras da ANVISA e da ANS, representadas por publicações normativas. O universo de documentos extraídos dos *sites* oficiais com os

1 Lesão ocasionada pela falta de circulação sanguínea nos tecidos superficiais e profundos, decorrente da pressão exercida do próprio corpo sobre alguns pontos de maior contato com o leito. Essas úlceras podem ser prevenidas com a realização frequente de mudanças de posicionamento do paciente e alívio local de pressão em regiões de maior risco.

2 Tubo flexível introduzido por via nasal até o início do intestino, utilizado para infusão de líquidos e alimentos. A sonda nasoeteral pode ser perdida por tração acidental ou por obstrução e rompimento).

termos de busca desenhados para a pesquisa resultou num montante de 1.481 documentos regulatórios, sendo 336 publicações da ANVISA e 1.147 publicações da ANS.

As ações reguladoras da ANVISA foram classificadas pela própria agência por lei, decreto, portaria, resolução normativa e instrução normativa. Após a conclusão da análise, 12 documentos foram excluídos da pesquisa por conterem apenas conteúdos referentes a gestão de processos internos da ANVISA, como a distribuição de cargos comissionados, alterações no organograma, definição de diretores responsáveis e fluxo de processos administrativos internos.

Primeiramente enquadrou-se os documentos analisados em duas grandes categorias denominadas regulação sanitária de serviços e regulação sanitária de produtos. Com o foco em serviços, foram identificados 62 documentos correspondendo a 18,4% do total de publicações da ANVISA nos últimos 5 anos. Os documentos direcionavam atenção para a regulação de requisitos mínimos para o funcionamento de serviços de saúde, padronização de critérios técnicos e processos de atendimentos, envolvendo questões referente a estrutura física, recursos humanos e dados sobre a característica dos serviços prestados que devem ser fornecidos aos órgãos fiscalizadores. Logo após a primeira classificação, os documentos foram enquadrados ainda em duas categorias reguladoras: a) Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras e b) Qualidade e segurança. Em um terceiro nível classificatório, chegou-se ao detalhamento das subcategorias, como apresentado no quadro 18.

Regulação sanitária de produtos foi composta por documentos relacionados a critérios de cadastro, produção, comercialização, consumo e descarte de produtos e equipamentos sanitários. Essa categoria contemplou a maior parte das publicações dessa agência, contribuindo com 78% dos documentos reguladores publicados pela ANVISA nos últimos 5 anos. As 4 categorias reguladoras criadas com esse tema foram divididas em 12 subcategorias, para melhor atender o conteúdo regulatório publicado.

Quadro 18 - Categorias reguladoras da ANVISA.

Foco	Categorias reguladoras	Subcategorias
Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Repasse de recursos financeiros aos Municípios para ações de vigilância sanitária.
		Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANVISA.
	Qualidade e segurança	Definição de gestão de eventos do paciente em estabelecimentos de saúde.
		Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados.
		Promoção de saúde em nível básico, portos e embarcações.

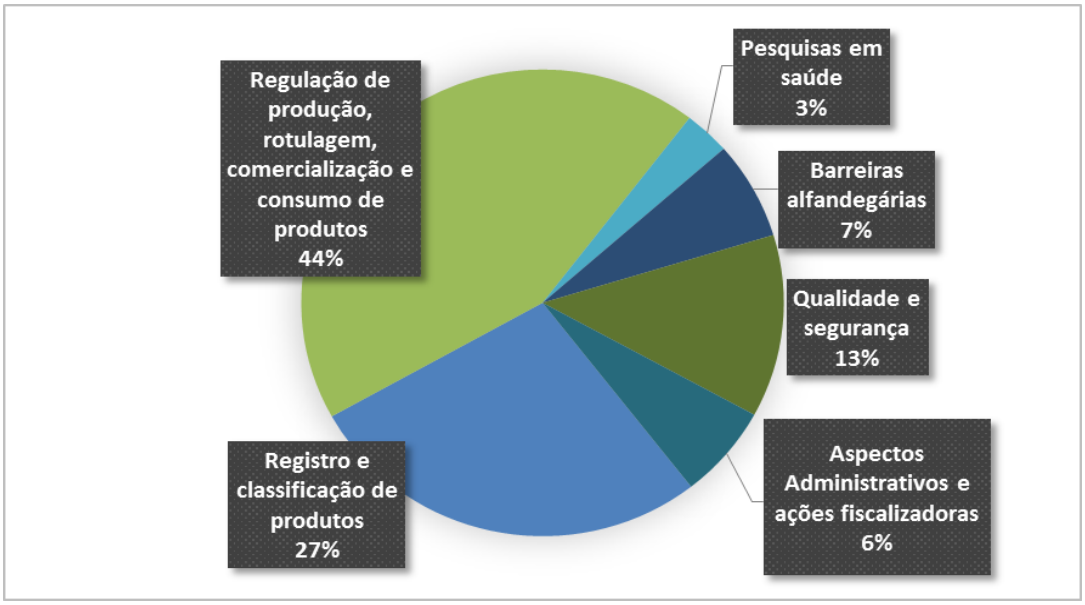
Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.
		Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.
	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.
		Agrotóxicos, tabaco e outros toxicantes.
		Cosméticos, perfumes e produtos de higiene.
		Produtos Saneantes.
		Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial.
		Produtos e equipamentos médicos.
		Medicamentos e Substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.
	Pesquisas em saúde	Regulamento para realização de ensaios clínicos.
		Apoio financeiro para realização de pesquisas destinadas ao desenvolvimento de produtos para o tratamento de doenças.
	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O gráfico 4 ilustra a distribuição da produção de ações reguladoras da ANVISA, nos últimos 5 anos, de acordo com as categorias reguladoras utilizadas neste estudo. A maior produção direcionou atenção para a regulação de produtos sanitários, com foco na produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos (44% dos documentos), contemplando assuntos de grande interesse na área hospitalar como as substâncias entorpecentes, psicotrópicas, precursoras e outras sob controle especial, os produtos e equipamentos médicos e os medicamentos e substâncias listadas na farmacopéia brasileira[3].

3 A Farmacopeia Brasileira é o Código Oficial Farmacêutico do País, onde se estabelecem, dentre outras coisas, os requisitos mínimos de qualidade para fármacos, insumos, drogas vegetais, medicamentos e produtos para a saúde. Tem por finalidade promover a saúde da população, estabelecendo requisitos de qualidade e segurança dos insumos para a saúde, especialmente dos medicamentos, apoiando as ações de regulação sanitária e induzindo ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional. (ANVISA, 2017)

Gráfico 4 - Percentual de documentos por categorias reguladoras da ANVISA.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

As ações reguladoras publicadas referiam-se às diversas áreas de atuação da ANVISA, extrapolando o tema proposto para este estudo. Com isso, apesar de todos os documentos serem analisados e classificados, nem todas as subcategorias foram exploradas na *survey*, sendo selecionadas apenas 7 das 16 subcategorias construídas, por possuírem relação com a área hospitalar, conforme apresentado pelo quadro 19. A classificação detalhada de todas as normativas encontra-se disponível no apêndice C.

Quadro 19 - Subcategorias ANVISA (variáveis de pesquisa) e sentença correspondente.

Subcategorias	Sentenças de pesquisa
ANVISA 1: Definição de gestão de eventos do paciente em estabelecimentos de saúde	A implantação do Núcleo de Segurança do Paciente - NSP, com o monitoramento de eventos relacionados à assistência a saúde e a melhoria contínua de processos assistenciais bem como, a implantação da rede sentinela de acompanhamento de agravos, foram regulamentadas pela ANVISA. Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas de desempenho do seu hospital:
ANVISA 2: Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Como o estabelecimento de critérios mínimos de qualidade para o funcionamento de serviços especializados (hemodiálise, centros hemoterápicos, laboratórios...) e os requisitos técnicos exigidos nos setores hospitalares (UTI, CME, CC, farmácias...) impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido de acordo com cada área:
ANVISA 3: Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANVISA.	Os mecanismos de fiscalização, apuração de infrações e aplicação de medidas de sanções disciplinares (autos de infração, multas, suspensão de Alvará de funcionamento...) utilizados pela ANVISA impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido de acordo com cada área:

ANVISA 4: Medicamentos e Substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira; Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	Os processos de produção, comercialização, dispensação e consumo de medicamentos e insumos farmacêuticos, incluindo as substâncias de controle especiais e gases medicinais, são regulados pela ANVISA. Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas do desempenho do seu hospital:
ANVISA 5: Produtos e equipamentos médicos	A ANVISA regula a produção, comercialização, importação e exportação de produtos e equipamentos médicos. Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas do desempenho do seu hospital:

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A ANS publicou três vezes mais documentos regulatórios do que a ANVISA, contendo entre eles resolução operacional, resolução normativa, instrução normativa e comunicado. Como a ANVISA, a ANS também realizou publicações referentes aos processos internos, como as alterações no organograma, definição de comitês e profissionais responsáveis e fluxo de processos administrativos internos, totalizando 31 documentos excluídos da pesquisa.

Inicialmente os documentos foram classificados quanto ao foco de regulação: Qualidade assistencial e Sustentabilidade de Mercado. Os documentos de qualidade assistencial estão relacionados com a cobertura das necessidades dos beneficiários e sua relação com os planos de saúde e prestadores de serviços e representaram 31,8% das publicações da ANS nos últimos 5 anos. O quadro 20 apresenta os três níveis de classificação construídos: Foco, categorias reguladoras e subcategorias. O resultado detalhado de cada documento analisado nesse processo encontra-se apresentado no Apêndice D.

Quadro 20 - Categorias reguladoras da ANS.

Foco	Categorias reguladoras	Subcategorias
Qualidade Assistencial	Cobertura das necessidades dos beneficiários	Termos de contratação de planos privados de saúde, regras para garantias de atendimento ou suspensão de coberturas.
		Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.
		Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
		Instituição de ouvidoria, acompanhamento das notificações e pesquisa de satisfação dos beneficiários.
	Acesso às Informações	Implantação do serviço de informação ao Cidadão.
		Qualificação das Operadoras e Estabelecimento de risco assistencial da operadora (risco de descontinuidade ou baixa qualidade de cobertura oferecida aos beneficiários).

Sustentabilidade do setor	Regulação econômico financeira	Controle de preços praticados e reajustes aplicados pelas Operadoras aos beneficiários.
		Regras de ressarcimento ao SUS e tributação do setor de saúde suplementar.
		Alteração ou transferência de controle societário, incorporação fusão ou cisão das Operadoras.
		Estabelecimento de planos de conta padrão e garantias financeiras às Operadoras.
		Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
		Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
		Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS.
		Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
	Microrregulação dos prestadores de serviços de saúde suplementar.	Regras de Contratos entre Operadoras e Prestadores de serviços, substituição de prestadores e redimensionamento de rede.
		Regras de relacionamento entre prestadores de serviços e beneficiários.
		Qualificação dos prestadores pelas Operadoras e regras de reajustes.

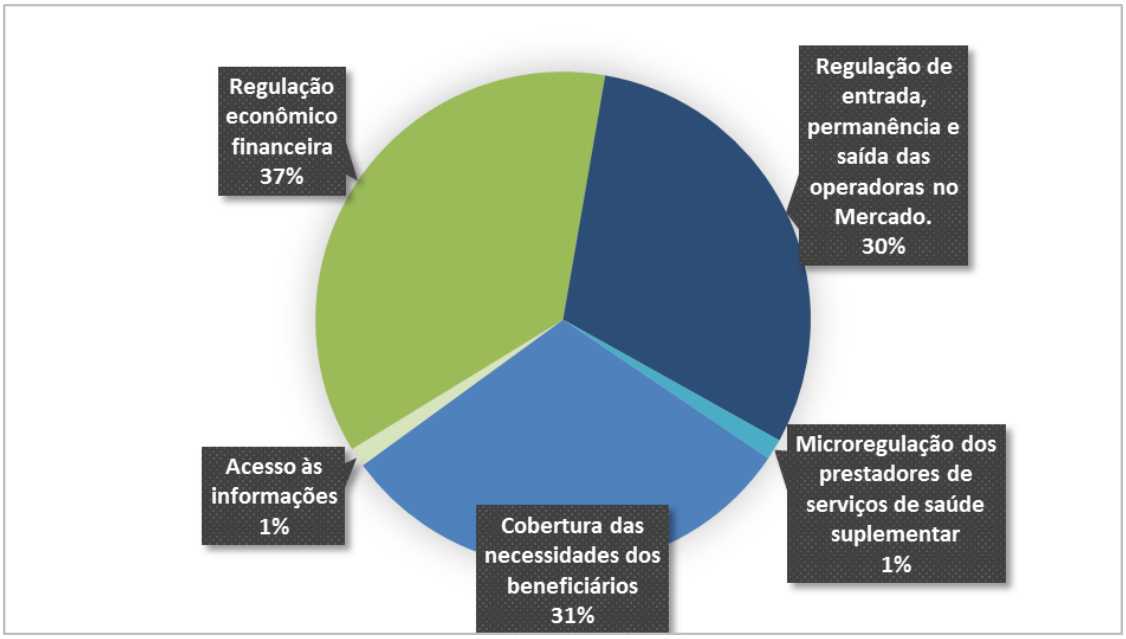
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O foco de regulação de mercado tem ações reguladoras voltadas para a criação ou extinção de planos de saúde, reajustes anuais, relação entre planos de saúde e hospitais prestadores de serviços, representando a maioria dos documentos publicados (68,2%). O percentual de publicações da ANS, de acordo com as categorias reguladoras, encontra-se detalhados no gráfico 5.

Aproximadamente 3 documentos a cada 10 publicados pela ANS (33,4%), nos últimos 5 anos, se refere ao estabelecimento ou suspensão de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e de planos de recuperação. Os regimes especiais são medidas administrativas aplicadas a operadoras de planos de saúde e podem ocorrem de forma cumulativa, com a duração de 365 dias. O regime de direção fiscal é normalmente estabelecido pela ANS às operadoras de planos de saúde, para corrigir problemas de desequilíbrio econômico e anormalidades administrativas que coloquem em risco a continuidade do atendimento dos beneficiários, já o regime de direção técnica tem o foco voltado para anormalidades administrativas e assistenciais constatadas a partir de denúncias de consumidores, informações colhidas pela ANS por meio da realização de visita técnica assistencial e de fiscalização in loco,

além dos próprios dados obrigatoriamente enviados periodicamente pela operadora à Agência (ANS, 2017).

Gráfico 5 - Percentual de documentos por categorias reguladoras da ANS.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A segunda subcategoria com maior publicação se refere ao estabelecimento de concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras (27,9%), seguida pela categoria referente a decretação de regime de liquidação extrajudicial ou alienação de carteira (23,7%).

Após a conclusão da análise e enquadramento das ações regulatórias, selecionou-se as subcategorias que apresentavam relação de conteúdo com a área hospitalar. Das 18 subcategorias criadas para atender os conteúdos das publicações, apenas 10 foram selecionadas para compor as variáveis independentes da pesquisa, conforme apresentado no quadro 21.

Quadro 21 - Subcategorias ANS (variáveis de pesquisa) e sentença correspondente.

Subcategorias	Sentença de pesquisa
ANS1: Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.	O ROL de procedimentos e os eventos de saúde que devem ser cobertos pelos planos de saúde são regulados pela ANS. Assim como as regras de autorização de procedimentos cirúrgicos, diagnósticos e atendimentos de urgência e emergência. Essas normativas impactam no desempenho do seu hospital?

ANS2: Instituição de ouvidoria, acompanhamento das notificações e pesquisa de satisfação dos beneficiários.	A obrigatoriedade das operadoras de planos de saúde a implantarem um serviço de ouvidoria dos beneficiários, a necessidade de prestação de contas das notificações recebidas bem como, a realização de pesquisa de satisfação dos clientes, foram exigências reguladas pela ANS. Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas do desempenho do seu hospital:
ANS3: Termos de contratação de planos privados de saúde, regras para garantias de atendimento ou suspensão de coberturas.	A regulação da relação contratual entre operadoras e beneficiários estabelecem garantias de atendimento, abrangência, regras de suspensão temporária ou definitiva de cobertura bem como, os procedimentos administrativos para a solicitação de coberturas adicionais. Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas do desempenho do seu hospital:
ANS4: Controle de preços praticados e reajustes aplicados pelas Operadoras aos beneficiários.	Os reajustes de preços de contratos entre operadoras e beneficiários são regulados anualmente pela ANS com o índice de reajuste e fator moderador a ser aplicado (preços praticados de acordo com a utilização dos serviços de saúde pelos beneficiários). Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas do desempenho do seu hospital:
ANS5: Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).	A concessão de funcionamento das Operadoras e sua manutenção no mercado é regulada por normativas que abordam: formação mínima de administradores de Operadoras, monopólio de mercado, obrigatoriedade de cobertura dos beneficiários e atendimentos das exigências fiscalizatórias da ANS. Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas do desempenho do seu hospital:
ANS6: Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.	A ANS estabelece procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar, incluindo o padrão TISS e o formato XML (Extensible Markup Language), para a troca de informações entre Operadoras, ANS e prestadores de serviços (Hospitais). Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas de desempenho do seu hospital:
ANS7: Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS	Os mecanismos de fiscalização e aplicação de sansões disciplinares pela ANS nos casos de descumprimento de normas legais ou contratuais obrigatórias, na relação entre operadoras, beneficiários, prestadores de serviços (Hospitais) e ANS, impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas:
ANS8: Regras de Contratos entre Operadoras e Prestadores de serviços, substituição de prestadores e redimensionamento de rede.	A ANS regula a obrigatoriedade de contratos escritos entre Operadoras e Prestadores de Serviços, contendo itens pré-determinados como as penalidades por quebra contratual, proibições de relações entre as partes e beneficiários, além da descrição das formas de reajuste contratual. Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas do desempenho do seu hospital:
ANS9: Regras de relacionamento entre prestadores de serviços e beneficiários.	A proibição da exigência de caução por parte dos prestadores de serviços, necessidade de solicitação de autorização às Operadoras para execução de procedimentos, o atendimento de urgência e emergência são exemplos de regulação da ANS na relação entre beneficiários e prestadores de serviços. Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas do desempenho do seu hospital:

ANS10: Qualificação dos prestadores de Saúde pelas Operadoras e regras de reajustes.	A criação do Programa de Qualificação dos Prestadores de Serviços na Saúde Suplementar – QUALISS bem como, o Fator de Qualidade a ser aplicado ao índice de reajuste definido pela ANS, são ferramenta de regulação do setor. Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas de desempenho do seu hospital:

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

A conclusão desta etapa da pesquisa possibilitou a realização da coleta de dados primários. Os resultados obtidos com a pesquisa *survey* serão detalhados na próxima seção.

4.3 OBJETIVO 3: IMPACTO GERADO NO DESEMPENHO DOS HOSPITAIS

4.3.1 Estatística descritiva

A pesquisa *survey* contou com a participação de 241 gestores hospitalares, que acessaram a pesquisa por meio de ferramenta eletrônica. Na fase de tratamento de dados identificou-se 224 respostas válidas, delimitando assim o tamanho da amostra. A exclusão de 17 participantes ocorreu por afirmarem que as respostas se referiam a Hospitais públicos ou de Ensino, questão essa colocada na pesquisa para uma triagem de segurança já que o objetivo do estudo está voltado para a análise de hospitais privados.

Os respondentes acessaram o questionário de pesquisa por *links* diferentes, visando a identificação do meio de divulgação que captou o participante. Essa estratégia possibilitou extrair os dados apresentados na figura 9, referentes os respondentes. O canal de divulgação de maior participação na composição da amostra da pesquisa foi o *Facebook*, captando 123 respondentes, alcançando também o maior número de pessoas, com os anúncios financiados, totalizando 17.448 pessoas alcançadas com a divulgação da pesquisa.

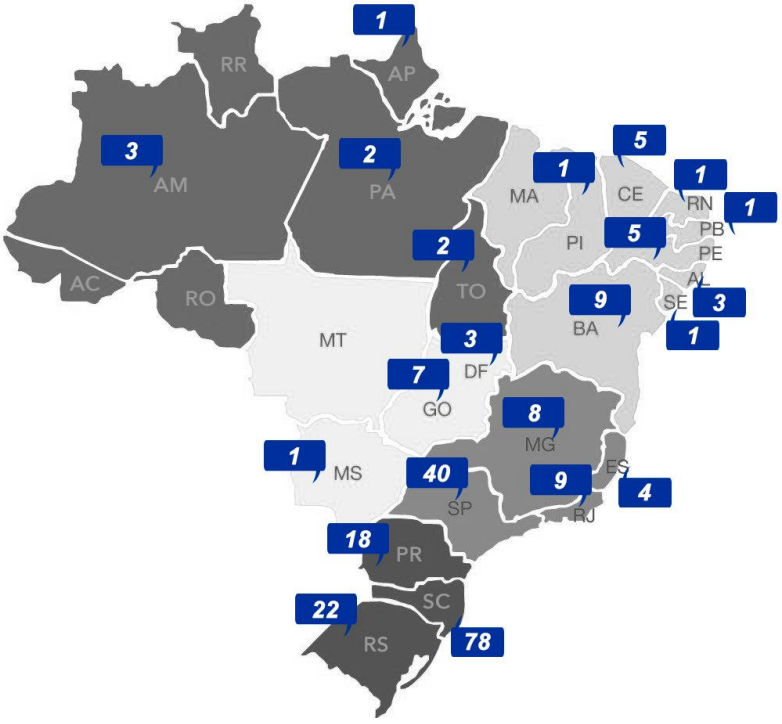
Figura 9 - Percentual de contribuição dos canais de divulgação na captação da amostra.



Fonte: Dados da pesquisa (2017), imagens capturadas dos *sites* oficiais das mídias sociais.

As 224 respostas válidas foram enviadas por gestores que atuam ou atuaram em hospitais de diversos estados brasileiros, com a maior concentração na região Sul do país responsável por 52,7% das respostas, distribuídas em 34,8% de Santa Catarina, 9,8% do Rio Grande do Sul e 8% do Paraná. A região Sudeste, impulsionada pelo estado de São Paulo, foi a segunda com maior participação tendo 27,2% de representatividade na amostra, seguida pelo Nordeste com 11,6% e Centro-Oeste com 4,9%. A região Norte apresentou apenas 3,6% de participação, tendo vários estados sem representação na pesquisa, como pode-se visualizar na figura 10.

Figura 10 - Distribuição dos participantes da pesquisa nos estados brasileiros de origem.



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Os participantes da pesquisa foram caracterizados de acordo com o nível de formação, área de formação, o tempo de atuação na área hospitalar e o cargo que ocupam nas instituições onde trabalham.

Quanto ao nível de formação a maioria dos respondentes da pesquisa são especialistas representando 67% da amostra, seguidos por mestres com 27% e 5% profissionais graduados. O estudo contou com a contribuição de apenas 2 respondentes com doutorado.

Aproximadamente 6 em cada 10 participantes da pesquisa (59,3%) são da área da saúde sendo, sendo 41,5% da amostra formada por enfermeiros (93 participantes) e 17,8%

formada por médicos. Além destes, a área de administração foi a terceira com maior representação, tendo 16,5% de profissionais da amostra. As áreas de Farmácia (13 respondentes), engenharia (12), economia (11) e direito (5) também tiveram representação na amostra. A categoria nomeada por "Outros" é composta de 13 respondentes e apresenta psicologia, fisioterapia, comunicação social, nutrição, odontologia e tecnologia da informação como áreas de formação citadas pelos participantes.

A maioria dos respondentes da pesquisa, 90 participantes (40,2%), indicaram ter experiência de 10 a 15 anos de atuação em instituição hospitalares, seguido por 59 respondentes (26,3%) com experiência de 15 a 20 anos, 41 respondentes (18,3%) com experiência de 5 a 10 anos, 21 respondentes (9,4%) acima de 20 anos e apenas 13 respondentes (5,8%) com experiência de atuação em instituições hospitalares de até 5 anos.

Oito em cada dez participantes (80,1%) atuam em cargos estratégicos ou táticos dos hospitais, sendo 42,4% táticos e 38,4% estratégicos. Os demais profissionais que compõem a amostra atuam em cargos de liderança em nível operacional (18,3%) e 2 participantes não quiseram (0,9) identificar seus cargos. Os índices demonstram que a maioria dos participantes da pesquisa ocupam cargos de Gerentes ou Coordenadores hospitalares, estando envolvidos com os pilares de investigação da pesquisa: desempenho hospitalar e agências reguladoras de saúde.

A maioria dos gestores (86,2%) afirmaram atuar em Hospitais Gerais, 12% em Hospitais Especializados e apenas 1,8% em Hospitais Dia (curta permanência). Quanto ao porte hospitalar, a maioria dos gestores (48,2%)% atua em hospitais de médio porte (até 150 leitos), seguida com 46% por gestores de hospitais de grande porte (até 500 leitos), 4,5% em hospitais de capacidade extra (acima de 500 leitos) e apenas 1,3%, em hospitais de pequeno porte (até 50 leitos), esses índices podem ser justificados pela representação nacional onde 82% dos hospitais são de médio porte, possuindo até 150 leitos (CNES, 2016).

Os hospitais foram caracterizados ainda de acordo com a sua natureza jurídica, obtendo o resultado de 71,9% da amostra da pesquisa atuante em hospitais privados que prestam serviços para várias operadoras de planos de saúde, seguindo pelos gestores de hospitais filantrópicos (24,1%) e com menor índice, os hospitais privados próprios de operadoras de planos de saúde (4%).

Avaliando o impacto da ANVISA no desempenho dos hospitais, foram exploradas com os respondentes da pesquisa, as subcategorias de análise criadas com o agrupamento das ações reguladoras publicadas. Com o foco na regulação sanitária de serviços, a categoria reguladora de qualidade e segurança assistencial e subcategoria definida como: gestão de

eventos do paciente em estabelecimentos de saúde, correspondente a ANVISA 1, obteve-se o resultado de impacto positivo nas três áreas de desempenho hospitalar investigadas: Área econômico financeira, de processos operacionais e de qualidade assistencial. O impacto positivo na área assistencial foi percebido por 93,8% dos gestores, onde menos de 1% percebeu impacto negativo. As legislações que compõe essa subcategoria de análise estabelecem a obrigatoriedade de implantação de um processo de notificação de eventos adversos e do núcleo de segurança dos pacientes, exigindo o investimento de recursos humanos e estruturais, apesar disso, 43,9% dos gestores afirmam perceberem impacto positivo na área econômico financeira. Na área de processo operacional a maioria dos gestores (87,1%) perceberam impacto positivo no desempenho, sugerindo que a regulação da ANVISA na área de segurança do paciente provoca melhorias processuais.

Mantendo o foco na regulação sanitária de serviços e nos aspectos de qualidade e segurança, a categoria referente a definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados, ANVISA 2, se refere as legislações que estabelecem procedimentos mínimos que precisam ser adotados por serviços de saúde, relacionados com número de equipes mínimas, profissionais de especialidades obrigatórias, disponibilidade de equipamentos, estrutura física necessária e alguns processos de gestão que deverão obrigatoriamente serem implantados. As respostas indicaram que 37,7% dos gestores percebem impacto negativo na área econômica financeira, embora 32,7% percebem impacto positivo e 29,6% afirmam não perceberem nenhum impacto. Na área de processos operacionais e de qualidade assistencial um número expressivo de gestores afirma perceberem impacto positivo, com um resultado de 81,3% e 94,6% respectivamente.

A última categoria da ANVISA, com foco na regulação sanitária de serviços, referente aos aspectos administrativos e as ações fiscalizadoras (ANVISA 3), abordando questões sobre os mecanismos fiscalizatórios, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANVISA. Os resultados sugerem que apesar dos mecanismos que necessariamente precisam ser criados nos hospitais para atender as ações fiscalizatórias, com as auditorias anuais de renovação de alvará sanitário e as documentações comprobatórias de cumprimento as exigências estabelecidas pela ANVISA, o impacto percebido pelos gestores é positivo nas áreas de qualidade assistencial (61,2%) e de processos operacionais (43,3%). Entretanto, a maioria dos gestores (44,2%) afirmaram perceberem impacto negativo no desempenho da área econômico financeira, seguidos por 34,4% dos que afirmaram não perceberem impacto e 21,4% que percebem impacto positivo.

Ainda explorando os aspectos da ANVISA, direcionou-se o foco para a regulação sanitária de produtos, com a categoria reguladora de regulação de produção, rotulagem, comercialização, importação, exportação e consumo de produtos e a subcategoria: ANVISA 4 - Medicamentos e Substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira; Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial. Essa categoria define as boas práticas e os requisitos mínimos de segurança que devem ser adotados durante todas as etapas do processo de fabricação de medicamentos, até o seu consumo final dentro dos hospitais, identificando as substâncias potencialmente perigosas e que obrigatoriamente precisam receber controle especial. Nessa categoria, mais de 8 em cada 10 gestores (82,5%) afirmam perceberem impacto positivo no desempenho da área de qualidade assistencial e 57% na área de processos operacionais, já na área financeira não foi possível perceber impacto, de acordo com 48,4% dos gestores participantes da pesquisa, conforme detalhamento da tabela 1.

Tabela 1 - Percepção de impacto da categoria ANVISA 4.

ANVISA 4	Impacto Negativo	Nenhum Impacto	Impacto Positivo	Total	Não quero opinar
Área Econômico Financeira	45	107	69	221	3
	20,4%	48,4%	31,2%	100%	1,3%
Processos Operacionais	31	65	127	223	1
	13,9%	29,1%	57%	100%	0,4%
Qualidade Assistencial	8	31	184	223	1
	3,6%	13,9%	82,5%	100%	0,4%

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

A última categoria da ANVISA explorada na pesquisa se refere a regulação de produção, rotulagem, comercialização, importação, exportação e consumo de produtos, com o foco em produtos e equipamentos médicos (ANVISA 5). Essa categoria contempla normativa referente aos equipamentos médico hospitalares e os insumos envolvidos na assistência à saúde como agulhas, linhas venosas, produtos para curativos, fios cirúrgicos, excluindo destes os medicamentos e substancias da Farmacopéia Brasileira já abordados na categoria anterior. Todas as áreas de desempenho exploradas na categoria ANVISA 5 apresentaram impacto positivo, de acordo com os gestores hospitalares: área econômico financeira 42,5% dos gestores, área de processos operacionais com 53,8% e a de qualidade assistencial 60,6%. Os resultados detalhados dessa pesquisa encontram-se expostos na tabela 7.

O impacto da ANS no desempenho dos hospitais foi investigado a partir de categorias reguladoras criadas com o agrupamento das ações reguladoras publicadas pela

agência. Com o foco na qualidade assistencial, a categoria reguladora que aborda aspectos da cobertura das necessidades dos beneficiários, a subcategoria ANS1 - Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados, aborda a lista de procedimentos estabelecidos contratualmente entre operadoras de planos de saúde e hospitais prestadores de serviços, além dos procedimentos necessários para a autorização da realização dos mesmos. A maioria expressiva dos gestores percebem impacto negativo no desempenho quando se referem a estas ações, nas três áreas de desempenho hospitalar exploradas: área econômico financeira 70,7% dos gestores, 64,6% na área de processos operacionais e 62,2% na área assistencial. Os resultados revelam ainda, que o impacto positivo no desempenho foi afirmado por 20,3%, 18,4% e 24,3% dos gestores, respectivamente, de acordo com as áreas de desempenho exploradas.

A subcategoria ANS 2 - Instituição de ouvidoria, acompanhamento das notificações e pesquisa de satisfação dos beneficiários, com foco na qualidade assistencial e categoria reguladora: cobertura das necessidades dos beneficiários, se refere as ações reguladoras que estabelecem a obrigatoriedade das operadoras de planos de saúde realizarem o acompanhamento da satisfação dos seus beneficiários em relação aos serviços prestados pelos hospitais e estabelecimentos conveniados, além da formalização de um canal de ouvidoria e notificações dos usuários. Nenhum impacto no desempenho foi notificado, pela metade dos gestores, na área econômico financeira e nos processos operacionais, embora 6 em cada 10 gestores afirmem que essas ações impactam positivamente na área de qualidade assistencial, conforme detalhado na tabela 2.

Tabela 2 - Percepção de impacto da categoria ANS 2.

ANS 2	Impacto Negativo	Nenhum Impacto	Impacto Positivo	Total	Não quero opinar
Área Econômico Financeira	20	112	88	220	4
	9,1%	50,9%	40%	100%	1,8%
Processos Operacionais	33	101	87	221	3
	14,9%	45,7%	39,4%	100%	1,3%
Qualidade Assistencial	16	69	136	221	3
	7,2%	31,2%	61,5%	100%	1,3%

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

A última categoria da ANS referente a qualidade assistencial e a cobertura das necessidades dos beneficiários, ANS 3 - Termos de contratação de planos privados de saúde, regras para garantias de atendimento ou suspensão de coberturas, agrupa as ações reguladoras

que estabelece o conteúdo mínimo obrigatório a ser observado pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde para contratação e suspensão de contrato, identificação de beneficiários e dependentes, cobertura em caso de carência, aposentadorias e demissões, além do acompanhamento das coberturas realizadas. A maioria dos gestores (44,3%) afirmaram perceberem impacto positivo no desempenho da área econômico financeira com essas regulações, 37,6% impacto negativo e 18,1% não percebem impacto nesta área. Nos processos operacionais e na qualidade assistencial foi percebido impacto positivo por 48,9% e 52,9% dos gestores, respectivamente.

O segundo foco de regulação da ANS explorado foi a sustentabilidade do setor, com a regulação econômico financeira, nos aspectos referentes a ANS 4 - Controle de preços praticados e reajustes aplicados pelas Operadoras aos beneficiários. As ações da ANS referentes a esta abordagem apresentam impacto negativo no desempenho da área econômico financeira dos hospitais, de acordo com 61,8% dos gestores. Os dados sugerem que, devido a especificidade do tema, 64,9% e 47,5% dos gestores não percebem impacto no desempenho das áreas de processos operacionais e de qualidade assistencial.

A subcategoria ANS 5 - Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos), referente a regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado visando a sustentabilidade do setor, estabelece os critérios para que as operadoras possam entrar no mercado, os requisitos que devem ser cumpridos para sua permanência e como estas operadoras serão extintas. A discreta maioria dos gestores percebem que essa regulação causa impacto negativo no desempenho da área econômico financeira 39,4%, nenhum impacto na área de processos operacionais 42,6% e na área de qualidade assistencial 41,4%.

Visando ainda a sustentabilidade do setor com a regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado, a subcategoria ANS 6 – define procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar. Os resultados obtidos com a exploração desse tema, junto aos gestores hospitalares, encontram-se detalhado na tabela 3.

Tabela 3 - Percepção de impacto da categoria ANS 6.

ANS 6	Impacto Negativo	Nenhum Impacto	Impacto Positivo	Total	Não quero opinar
Área Econômico Financeira	47	19	150	216	8
	21,8%	8,8%	69,4%	100%	3,6%
Processos Operacionais	33	21	161	215	9
	15,3%	9,8%	74,9%	100%	4,0%
Qualidade Assistencial	22	99	96	217	7
	10,1%	45,6%	44,3%	100%	3,1%

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

A última subcategoria relacionada com a sustentabilidade do setor focando na regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado, se refere a ANS 7 - Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS. A maioria dos gestores hospitalares afirmaram não perceberem impacto no desempenho das três áreas de desempenho hospitalar exploradas, sendo apontado por 39,9% dos gestores referente a área econômico financeira, 44,7% aos processos operacionais e 44% dos gestores referentes a área de qualidade assistencial.

As últimas 3 subcategorias da ANS exploradas na pesquisa (ANS 8, ANS 9 e ANS 10), se referem a sustentabilidade do setor focando na microrregulação dos prestadores de serviços de saúde suplementar e tratam de ações reguladoras que alcançam de forma indireta os prestadores de serviços de saúde do setor privado.

A subcategoria ANS 8 - Regras de Contratos entre Operadoras e Prestadores de serviços, substituição de prestadores e redimensionamento de rede, regula a relação contratual entre as operadoras e no caso dessa pesquisa, os hospitais privados, estabelecendo alguns requisitos básicos de contratação, apesar da livre negociação permita pela ANS. Essas ações impactam positivamente no desempenho das três área de desempenho hospitalar exploradas, sendo percebido por 63,6% dos gestores na área econômico financeira, 52,8% nos processos operacionais e 66,2% dos gestores na área de qualidade assistencial. Cechin (2008) aponta que um dos relacionamentos mais delicados no setor de saúde suplementar ocorre justamente entre as operadoras de planos de saúde e os prestadores de serviços, por ser uma relação conturbada, repleta de tensões e conflitos que impedem o bom funcionamento de um sistema de saúde, sendo a regulação essencial para o equilíbrio.

Sete em cada dez gestores hospitalares participantes da pesquisa (73,2%), percebem que as ações da ANS referente as regras de relacionamento entre prestadores de serviços e beneficiários (ANS 9), apresentam impacto negativo no desempenho da área econômico

financeira. Nos processos operacionais a maioria dos gestores percebem impacto negativo 55,7%, e na área de qualidade assistencial uma discreta maioria afirma perceber impacto positivo de 37,4%.

Tabela 4 - Percepção de impacto da categoria ANS 10.

ANS 10	Impacto Negativo	Nenhum Impacto	Impacto Positivo	Total	Não quero opinar
Área Econômico Financeira	8	64	145	217	7
	3,7%	29,5%	66,8%	100%	3,1%
Processos Operacionais	14	57	147	218	6
	6,4%	26,1%	67,4%	100%	2,7%
Qualidade Assistencial	11	69	136	221	3
	5%	21,1%	73,9%	100%	2,7%

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

A tabela 4 detalha os resultados obtidos na última subcategoria da ANS explorada na pesquisa: ANS 10 - Qualificação dos prestadores de Saúde pelas Operadoras e regras de reajustes. Essa categoria mantem o foco na microrregulação do setor, estabelecendo critérios de relação entre operadoras de planos de saúde e os prestadores de serviço. A maioria dos gestores afirmam perceberem impacto positivo nas três áreas de desempenho hospitalar exploradas, com percentual mais representativo na área de qualidade assistencial, onde 7 em cada 10 gestores afirmam que as ações de qualificação dos prestadores de saúde pelas operadoras impactam positivamente nesta área. No plano teórico, o programa QUALISS – qualificação de prestadores, foi institucionalizado através de um isomorfismo coercitivo (DIMAGGIO; POWELL, 1983), ou seja, para atender normas e exigências legais de órgãos regulatórios, resgatando conceitos da teoria institucional que será melhor explorada na próxima seção de discussão dos resultados.

4.3.2 Discussão dos resultados

De forma geral, os resultados sugerem que os gestores reconhecem que a intervenção regulatória da ANVISA agrega melhorias ao desempenho dos hospitais. A missão de “proteger e promover a saúde da população, mediante a intervenção nos riscos decorrentes da produção e do uso de produtos e serviços sujeitos a vigilância sanitária” (ANVISA, 2017), se concretiza em ações regulatórias que direcionam as atividades dentro dos hospitais.

Ao serem questionados sobre o impacto da ANVISA no desempenho hospitalar 91,3% dos gestores afirmaram perceberem impacto positivo no desempenho dos hospitais onde atuam, 5% não percebem impacto e apenas 3,7 percebem impacto negativo. Esse resultado geral converge com os dados obtidos nas categorias estratificadas dessa agência, detalhadas na tabela 2, onde se obteve percepções de impacto positivos em todas as categorias nas áreas de qualidade assistencial e de processos operacionais.

Tabela 5 - Maior percentual obtido de acordo com categorias analisadas da ANVISA.

Subcategorias	Área Econômico Financeira	Processos Operacionais	Qualidade Assistencial
ANVISA1: Definição da gestão de eventos do paciente em estabelecimentos de saúde	43,9%	87,1%	93,8%
ANVISA2: Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	37,7%	81,3%	94,6%
ANVISA3: Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANVISA.	44,2%	43,3%	61,2%
ANVISA4: Medicamentos, substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	48,4%	57,0%	82,5%
ANVISA5: Produtos e equipamentos médicos	42,5%	53,8%	60,6%

Onde:

- Impacto Positivo
- Nenhum Impacto
- Impacto Negativo

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Os gestores percebem impacto negativo das ações da ANVISA na área econômico financeira, nas ações referentes as exigências mínimas de funcionamento dos setores e nas ações de fiscalização e aplicações de sanções disciplinares, categorias essas compostas por legislações reguladoras com exigências de investimentos de recursos estruturais e humanos para seu cumprimento. Essas legislações, associadas a metodologia de fiscalização implantadas pela ANVISA, são usualmente utilizadas por profissionais da saúde, como médico e enfermeiros, para sustentar a negociação com os gestores hospitalares, em busca de melhorias dentro dos hospitais. Nesse processo de institucionalização de mudanças operacionais e da incorporação de novos conceitos, provocadas por influências profissionais e aliadas a pressão exercida pela regulação setorial, podem ser reconhecidas características de isomorfismos (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

A subcategoria ANVISA 1, relacionada as ações que definem a gestão de eventos do paciente e buscam a institucionalização da cultura de segurança do paciente, foi apontada por 93,8% dos gestores por gerar impacto positivo no desempenho da qualidade assistencial, tendo impacto positivo também nas demais áreas de desempenho hospitalar exploradas.

A notificação de reações adversas de medicamentos, um tipo de evento do paciente, é vista como uma ferramenta regulatória fundamental para alimentar os sistemas de vigilância em um país (ROMEU et al., 2011). Entende-se que quanto mais forte for o sistema nacional de notificações, mais provável será que as decisões regulatórias tomadas pelos órgãos regulatórios sejam mais equilibradas. Desta forma, conhecer e entender os eventos do paciente, sua forma de gestão e fatores de risco, permite a toda equipe multidisciplinar, a implementação de medidas preventivas nas áreas assistenciais e operacionais. Sob o enfoque da teoria institucional, o ambiente organizacional sofre influência em decorrência de diversos fatores internos e externos, que ao longo do tempo causam mudanças nas organizações (DE LIMA et al., 2016).

No isomorfismo coercitivo, a gestão sede a pressões formais advindas de leis ou da política de modo informal (DIMAGGIO; POWELL, 1983). A gestão de eventos do paciente, bem como os requisitos técnicos estabelecidos pela ANVISA para o funcionamento dos serviços de saúde, regulando a existência de processos de segurança de equipamentos, de insumos e de recursos humanos, são exemplos desse isomorfismo, que podem ser institucionalizados pelos hospitais, permitindo que se firmem na cultura organizacional e desenvolvam ações importantes para um bom desempenho. Além disso, sistemas de qualidade são adotados na busca de competitividade, de eficiência e eficácia dos processos e dos altos índices de desempenho com resultados de sucesso (BONATTO, 2011), trazendo ganhos para todas as áreas hospitalares.

Bonato (2011) destaca ainda, que as instituições hospitalares são sistemas abertos que sofrem a ação do meio onde estão inseridas, sendo influenciadas pela evolução e mudanças em todos os campos sociais, tornando-se um espaço multidisciplinar de interação com a sociedade. O Estado participa nesse meio de influência, provocando pressões reguladoras (isomorfismo coercitivo) e buscando a defesa dos direitos da população, na área da saúde representados pelas ações da ANVISA e da ANS.

Ao analisar o questionamento referente a contribuição geral da ANS no desempenho do hospital, 61,9% dos gestores percebe impacto positivo no desempenho, 26,6% percebe impacto negativo e 11,5% afirma não perceberem impacto nas áreas de desempenho hospitalar exploradas na pesquisa. A tabela 6 sintetiza o resultado das categorias da ANS, ressaltando o resultado de maior percentual, de acordo com os gestores hospitalares.

Os resultados sugerem que a regulação da ANS não se mostra tão impactante na área de qualidade assistencial quando comparada com os resultados obtidos nessa área com as ações da ANVISA. Essa diferença pode ser explicada pela abordagem temática das duas agências reguladoras em questão. Enquanto a ANVISA direciona seu foco para os produtos e serviços de saúde, a ANS possui uma relação indireta com os prestadores de serviço, atuando na regulação das operadoras setoriais e interferindo nas suas relações com prestadores e consumidores.

Tabela 6 - Resultado de maior percentual de acordo com categorias analisadas da ANS.

Subcategorias	Área Econômico Financeira	Processos Operacionais	Qualidade Assistencial
ANS1: Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.	70,7%	64,6%	62,2%
ANS2: Instituição de ouvidoria, acompanhamento das notificações e pesquisa de satisfação dos beneficiários.	50,9%	45,7%	61,5%
ANS3: Termos de contratação de planos privados de saúde, regras para garantias de atendimento ou suspensão de coberturas.	44,3%	48,9%	52,9%
ANS4: Controle de preços praticados e reajustes aplicados pelas Operadoras aos beneficiários.	61,8%	64,9%	47,5%
ANS5: Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).	39,9%	42,6%	41,4%
ANS6: Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.	69,4%	74,9%	45,6%
ANS7: Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS	39,9%	44,7%	44,0%
ANS8: Regras de Contratos entre Operadoras e Prestadores de serviços, substituição de prestadores e redimensionamento de rede.	63,6%	52,8%	66,2%
ANS9: Regras de relacionamento entre prestadores de serviços e beneficiários.	73,2%	55,7%	37,4%
ANS10: Qualificação dos prestadores de Saúde pelas Operadoras e regras de reajustes.	66,8%	67,4%	73,9%

Onde:

- Impacto Positivo
- Nenhum Impacto
- Impacto Negativo

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Ainda de forma comparativa, a subcategoria de tema comum entre as duas agências, ANVISA 3 e ANS 7, referente a fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito de cada agência, mostra resultados diferentes apesar de conter a mesma abordagem regulatória. As ações da ANVISA 3 geram impacto positivo no desempenho da área de qualidade assistencial e operacional, causando impacto negativo na área econômico financeira, conforme percebido pelos gestores. Já as ações da ANS 7 não geram impacto percebido em nenhuma das áreas de desempenho hospitalar exploradas. A diferença de resultados obtidos

nessas categorias fortalece a conexão já abordada sobre a diferença do foco de atuação das duas agências. Alves (2015) fortalece esse achado afirmando que, as ações regulatórias na ANS visando influenciar comportamentos e condutas de prestadores são implementadas de forma indireta, mediante mecanismos e providências impostos às operadoras.

As três categorias da ANS que obtiveram resultados de impacto positivo em todas as áreas de desempenho hospitalar testadas, ANS 3, ANS 8 e ANS 10, se referem a termos de contratação e regras de coberturas de atendimento, contratos entre prestadores de serviços e beneficiários e abordagem sobre o programa de qualidade e regras de reajustes entre operadoras e prestadores de serviços, interferindo diretamente na relação estabelecida entre eles. Ugá et al (2009) ressaltam que esses aspectos devem ser considerados, uma vez que interferem na qualidade dos serviços prestados e destaca alguns pontos cruciais: o contrato, o modelo de remuneração e as formas de controle não financeiro, como, por exemplo, a restrição de utilização de alguns serviços e imposição de autorizações prévias.

Para Zanatta (2013), no que tange à atuação da ANS na regulamentação dos contratos, a grande maioria dos representantes de prestadores critica a falta de fiscalização e punição para as operadoras que descumprem as normas estabelecidas e fica clara a necessidade de uma estratégia de atuação conjunta entre operadora e prestadores, tendo a ANS como uma facilitadora desse processo, no sentido de contribuir para a expansão contínua do mercado, tornando-o mais competitivo.

A tabela 7 apresenta os resultados detalhados obtidos na pesquisa e demonstra os resultados de maior percentual em cada área desempenho destacados. De forma geral os resultados sugerem que a área de qualidade assistencial é a mais beneficiada pelas ações das agências reguladoras, apresentado em sua maioria impacto positivo ou nenhum impacto, apresentando impacto negativo apenas em uma subcategoria, referente ao estabelecimento de um rol de procedimentos de cobertura. Esse resultado pode ser explicado pelo objetivo essencial das agências reguladoras de saúde de buscar a qualidade dos serviços prestados e defenderem os direitos da população/beneficiários.

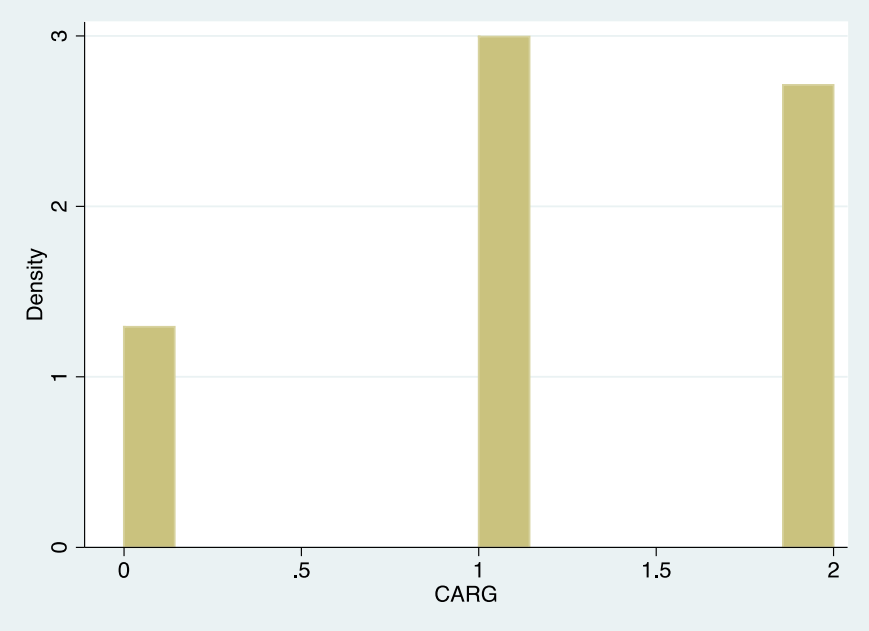
Tabela 7 - Percentual de acordo com as variáveis da pesquisa.

	ANVISA 1: Definição da gestão de eventos do paciente em estabelecimentos de saúde	**ANVISA 2**: Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	**ANVISA 3**: Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANVISA.	**ANVISA 4**: Medicamentos, substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	**ANVISA 5**: Produtos e equipamentos médicos	**ANS 1**: Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.	**ANS 2**: Instituição de ouvidoria, acompanhamento das notificações e pesquisa de satisfação dos beneficiários.	**ANS 3**: Termos de contratação de planos privados de saúde, regras para garantias de atendimento ou suspensão de coberturas.	**ANS 4**: Controle de preços praticados e reajustes aplicados pelas Operadoras aos beneficiários.	**ANS 5**: Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).	**ANS 6**: Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.	**ANS 7**: Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS	**ANS 8**: Regras de Contratos entre Operadoras e Prestadores de serviços, substituição de prestadores e redimensionamento de rede.	**ANS 9**: Regras de relacionamento entre prestadores de serviços e beneficiários.	**ANS 10**: Qualificação dos prestadores de Saúde pelas Operadoras e regras de reajustes.
Econômico Financeira															
Impacto Negativo	19,0%	37,7%	44,2%	20,4%	36,1%	70,7%	9,1%	37,6%	61,8%	39,4%	21,8%	28,0%	17,7%	73,2%	3,7%
Nenhum Impacto	37,1%	29,6%	34,4%	48,4%	21,5%	9,0%	50,9%	18,1%	20,0%	30,0%	8,8%	39,9%	18,6%	10,5%	29,5%
Impacto Positivo	43,9%	32,7%	21,4%	31,2%	42,5%	20,3%	40,0%	44,3%	18,2%	30,5%	69,4%	32,1%	63,6%	16,4%	66,8%
Processos Operacionais															
Impacto Negativo	2,2%	4,0%	33,5%	13,9%	25,8%	64,6%	14,9%	29,4%	27,5%	31,5%	15,3%	25,6%	15,6%	55,7%	6,4%
Nenhum Impacto	10,7%	14,7%	23,2%	29,1%	20,4%	17,0%	45,7%	21,7%	64,9%	42,6%	9,8%	44,7%	31,7%	14,9%	26,1%
Impacto Positivo	87,1%	81,3%	43,3%	57,0%	53,8%	18,4%	39,4%	48,9%	7,7%	25,9%	74,9%	29,7%	52,8%	29,4%	67,4%
Qualidade Assistencial															
Impacto Negativo	0,4%	0,9%	13,8%	3,6%	26,7%	62,2%	7,2%	28,5%	33,0%	26,0%	10,1%	22,0%	0,0%	33,3%	5,0%
Nenhum Impacto	5,8%	4,5%	25,0%	13,9%	12,7%	13,5%	31,2%	18,6%	47,5%	41,4%	45,6%	44,0%	33,8%	29,2%	21,1%
Impacto Positivo	93,8%	94,6%	61,2%	82,5%	60,6%	24,3%	61,5%	52,9%	19,5%	32,6%	44,2%	33,9%	66,2%	37,4%	73,9%

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Para testar se existem diferenças nos resultados obtidos de acordo com o cargo ocupado pelos gestores (nível estratégico - presidentes, diretores e superintendentes, nível tático – gerentes e coordenadores, e nível operacional – líderes setoriais), foi realizado uma regressão logística múltipla, tendo CARG como variável dependente e as respostas como preditoras. A regressão ajuda a demonstrar se as respostas fornecidas para cada pergunta de pesquisa, ajudam a entender o cargo do gestor respondente. O histograma (gráfico 6) demostra que a maioria dos gestores participantes da pesquisa ocupam cargos em nível tático (carg=1), justificando a escolha dessa categoria para ser utilizada como base, na realização dos testes.

Gráfico 6 - Histograma da variável cargo (CARG).



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Nos resultados obtidos com a regressão, observa-se que as perguntas identificadas por ANS3b, ANS6a, ANS6C e ANS, apresentaram z>2, mostrando que possuem a característica de prever o cargo do gestor respondente, ou seja, dos gestores de nível operacional (carg=0), conforme demonstrado na tabela 8. As respostas fornecidas pelos gestores de nível estratégico (carg=2) não apresentaram resultados significativos nos testes realizados.

Tabela 8 - Resultados regressão logística variável cargo (CARG) para ANS.

```
. mlogit carg ans*

Iteration 0:   log likelihood = -201.53884
Iteration 1:   log likelihood = -158.79381
Iteration 2:   log likelihood = -151.80255
```

```
Iteration 3:   log likelihood = -150.32682
Iteration 4:   log likelihood = -150.22765
Iteration 5:   log likelihood = -150.22675
Iteration 6:   log likelihood = -150.22675

Multinomial logistic regression                 Number of obs   =        192
                                                LR chi2(62)     =     102.62
                                                Prob > chi2     =     0.0009
Log likelihood = -150.22675                     Pseudo R2       =     0.2546

------------------------------------------------------------------------------
carg |      Coef.   Std. Err.      z    P>|z|     [95% Conf. Interval]
-------------+----------------------------------------------------------------
0            |
ans1a |   .6694159   .4493574     1.49   0.136    -.2113084     1.55014
ans1b |   .3041256   .9248544     0.33   0.742    -1.508556    2.116807
ans1c |  -.6520427   .9399923    -0.69   0.488    -2.494394    1.190308
ans2a |  -.4906718   1.191943    -0.41   0.681    -2.826837    1.845493
ans2b |  -.6776379   .8365417    -0.81   0.418     -2.31723    .9619538
ans2c |    1.26347   1.565164     0.81   0.420    -1.804196    4.331136
ans3a |  -2.141375   1.282486    -1.67   0.095    -4.655002    .3722521
ans3b |   4.061052   1.810221     2.24   0.025     .5130848    7.609019
ans3c |   3.395375   2.409203     1.41   0.159    -1.326576    8.117327
ans4a |   1.334227   1.382605     0.97   0.335    -1.375629    4.044084
ans4b |   -.935078   1.289903    -0.72   0.469    -3.463242    1.593086
ans4c |  -1.455857   1.337456    -1.09   0.276    -4.077222    1.165509
ans5a |  -1.394198    1.35122    -1.03   0.302    -4.042541    1.254146
ans5b |  -1.095984   1.639407    -0.67   0.504    -4.309163    2.117196
ans5c |   1.914325   1.625707     1.18   0.239    -1.272002    5.100653
ans6a |  -2.580255   1.086036    -2.38   0.018    -4.708847   -.4516634
ans6b |  -1.858705   1.064304    -1.75   0.081    -3.944703    .2272926
ans6c |   2.829222   .9445192     3.00   0.003     .9779985    4.680446
ans7a |   -1.93768   1.062741    -1.82   0.068    -4.020613     .145254
ans7b |   2.584306   1.434852     1.80   0.072    -.2279522    5.396563
ans7c |  -.8309909   .9920045    -0.84   0.402    -2.775284    1.113302
ans8a |  -.9673435   1.125402    -0.86   0.390     -3.17309    1.238403
ans8b |   1.343379   1.069347     1.26   0.209    -.7525031    3.439261
ans8c |   2.864463   2.479938     1.16   0.248    -1.996127    7.725053
ans9a |  -.8963466   .8586122    -1.04   0.297    -2.579196    .7865024
ans9b |   -1.52785   1.036772    -1.47   0.141    -3.559887    .5041863
ans9c |   2.055835   1.229465     1.67   0.094    -.3538724    4.465543
ans10a|  -2.115366   1.157417    -1.83   0.068    -4.383862    .1531299
ans10b|   2.945269   1.917582     1.54   0.125    -.8131225    6.703662
ans10c|  -2.071664   2.004103    -1.03   0.301    -5.999633    1.856306
ans   |  -2.822416   1.266781    -2.23   0.026    -5.305261   -.3395711
 _cons|  -3.809045   1.436905    -2.65   0.008    -6.625327   -.9927623
-------------+----------------------------------------------------------------
1            |  (base outcome)
```

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Observa-se nos resultados destacados da tabela 8, os valores da coluna z (menor que 5% ou 1%) apresentam significativa diferença das respostas em função do cargo. Ao serem testadas de forma isolada com o teste qui-quadrado (chi2) a relação de cargo com as perguntas grifadas, apenas na pergunta ANS3b observou-se a confirmação da diferença (pr=0.022 - há

uma probabilidade de 2.2% de que o cargo não influencia a resposta dessa pergunta), indicando que os gestores de nível operacional (carg=0) tem um padrão de resposta diferente dos gestores dos demais cargos, conforme tabela 9.

A pergunta ANS3b se refere ao impacto gerado no desempenho da área de processos operacionais com a regulação da ANS na relação contratual entre operadoras e beneficiários, no estabelecimento de garantias de atendimento, abrangência, regras de suspensão temporária ou definitiva de cobertura bem como, os procedimentos administrativos para a solicitação de coberturas adicionais. Os resultados sugerem que os gestores operacionais (líderes operacionais) apresentam um padrão de resposta sobre a percepção de impacto desta área, onde 67% destes afirmam perceberem impacto positivo no desempenho nos processos operacionais.

Tabela 9 - Teste qui-quadrado variável cargo (CARG) e pergunta ANS3b.

CARG	ANS3b -1	ANS3b 0	ANS3b 1	Total
0	5	8	26	39
1	37	18	40	95
2	22	22	41	85
Total	64	48	107	219

Pearson chi2(4) = 11.4411 Pr = 0.022

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

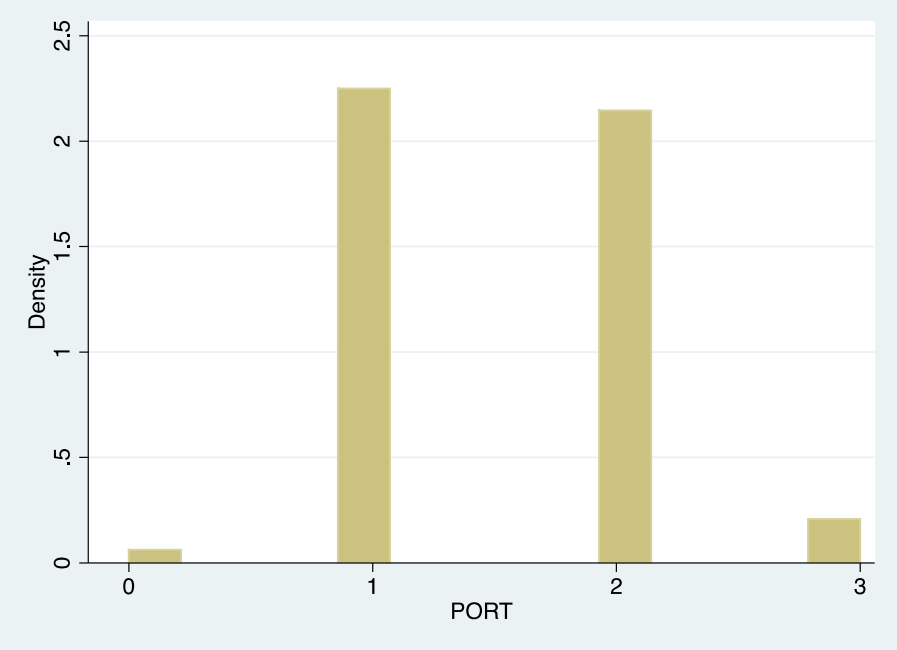
Para a pergunta ANS6a, que se refere ao impacto realizado no desempenho da área econômico financeira pelas ações da ANS no estabelecimento de procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar para a troca de informações entre operadoras, ANS e prestadores de serviços (Hospitais), as respostas dos gestores operacionais (carg=0) é ainda mais pronunciada (z=0.018=1.8%) porém, ao contrário da pergunta anteriormente explorada, apesar das respostas ajudarem a prever quem tem carg=0, essa pergunta de forma isolada não apresentou significância no teste qui-quadrado (Pr = 0.466 - probabilidade de 46%, ou seja, não significativa). Os testes qui-quadrados realizados com as perguntas ANS6c e ANS também não apresentaram significância.

Testes semelhantes de regressão logística foram realizados com as perguntas sobre a ANVISA em relação aos cargos dos gestores participantes da pesquisa. Os resultados revelaram que a pergunta ANVISA3b ajudam a identificar os gestores operacionais (carg=0) e as perguntas ANVISA1b e ANVISA3a ajudam a identificar os gestores de nível estratégico,

porém, ao serem testadas de forma isolada relevam que os cargos não influenciam as respostas dessas perguntas (resultados chi2 apresentaram pouca significância).

Investigou-se também se existe diferenças nas respostas dos gestores hospitalares em relação ao porte do hospital onde atuam. Para isto, foram realizados os mesmos testes estatísticos explorados na variável anterior (carg), de regressão logística, tendo porte hospitalar como variável dependente. O gráfico 7 apresenta o histograma de acordo com o porte hospitalar dos participantes da pesquisa e nos mostra que há muitas poucas respostas para hospitais de pequeno porte – até 50 leitos (port=0) e hospitais de capacidade extra – acima de 500 leitos (port=3). Portanto, por falta de observações, testaram-se apenas se existe diferença entre as respostas dos gestores de hospital de médio porte – até 150 leitos (port=1) e os gestores de hospitais de grande porte – até 500 leitos (port=2).

Gráfico 7 - Histograma da variável porte hospitalar (PORT).



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Pelos resultados da regressão logística múltipla tendo PORT como variável dependente observou-se que não há diferença significativa das respostas sobre a ANS dadas por gestores de hospitais de port=1 ou port=2. Resultados parecidos foram obtidos com os testes realizados com as perguntas da ANVISA, indicando que o porte não é relevante para as respostas recebidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida teve o propósito principal de identificar o impacto das agências reguladoras de saúde no desempenho dos hospitais privados do Brasil. Para tal, realizou-se uma pesquisa de método misto, objetivando responder os três objetivos específicos desenhados para o estudo.

Na direção de verificar os principais indicadores de desempenho hospitalar realizou-se uma pesquisa bibliográfica com a construção de dois portfólios bibliográficos, um de bases nacional e um internacional. Dentre os resultados obtidos detectou-se que os indicadores utilizados para avaliação de desempenho hospitalar da área econômico financeira já são consagrados na avaliação de empresas de outros segmentos (SOUZA et al., 2013). Na área operacional o tempo médio de permanência, a taxa de ocupação hospitalar, o número de funcionários por leitos, o número de internações e o giro de leito ou intervalo de substituição, foram os indicadores mais citados. Na área de qualidade assistencial encontrou-se indicadores mais específicos da gestão hospitalar, tendo como indicadores mais citados a taxa de mortalidade, taxa de infecção, relação número de paciente por enfermeiro, índice de queda, índice de ulcera por pressão e taxa de eficácia terapêutica.

Ressalta-se que a utilização de indicadores de desempenho é essencial para os serviços de saúde, uma vez que se configura em uma medida que permite o monitoramento e a identificação de estratégias de melhorias da qualidade da assistência. A escolha e o desenvolvimento de indicadores devem possibilitar uma análise do trabalho de equipe multidisciplinar, nas diversas áreas de desempenho hospitalar, propiciando correções processuais e ajustes estratégicos de acordo com os objetivos estabelecidos para cada hospital.

Entende-se que este estudo é relevante e apresenta importância também para o ensino e para a prática, uma vez que os profissionais devem conhecer e utilizar os indicadores de desempenho hospitalar como estratégia para ampliar cada vez mais a cultura da qualidade dos serviços de saúde.

A ação das agências reguladoras de saúde, ANVISA e ANS, também foram alvo de exploração nessa pesquisa, onde foram analisadas e categorizadas as ações reguladoras publicadas por cada agência nos últimos cinco anos (2011 – 2015). A pesquisa documental nas publicações resultou na categorização desses documentos e permitiu constatar que a maior parte (78%) das ações reguladoras da ANVISA deste período, foram direcionados para a regulação sanitária de produtos, contemplando as diversas formas da sua cadeia de produção até o destino final de consumo. Além disso, foi possível localizar documentos regulatórios abrangendo as

demais áreas de atuação da ANVISA, como o controle sanitário dos serviços de saúde, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados.

A ANS publicou três vezes mais documentos regulatórios do que a ANVISA, focando em sua maioria na regulação do econômico financeira de mercado (37%) e na cobertura das necessidades dos beneficiários (31%). Os documentos analisados demostraram a atuação da agência no cumprimento de suas competências, regulando as operadoras setoriais - inclusive no que tange suas relações com prestadores e beneficiários.

Os resultados evidenciam que o ambiente regulatório do segmento de saúde possui duas agências reguladoras atuantes, mantendo a atenção para a criação de normas, controles e fiscalizações das empresas participantes da cadeia de prestação de serviços de saúde, objetivando cumprir o papel do Estado em assegurar os interesses públicos. Não foi possível evidenciar se essas ações conseguiram alcançar o resultado proposto, devido ao foco da pesquisa estar centrado na o impacto gerado apenas no desempenho dos hospitais privados.

Análise dos resultados obtidos com a pesquisa *survey*, sugere que as ações reguladoras das agências geram impacto positivo no desempenho dos hospitais, sendo percebido por 91,3% dos gestores em relação a ANVISA e 61,9% em relação a ANS. Ao explorar áreas de atuação especificas de cada agência, percebe-se que no caso da ANVISA, as áreas de processos operacionais e de qualidade assistencial são beneficiadas com as ações de todas as categorias reguladoras criadas para a pesquisa. Já na área econômico financeira, a categoria referente a definição de requisitos técnicos para o funcionamento dos serviços e a fiscalização e apuração de infrações geram impacto negativo no desempenho dessa área.

Os resultados relacionados com as ações da ANS sugerem que esse setor mostra tão impactante na área de desempenho hospitalar da qualidade assistencial, quando comparada com os resultados obtidos com a ANVISA. Essa diferença pode ser explicada pela abordagem temática das duas agências reguladoras em questão. Enquanto a ANVISA direciona seu foco para os produtos e serviços de saúde, a ANS possui uma relação indireta com os prestadores de serviço, atuando na regulação das operadoras setoriais e interferindo nas suas relações com prestadores e consumidores.

A categoria da ANS definida com ANS 1, relacionada ao estabelecimento de um rol de procedimento para cobertura apresentou resultados negativos nas três áreas de desempenho hospitalar exploradas na pesquisa. Os dados sugerem que a intenção de defender os direitos dos beneficiários e garantir a cobertura das suas necessidades, pode dificultar os processos internos dos hospitais impactando negativamente no seu desempenho.

Por fim, os testes estatísticos realizados na busca de diferenças de percepção dos gestores em relação ao cargo que ocupam e ao porte do hospital onde trabalham não foram significativas.

Os conceitos da teoria institucional permeiam os achados da pesquisa ao considerar que o Estado participa do ambiente de influência, provocando pressões reguladoras (isomorfismo coercitivo) e buscando a defesa dos direitos da população, representado pelas ações da ANVISA e da ANS. Esse processo de institucionalização de mudanças operacionais e da incorporação de novos conceitos, provocadas por influências profissionais e aliadas a pressão exercida pela regulação setorial, podem ser reconhecidas características de isomorfismos (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

5.1 LIMITAÇÕES DO TRABALHO E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

As variáveis de pesquisa criadas com a análise de conteúdo das legislações envolvem o olhar do pesquisador e podem conter desvios de pesquisa. As classificações realizadas foram disponibilizadas como apêndices para que possam ser criticadas em estudos posteriores. Além disso, analisou-se um intervalo de 5 anos (2011 – 2015) de publicações da ANS e da ANVISA, limitando a possiblidade de identificação de normativas de impacto no setor que possam ter surgido entes desse período.

A pesquisa não atuou na profundidade na exploração das variáveis dependentes e independentes, mantendo-se nas categorias de análise devido ao desenho metodológico escolhido para o estudo. Sugere-se que a atuação da ANS e da ANVISA sejam pesquisadas de forma independentes para possibilitar o aprofundamento da pesquisa até o nível de indicadores de desempenho e legislações específicas.

Como uma das principais limitações da pesquisa ressalta-se a base de dados empregada para coleta de resultados não representa uma amostra probabilística dos gestores de hospitais privados brasileiros e a impossibilidade de conhecer o tamanho da população do estudo limita a aplicação de ferramentas estatísticas de erro amostral e significância dos dados coletados, impedindo que o resultado alcançado possa ser generalizado ao setor.

Outro fator limitante da pesquisa do ponto de vista teórico se deve a baixa presença de publicações referente ao impacto da regulação de saúde no desempenho de hospitais reduzindo a possibilidade de análises comparativas e melhor entendimento da relação entre as variáveis propostas. Sugere-se que o trabalho possa ser replicado com gestores de hospitais públicos para permitir comparação entre as duas realidades.

Ainda cabe destacar que restrições metodológicas foram adotadas, o que pode ter gerado limitações ao estudo no uso de informações importantes. Dessa forma, a utilização de outras variáveis e novas formas de coletas de dados devem ser pensadas possibilitando o desenvolvimento do conhecimento e auxiliando no entendimento da relação existente entre as agências reguladoras de saúde e o desempenho dos hospitais do Brasil.

Para a realização de futuras pesquisas sugere-se a inclusão de outras variáveis que possibilitem identificar o impacto regulatório no desempenho. Sugere-se ainda que, objetivando aprofundar a identificação do impacto regulatório, as agências sejam exploradas de forma individualizada, incluindo nesta análise resultados de indicadores dos hospitais privados e sua relação com as ações reguladoras.

Ademais, estudos futuros podem empregar a metodologia desenvolvida na pesquisa para analisar o desempenho de outras organizações hospitalares em diferentes contextos bem como propõe-se que se amplie a amostra utilizada para verificar se os resultados continuam condizentes. Por isso, estudos que analisem o impacto de ações regulatórias específicas sobre o desempenho hospitalar parecem relevantes, assim como pesquisas que discutam variáveis que afetam o desempenho dessas instituições.

REFERÊNCIAS

ABAR (2014). Site oficial http://abar.org.br/. Acesso em: 12 dez. 2016.

Alves, Sandro Leal. **Fundamentos, regulação e desafios da saúde suplementar no Brasil**. Rio de Janeiro: Funenseg, 2015.

ANAHP (2013). Observatório Anahp 2013. Disponível em: <http://anahp.com.br/produtos-anahp/observatorio/observatorio-anahp-2013>. Acesso em: 24 jan. 2017

ANAHP (2016) Portal da ANAHP http://anahp.com.br/. Acesso em: 24 jan. 2017.

ANEMA, Helen A. et al. **Influences of hospital information systems, indicator data collection and computation on reported Dutch hospital performance indicator scores**. BMC health services research, v. 13, n. 1, p. 212, 2013.

ANS (200) Agência Nacional de Saúde Suplementar. RDC Nº 39, DE 27 DE OUTUBRO DE 2000. Acesso em: 25 fev. 2017.

ANS (2003). **Evolução e Desafios da Regulação do Setor de Saúde Suplementar.** Subsídios ao Fórum de Saúde Suplementar. Série ANS n.4. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/images/ stories/Materiais_para_pesquisa/Materiais_por_assunto/ProdEditorialANS_Serie_ans_vol_4.pdf>. Acesso em: nov. 2016.

ANS (2017). Site oficial da ANS. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/>. Acesso em: 13 fev. 2017.

ANVISA (2008) **Boas Práticas Regulatórias - Guia para o Programa de Melhoria do Processo de Regulamentação da Anvisa**. Brasília, 2008.

ANVISA (2017). Site oficial: http://portal.anvisa.gov.br/. Acesso em: 18 fev. 2017.

ALMEIDA, Celia. **O mercado privado de serviços de saúde no Brasil: panorama atual e tendências da assistência médica suplementar**. 1998. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11058/2476>. Acesso em: 17 fev. 2017.

ALEXANDRINO, Marcelo. Paulo, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**, v. 20, 2010.

ALVES, E. A. V.; SILVA, A. C; ALMEIDA, G. H. **Aspectos comparativos entre os mecanismos de financiamento das agências reguladoras do setor saúde** (ANVISA e ANS). Cadernos ESP, v. 2, n. 2, p. 21-30, 2006.

AZEVEDO, Paulo Furquim de et al. **A cadeia de saúde suplementar no BRASIL: avaliação de falhas de mercado e propostas de políticas.** São Paulo: INSPER, 2016.

BARLIBA, I.; TITA, S. Important bioindicators for health management in Romania. **Arch. Biol. Sci**., Belgrade, v. 66, n. 1, p. 337-346, 2014.

BAIRD, M. F. **Gênese e constituição da Anvisa: o jogo político da política regulatória no setor de vigilância sanitária**. In XXXV EnANPAD. Rio de Janeiro, 2011

BAIRD, Marcello Fragano. O lobby na regulação da publicidade de alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 67-91, 2016.

BARBOSA, D. M. S.; SOUZA, A. A. DE; SANTOS, T. A DOS. Limitações da avaliação de desempenho de hospitais: uma crítica à utilização de indicadores financeiros operacionais. **FSA**: Teresina, v. 12, n. 3, p. 24-48, 2015.

BARBOSA PINHEIRO, Isabel Cristina et al. EFEITOS DA REGULAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA NAS ESTRATÉGIAS DE FINANCIAMENTO DAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 2, 2015.

BARBIE, Earl. Métodos de pesquisa de survey. 3.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BARDIN, Laurence, **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luíz Antero Reto e Augusto Pinheiro, Lisboa: Capa de Edições 70, 1977.

BARNUM, H.; KUTZIN, J. Public hospitals in developing countries: resource use, cost, financing. Washington: **The World Bank**. 1993

BAUER, J. M. Regulation and state ownership: Conflicts and complementarities in EU telecommunications. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 76, p. 51-177, 2005.
BERNSTEIN, L. A.; WILD, J. J. **Analysis of financial statements**. 5. ed. New York: McGraw-Hill, 2000.

BLOOM, Nicholas; VAN REENEN, John. Why do management practices differ across firms and countries?. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 24, n. 1, p. 203-224, 2010.

BONACIM, C. A. G.; ARAUJO, A. M. P. DE. Avaliação de desempenho econômico-financeiro dos serviços de saúde: os reflexos das políticas operacionais no setor hospitalar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 1055–1069, 2011.

BONATO, Vera Lucia. Gestão de qualidade em saúde: melhorando assistência ao cliente. **Mundo Saúde. São Paulo (SP)**, v. 35, n. 5, p. 319-31, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Saraiva, 2006.

BRASIL. Lei nº 9.491, de 9 de setembro 1997.

BRASIL. Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Lei no 9.961, de 28 de janeiro de 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde, Portaria Nº 30 BSB – de 11 de fevereiro de 1977. Diário Oficial da União 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde, Portaria n.º 312 / 2002 Diário Oficial da União 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde, Portaria n°. 529, de 1 de abril de 2013

Brasil. Mato Grosso. Secretaria de Estado de Saúde. Superintendência de Políticas de Saúde. Coordenadoria de Gestão da Informação em Saúde. Manual de indicadores e parâmetros da saúde.Secretaria de Estado de Saúde, Superintendência de Políticas de Saúde. Coordenadoria de Gestão da Informação em Saúde. – Mato Grosso, Cuiabá: Secretaria de Estado de Saúde, 2010.

Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Saúde Suplementar. Duas faces da mesma moeda: microrregulação e modelos assistenciais na saúde suplementar / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar. – Rio de Janeiro : Ministério da Saúde, 2005. 270 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRYMAN, A. Integrating quantitative and qualitative research: how is it done? **Qualitative Research,** v. 6, n. 1, p. 97-113, 2006.

CALDANA, Graziela et al. Indicadores de desempenho em serviço de enfermagem hospitalar: revisão integrativa. **Revista da rede de enfermagem do nordeste**, v. 12, n. 1, 2011.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, n. 39, v. 4, p. 849-874, jul./ago. 2005.

CELESTINO, 2002 CELESTINO, Paulo. Nó de normas. In: **Notícias Hospitalares: gestão de saúde em debate.** Out/Nov, 2002, n. 39, ano 4. Disponível em <http://www.noticiashospitalares.com.br/out2002/pgs/capa.htm> Acesso em: 01 set. 2016.

CLEMENTE, Marco; DURAND, Rodolphe; ROULET, Thomas. The Recursive Nature of Institutional Change: An Annales School Perspective. **Journal of Management Inquiry**, v. 26, n. 1, p. 17-31, 2017.

CNES (2017) – Cadastro nacional de estabelecimentos de saúde. Disponível em: http://cnes2.datasus.gov.br/. Acesso em: 05 jan. 2017.

COASE, Ronald H. The nature of the firm. **Economica**, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937.

COELHO, C.; PECI, A. **Desafios da Reforma Regulatória no Contexto Brasileiro**. In: Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 25, 2011, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: EnANPAD, 2011.

COLALILLO, Eduardo Gomes Peixoto; DIAS, Luciana Baltazar; WALCHHÜTTER, Seimor. A teoria institucional e seus reflexos nas universidades. **Revista da Universidade Ibirapuera**-São Paulo, v. 9, p. 23-26, 2015.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. Trad. Lucia Simonini. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de economia contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2 (jul./dez. 2002), p. 119-146, 2002.

CORREA, P. et al. Regulatory Governance in Infrastructure Industries: Assessment and Measurement of Brazilian Regulators. **Trends and Policy**, 3. The World Bank, 2006.

COSTA, Nilson do Rosário et al. O desenho institucional da reforma regulatória e as falhas de mercado no setor saúde. **Revista de Administração Pública**, v. 35, n. 2, p. 193-228, 2001.

CUNHA, J. A.; CORRÊA, H. L. Avaliação de desempenho organizacional: um estudo em hospitais filantrópicos. **Revista de Administração de Empresas** - FGV-EAESPVISTA. v. 53, n. 5, p. 485-499, 2013.

CRESWELL, J. W. **Estudo de pesquisa:** método qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CRUZ, Verônica. **Agências reguladoras: entre mudanças institucionais e legados políticos**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007.

CRUZ, Verônica. Estado e regulação: fundamentos teóricos. **Regulação e agências reguladoras: governança e análise de impacto regulatório. Brasília: Anvisa**, p. 53-86, 2009.

CRUBELLATE, João Marcelo; GRAVE, Paulo Sérgio; MENDES AZEVEDO, Ariston. A questão institucional e suas implicações para o pensamento estratégico. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. Esp, 2004.

De Castro, Newton. "Os desafios da regulação do setor de transporte no Brasil." **Revista de administração pública** 34.5 (2000): 119-141.

DE LIMA, Letícia César et al. Práticas de governança corporativa adotadas e divulgadas pelos fundos de pensão brasileiros. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 27, p. 03-26, 2016.

DE SOUZA, Antônio Artur et al. Data envelopment analysis of efficiency in hospital organisations. **International Journal of Business Innovation and Research**, v. 8, n. 3, p. 316-332, 2014.

DIAS, Luciano Nendza. O papel das agências reguladoras no Brasil. TESE, FACULDADES INTEGRADAS "ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO": São Paulo, 2010.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2002.

DIMAGGIO, P. J., POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality on organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, p.147-160, 1983.

Federação Brasileira de Hospitais - FBH, Site oficial em: http://fbh.com.br/sobre-a-fbh/quem-somos/. Acesso em: 15 fev. 2017.

FLEURY, Sonia. Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, p. 743-752, 2009.

FLORES, Joubert; KARDEC, Alan; SEIXAS, Eduardo. Gestão estratégica e indicadores de desempenho. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2002. 98 p.

FOUCAULT, Michel. O nascimento do hospital. In: Microfísica do Poder. Organização e tradução de Roberto Machado. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. p. 99-111.

FORGIONE, D. A. Health care financial and quality measure: international call for a balanced scorecard approach. **Journal of Health Care Finance**, v. 24, n. 1, p.55-58, 1997.

FRIDSON, M.; ALVAREZ, F. **Financial Statement Analysis: A practicioner's guide**. 3. ed. New York: Wiley, 2002.

FREITAS, Marcelo Nogueira de. Indicadores de desempenho como instrumento de gestão em unidades hospitalares. 2014.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois et al. O complexo industrial da saúde e a necessidade de um enfoque dinâmico na economia da saúde. **Ciência & saúde coletiva**, v. 8, n. 2, p. 521-535, 2003.

GALVÃO JUNIOR, Alceu de Castro; PAGANINI, Wanderley da Silva. Aspectos conceituais da regulação dos serviços de água e esgoto no Brasil. Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 14, n. 1, p. 79-88, 2009.

GARRIDO, Giovanna; TACCHINI, Gian Angelo Verardi; SALTORATO, Patrícia. Acreditação Hospitalar: Uma análise institucional da postura assumida pelas instituições de saúde. SIMPOI: 2014.

GERSCHMAN, Silvia. **A democracia inconclusa: um estudo da reforma sanitária brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2004.

GERSCHMAN, Silvia et al. O papel necessário da Agência Nacional de Saúde Suplementar na regulação das relações entre operadoras de planos de saúde e prestadores de serviços. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, 2012.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Ediitora Atlas SA, 2008.

GOMIDE, A.A. A política das reformas institucionais no Brasil: a reestruturação do setor de transportes. Tese de Doutorado. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

GREENWOOD, Royston; HININGS, Christopher R. Understanding radical organizational change: Bringing together the old and the new institutionalism. **Academy of management review**, v. 21, n. 4, p. 1022-1054, 1996.

GUERRA, M. SOUZA, A. A MOREIRA. Análise de desempenho de hospitais: um estudo de 26 organizações por meio da Análise Envoltória de Dados. In: II Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis. Anais. Rio de Janeiro, 2011.

GUERRA, M.; SOUZA, A. A.; MOREIRA, D. R. Performance analysis: a study using data envelopment analysis in 26 Brazilian hospitals. Journal of Health Care Finance, v. 38, n. 4, p. 19-35, 2012.

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. **Psicologia: Teoria e Pesquisa,** v. 22, n. 2, p. 201-210, mai/ago. 2006.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. A estratégia em ação: balanced scorecard. Tradução: Luiz Euclydes Trindade Frazão Filho. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P.; BARROWS, Edward A. Developing the strategy: Vision, value gaps, and analysis. **Balanced scorecard report**, v. 10, n. 1, p. 1-5, 2008.

KELM, Martinho Luis et al. Institucionalização das iniciativas socioambientais das organizações: interfaces entre a teoria do desenvolvimento social de Habermas e o isomorfismo da teoria institucional/Institutionalization of socioenvironmental initiatives of organizations: interfaces between Habermas' social development theory and the isomorphism of the institutional theory. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 12, p. 401, 2014.

KIRIGIA, J. M. et al A performance assessment method for hospitals: the case of municipal hospitals in Angola. Journal of medical systems, v. 32, n. 6, p. 509–519, 2008.

KOYAMA, Marcos Fumio. **Auditoria e qualidade dos planos de saúde: percepções de gestores de operadoras da cidade de São Paulo a respeito do programa de qualificação da saúde suplementar da ANS**. 2006. Tese de Doutorado.

YOUNIS, M. Z.; YOUNIES, H. Z.; OKOJIE, F. Hospital financial performance in the United States of America: a follow-up study. La Revue de Santé de la Léditerranée orientale, v. 12, n. 5, 2006.

LA FORGIA, G. M.; COUTTOLENC, B. F. Desempenho hospitalar brasileiro: em busca da excelência. São Paulo: Singular, 2009.

LEITE, Joaquim Mendes; RODRIGUES, Lúcia Lima. A teoria institucional e o costing na contabilidade de gestão hospitalar: o caso da gestão central dos hospitais EPE portugueses. In IV Congresso Iberoamericano de Contabilidade de Gestão. Valencia: Universidad, 2010.

LIMA-GONCALVES, Ernesto; ACHE, Carlos Augusto. O hospital-empresa: do planejamento à conquista do mercado. Rev. adm. empres., São Paulo , v. 39, n. 1, p. 84-97, Mar. 1999 .

LIMA NETO, Lucas de. Análise da situação econômico-financeira de hospitais. Mundo Da Saúde, v. 35, n. 3, p. 270-277, 2011.

LIMA, C.R.M.; OLIVEIRA, R.M.S. Prestadores de Serviços no Setor de Saúde Suplementar no Brasil. In: LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro (org.). Administração da Assistência Suplementar à Saúde. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços, 2005.

LOCH, Murialdo. TESE: A Influência do governo como poder concedente e como acionista no desempenho operacional das empresas de distribuição de energia elétrica Brasileiro. TESE Biguaçu/UNIVALI, 2016.

LORENZZETI, Jorge; et al. Gestão em saúde no Brasil: diálogo com gestores públicos e privados. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2014 Abr-Jun; 23(2): 417-25

LUCENA, Regina Célia Borges de. Os dilemas da participação institucionalizada: o caso do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. 2013. xxi, 254 f., il. Tese (Doutorado em Política Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MACHADO, C. V. O papel federal no sistema de saúde brasileiro. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: organização e gestão do sistema de saúde [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 3. 35-70

MACHADO, Juliana Pires; MARTINS, Ana Cristina Marques; MARTINS, Mônica Silva. Avaliação da qualidade do cuidado hospitalar no Brasil: uma revisão sistemática Quality assessment of hospital care in Brazil: a systematic review Evaluación de la calidad de la atención hospitalaria. Cad. Saúde Pública, v. 29, n. 6, p. 1063-1082, 2013.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; FONSECA, Valéria Silva da. Competitividade organizacional: uma tentativa de reconstrução analítica. Organizações & Sociedade, v. 4, n. 7, p. 97-114, 1996.

MALAGUTTI, William; CAETANO, Karen Cardoso. Gestão do serviço de enfermagem no mundo globalizado. In: Gestão do serviço de enfermagem no mundo globalizado. Editora Rubio, 2009.

MAMÉDIO, D. F. Estratégia Como Processo Em Uma Organização Hospitalar: Um Diagnóstico Dos 5Ps De Mintzberg. Revista Eletrônica Científica do CRA-PR-RECC, v. 1, n. 1, p. 37–52, 2014.

MARINHO, A. Hospitais Universitários: Indicadores de Utilização e Análise de Eficiência. Rio de Janeiro: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Texto para Discussão n. 833, 2001.

MARINHO, A.; FAÇANHA, L. O. Hospitais universitários: avaliação comparativa da eficiência técnica. Economia Aplicada, v. 4, n. 2, p. 316-49, 2000.

MATOS, A. J. **Gestão de custos hospitalares.** São Paulo: Editora STS; 2002.

MARQUES, Kelly Cristina Mucio et al. Relação entre estrutura de custos e despesas com o desempenho: estudo em hospitais brasileiros. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2014.

MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHLINE, Claude; PASQUINI, Antônio Celso. Rede hospitalar nacional usa indicadores gerenciais na administração de suas unidades. **Mundo saúde (Impr.)**, v. 35, n. 3, p. 290-299, 2011.

MEDICI, André Cezar. Incentivos governamentais ao setor privado de saúde no Brasil. Revista de administração pública, v. 26, n. 2, p. 79-115, 1992.

MEYER, Renate E.; HÖLLERER, Markus A. Does institutional theory need redirecting?. Journal of Management Studies, v. 51, n. 7, p. 1221-1233, 2014.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. American Journal of Sociology, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MELO, M. A. As agências regulatórias: gênese, desenho institucional e governança. In F. L. Abrucio & M. R. Loureiro, eds. O Estado numa era de reformas: os anos FHC. Brasília: SEGES-MP, 2002.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. História da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde: mudanças, continuidades e a agenda atual. Hist Cienc Saude Manguinhos, p. 77-92, 2014.

MISOCZKY, Maria Ceci. O isomorfismo normativo e a análise de organizações de saúde. RAE Eletrônica, v. 4, n. 1, 2005.

Ministério da Saúde (MS) – Disponível em http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio#58. Acesso em 20/01/2017.

MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa:** teoria, passos e fidedignidade Qualitative analysis: theory, steps and reliability. 2012.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. As opções de marco regulatório de saneamento no Brasil. 2006.

NOGUEIRA, Roberto Passos. As agências reguladoras da saúde e os direitos sociais. Boletim de Políticas Sociais, n. 5, p. 101-105. Brasília: IPEA, 2002.

NORTH, Douglass C. Institutions and Economic Theory. The American Economist 2016, Vol. 61(1) 72 –76 SAGE. (Originally published in Volume 36, Number 1, Spring 1992, pages 3-6)

NUNES, E.; et al. Agências reguladoras e reforma do Estado no Brasil: inovação institucional e continuidade no sistema político-institucional. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

WILLIAMSON, Oliver E. The economic institutions of capitalism. Simon and Schuster, 1985.

OLIVEIRA, M. C.; ARAUJO JUNIOR, J. F.; OLIVEIRA, O. V.; PONTE, V. M. R. Disclosure Social de Empresas Brasileiras e Britânicas à luz da Teoria Institucional. Advances in Scientific and Applied Accounting, v. 5, p. 2-26, 2012.

OCDE. Fortalecendo a governança para o crescimento – Relatório sobre a Reforma Regulatória. Brasília, 2008.

OYADOMARI, José Carlos Tiomatsu et al. USO DO SISTEMA DE CONTROLE GERENCIAL E DESEMPENHO: UM ESTUDO EM EMPRESAS BRASILEIRAS SOB A PERSPECTIVA DA RESOUR CES-BASED VIEW. **REAd-Revista Eletrônica de Administração**, v. 17, n. 2, p. 298-329, 2011.

Organização Mundial da Saúde (OMS). Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) - 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em: 16 janeiro 2017.

Organização das Nações Unidas (ONU) – A carta das Nações Unidas (1945), disponível em: https://nacoesunidas.org/carta/. Acesso em 10/01/2016.

PACE, E. S. U.; BASSO, L. F. C.; SILVA, M. A. Indicadores de desempenho como direcionadores de valor. **RAC**, Jan/Mar;7(1), 2003: 37-65.

PAIM, Jairnilson Silva. Bases conceituais da reforma sanitária brasileira. 1997. Disponível em: https://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6538 Acesso em 14/02/2017.

PAIM, J. et al. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. Séries fascículos em Saúde no Brasil. Volume 1, 2011. Disponível em: http://www.cpgss.pucgoias.edu.br/ArquivosUpload/31/file/O%20SISTEMA%20DE%20SAUDE%20BRASILEIRO.pdf Acesso em dezembro, 2016.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antonio. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. Hist Cienc Saude Manguinhos, p. 15-35, 2014.

PAVÃO, N. C. Instituições, credibilidade e governança regulatória no Brasil: um estudo de caso do desenho da regulação nos setores de telecomunicações e eletricidade. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

PECI, Alketa. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. Cad. EBAPE.BR [online]. 2006, vol.4, n.1 [cited 2017-02-15], pp.01-12.

PENMAN, S. H. Financial statements analysis and security valuation. 3. ed. New York: McGraw-Hill, 2007.

PICCHIAI, Djair; NERY, Alessandro Ranulfo Lima. Estudo de caso de dois hospitais: estratégias, estrutura, competências organizacionais e o desempenho financeiro. JBES-Jornal Brasileiro de Economia da Saúde, v. 7, n. 1, p. 17-27, 2015.

PIETROBON, Louise; PRADO, Martha Lenise do; CAETANO, João Carlos. Saúde suplementar no Brasil: o papel da Agência Nacional de Saúde Suplementar na regulação do setor. Physis, Rio de Janeiro , v. 18, n. 4, p. 767-783, 2008

PINOCHET, L. H. C.; GALVÃO, C.R. **Aspectos humanos na gestão hospitalar.** São Paulo: O Mundo da Saúde, 2010: p.498-507.

Piovesan, M. F., A construção política da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002.

PHILLIPS JR, Charles F. The regulation of public utilities. Public Utilities Reports Inc. Arlington, Virginia, Estados Unidos, p. 3, 1993.

RAIMUNDINI, S. L. Aplicabilidade do sistema ABC e análise de custos: estudo de caso em hospitais públicos. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, 2003.

RAMALHO, P. I. S. A gramática política das agências reguladoras: comparação entre Brasil e EUA. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

RAMALHO (Org.), Pedro Ivo Sebba. In **Regulação e agências reguladoras: governança e análise de impacto regulatório. Brasília: Anvisa**, p. 53-86, 2009.

ROMEU, Geysa Aguiar et al. Notificação de reações adversas em um hospital sentinela de Fortaleza–Ceará. **R Bras Farm Hosp Serv Saúde**, v. 2, n. 1, p. 5-9, 2011.

ROTTIG, Daniel. Institutions and emerging markets: effects and implications for multinational corporations. International Journal of Emerging Markets, v. 11, n. 1, p. 2-17, 2016.

SALVATORI, Rachel Torres; VENTURA, Carla A. Arena. A agência nacional de saúde suplementar-ANS: onze anos de regulação dos planos de saúde. Organizações & Sociedade, v. 19, n. 62, 2012.

Sampaio, Patrícia Regina Pinheiro, and Mariam Tchepurnaya Daychoum. "Regulação e concorrência intramodal no transporte ferroviário de carga sob a perspectiva comparada Brasil-Alemanha." (2015).

SAMPAIO, Paulo Soares. A independência real das agências reguladoras no Brasil. CEP, v. 70352, p. 80, 2013.

SCHUHMANN, T. M. Hospital financial performance: trends to watch. **Healthcare Financial Management**, v. 62, n. 7, p.59-66, july 2008.

SCHIESARI, L. M. C.; KISIL, M. A avaliação da qualidade nos hospitais brasileiros. **Revista de Administração em Saúde**, v. 5, n.18, jan/mar. 2003.

SCHIRIGATTI, Jackson Luis; DE FARIA, Avides Reis. Método para avaliação de indicadores de desempenho na operação. In: Simpósio de engenharia de produção. 2006.

SCHYMURA, Luiz Guilherme Schymura de. O papel das agências reguladoras no Brasil. FGV: 2013.

SILVA, Gustavo Henrique T. A análise de impacto regulatório na Anvisa: uma estratégia de governança e melhoria da qualidade regulatória. **PROENÇA, Jadir D.; PAULO, Carla B.**

Experiências exitosas em regulação na América Latina e Caribe. Brasília: Alia Opera, p. 15-53, 2012.

SILVA, Kênia Lara; RODRIGUES, Andreza Trevenzoli. Promoção da saúde no âmbito da saúde suplementar: relações e tensões entre operadoras, beneficiários e agência reguladora estatal. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. suppl. 1, p. 193-204, 2015.

SILVA, M. D. O. P.; BARRETO, I. G; SOUSA, M. V.; LUCENA, W. G. L. Uma análise comparativa dos indicadores de desempenho de uma entidade de saúde pública de Caruaru - PE: um aplicativo estratégico do Balanced Scorecard. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 3., 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: Congresso USP de Iniciação Científica, 2006.

SILVA, M. Z.; BORGET, A.; SCHULTZ, C. A. Sistematização de um método de custeio hibrido para o custeamento de procedimentos médicos: uma aplicação conjunta das metodologias ABC e UEP. Revista de Ciências de Administração, v. 11, n. 23, p. 217-244, 2009.

SILVA, Márcia Zanievicz da; DANI, Andréia Carpes; SANTOS, Cleston Alexandre dos. A relação da acreditação com o Isomorfismo institucionais e com os artefatos de contabilidade gerencial nos hospitais da região sul do Brasil. Congresso ANPCONT, Ribeirão Preto: 2016.

SILVA, Tiago Martins Ramos da. Lógicas institucionais e as respostas estratégicas diante da prática de acreditação hospitalar nos hospitais do Estado do Rio de Janeiro. 2016.

SILVA, M. A. Breves comentários sobre a acreditação dos prestadores de serviços de hemoterapia. Jus Navigandi, Teresina, v. 9, n. 592, 20 fev. 2008.

SILVEIRA, A. et al. Roteiro básico para apresentação e editoração de teses, dissertações e monografias. 2. ed. rev., atual e ampl. Blumenau: Edifurb, 2004.

SOUSA, Maria Fátima de. A Reforma Sanitária Brasileira e o Sistema Único de Saúde. Tempus Actas de Saúde Coletiva, v. 8, n. 1, p. 11-16, 2014.

SOUZA, Rosimary Gonçalves de; BODSTEIN, Regina Cele de Andrade. Inovações na intermediação entre os setores público e privado na assistência à saúde. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, p. 481-492, 2002.

SOUZA, Antônio Artur de et al. Indicadores de desempenho econômico-financeiro para hospitais: um estudo teórico. **Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde**, jul/dez, 2009.

SOUZA, Antônio Artur de, et al. Análise financeira de hospitais: um estudo sobre o hospital metropolitano de urgência e emergência. v. 1, n. 2, p. 90-105, 2013.

SOUZA, Antônio Artur de, et al. Análise financeira e de desempenho em hospitais públicos e filantrópicos brasileiros entre os anos de 2006 a 2011. FACEF Pesquisa-Desenvolvimento e Gestão, v. 17, n. 1, 2014.

SADEGHIFAR, J. et al. Relationship between Performance Indicators and Hospital Evaluation Score at Hospitals affiliated to Urmia University of Medical Sciences. **Journal of Urmia Nursing And Midwifery Faculty**, v. 9, n. 4, p. 0-0, 2011.

TEIXEIRA, Isabela Tatiana et al. Um estudo de caso do isomorfismo nas operadoras de plano de saúde. Revista ESPACIOS, v. 37, n. 8, 2016.

TIRYAKI, Gisele Ferreira. A independência das agências reguladoras e o investimento privado no setor de energia de países em desenvolvimento. **Economia Aplicada**, v. 16, n. 4, p. 683-709, 2012.

TOLBERT, Pamela S.; ZUCKER, Lynne G. The institutionalization of institutional theory. Studying Organization. Theory & Method. London, Thousand Oaks, New Delhi, p. 169-184, 1999.

TRIVELATO, Patrícia Valeriano et al. Avaliação da eficiência na alocação dos recursos econômicos financeiros no âmbito hospitalar. RAHIS, v. 12, n. 4, 2015.
TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UGA, M. A. D. et al. Mecanismos de microrregulação aplicados por operadoras de planos de saúde sobre hospitais privados. Rev. Saúde Pública, v. 43, n. 5, p. 832-8, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2004.

VIGNOCHI, L.; GONÇALO, C. R.; LEZENA, A. G. R. Como os gestores hospitalares utilizam indicadores de desempenho? **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 5, p. 496-509, 2014.

VILARINS, G.C.M.; SHIMIZUI, H.E.; GUTIERREZ, M.M.U. A regulação em saúde: aspectos conceituais e operacionais. **Saúde em Debate**: Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 640-647, out./dez. 2012.

ZANATTA, Carolina Lopes. **Principais efeitos da regulamentação dos contratos entre operadoras e prestadores de serviços no mercado de saúde suplementar**. 2013. Tese de Doutorado. FGV. São Paulo.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESPECIALISTAS

CARACTERIZACAO DO ENTREVISTADO

1. Nome do entrevistado.
2. Formação.
3. Cargo atual.
4. Tempo de experiência na gestão hospitalar.

INDICADORES DE DESEMPENHO HOSPITALAR

5. Os indicadores selecionados são utilizados na gestão hospitalar?
6. Quais os indicadores citados pelos artigos contemplados na pesquisa são mais relevantes?
7. Algum indicador de desempenho hospitalar de relevância não foi contemplado nos resultados?
8. A proposta de classificação realizada com os indicadores, de acordo com as áreas de desempenho hospitalar, é pertinente?

AÇÕES DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DE SAÚDE

9. As classificações realizadas com as ações reguladoras da ANVISA são pertinentes?
10. Algum foco de atuação da ANVISA não foi contemplado nas categorias?
11. Quais das categorias reguladoras propostas para a ANVISA apresentam maior relação com a área hospitalar?
12. As classificações realizadas com as ações reguladoras da ANS são pertinentes?
13. Algum foco de atuação da ANVISA não foi contemplado nas categorias?
14. Quais das categorias reguladoras propostas para a ANS apresentam maior relação com a área hospitalar?

AVALIAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

15. Preenchimento do questionário com controle de tempo de resposta.
16. Discussão sobre a clareza das questões utilizadas para explorar as categorias.
17. Discussão sobre meios de divulgação e captação de participantes.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO PARA COLETA DE DADOS



O impacto das agências reguladoras de saúde no desempenho dos Hospitais no Brasil.

Prezado Sr(a).,
Este questionário faz parte de uma pesquisa acadêmica de Mestrado da Universidade do Sul de Santa Catarina e não possui objetivos comerciais. As perguntas são direcionadas a profissionais que atuam na gestão hospitalar e levam cerca de 12 minutos para serem respondidas.

Caso tenha interesse em receber os resultados desse estudo, disponibilize o seu endereço eletrônico no espaço indicado a seguir. Os pesquisadores responsáveis poderão fornecer quaisquer esclarecimentos pelos seguintes e-mails: Pesquisadora: Gisele da Silva - elesig@gmail.com – UNISUL/SC. Professor Orientador: Dr. Wlamir Xavier - wlamir.xavier@unisul.br - UNISUL/SC.

Obs: Para responder a pesquisa por dispositivo móvel com conforto, utilize o formulário em formato paisagem para completa visualização das opções de respostas.

*Obrigatório

Endereço eletrônico:

Sua resposta

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

Cobertura das necessidades dos beneficiários *

O ROL de procedimentos e os eventos de saúde que devem ser cobertos pelos planos de saúde são regulados pela ANS. Assim como as regras de autorização de procedimentos cirúrgicos, diagnósticos e atendimentos de urgência e emergência. Essas normativas impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido (POSITIVO, NEGATIVO ou NENHUM) nas seguintes áreas do desempenho hospitalar: (No uso de celular deslise a barra de respostas para completa visualização).

	Impacto Negativo no Desempenho	Nenhum Impacto no Desempenho	Impacto positivo no Desempenho	Não quero opinar
Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos)	○	○	○	○

Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez)	○	○	○	○
Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes)	○	○	○	○

Satisfação dos clientes *

A obrigatoriedade das operadoras de planos de saúde a implantarem um serviço de ouvidoria dos beneficiários, a necessidade de prestação de contas das notificações recebidas bem como, a realização de pesquisa de satisfação dos clientes, foram exigências reguladas pela ANS. Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas do desempenho do seu hospital:

	Impacto Negativo no desempenho	Nenhum Impacto no desempenho	Impacto positivo no desempenho	Não quero opinar
Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes)	○	○	○	○
Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos)	○	○	○	○
Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez)	○	○	○	○

Relação contratual *

A regulação da relação contratual entre operadoras e beneficiários estabelecem garantias de atendimento, abrangência, regras de suspensão temporária ou definitiva de cobertura bem como, os procedimentos administrativos para a solicitação de coberturas adicionais. Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas do desempenho do seu hospital:

	Impacto Negativo no desempenho	Nenhum Impacto no desempenho	Impacto positivo no desempenho	Não quero opinar
Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez)	○	○	○	○
Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos)	○	○	○	○
Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes)	○	○	○	○

Regulação Econômico Financeira *

Os reajustes de preços de contratos entre operadoras e beneficiários são regulados anualmente pela ANS com o índice de reajuste e fator moderador a ser aplicado (preços praticados de acordo com a utilização dos serviços de saúde pelos beneficiários). Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas do desempenho do seu hospital:

	Impacto Negativo no desempenho	Nenhum Impacto no desempenho	Impacto positivo no desempenho	Não quero opinar
Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes)	○	○	○	○
Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez)	○	○	○	○
Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos)	○	○	○	○

Regulação do Mercado *

A concessão de funcionamento das Operadoras e sua manutenção no mercado é regulada por normativas que abordam: formação mínima de administradores de Operadoras, monopólio de mercado, obrigatoriedade de cobertura dos beneficiários e atendimentos das exigências fiscalizatórias da ANS. Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas do desempenho do seu hospital:

	Impacto Negativo no desempenho	Nenhum Impacto no desempenho	Impacto positivo no desempenho	Não quero opinar
Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos)	○	○	○	○
Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez)	○	○	○	○
Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes)	○	○	○	○

Informações do Setor *

A ANS estabelece procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar, incluindo o padrão TISS e o formato XML (Extensible Markup Language), para a troca de informações entre Operadoras, ANS e prestadores de serviços (Hospitais). Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas de desempenho do seu hospital:

	Impacto Negativo no desempenho	Nenhum Impacto no desempenho	Impacto positivo no desempenho	Não quero opinar
Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez)	○	○	○	○
Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes)	○	○	○	○
Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos)	○	○	○	○

Ações fiscalizatórias *

Os mecanismos de fiscalização e aplicação de sansões disciplinares pela ANS nos casos de descumprimento de normas legais ou contratuais obrigatórias, na relação entre operadoras, beneficiários, prestadores de serviços (Hospitais) e ANS, impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas:

	Impacto Negativo no desempenho	Nenhum Impacto no desempenho	Impacto positivo no desempenho	Não quero opinar
Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez)	○	○	○	○
Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes)	○	○	○	○
Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos)	○	○	○	○

Microregulação do Setor *

A ANS regula a obrigatoriedade de contratos escritos entre Operadoras e Prestadores de Serviços, contendo itens pré-determinados como as penalidades por quebra contratual, proibições de relações entre as partes e beneficiários, além da descrição das formas de reajuste contratual. Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas do desempenho do seu hospital:

	Impacto Negativo no desempenho	Nenhum Impacto no desempenho	Impacto positivo no desempenho	Não quero opinar
Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes)	○	○	○	○

Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos)	○	○	○	○
Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez)	○	○	○	○

Relação beneficiários e Prestadores *

A proibição da exigência de caução por parte dos prestadores de serviços, necessidade de solicitação de autorização às Operadoras para execução de procedimentos, o atendimento de urgência e emergência são exemplos de regulação da ANS na relação entre beneficiários e prestadores de serviços. Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas do desempenho do seu hospital:

	Impacto Negativo no desempenho	Nenhum Impacto no desempenho	Impacto positivo no desempenho	Não quero opinar
Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos)	○	○	○	○
Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez)	○	○	○	○
Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes)	○	○	○	○

Qualidade dos Prestadores *

A criação do Programa de Qualificação dos Prestadores de Serviços na Saúde Suplementar – QUALISS bem como, o Fator de Qualidade a ser aplicado ao índice de reajuste definido pela ANS, são ferramentadas de regulação do setor. Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas de desempenho do seu hospital:

	Impacto Negativo no desempenho	Nenhum Impacto no desempenho	Impacto positivo no desempenho	Não quero opinar
Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes)	○	○	○	○
Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez)	○	○	○	○
Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos)	○	○	○	○

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

Como as ações da ANS impactam no desempenho do seu hospital? *

- ◯ Impacto negativo no desempenho
- ◯ Nenhum impacto no desempenho
- ◯ Impacto positivo no desempenho
- ◯ Não quero opinar

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

Segurança Assistencial *

A implantação do Núcleo de Segurança do Paciente - NSP, com o monitoramento de eventos relacionados à assistência a saúde e a melhoria contínua de processos assistenciais bem como, a implantação da rede sentinela de acompanhamento de agravos, foram regulamentadas pela ANVISA. Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas de desempenho do seu hospital:

	Impacto Negativo no desempenho	Nenhum Impacto no desempenho	Impacto positivo no desempenho	Não quero opinar
Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes)	◯	◯	◯	◯
Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos)	◯	◯	◯	◯
Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez)	◯	◯	◯	◯

Requisitos técnicos de serviços *

Como o estabelecimento de critérios mínimos de qualidade para o funcionamento de serviços especializados (hemodiálise, centros hemoterápicos, laboratórios...) e os requisitos técnicos exigidos nos setores hospitalares (UTI, CME, CC, farmácias...) impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido de acordo com cada área:

	Impacto Negativo no desempenho	Nenhum Impacto no desempenho	Impacto positivo no desempenho	Não quero opinar
Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes)	○	○	○	○
Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez)	○	○	○	○
Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos)	○	○	○	○

Fiscalização *

Os mecanismos de fiscalização, apuração de infrações e aplicação de medidas de sanções disciplinares (autos de infração, multas, suspensão de Alvará de funcionamento...) utilizados pela ANVISA impactam no desempenho do seu hospital? Assinale o impacto percebido de acordo com cada área:

Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez)	○	○	○	○
Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos)	○	○	○	○
financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez)	○	○	○	○
Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos)	○	○	○	○

Medicamentos e insumos farmacêuticos *

Os processos de produção, comercialização, dispensação e consumo de medicamentos e insumos farmacêuticos, incluindo as substâncias de controle especiais e gases medicinais, são regulados pela ANVISA. Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas do desempenho do seu hospital:

	Impacto Negativo no desempenho	Nenhum Impacto no desempenho	Impacto positivo no desempenho	Não quero opinar
Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes)	○	○	○	○

Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez)	○	○	○	○
Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos)	○	○	○	○

Produtos e equipamentos médicos *

A ANVISA regula a produção, comercialização, importação e exportação de produtos e equipamentos médicos. Assinale o impacto percebido dessas normativas nas seguintes áreas do desempenho do seu hospital:

	Impacto Negativo no desempenho	Nenhum Impacto no desempenho	Impacto positivo no desempenho	Não quero opinar
Área econômico-financeira (Rentabilidade, lucratividade e liquidez)	○	○	○	○
Qualidade Assistencial (Segurança, eficiência e satisfação dos clientes)	○	○	○	○
Processos Operacionais (Logística e eficiência dos processos)	○	○	○	○

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

Como as ações da ANVISA impactam no desempenho do seu hospital? *

- ○ Impacto negativo no desempenho
- ○ Nenhum impacto no desempenho
- ○ Impacto positivo no desempenho
- ○ Não quero opinar

Caracterização Profissional

Formação: *

- ◯ Graduação
- ◯ Especialização
- ◯ Mestrado
- ◯ Doutorado
- ◯ Não quero responder

Área de Formação: (Ex: Medicina, Direito, Engenharia...) *

Sua resposta

Tempo de atuaçao na área hospitalar: *

- ◯ Até 5 anos
- ◯ De 5 a 10 anos
- ◯ De 10 a 15 anos
- ◯ De 15 a 20 anos
- ◯ Acima de 20 anos
- ◯ Não quero responder

Cargo atual ou último cargo exercido: *

- ◯ Nível Estratégico: Diretor / Presidente / Superintendente
- ◯ Nível tático: Gerente / Coordenador
- ◯ Nível Operacional: Supervisor / Líder Operacional
- ◯ Não quero responder

Estado do Brasil onde atua/atuou: *

Escolher

Caracterização Institucional

Dados referente ao Hospital onde você atua/atuou.

Caracterização do Hospital *

- ◯ Hospital Privado: Próprio de Operadora de Planos de Saúde
- ◯ Hospital Privado: Prestador de serviços para várias Operadoras
- ◯ Hospital Filantrópico
- ◯ Hospital Público
- ◯ Não quero responder

Tipo de Hospital: *

- ◯ Hospital Geral
- ◯ Hospital Dia
- ◯ Hospital Especializado
- ◯ Hospital Universitário
- ◯ Não quero responder

Porte Hospitalar: *

- ◯ Pequeno Porte (até 50 leitos)
- ◯ Médio Porte (até 150 leitos)
- ◯ Grande Porte (até 500 leitos)
- ◯ Capacidade Extra (acima de 500 leitos)
- ◯ Não quero responder

APÊNCICE C – NORMATIVAS DA ANVISA E SUAS CLASIFFICAÇÕES

Normativas publicadas pela ANVISA de 2012 - 2016: http://portal.anvisa.gov.br/legislacao#/

Ano	N	Tipo	Título	Foco	Categoria	Subcategoria	Comentários
2012	1	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 5 de 28/12/2012 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre os procedimentos para solicitar a inclusão, alteração ou exclusão de Denominações Comuns Brasileiras – DCB	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	Comitê relacionado com a padronização de denominações de substancias, fármacos, formas terapêuticas, posologias de produtos.
2012	2	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 64 de 28/12/2012 Status: Vigente com alteração Ementa: Publica a Lista das Denominações Comuns Brasileiras - DCB da Farmacopeia Brasileira.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	O objetivo desta Resolução é estabelecer regras de nomenclatura para padronizar e uniformizar a atribuição e utilização dos nomes de substâncias de interesse para a área da saúde.
2012	3	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 63 de 28/12/2012 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre as regras utilizadas para a nomenclatura das Denominações Comuns Brasileiras - DCB.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2012	4	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 62 de 12/12/2012 Status: Vigente Ementa: REVOGA A RDC Nº 43, DE 03 DE AGOSTO DE 2012, dispõe sobre as medidas para a continuidade das atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária relativas à importação de bens e produtos sujeitos a vigilância sanitária durante greves, paralisações ou operações de retardamento de procedimentos administrativos promovidos pelos servidores públicos federais e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	A liberação das cargas que foram objeto de deferimento antecipado de licenciamento de importação, conforme a RDC no. 43/2012, dependerá de verificação da regularidade sanitária pela autoridade sanitária federal, estadual, distrital ou municipal no local de armazenamento indicado pelo importador.
2012	5	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 12/12/2012 Status: Vigente Ementa: DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS NO ÂMBITO DA ANVISA PARA ALTERAÇÕES DE ROTULAGENS DE MEDICAMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	Informações nas Rotulagem de Medicamentos
2012	6	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 60 de 12/12/2012 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre os procedimentos no âmbito da ANVISA para alterações de textos de bulas de medicamentos e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	Informações nas bulas de medicamentos
2012	7	Portaria	Portaria - PRT nº 1687 de 07/12/2012 Status: Vigente Ementa: Altera o prazo de validade das Autorizações de Importação de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, emitidas em 2012, referentes às cotas anuais e suplementares de importação.	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	Medicamentos de controle especial
2012	8	Portaria	Portaria - PRT nº 2801 de 06/12/2012 Status: Vigente Ementa: Institui incentivo financeiro destinado aos Laboratórios	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	

			Centrais de Saúde Pública para o fortalecimento das ações de monitoramento de alimentos.				
2012	9	Portaria	Portaria - PRT nº 2797 de 06/12/2012Status: VigenteEmenta: Institui incentivo financeiro para fortalecimento dos Laboratórios Centrais de Saúde Pública da Região da Amazônia Legal para fins de análise de medicamentos utilizados no tratamento da malária, leishmaniose, hanseníase e tuberculose no âmbito da vigilância sanitária	Regulação Sanitária de Produtos	Pesquisa em saúde	Apoio financeiro para realização de pesquisas destinadas ao desenvolvimento de produtos para o tratamento de doenças.	Pesquisa de medicamentos no tratamento de doenças
2012	10	Portaria	Portaria - PRT nº 2796 de 06/12/2012 Status: Vigente Ementa: Institui incentivo financeiro para o fortalecimento do Laboratório Instituto Adolfo Lutz (IAL) como provedor público nacional de ensaios de proficiência.	Regulação Sanitária de Produtos	Pesquisa em saúde	Apoio financeiro para realização de pesquisas destinadas ao desenvolvimento de produtos para o tratamento de doenças.	
2012	11	Portaria	Portaria - PRT nº 2795 de 06/12/2012 Status: Vigente Ementa: Institui Programa Nacional de Fortalecimento das Ações de Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos e Fronteiras e institui incentivo financeiro de custeio destinado aos Laboratórios Centrais de Saúde Pública (LACEN).	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	Programa Nacional de Fortalecimento de Ações da ANVISA em Portos, Aeroportos e fronteiras.
2012	12	Portaria	Portaria - PRT nº 2792 de 06/12/2012 Status: Vigente Ementa: Atualiza o valor definido para o Fator de Incentivo para os Laboratórios Centrais de Saúde Pública (FINLACEN-VISA) para o ano de 2012.	Regulação Sanitária de Produtos	Pesquisa em saúde	Apoio financeiro para realização de pesquisas destinadas ao desenvolvimento de produtos para o tratamento de doenças.	
2012	13	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 59 de 06/12/2012 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre os critérios para importação no Brasil de matérias-primas e produtos alimentícios acabados, semilaborados ou a granel, originários ou provenientes da prefeitura de Fukushima no Japão, destinados ao consumo humano.	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	Importação de alimentos.
2012	14	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 58 de 29/11/2012 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC n° 234 de 17 de agosto de 2005 e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	Regras para a importação dos produtos biológicos por empresas terceirizadas.
2012	15	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 56 de 16/11/2012 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a lista positiva de monômeros, outras substâncias iniciadoras e polímeros autorizados para a elaboração de embalagens e equipamentos plásticos em contato com alimentos.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	Tipos permitidos para Embalagens de alimentos.
2012	16	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 55 de 14/11/2012 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre os detergentes enzimáticos de uso restrito em estabelecimentos de assistência à saúde com indicação para limpeza de dispositivos médicos e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Normas de funcionamento de CME.
2012	17	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 54 de 12/11/2012Status: VigenteEmenta: Dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre Informação Nutricional Complementar.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	O presente Regulamento Técnico se aplica à Informação Nutricional Complementar (INC) contida nos rótulos dos alimentos embalados produzidos e comercializados noterritório dos Estados Partes do MERCOSUL, ao comércio entre eles e às importações extrazona, embalados na ausência do cliente e prontos para oferta aos consumidores.

2012	18	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 53 de 02/10/2012 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre o Regulamento Técnico MERCOSUL-Metodologias Analíticas, Ingestão Diária Admissível e Limites Máximos de Resíduos para Medicamentos Veterinários em Alimentos de Origem Animal	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Agrotóxicos, tabaco e outros toxicantes	Resíduos de medicamento veterinário em alimentos.
2012	19	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 52 de 28/09/2012 Status: Vigente Ementa: DISPÕE SOBRE VACINAS INFLUENZA A SEREM UTILIZADAS NO BRASIL NO ANO DE 2013.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	1º As vacinas influenza a serem utilizadas no Brasil no ano de 2013, somente poderão ser produzidas, comercializadas ou utilizadas, se estiverem dentro das determinações e nas composições descritas nesta Resolução.
2012	20	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 50 de 13/09/2012 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre os procedimentos no âmbito da ANVISA para registro de produtos em processo de desenvolvimento ou de transferência de tecnologias objetos de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo público-público ou público-privado de interesse do SUS.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caracter excepcional de produto e empresas.	Somente poderão obter o Registro previsto no caput deste artigo os medicamentos e produtos para saúde que sejam objeto de processos de desenvolvimento, inovação ou transferência de tecnologia avalizados pelo Ministério da Saúde, por meio da formalização de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo.
2012	21	Portaria	Portaria - PRT nº 1282 de 04/09/2012 Status: Vigente Ementa: Altera o prazo estabelecido no Parágrafo único do artigo 5º da RDC nº 99, de 30 de dezembro de 2008	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	Prorroga o prazo estabelecido da portaria que trata da solicitação de Autorização de Importação referente às cotas suplementares de substâncias sujeitas ao controle especial.
2012	22	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 49 de 04/09/2012 Status: Vigente Ementa: DISPÕE SOBRE OS PRAZOS ESTABELECIDOS NA RDC Nº 99, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008, QUE TRATA DO CONTROLE DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DE SUBSTÂNCIAS E MEDICAMENTOS SOB REGIME ESPECIAL.	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	
2012	23	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 48 de 31/08/2012 Status: Vigente Ementa: DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DE EXIGÊNCIAS PREVISTAS NA RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA Nº 81 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2008	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	Ficam suspensas as exigências previstas na Resolução de Diretoria Colegiada nº 81 de 05 de novembro de 2008 abaixo relacionadas: I - autorização de embarque para os produtos listados para Saúde prevista.
2012	24	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 47 de 29/08/2012 Status: Vigente Ementa: REVOGA AS RESOLUÇÕES DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC E RESOLUÇÕES - RE SOBRE INDICAÇÃO CLÍNICA DE HEMOCOMPONENTES E HEMODERIVADOS, ENVIO DE PLASMA EXCEDENTE DO USO TERAPÊUTICO PARA FRANCIONAMENTO DENTRO DE CONTRATOS NÃO MAIS VIGENTES E OUTRAS providencias.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Revogação de várias legislações da hemoterapia. Sem textos explicativos.
2012	25	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46 de 29/08/2012Status: Vigente com alteraçãoEmenta: Dispõe sobre oficialização de novos lotes de Substâncias Químicas de Referência da Farmacopeia Brasileira.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	Ficam aprovados e oficializados os lotes de Substância Química de Referência (SQR) conforme relação descrita no Anexo. e Torna obrigatória a utilização dessas substâncias, nos testes e ensaios de controle de qualidade de insumos e especialidades farmacêuticas, em conformidade com a Farmacopeia Brasileira
2012	26	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 45 de 09/08/2012 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a realização de estudos de estabilidade de insumos farmacêuticos ativos.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	

2012	27	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 44 de 09/08/2012 Status: Vigente Ementa: Aprova o Regulamento Técnico Mercosul sobre ''Lista de substâncias corantes permitidas para produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes'' e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene.	Lista de corantes permitidos para produtos de higiene, cosméticos e perfumes.
2012	28	Portaria	Portaria - PRT nº 1161 de 31/07/2012 Status: Vigente Ementa: As ações de inspeção, fiscalização, autuação de infratores e outras relativas ao exercício do poder de polícia, no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, obedecerão o disposto nesta Portaria e na legislação pertinente.	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANVISA.	
2012	29	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 42 de 31/07/2012 Status: Vigente Ementa: Revoga a RDC nº 01, de 01/10/99, que dispõe sobre o exercício do poder de polícia pelos agentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANVISA.	Sem textos explicativos.
2012	30	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 41 de 26/07/2012 Status: Vigente Ementa: ALTERA RESOLUÇÃO RDC Nº 44, DE 17 DE AGOSTO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE BOAS PRÁTICAS FARMACÊUTICAS PARA O CONTROLE SANITÁRIO DO FUNCIONAMENTO, DA DISPENSAÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS EM FARMÁCIAS E DROGARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, E REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA IN Nº 10, DE 17 DE AGOSTO DE 2009.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Farmácias e drogarias não hospitalares
2012	31	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39 de 09/07/2012 Status: Vigente Ementa: DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO ANEXO I, LISTAS DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES, PSCOTRÓPICAS, PRECURSORAS E OUTRAS SOB CONTROLE ESPECIAL, DA PORTARIA SVS/MS Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	
2012	32	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 37 de 02/07/2012 Status: Vigente Ementa: DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO ANEXO I, LISTAS DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES, PSCOTRÓPICAS, PRECURSORAS E OUTRAS SOB CONTROLE ESPECIAL, DA PORTARIA SVS/MS Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998 E DÁ OUTRAS PROIVDÊNCIAS.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	
2012	33	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 4 de 15/06/2012Status: VigenteEmenta: Estabelece regras para disponibilização de instruções de uso em formato não impresso de Produtos para a Saúde.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos e equipamentos médicos.	Os produtos para saúde referidos neste artigo compreendem os produtos médicos, regulamentados pela RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001, e os produtos para diagnóstico de uso in vitro, regidos pela RDC nº 206, de 17 de novembro de 2006.
2012	34	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 35 de 15/06/2012 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre os critérios de indicação, inclusão e exclusão de medicamentos na Lista de Medicamentos de Referência.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	° Os critérios definidos nesta Resolução se aplicam aos medicamentos registrados na Anvisa e comercializados no país com eficácia, segurança e qualidade comprovadas cientificamente, que poderão ser indicados para integrar a Lista de Medicamentos de Referência.
2012	35	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 34 de 15/06/2012 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução - RDC nº 206, de 17 de novembro de 2006, que estabelece Regulamento Técnico de Produtos para Diagnóstico de	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter	Instruções de uso: são orientações fornecidas pelo fabricante ou detentor do registro ao usuário para a correta utilização do produto com segurança e eficácia.

			uso in vitro e seu Registro, Cadastramento, e suas alterações, revalidações e cancelamento.			excepcional de produto e empresas.	
2012	36	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 33 de 14/06/2012 Status: Vigente Ementa: ALTERA OS ARTIGOS 10 E 15 DA RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 16, DE 21 DE MARÇO DE 2012, QUE ESTABELECE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA IMPLANTES MAMÁRIOS E A EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DO PRODUTO NO ÂMBITO DO SISTEMA BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE (SBAC)	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos e equipamentos médicos.	
2012	37	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 32 de 11/06/2012 Status: Vigente Ementa: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA EMBALAGENS PRIMÁRIAS UTILIZADAS NO ACONDICIONAMENTO DE TECIDOS HUMANOS PARA FINS TERAPÊUTICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos e equipamentos médicos.	
2012	38	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 31 de 05/06/2012 Status: Vigente com alteração Ementa: Incorpora ao ordenamento jurídico nacional a Resolução GMC MERCOSUL nº40/2011, que dispõe sobre ''Rotulagem Nutricional de Bebidas Não Alcoólicas Comercializadas em Embalagens Retornáveis'', e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	
2012	39	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 30 de 01/06/2012 Status: Vigente Ementa: APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL SOBRE PROTETORES SOLARES EM COSMÉTICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene.	
2012	40	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29 de 01/06/2012 Status: Vigente Ementa: APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL SOBRE ''LISTA DE SUBSTÂNCIAS DE AÇÃO CONSERVANTE PERMITIDAS PARA PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, COSMÉTICOS E PERFUMES'' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene.	
2012	41	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 28 de 28/05/2012Status: VigenteEmenta: Dispõe sobre o controle sanitário de bens e produtos procedentes do exterior destinados à utilização na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	
2012	42	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 27 de 17/05/2012 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre os requisitos mínimos para a validação de métodos bioanalíticos empregados em estudos com fins de registro e pós-registro de medicamentos.	Regulação Sanitária de Produtos	Pesquisa em saúde	Regulamento para realização de ensaios clínicos	Métodos para registro de medicamentos.
2012	43	Portaria	Portaria - PRT nº 748 de 15/05/2012 Status: Vigente Ementa: Define os assuntos que deverão receber tratamento sigiloso no âmbito da Anvisa, em atendimento à Lei n°12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012, a fim de orientar os procedimentos de classificação, reclassificação e desclassificação de informações na Agência	Gestão ANVISA			Definição de assuntos sigilosos da ANVISA
2012	44	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26 de 11/05/2012 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução RDC nº. 07, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	

2012	45	Portaria	Portaria - PRT nº 926 de 10/05/2012 Status: Vigente com alteração Ementa: Estabelece para o ano de 2012 os valores das transferências de recursos financeiros federais do Componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde destinados à execução das ações de vigilância sanitária.	Gestão ANVISA			Valores do recurso financeiro federal destinados à ANVISA.
2012	46	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 25 de 07/05/2012 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 89, de 8 de maio de 2001, que institui a Câmara Técnica de Medicamentos - CATEME, vinculada à ANVISA.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2012	47	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 2 de 03/05/2012 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre as solicitações e procedimentos de avaliação de licenciamentos de importação para pesquisas clínicas regulamentadas pela RDC 39, de 05 de junho de 2008.	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	
2012	48	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 24 de 12/04/2012 Status: Vigente Ementa: DISPOE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO ANEXO III, INDICAÇÕES PREVISTAS PARA TRATAMENTO COM A TALIDOMIDA, DA RDC Nº 11 DE 22 DE MARÇO DE 2011.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2012	49	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 1 de 04/04/2012 Status: Vigente com alteração Ementa: Estabelece os formulários aplicáveis aos detentores de registro de produtos para a saúde para a notificação de ações de campo à Anvisa.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2012	50	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 23 de 04/04/2012Status: VigenteEmenta: DISPOE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXECUÇÃO E NOTIFICAÇÃO DE AÇOES DE CAMPO POR DETENTORES DE REGISTRO DE PRODUTOS PARA A SAUDE NO BRASIL.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	O detentor de registro deve iniciar, o mais rapidamente possível, uma ação de campo sempre que houver indícios suficientes ou comprovação de que um produto para asaúde não atende aos requisitos essenciais de segurança e eficácia aplicáveis a este produto.
2012	51	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 21 de 28/03/2012 Status: Vigente com alteração Ementa: INSTITUI O MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL DE MEDICAMENTOS DO MINISTÉRIO DA SAUDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	Os rótulos das embalagens dos medicamentos com destinação institucional e dedicados ao Ministério da Saúde para distribuição através de programas de saúde pública devem obedecer à identificação padronizada e descrita no Manual de Identificação Visual para Embalagens de Medicamentos, em Anexo a esta Resolução.
2012	52	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 20 de 26/03/2012 Status: Vigente com alteração Ementa: ALTERA A RDC Nº 02 DE 25 DE JANEIRO DE 2010, QUE DISPOE SOBRE O GERENCIAMENTO DE TECNOLOGIAS EM SAUDE EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	1º A elaboração do Plano de Gerenciamento, bem como, as etapas e critérios mínimos para o gerenciamento de cada tecnologia em saúde abrangida por este regulamento deve ser compatível com as tecnologias em saúde utilizadas no estabelecimento para prestação de serviços de saúde e obedecer a critérios técnicos e a legislação sanitária vigente.”
2012	53	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 19 de 23/03/2012 Status: Vigente Ementa: ALTERA A RESOLUÇÃO RDC Nº 56, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE DISPOE SOBRE O REGULAMENTO TECNICO PARA O FUNCIONAMENTO DOS LABORATORIOS DE CÉLULAS PROGENITORAS	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Regras de funcionamento de laboratórios de células progenitoras.

			HEMATOPOÉTICAS (CPH) PROVENIENTES DE MEDULA OSSEA E SANGUE PERIFERICO E BANCOS DE				
2012	54	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 18 de 23/03/2012 Status: Vigente Ementa: Aprova errata da Farmacopeia Brasileira, 5ª edição.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2012	55	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 17 de 22/03/2012 Status: Vigente Ementa: DISPOE SOBRE A ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 222, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE DISPOE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE PETIÇÃO E ARRECADAÇÃO ELETRONICA NO ÂMBITO DA AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	É permitido ao agente regulado exercer as atividades de dispensação e distribuição na mesma empresa, desde que em estabelecimentos distintos. ”
2012	56	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 16 de 21/03/2012 Status: Vigente com alteração Ementa: ESTABELECE OS REQUISITOS MINIMOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA IMPLANTES MAMÁRIOS E A EXIGENCIA DE CERTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DO PRODUTO NO AMBITO DO SISTEMA BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE (SBAC).	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos e equipamentos médicos.	
2012	57	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 15 de 15/03/2012 Status: Vigente Ementa: DISPÕE SOBRE REQUISITOS DE BOAS PRATICAS PARA O PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA A SAUDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	
2012	58	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 14 de 15/03/2012Status: VigenteEmenta: DISPÕE SOBRE OS LIMITES MÁXIMOS DE ALCATRÃO, NICOTINA E MONÓXIDO DE CARBONO NOS CIGARROS E A RESTRIAÇÃO DO USO DE ADITIVOS NOS PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS DO TABACO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Agrotóxicos, tabaco e outros toxicantes	
2012	59	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 13 de 24/02/2012 Status: Vigente Ementa: Ficam prorrogados por mais 76 (setenta e seis) dias o prazo para envio de dados ao Sistema Nacional de Produção de Embriões-SisEmbrio previsto no item 9.3 da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa - RDC nº 29, de 12 de maio de 2008, qu...	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Regulamento técnico para o cadastramento nacional dos Bancos de Células e Tecidos Germinativos (BCTG) e o envio da informação de produção de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento.
2012	60	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 12 de 16/02/2012 Status: Vigente Ementa: DISPOE SOBRE A REDE BRASILEIRA DE LABORATORIOS ANALITICOS EM SAUDE (REBLAS)	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Esta Resolução possui o objetivo de estabelecer os critérios de habilitação de laboratórios e seus respectivos ensaios na REBLAS. Art. 3º A Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) é constituída por laboratórios analíticos, públicos ou privados, habilitados pela ANVISA, capazes de oferecer serviços de interesse sanitário com qualidade, confiabilidade, segurança e rastreabilidade.
2012	61	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 11 de 16/02/2012 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre o funcionamento de laboratórios analíticos que realizam análises em produtos sujeitos à Vigilância Sanitária e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Regras de funcionamento de laboratorios analiticos.
2012	62	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 10 de 09/02/2012 Status: Vigente Ementa: ALTERA A RDC Nº 72 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009, SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO QUE VISA À PROMOÇÃO DA SAÚDE NOS	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Promoção de saúde em nível básico, portos e embarcações.	

			PORTOS DE CONTROLE SANITARIO INSTALADOS EM TERRITORIO NACIONAL, E EMBARCAÇÕES QUE POR ELES TRAMITEM.			
2012	63	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 8 de 06/02/2012 Status: Vigente Ementa: Prorroga o início de vigência da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 3, de 04 de fevereiro de 2011, que estabelece os requisitos mínimos de identidade e qualidade para seringas hipodérmicas estéreis de uso único, bem como confere nova...	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos e equipamentos médicos.
2012	64	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 7 de 06/02/2012 Status: Vigente Ementa: Prorroga o início de vigência da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 5, de 04 de fevereiro de 2011, que estabelece os requisitos mínimos de identidade e qualidade para agulhas hipodérmicas e agulhas gengivais, bem como confere nova re...	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos e equipamentos médicos.
2012	65	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 6 de 30/01/2012Status: VigenteEmenta: DISPÕE SOBRE AS BOAS PRATICAS DE FUNCIONAMENTO PARA AS UNIDADES DE PROCESSAMENTO DE ROUPAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados
2012	66	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 4 de 18/01/2012 Status: Vigente Ementa: DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS PARA FINS DE REGISTRO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.
2012	67	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 3 de 18/01/2012 Status: Vigente Ementa: APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO ''LISTAS DE SUBSTÂNCIAS QUE OS PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, COSMÉTICOS E PERFUMES NÃO DEVEM CONTER EXCETO NAS CONDIÇÕES E COM AS RESTRIÇÕES ESTABELECIDAS'' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene.
2012	68	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 2 de 17/01/2012 Status: Vigente Ementa: INSTITUI O PROTOCOLO ELETRÔNICO PARA EMISSÃO DE CERTIFICADO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO E CERTIDÃO DE REGISTRO PARA EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.
2013	5	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 53 de 14/11/2013 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução RDC Nº 36, de 25 de julho de 2013 que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Ações de segurança do paciente em estabelecimentos de saúde.
2013	24	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 36 de 25/07/2013 Status: Vigente com alteração Ementa: INSTITUI AÇÕES PARA A SEGURANÇA DO PACIENTE EM SERVIÇOS DE SAUDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Ações de segurança do paciente em estabelecimentos de saúde.
2013	1	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 8 de 26/12/2013 Status: Vigente Ementa: Estabelece a abrangência da aplicação dos dispositivos do Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos e Produtos para Diagnóstico de Uso in vitro para empresas que realizam as atividades de importação, distribuição...	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos e equipamentos médicos.

2013	2	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 56 de 16/12/2013 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre oficialização de novo lote de substância química de referência da Farmacopeia Brasileira.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2013	3	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 55 de 12/12/2013Status: VigenteEmenta: Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº. 11, de 06 de março de 2013, que dispõe sobre a importação de substâncias sujeitas a controle especial e dos medicamentos que as contenham, e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	
2013	4	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 54 de 10/12/2013 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre a implantação do sistema nacional de controle de medicamentos e os mecanismos e procedimentos para rastreamento de medicamentos na cadeia dos produtos farmacêuticos e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2013	6	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 52 de 14/11/2013 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a utilização do número de Registro Único, emitido pelo Ministério da Saúde, nos termos do parágrafo 3º do art. 16 da Lei nº 12.871/2013, para fins de cumprimento de normas sanitárias.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caracter excepcional de produto e empresas.	O número de Registro Único, emitido pelo Ministério da Saúde, é informação apta a substituir o número da inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM) em notificações de receitas, receitas de controle especial, prescrições de antimicrobianos ou em quaisquer outras situações onde tal número de inscrição seja exigido pelas normas sanitárias.
2013	7	Portaria	Portaria - PRT nº 2712 de 12/11/2013 Status: Vigente Ementa: Redefine o regulamento técnico de procedimentos hemoterápicos	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Regulamento técnico de procedimentos hemoterápicos
2013	8	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 50 de 06/11/2013 Status: Vigente Ementa: Altera o Art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada nº 25, de 16 de junho de 2011, que dispõe sobre os procedimentos gerais para utilização dos serviços de protocolo de documentos no âmbito da Anvisa.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	Os documentos mencionados no art. 3º devem ser apresentados em língua portuguesa.
2013	9	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 7 de 31/10/2013 Status: Vigente com alteração Ementa: Altera Instrução Normativa nº12, de 12 de Novembro de 2010 que fixa as alçadas decisórias e define as diretrizes para descentralização de decisões no âmbito da competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	Gestão ANVISA			Define as diretrizes para descentralização de decisões no âmbito da competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, relativas à aquisição, alienação e locação de bens, e contratação de obras e serviços decorrentes do processo de licitação e dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação.
2013	10	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 49 de 31/10/2013 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	
2013	11	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 48 de 25/10/2013Status: VigenteEmenta: Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene.	

2013	12	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 47 de 25/10/2013 Status: Vigente Ementa: Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Produtos Saneantes, e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos Saneantes	
2013	13	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46 de 18/10/2013 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a composição das vacinas influenza a serem utilizadas no Brasil no ano de 2014.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2013	14	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 45 de 02/10/2013 Status: Vigente com alteração Ementa: Regulamento técnico para o ingrediente ativo acefato em decorrência de sua reavaliação toxicológica.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Agrotóxicos, tabaco e outros toxicantes	
2013	15	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 44 de 16/09/2013 Status: Vigente Ementa: Procede à reavaliação toxicológica dos produtos técnicos e formulados à base do ingrediente ativo procloraz constantes no Anexo.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Agrotóxicos, tabaco e outros toxicantes	
2013	16	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 43 de 03/09/2013 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução RDC Nº 30, de 23 de maio de 2013, sobre prazos para adequação das imagens e advertências sanitárias nas embalagens dos produtos derivados do tabaco.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Agrotóxicos, tabaco e outros toxicantes	
2013	17	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 42 de 29/08/2013 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre o Regulamento Técnico MERCOSUL sobre Limites Máximos de Contaminantes Inorgânicos em Alimentos	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	
2013	18	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 41 de 27/08/2013 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre oficialização de novos lotes de substâncias químicas de referência da Farmacopeia Brasileira.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2013	19	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 6 de 26/08/2013 Status: Vigente Ementa: Fica autorizada, em caráter excepcional, por 12 (doze) meses a utilização das substâncias constantes no Anexo desta Instrução Normativa em produtos fumígenos derivados do tabaco	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Agrotóxicos, tabaco e outros toxicantes	
2013	20	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 40 de 21/08/2013 Status: Vigente Ementa: Prorroga os prazos estabelecidos nos artigos 6º, 7º e 11 da RDC nº 11/2013, relativos ao ano de 2013.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	Fica prorrogado da validade de Autorizações de Importação referentes às Cotas Anual e Suplementar de substâncias sujeitas ao controle especial.
2013	21	Decreto	Decreto - DCT nº 8077 de 14/08/2013Status: VigenteEmenta: Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei no 6.360, de 23 de setembro de 1976.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei no 6.360, de 23 de setembro de 1976.
2013	22	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39 de 14/08/2013 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre os procedimentos administrativos para concessão da Certificação de Boas Práticas de Fabricação e da Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	Institui procedimentos administrativos para a concessão das Certificações de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, Produtos para Saúde, Cosméticos, Perfumes, Produtos de Higiene Pessoal, Saneantes e Insumos Farmacêuticos e das Certificações de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos, Produtos para Saúde e Insumos Farmacêuticos.

2013	23	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 38 de 12/08/2013 Status: Vigente Ementa: APROVA O REGULAMENTO PARA OS PROGRAMAS DE ACESSO EXPANDIDO, USO COMPASSIVO E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO PÓSSTUDO .	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	Acesso expandido e uso compassivo: documento de caráter autorizador, emitido pela Anvisa, necessário para a execução de um determinado programa assistencial no Brasil de medicamento novo, promissor, ainda sem registro na Anvisa e quando aplicável, para a solicitação de licenciamento de importação do(s) medicamento(s) necessário(s) para a condução do programa assistencial;
2013	25	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 35 de 10/07/2013 Status: Vigente Ementa: Revoga a Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa – RDC nº 120, de 25 de abril de 2002.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	Informações referentes à produção e comercialização de medicamentos já são prestadas pelas empresas produtoras à Secretaria-Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED e ao Núcleo de Assessoramento Econômico em Regulação - Nurem.
2013	26	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 5 de 08/07/2013 Status: Vigente Ementa: Institui o Grupo de Trabalho para Gestão de Documentos do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS relativos à inspeção de Boas Práticas, e dá outras providências.	Gestão ANVISA			Institui grupo de trabalho para gestão de documentos, fiscalização e construção de boas práticas da ANVISA
2013	27	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 34 de 08/07/2013 Status: Vigente Ementa: Institui os procedimentos, programas e documentos padronizados, a serem adotados no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), para padronização das atividades de inspeção em empresas de medicamentos, produtos para a saúde	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANVISA.	Padronização das atividades de fiscalização.
2013	28	Portaria	Portaria - PRT nº 1113 de 04/07/2013 Status: Vigente Ementa: Altera o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 11/2013.	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	Fica prorrogado para 31 (trinta e um) de agosto de 2013 o prazo final estabelecido no artigo 4º da RDC 11/2013 que trata da solicitação de Autorização de Importação referente às cotas anuais de substâncias sujeitas ao controle especial.
2013	29	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 4 de 02/07/2013 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre os critérios de aceitação de relatórios de ensaios exigidos para análise dos pedidos de notificação e registro de produtos saneantes e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	Saneantes
2013	30	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 3 de 28/06/2013Status: Vigente com alteraçãoEmenta: Dispõe sobre os prazos e o cronograma para a segunda etapa da implantação do registro de insumos farmacêuticos ativos (IFA), definido na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 57, de 17 de novembro de 2009	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2013	31	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 33 de 27/06/2013 Status: Vigente Ementa: Prorroga o início de vigência da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 4, de 04 de fevereiro de 2011, que estabelece os requisitos mínimos de identidade e qualidade para equipos de uso único de transfusão, de infusão gravitacional.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Regulamentação da Hemoterapia
2013	32	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 32 de 27/06/2013 Status: Vigente Ementa: DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS E REQUISITOS TECNICOS	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou	

			PARA O REGISTRO DE RPODUTOS SANEANTES CORROSIVOS A PELE OU QUE CAUSEM LESÃO OCULAR GRAVE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.			liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2013	33	Portaria	Portaria - PRT nº 963 de 27/05/2013 Status: Vigente Ementa: Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Promoção de saúde em nível básico.	Estabelece regras de atendimento da atenção domiciliar no SUS
2013	34	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 31 de 23/05/2013 Status: Vigente Ementa: APROVA O REGULAMENTO TECNICO DE PROCEDIMENTOS COMUNS PARA AS INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS FARMACEUTICOS NOS ESTADOS PARTES E CONTEUDO MINIMO DE RELATORIOS DE INSPEÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS FARMACEUTICOS NOS ESTADOS PARTES.	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANVISA.	Inspeção em estabelecimentos farmacêuticos,
2013	35	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 30 de 23/05/2013 Status: Vigente com alteração Ementa: ALTERA A RESOLUÇÃO RDC Nº 335 DE 21 DE NOVEBRO DE 2003 , E REVOGA AS RESOLUÇÕES RDC Nº 86 DE 17 DE MAIO DE 2006 , RDC N 54 DE 06 DE AGOSTO DE 2008 E RESOLUÇÃO RDC Nº 38 DE 09 DE JUNHO DE 2012 , QUE DISPÕEM SOBRE EMBALAGENS DE PRODUTOS FUMÍ...	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Agrotóxicos, tabaco e outros toxicantes	Para os produtos fumígenos derivados do tabaco, as advertências transcritas a seguir serão usadas de forma simultânea ou sequencialmente rotativa, nesta última hipótese devendo variar no máximo a cada 5 (cinco) meses, de forma legível e ostensivamente destacada, e serão acompanhadas por imagens disponibilizadas no portal eletrônico da Anvisa.
2013	36	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29 de 20/05/2013 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a inclusão e retificação de Denominações Comuns Brasileiras – DCB, na lista completa das DCB da Anvisa.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	Aprovar a inclusão das Denominações Comuns Brasileiras (DCB) relacionadas no Anexo I, na Lista Completa das DCB,
2013	37	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 28 de 17/05/2013 Status: Vigente Ementa: Revoga a Resolução nº 08, de 15/10/99, que estabelece a estrutura a Gerência-Geral de Laboratórios da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVS como instrumento fundamental para a efetiva implantação de um Sistema Nacional de Laboratório.	Gestão ANVISA			Estrutura hierarquica da ANVISA para o Sistema nacional de laboratórios
2013	38	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 27 de 15/05/2013Status: VigenteEmenta: INSTITUI O PROTOCOLO ELETRÔNICO PARA EMISSÃO DE CERTIFICADO DE PRODUTO (CERTIFICADO DE CADASTRO OU REGISTRO DE PRODUTO PARA A SAÚDE) E CERTIDÃO PARA GOVERNO ESTRANGEIRO (CERTIDÃO DE CADASTRO OU REGISTRO PARA EXPORTAÇÃO DE PRODUTO PARA SAÚDE...	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2013	39	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26 de 15/05/2013 Status: Vigente Ementa: ALTERA A RDC Nº 10, DE 21 DE MARÇO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A GARANTIA DA QUALIDADE DE MEDICAMENTOS IMPORTADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	
2013	40	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 25 de 14/05/2013 Status: Vigente com alteração Ementa: ALTERA A RDC Nº 50 DE 20 DE SETEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE ESTABILIDADE PARA O REGISTRO OU ALTERAÇÕES PÓS-REGISTRO DE PRODUTOS BIOLÓGICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2013	41	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 24 de 14/05/2013 Status: Vigente com alteração Ementa: ALTERA A RDC Nº 49 DE , 2 DE SETEMBRO DE 2011 , QUE	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou	

			DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES E INCLUSÕES PÓS-REGISTRO , SUSPESÃO E REALIZAÇAÕ DE FABRICAÇÃO E CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PRODUTOS BIOLOGICOS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS .			liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2013	42	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 23 de 24/04/2013 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre o teor de iodo no sal destinado ao consumo humano e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	
2013	43	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 22 de 23/04/2013 Status: Vigente Ementa: Aprova os Procedimentos Comuns para as Inspeções nos Fabricantes de Produtos Médicos e Produtos para Diagnóstico de Uso in vitro nos Estados Partes, e dá outras providências	Regulação Sanitária de Produtos	Pesquisa em saúde	Regulamento para realização de ensaios clínicos	Inspeção nos fabricantes de produtos médicos
2013	44	Instrução Normativa	Instrução Normativa Conjunta - INC nº 1 de 18/04/2013 Status: Vigente Ementa: Instrução Normativa Conjunta Mapa, Anvisa e Ibama sobre alteração de formulação de agrotóxicos e afins.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Agrotóxicos, tabaco e outros toxicantes	Alteração da formulação de agrotóxicos
2013	45	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 21 de 10/04/2013 Status: Vigente Ementa: ALTERA A RESOLUÇÃO - RDC Nº 45, DE 23 DE JUNHO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO RELATIVO À PRÉVIA ANUÊNCIA DA ANVISA PARA A CONCESSÃO DE PATENTES PARA PRODUTOS E PROCESSOS FARMACÊUTICOS.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2013	46	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 20 de 10/04/2013 Status: Vigente com alteração Ementa: DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTODE PROCESSO ELETRÔNICO DE SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTOS NOVOS.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2013	47	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 19 de 10/04/2013Status: VigenteEmenta: DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS TECNICOS PARA CONCESSÃO DE REGISTRO DE PRODUTOS COMÉTICOS REPELENTES DE INSETOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	Cosméticos repelentes.
2013	48	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 18 de 03/04/2013 Status: Vigente Ementa: DISPÕE SOBRE AS BOAS PRÁTICAS DE PROCESSAMENTOS E ARMAZENAMENTO DE PLANTAS MEDICINAIS , PREPARAÇÃO E DISPENSAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS E OFICIAIS DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPICOS EM FARMACIAS VIVAS NO AMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAUDE ...	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	Produtos de plantas medicinais
2013	49	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 17 de 28/03/2013 Status: Vigente Ementa: DISPÕE SOBRE OS CRITERIOS PARA PETICIONAMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO (AFE) E DE AUTORIZAÇÃO ESPECIAL (AE) DE FARMACIAS E DROGARIAS .	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Funcionamento de farmácias e drogarias.
2013	50	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 16 de 28/03/2013 Status: Vigente Ementa: Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos e Produtos para Diagnóstico de Uso In Vitro e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos e equipamentos médicos.	

2013	51	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 15 de 26/03/2013 Status: Vigente Ementa: Aprova o Regulamento Técnico "LISTA DE SUBSTÂNCIAS DE USO COSMÉTICO: ACETATO DE CHUMBO, PIROGALOL, FORMALDEÍDO E PARAFORMALDEÍDO" e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene.	
2013	52	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 13 de 14/03/2013 Status: Vigente Ementa: DISPÕE SOBRE BOAS PRATICAS DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TRADICIONAIS FITOTERAPICOS .	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2013	53	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 12 de 07/03/2013 Status: Vigente Ementa: FICA PRORROGADO ATÉ O DIA 22/04/2013 O PRAZO PARA ENVIO DE DADOS AO SISTEMA NACIONAL DE PRODUÇÃO DE EMBRIÕES- SISEMBRIO PARA O ANO DE REFERÊNCIA 2012 PREVISTO NO ITEM 9.3 DA RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA DA ANVISA	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	
2013	54	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 9 de 06/03/2013 Status: Vigente Ementa: APROVA A CORREÇÃO DA TERCEIRA EDIÇÃO DA FARMACOPEIA HOMEOPÁTICA BRASILEIRA (FHB3), APROVADA PELA RDC Nº 39 DE 02 DE SETEMBRO DE 2011 E SUAS ALTERAÇÕES, DE ACORDO COM A ERRATA Nº 01 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2013	55	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 11 de 06/03/2013 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre a importação de substâncias sujeitas a controle especial e dos medicamentos que as contenham.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	
2013	56	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 8 de 06/03/2013Status: VigenteEmenta: DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE USO DE ADITIVOS ALIMENTARES PARA PRODUTOS DE FRUTAS E DE VEGETAIS E GELEIA DE MOCOTÓ.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	
2013	57	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 7 de 06/03/2013 Status: Vigente Ementa: DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE USO DE COADJUVANTES DE TECNOLOGIA PARA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE FRUTAS E DE VEGETAIS (INCLUINDO COGUMELOS COMESTÍVEIS).	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	Aprovação de uso de coadjuvantes de tecnolofia para fabricação de alimentos
2013	58	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 5 de 04/02/2013 Status: Vigente Ementa: Aprova o uso de aditivos alimentares com suas respectivas funções e limites máximos para bebidas alcolicas (exceto fermentadas).	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	Aprovação de aditivo alimentar em bebidas alcoólicas
2013	59	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 4 de 04/02/2013 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a prorrogação dos prazos estabelecidos pelas Resoluções da Diretoria Colegiada RDC nº 42, 43, 44, 45 e 46, de 19 de setembro de 2011.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	Dispõe sobre o regulamento técnico de compostos de nutrientes para alimentos destinados a lactentes e a crianças de primeira infância;
2013	60	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 3 de 04/02/2013 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre modificações na composição de alimentos padronizados para uso de Informação Nutricional Complementar.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	
2013	61	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 1 de 14/01/2013 Status: Vigente Ementa: Altera a Instrução Normativa nº. 07 de 16 de dezembro de 2011 que dispõe sobre o cronograma e procedimentos para	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	cronograma e procedimentos para credenciamento de farmácias e drogarias privadas referentes à escrituração dos medicamentos e substâncias contendo antimicrobianos no Sistema

			credenciamento de farmácias e drogarias privadas referentes à escrituração dos medicamentos e substâncias contendo antimicrobia..				Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC).
2013	62	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 1 de 04/01/2013 Status: Vigente Ementa: DISPÕE SOBRE OFICIALIZAÇÃO DE NOVOS LOTES DE SUBSTANCIAS QUIMICAS DE REFERENCIA DA FARMACOPEIA BRASILEIRA	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2014	1	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 70 de 22/12/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a suspensão do prazo para adequação do registro de radiofármacos estabelecido no Art. 2º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 66, de 09 de dezembro de 2011 e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2014	2	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 69 de 08/12/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2014	3	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 68 de 28/11/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Lista de Antimicrobianos Registrados na Anvisa, da Resolução - RDC nº 20, de 5 de maio de 2011 e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2014	4	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 10 de 26/11/2014Status: VigenteEmenta: Altera o item 11 da Lista de produtos tradicionais fitoterápicos de registro simplificado, do Anexo da Instrução Normativa Nº 2, de 13 de maio de 2014, que publica a ''Lista de medicamentos fitoterápicos de registro simplificado'' e a ''Lis...	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2014	5	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 67 de 26/11/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a suspensão da RDC nº 61, de 10 de outubro de 2014, que trata da vinculação do registro do medicamento ao protocolo de Documento Informativo de Preço na Secretaria executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CME...	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	trata da vinculação do registro do medicamento ao protocolo de Documento Informativo de Preço na SecretariaExecutiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED.
2014	6	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 66 de 26/11/2014 Status: Vigente Ementa: Altera o Anexo IV da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2014	7	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 65 de 17/10/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a notificação prévia de exportação de efedrina, pseudoefedrina e as especialidades farmacêuticas que as contenham.	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	
2014	8	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 64 de 17/10/2014 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre a alteração das RDC nº. 64/2012 e RDC nº. 19/2014, pela inclusão e retificação de Denominações Comuns Brasileiras - DCB, na lista completa das DCB da ANVISA.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2014	9	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 63 de 17/10/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	

			Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 e dá outras providências.				
2014	10	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 62 de 16/10/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a composição das vacinas influenza a serem utilizadas no Brasil no ano de 2015.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2014	11	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 10/10/2014 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre a vinculação do registro do medicamento ao protocolo de Documento Informativo de Preço na Secretariaxecutiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2014	12	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 60 de 10/10/2014Status: Vigente com alteraçãoEmenta: Dispõe sobre os critérios para a concessão renovação do registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos, classificados como novos, genéricos e similares, e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2014	13	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 59 de 10/10/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre os nomes dos medicamentos, seus complementos e a formação de famílias de medicamentos.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2014	14	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 58 de 10/10/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre as medidas a serem adotadas junto à Anvisa pelos titulares de registro de medicamentos para a intercambialidade de medicamentos similares com o medicamento de referência.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	Medicamentos similares e de referência.
2014	15	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 57 de 09/10/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a o restabelecimento do prazo da RDC nº 21, de 28 de março de 2012.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	Prorrogação de prazo para adequação das embalagens.
2014	16	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 9 de 08/10/2014 Status: Vigente Ementa: Aprova o Roteiro de Inspeção em Centros de Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	
2014	17	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 56 de 08/10/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a Certificação de Boas Práticas para a realização de estudos de Biodisponibilidade/ Bioequivalência de medicamentos e dá outras providências	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	
2014	18	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 55 de 07/10/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a extensão de uso do aditivo alimentar polivinil álcool (INS 1203) para suplementos vitamínicos e minerais sólidos em cumprimento ao Mandado de Segurança nº 0060760-41.2014.4.01.3400.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	

2014	19	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 54 de 07/10/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre enzimas e preparações enzimáticas para uso na produção de alimentos em geral.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	
2014	20	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 53 de 07/10/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a lista de enzimas, aditivos alimentares e veículos autorizados em preparações enzimáticas para uso na produção de alimentos em geral.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	
2014	21	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 8 de 29/09/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre os critérios para adesão, participação e permanência dos serviços de saúde na Rede Sentinela.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Ações de segurança do paciente em estabelecimentos de saúde.	
2014	22	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 52 de 29/09/2014Status: VigenteEmenta: Altera a Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para os Serviços de Alimentação.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Boas práticas para serviços de alimentação.
2014	23	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 51 de 29/09/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a Rede Sentinela para o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Ações de segurança do paciente em estabelecimentos de saúde.	
2014	24	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 50 de 25/09/2014 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre as medidas de controle de comercialização, prescrição e dispensação de medicamentos que contenham as substâncias anfepramona, femproporex, mazindol e sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários e dá outras provid...	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2014	25	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 49 de 25/09/2014 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 19 de setembro de 2011, que dispõe sobre aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia para fórmulas infantis destinadas alactentes e crianças de primeira infância.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	Uso de aditivo alimentar para formulas infantis
2014	26	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 48 de 25/09/2014 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 45, de 19 de setembro de 2011, que dispõe sobre o regulamento técnico para fórmulas infantis para lactentes destinadas a necessidades dietoterápicas específicas e fórmulas infantis de segui...	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	
2014	27	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 47 de 25/09/2014 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 44, de 19 de setembro de 2011, que dispõe sobre o regulamento técnico para fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	
2014	28	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46 de 25/09/2014 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 43, de 19 de setembro de 2011, que dispõe sobre o regulamento técnico para fórmulas infantis para lactentes.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	

2014	29	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 45 de 25/09/2014 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 42, de 19 de setembro de 2011, que dispõe sobre o regulamento técnico de compostos de nutrientes para alimentos destinados a lactentes.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	
2014	30	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 44 de 24/09/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	
2014	31	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 43 de 19/09/2014Status: VigenteEmenta: Dispõe sobre a desvinculação dos registros concedidos por meio do procedimento simplificado estabelecido pela RDC 31/2014, para medicamentos decorrentes de processos de Parceria para Desenvolvimento Produtivo ou de transferências de tecnolo...	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caracter excepcional de produto e empresas.	
2014	32	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 42 de 09/09/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a alteração da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 64/2012, pela inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB, na lista completa das DCB da ANVISA.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2014	33	Decreto	Decreto Legislativo - DCL nº 273 de 04/09/2014 Status: Vigente Ementa: Susta a Resolução - RDC nº 52, de 6 de outubro de 2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	Dispõe sobre a proibição do uso das substâncias anfepramona, femproporex e mazindol, seus sais e isômeros, bem como intermediários e medidas de controle da prescrição e dispensação de medicamentos que contenham a substância sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários.
2014	34	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 41 de 05/08/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre oficialização de novo lote de substância química de referencia da Farmacopeia Brasileira.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2014	35	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 40 de 01/08/2014 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Direitoria Colegiada n° 16, de 1º de abril de 2014, que Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caracter excepcional de produto e empresas.	Os estabelecimentos filiais de empresas que realizem atividades referentes a produtos para saúde para os quais é exigida AFE nos termos desta Resolução terão o prazo de um ano, contado a partir de 04 de agosto de 2014, para requerer à ANVISA a referida autorização
2014	36	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39 de 08/07/2014 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobe a alteração da RDC nº 64/2012, pela inclusão e retificação de Denominações Comuns Brasileiras - DCB, na lista completa das DCBs da ANVISA.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	Inclusão e retificação de Denominações Comuns Brasileiras – DCB, na lista completa das DCB da Anvisa.
2014	37	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 5 de 18/06/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre os procedimentos relacionados ao protocolo do Histórico de Mudanças do Produto e define o prazo de análise das petições pós-registro de medicamentos fitoterápicos e produtos tradicionais fitoterápicos.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	

2014	38	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 4 de 18/06/2014 Status: Vigente Ementa: Determina a publicação do Guia de orientação para registro de Medicamento Fitoterápico e registro e notificação de Produto Tradicional Fitoterápico	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2014	39	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 38 de 18/06/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a realização de petições pós-registros de medicamentos fitoterápicos e produtos tradicionais fitoterápicos e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2014	40	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 3 de 16/06/2014Status: VigenteEmenta: Dispõe sobre a pontuação dos critérios para a priorização da análise técnica de petições de registro, pós-registro e anuência prévia em pesquisa clínica de medicamentos e produtos biológicos	Regulação Sanitária de Produtos	Pesquisa em saúde	Regulamento para realização de ensaios clínicos	
2014	41	Instrução Normativa	Instrução Normativa Conjunta - INC nº 1 de 16/06/2014 Status: Vigente Ementa: Estabelece as diretrizes e exigências para o registro dos agrotóxicos, seus componentes e afins para culturas com suporte fitossanitário insuficiente, bem como o limite máximo de resíduos permitido.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2014	42	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 37 de 16/06/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a priorização da análise técnica de petições de registro, pós-registro e anuência prévia em pesquisa clínica de medicamentos e produtos biológicos.	Regulação Sanitária de Produtos	Pesquisa em saúde	Regulamento para realização de ensaios clínicos	
2014	43	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 36 de 16/06/2014 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução - RDC n° 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	
2014	44	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 35 de 12/06/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre bolsas plásticas para coleta, armazenamento e transferência de sangue humano e seus componentes.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos e equipamentos médicos.	
2014	45	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 32 de 04/06/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	
2014	46	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 31 de 29/05/2014 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre o procedimento simplificado de solicitações de registro, pós-registro e renovação de registro de medicamentos genéricos, similares, específicos, dinamizados, fitoterápicos e biológicos e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2014	47	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 30 de 23/05/2014 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 20, de 10 de abril de 2014, que dispõe sobre regulamento sanitário para o transporte de material biológico humano.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Regulamenta o transporte de material biológico humano.

2014	48	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29 de 14/05/2014 Status: Vigente Ementa: Restabelece os efeitos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 04, de 04 de fevereiro de 2011, e altera o seu Anexo.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos e equipamentos médicos.	Estabelece os requisitos mínimos de identidade e qualidade para os equipos de uso único de transfusão, de infusão gravitacional e de infusão para uso com bomba de infusão.
2014	49	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 28 de 14/05/2014Status: VigenteEmenta: Restabelece os efeitos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 05, de 04 de fevereiro de 2011, e altera o seu Anexo.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos e equipamentos médicos.	Esta Resolução estabelece os requisitos mínimos de identidade e qualidade para agulhas hipodérmicas e agulhas gengivais. Parágrafo único. Excluem-se deste Regulamento as agulhas utilizadas em canetas para aplicação de medicamentos.
2014	50	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 27 de 14/05/2014 Status: Vigente Ementa: Restabelece os efeitos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 03, de 04 de fevereiro de 2011, e altera o seu Anexo.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos e equipamentos médicos.	Estabelece os requisitos mínimos de identidade e qualidade para seringas hipodérmicas estéreis de uso único.
2014	51	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 2 de 13/05/2014 Status: Vigente com alteração Ementa: Publica a “Lista de medicamentos fitoterápicos de registro simplificado” e a “Lista de produtos tradicionais fitoterápicos de registro simplificado”	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2014	52	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26 de 13/05/2014 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2014	53	Portaria	Portaria Normativa Conjunta - PRTC nº 370 de 07/05/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre regulamento técnico-sanitário para o transporte de sangue e componentes.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Transporte de sangue e componentes
2014	54	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 22 de 29/04/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados - SNGPC, revoga a Resolução de Diretoria Colegiada nº 27, de 30 de março de 2007, e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	Farmácias hospitalares não estão nesta resolução
2014	55	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 21 de 25/04/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a fabricação e comercialização de produtos da Medicina Tradicional Chinesa (MTC)	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos e equipamentos médicos.	
2014	56	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 20 de 10/04/2014 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre regulamento sanitário para o transporte de material biológico humano.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Transporte de material biológico humano
2014	57	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 19 de 04/04/2014 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre a alteração da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 64/2012, pela inclusão e retificação de Denominações Comuns Brasileiras - DCB, na lista completa das DCBs da Anvisa.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2014	58	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 18 de 04/04/2014Status: Vigente com alteraçãoEmenta: Dispõe sobre a comunicação à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA dos casos de descontinuação temporária e definitiva de fabricação ou importação de medicamentos, reativação de fabricação ou importação de medicamentos, e dá out...	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caracter excepcional de produto e empresas.	

2014	59	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 15 de 28/03/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre os requisitos relativos à comprovação do cumprimento de Boas Práticas de Fabricação para fins de registro de Produtos para a Saúde e dá outras providências	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2014	60	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 14 de 28/03/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre matérias estranhas macroscópicas e microscópicas em alimentos e bebidas, seus limites de tolerância e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	
2014	61	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 13 de 28/03/2014 Status: Vigente Ementa: Regulamenta a prestação de serviços de saúde em eventos de massa de interesse nacional e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Promoção de saúde em nível básico.	Eventos de massa de interesse nacional.
2014	62	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 12 de 24/03/2014 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre procedimento para a notificação à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de alterações de natureza técnica no registro de agrotóxicos, seus componentes e afins e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2014	63	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 11 de 13/03/2014 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise e dá outras providências	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise
2014	64	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 10 de 11/03/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre os critérios para a categorização dos serviços de alimentação.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Boas prátias para serviços de alimentação.
2014	65	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 1 de 28/02/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a lista de medicamentos liberados para importação em caráter excepcional	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	
2014	66	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 9 de 28/02/2014 Status: Vigente Ementa: Revoga a Resolução da Diretoria Colegiada- RDC nº 221, de 29 de julho de 2005, que, instituiu a Câmara Técnica de Produtos para Saúde - CATEPS.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	Revogada a norma que instituiu a Câmara Técnica de Produtos para Saúde – CATEPS.
2014	67	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 8 de 28/02/2014 Status: Vigente Ementa: Autorizar a importação dos medicamentos constantes na lista de medicamentos liberados em caráter excepcional destinados unicamente, a uso hospitalar ou sob prescrição médica, cuja importação esteja vinculada a uma determinada entidade hospi...	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	
2014	68	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 6 de 18/02/2014Status: VigenteEmenta: Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	

2014	69	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 5 de 13/02/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a possibilidade de admissão da juntada de documentos em sede de recurso administrativo em face de decisão que indefere pedido de renovação de registro de medicamento.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2014	70	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 3 de 27/01/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre o Certificado de Venda Livre de Produtos Saneantes.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos Saneantes	
2014	71	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 2 de 10/01/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a alteração da RDC 64/2012, pela inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB, na lista completa das DCB da Anvisa.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2014	72	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 1 de 10/01/2014 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre alteração do artigo 24 da Resolução RDC nº. 63, de 28 de dezembro de 2012 (DOU 03/01/2013).	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	Alteração da nomenclaturas de substancias da área da saúde. Alterações referentes a radiofármacos.
2015	1	Lei	Lei nº 13236 de 29/12/2015 Status: Vigente Ementa: Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que ''dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências", para estabelecer medidas que inibam erros de dispensação e de administração e uso equivocado de medicamentos, drogas e produtos correlatos.
2015	2	Lei	Lei nº 13235 de 29/12/2015 Status: Vigente Ementa: Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para equiparar o controle de qualidade de medicamentos similares ao de medicamentos genéricos.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2015	3	Portaria	Portaria - PRT nº 2201 de 29/12/2015 Status: Vigente Ementa: Restabelece a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária, do Bloco de Vigilância em Saúde, a Municípios desbloqueados da Portaria nº 1.772/GM/MS, de 5 de novembro de 2015.	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Repasse de recursos financeiros aos Municipios para ações de vigilância sanitária.	
2015	4	Instrução Normativa	Instrução Normativa Conjunta - INC nº 2 de 14/12/2015 Status: Vigente Ementa: Autoriza o uso de brometo de metila no Brasil exclusivamente em tratamento fitossanitário com fins quarentenários nas operações de importação e de exportação, na forma desta Instrução Normativa Conjunta.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2015	5	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 56 de 11/12/2015Status: VigenteEmenta: Dispõe sobre regulamento técnico para o ingrediente ativo Paration metílica em decorrência da reavaliação toxicológica	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Agrotóxicos, tabaco e outros toxicantes	
2015	6	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 55 de 11/12/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre as Boas Práticas em Tecidos humanos para uso terapêutico.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Regulamenta as práticas de tecidos humanos para uso terapeuticos.

2015	7	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 54 de 08/12/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre oficialização de novos lotes de substâncias químicas de referência da Farmacopeia Brasileira.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2015	8	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 53 de 04/12/2015 Status: Vigente com alteração Ementa: Estabelece parâmetros para a notificação, identificação e qualificação de produtos de degradação em medicamentos com substâncias ativas sintéticas e semissintéticas, classificados como novos, genéricos e similares, e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2015	9	Portaria	Portaria - PRT nº 1929 de 30/11/2015 Status: Vigente Ementa: Restabelece a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária, do Bloco de Vigilância em Saúde, a Municípios desbloqueados da Portaria nº 1.772/GM/MS, de 5 de novembro de 2015.	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Repasse de recursos financeiros aos Municípios para ações de vigilância sanitária.	
2015	10	Portaria	Portaria - PRT nº 1927 de 30/11/2015 Status: Vigente Ementa: Restabelece a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária, do Bloco de Vigilância em Saúde, a Municípios desbloqueados da Portaria nº 1.772/GM/MS, de 5 de novembro de 2015.	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Repasse de recursos financeiros aos Municipios para ações de vigilância sanitária.	
2015	11	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 52 de 27/11/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre as regras para o registro de produtos para diagnóstico in vitro como autoteste para o HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana, para fins de triagem, e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caracter excepcional de produto e empresas.	
2015	12	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 51 de 27/11/2015 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre a alteração da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 64, de 2012, pela inclusão, exclusão e retificação de Denominações Comuns Brasileiras - DCB, na lista completa das DCB da Anvisa.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2015	13	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 50 de 11/11/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a atualização do Anexo III, Indicações previstas para tratamento com a Talidomida, da RDC nº. 11, de 22 de março de 2011.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	Talidomida
2015	14	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 49 de 11/11/2015Status: VigenteEmenta: Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	
2015	15	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 48 de 09/11/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a composição das vacinas influenza a serem utilizadas no Brasil no ano de 2016.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2015	16	Portaria	Portaria - PRT nº 1775 de 05/11/2015 Status: Vigente Ementa: Restabelece a Transferência de Recursos Financeiros do Componente de Vigilância Sanitária, do Bloco de Vigilância em Saúde, a	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Repasse de recursos financeiros aos Municípios para ações de vigilância sanitária.	

			Municípios desbloqueados da Portaria nº 722/GM/MS, de 11 de junho de 2015.				
2015	17	Portaria	Portaria - PRT nº 1772 de 05/11/2015 Status: Vigente Ementa: Suspende a Transferência de Recursos Financeiros do Componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Vigilância em Saúde dos Estados e Municípios irregulares quanto ao cadastro dos serviços de vigilância sanitária no SCNES	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Repasse de recursos financeiros aos Municípios para ações de vigilância sanitária.	
2015	18	Decreto	Decreto - DCT nº 8552 de 03/11/2015 Status: Vigente Ementa: Regulamenta a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e de produtos de puericultura correlatos.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	
2015	19	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 5 de 27/10/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a revogação da Instrução Normativa (IN) Nº 6, de 18 de agosto de 2014, que trata da especificação da interface entre os detentores de registro de medicamentos e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	Trata da especificação da interface entre os detentores de registro de medicamentos e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa para a operacionalização do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos (SNCM), e dá outras providências.
2015	20	Portaria	Portaria - PRT nº 1289 de 22/10/2015 Status: Vigente Ementa: Estabelece as diretrizes para a numeração dos instrumentos decisórios e atos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.	Gestão ANVISA			Mecanismos de decisão da ANVISA
2015	21	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 44 de 08/10/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	
2015	22	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 4 de 24/09/2015 Status: Vigente Ementa: Aprova a lista de Normas Técnicas, conforme Anexo I, cujos parâmetros devem ser adotados para a certificação de conformidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), dos equipamentos sob regime de Vigilância sanitária.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos e equipamentos médicos.	Lista das normas técnicas a serem adotadas na certificação de conformidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), dos equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária:
2015	23	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 43 de 01/09/2015Status: VigenteEmenta: Dispõe sobre a prestação de serviços de alimentação em eventos de massa.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	Alimentação em eventos em massa
2015	24	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 42 de 01/09/2015 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre a importação de amostras e kits de coleta de amostras sujeitos ao regime de vigilância sanitária, destinados a testes de controle de dopagem.	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	
2015	25	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 41 de 01/09/2015 Status: Vigente com alteração Ementa: Estabelece normas de controle sanitário sobre a entrada de bens e produtos procedentes do exterior destinados à utilização em eventos de grande porte no País.	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	

2015	26	Portaria	Portaria - PRT nº 701 de 31/08/2015 Status: Vigente Ementa: Atualiza monetariamente os valores das Taxas de Fiscalização de Vigilância Sanitária, instituída nos termos do art. 23 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANVISA.	
2015	27	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 3 de 26/08/2015 Status: Vigente Ementa: Regulamenta o inciso I do art. 20 da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 36, de 26 de agosto de 2015, que dispõe sobre a classificação de risco, os regimes de controle de cadastro e registro e os requisitos de rotulagem.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos e equipamentos médicos.	Dspõem sobre a classificação de risco, os regimes de controle de cadastro e registro e os requisitos de rotulagem e instruções de uso de produtos para diagnóstico in vitro, inclusive seus instrumentos e dá outras providências
2015	28	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 40 de 26/08/2015 Status: Vigente com alteração Ementa: Define os requisitos do cadastro de produtos médicos.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	Cadastro de produtos médicos.
2015	29	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 38 de 26/08/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a alteração da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 64, de 28 de dezembro de 2012, pela inclusão e retificação de Denominações Comuns Brasileiras - DCB, na lista completa das DCB da Anvisa.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2015	30	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 37 de 26/08/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a padronização de frases de declaração de conteúdo de látex de borracha natural em rótulos de dispositivos médicos.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos e equipamentos médicos.	
2015	31	Resolução Normativa	Resolução - RE nº 2347 de 17/08/2015 Status: Vigente Ementa: Reconhece o Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (Medical Device Single Audit Program - MDSAP) para fins de atendimento ao disposto no Parágrafo Único do 4º da Resolução da Diretoria Colegiada.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	Parágrafo único. Os Organismos Auditores que atenderem aos requisitos estabelecidos no âmbito do programa serão reconhecidos pela Anvisa mediante a publicação de ato normativo individual. A
2015	32	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 35 de 07/08/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a aceitação dos métodos alternativos de experimentação animal reconhecidos pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea.	Regulação Sanitária de Produtos	Pesquisa em saúde	Regulamento para realização de ensaios clínicos	Métodos alternativos de experimentação animal
2015	33	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 34 de 07/08/2015Status: VigenteEmenta: Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de Excipientes Farmacêuticos.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2015	34	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 2 de 04/08/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre os produtos para saúde, produtos de higiene, cosméticos e/ou alimentos cuja fabricação em instalações e equipamentos pode ser compartilhada com medicamentos de uso humano.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene.	
2015	35	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 33 de 04/08/2015 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 17, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de medicamentos.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	

2015	36	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 32 de 30/07/2015 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	
2015	37	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 30 de 24/07/2015 Status: Vigente com alteração Ementa: Altera a Resolução - RDC n.º 302, de 13 de outubro de 2005, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	
2015	38	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 28 de 03/07/2015 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de dezembro de 2006, para dispor sobre documentos e prazos de comprovação do porte da empresa.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2015	39	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 27 de 02/07/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre oficialização de novos lotes de substância química de referência da Farmacopeia Brasileira.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2015	40	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26 de 02/07/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre os requisitos para rotulagem obrigatória dos principais alimentos que causam alergias alimentares.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	
2015	41	Instrução Normativa	Instrução Normativa Conjunta - INC nº 11 de 30/06/2015 Status: Vigente Ementa: Estabelece critérios e procedimentos para registro de agrotóxicos, seus componentes e afins para uso em emergências sanitárias ou ambientais.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2015	42	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 25 de 25/06/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a suspensão de prazos relativos à notificação de gases medicinais estabelecidos na Resolução-RDC n.º 68, de 16 de dezembro de 2011.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2015	43	Portaria	Portaria - PRT nº 727 de 11/06/2015Status: VigenteEmenta: Restabelece a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária, do Bloco de Vigilância em Saúde, a Municípios desbloqueados da Portaria nº 179/GM/MS, de 13 de fevereiro de 2015.	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Repasse de recursos financeiros aos Municípios para ações de vigilância sanitária.	
2015	44	Portaria	Portaria - PRT nº 722 de 11/06/2015 Status: Vigente Ementa: Suspende a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Vigilância em Saúde dos Estados e Municípios irregulares quanto ao cadastro dos serviços de vigilância sanitária no Sistema de Cadastro Nacional de Vigilância sanitário.	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Repasse de recursos financeiros aos Municípios para ações de vigilância sanitária.	Transferência ou suspensão de recursos.
2015	45	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 24 de 08/06/2015 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre o recolhimento de alimentos e sua comunicação à Anvisa e aos consumidores.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	NAO HOSPITALAR.

2015	46	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 23 de 05/06/2015 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução RDC nº 204, de 6 de julho de 2005, que dispõe sobre o procedimento de petições submetidas à análise pelos setores técnicos da ANVISA e revoga a Resolução RDC nº 206, de 14 de julho de 2005.	Gestão ANVISA			Regulamenta a petição de arquivamento temporário e a guarda temporária e dá outras providências.
2015	47	Portaria	Portaria - PRT nº 582 de 15/05/2015 Status: Vigente Ementa: Restabelece a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária, do Bloco de Vigilância em Saúde, a Municípios desbloqueados da Portaria nº 179/GM/MS, de 13 de fevereiro de 2015.	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Repasse de recursos financeiros aos Municípios para ações de vigilância sanitária.	
2015	48	Portaria	Portaria - PRT nº 581 de 15/05/2015 Status: Vigente Ementa: Restabelece a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária, do Bloco de Vigilância em Saúde, a Municípios desbloqueados da Portaria nº 179/GM/MS, de 13 de fevereiro de 2015.	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Repasse de recursos financeiros aos Municípios para ações de vigilância sanitária.	
2015	49	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 22 de 13/05/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre o regulamento técnico de compostos de nutrientes e de outras substâncias para fórmulas para nutrição enteral e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	
2015	50	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 21 de 13/05/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre o regulamento técnico de fórmulas para nutrição enteral.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	Nutrição enteral
2015	51	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 20 de 13/05/2015Status: VigenteEmenta: Altera a Resolução-RDC nº 60, de 10 de outubro de 2014, que dispõe sobre os critérios para a concessão e renovação do registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos, classificados como novos, genéricos e similar...	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caracter excepcional de produto e empresas.	Registro de medicamentos sintéticos
2015	52	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 19 de 13/05/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a alteração da RDC nº. 64/2012, pela inclusão e retificação de Denominações Comuns Brasileiras - DCB, na lista completa das DCB da Anvisa.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2015	53	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 18 de 13/05/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	
2015	54	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 17 de 06/05/2015 Status: Vigente com alteração Ementa: Define os critérios e os procedimentos para a importação, em caráter de excepcionalidade, de produto à base de Canabidiol em associação com outros canabinóides, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legal.	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	
2015	55	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 16 de 29/04/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a fiscalização sanitária na importação de bens e produtos sujeitos a vigilância sanitária nas situações em que for	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	

			decretada calamidade pública, com risco de desabastecimento para atendimento das necessidades básicas da população.			
2015	56	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 15 de 24/04/2015 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre os requisitos técnicos para a concessão de registro de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes infantis e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene.
2015	57	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 14 de 10/04/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a advertência sanitária que deve ocupar 30% (trinta por cento) da parte inferior da face frontal das embalagens de produtos fumígenos derivados do tabaco.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Agrotóxicos, tabaco e outros toxicantes
2015	58	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 13 de 24/03/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 e proíbe a importação, produção, manipulação, aquisição.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial
2015	59	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 1 de 17/03/2015Status: Vigente com alteraçãoEmenta: Dispõe sobre os procedimentos, normas e diretrizes do sistema nacional de hemovigilância citados na Resolução da Diretoria Colegiada n° 34, de 11 de junho de 2014, que dispõe sobre as Boas Práticas no Ciclo do Sangue.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados
2015	60	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 12 de 13/03/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre regulamento técnico para o ingrediente ativo Forato em decorrência da reavaliação toxicológica	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Agrotóxicos, tabaco e outros toxicantes
2015	61	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 11 de 06/03/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a alteração da RDC nº 64 de 28 de dezembro 2012, pela inclusão, exclusão e retificação de Denominações Comuns Brasileiras - DCB, na lista completa das DCB da Anvisa.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.
2015	62	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 10 de 20/02/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre o regulamento para a realização de ensaios clínicos com dispositivos médicos no brasil.	Regulação Sanitária de Produtos	Pesquisa em saúde	Regulamento para realização de ensaios clínicos.
2015	63	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 9 de 20/02/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre o Regulamento para a realização de ensaios clínicos com medicamentos no Brasil.	Regulação Sanitária de Produtos	Pesquisa em saúde	Regulamento para realização de ensaios clínicos.
2015	64	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 8 de 13/02/2015 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial
2015	65	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 7 de 10/02/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre os requisitos técnicos para a regularização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene.

2015	66	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 6 de 06/02/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre os agentes clareadores dentais classificados como dispositivos médicos.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos e equipamentos médicos.	Esta Resolução estabelece os critérios para a embalagem, rotulagem e comercialização de agentes clareadores dentais classificados como dispositivos médicos
2015	67	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 5 de 30/01/2015 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre regra de transição de lágrimas artificiais e ou lubrificantes oculares da categoria de produtos para a saúde para a categoria de medicamentos.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2015	68	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 4 de 28/01/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a dispensa de notificações de lotes-piloto de medicamentos à Anvisa	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	Para o controle sanitário de lotes-piloto de medicamentos similares e genéricos de contraceptivos, hormônios endógenos e imunossupressores, a empresa deverá manter registrada, além das informações citadas no item 2.2, a seguinte documentação:"
2015	69	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 3 de 26/01/2015Status: VigenteEmenta: Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	
2015	70	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 2 de 19/01/2015 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre oficialização de novo lote de substância química de referência da Farmacopeia Brasileira.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2015	71	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 1 de 19/01/2015 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre a alteração das RDC nº. 64/2012, pela inclusão e retificação de Denominações Comuns Brasileiras - DCB, na lista completa das DCB da Anvisa	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2016	1	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 133 de 15/12/2016 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 50, de 25 de setembro de 2014, que dispõe sobre as medidas de controle de comercialização, prescrição e dispensação de medicamentos que contenham as substâncias anfepramona, femproporex	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2016	2	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 14 de 09/12/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a regularidade de uso dos insumos farmacêuticos ativos dispostos na Instrução Normativa n° 3 de 28/06/2013	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2016	3	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 131 de 05/12/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre inclusão de frase de advertência na rotulagem de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes destinados aos programas governamentais vinculados ao Sistema Único de Saúde.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene.	
2016	4	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 130 de 02/12/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	
2016	5	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 129 de 02/12/2016 Status: Vigente Ementa: Aprova o Formulário Homeopático da Farmacopeia Brasileira e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter	

						excepcional de produto e empresas.	
2016	6	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 128 de 02/12/2016 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Produtos à base de Canabidiol em associação com outros canabinóides, dentre eles o THC, em conformidade com o capítulo I - seção II da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 17, de 6 de maio de 2015.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2016	7	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 127 de 01/12/2016Status: VigenteEmenta: Dispõe sobre a alteração das Resoluções da Diretoria Colegiada - RDC nº 64/2012 e nº 104/2016, para a inclusão, alteração e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB, na lista completa das DCB da Anvisa.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2016	8	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 126 de 30/11/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a definição e requisitos técnicos de cosméticos relacionados ao bronzeamento da pele e estabelece advertência de rotulagem para os Ativadores/Aceleradores de Bronzeado.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene.	
2016	9	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 125 de 30/11/2016 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009, sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Promoção de saúde em nível básico, portos e embarcações.	
2016	10	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 124 de 16/11/2016 Status: Vigente Ementa: Institui a Carteira de Identidade Funcional dos servidores públicos em exercício na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.	Gestão ANVISA			
2016	11	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 13 de 08/11/2016 Status: Vigente Ementa: Altera o Anexo I da Instrução Normativa n° 6, de 18 de novembro de 2011, que estabelece os critérios específicos para o agrupamento em famílias de MATERIAIS DE USO EM SAÚDE para fins de registro e cadastramento.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2016	12	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 122 de 04/11/2016 Status: Vigente Ementa: Revoga a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 209, de 14 de julho de 2005.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2016	13	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 121 de 04/11/2016 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 73, de 07 de abril de 2016.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	Dispõe sobre mudanças pós-registro, cancelamento de registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos e dá outras providências.
2016	14	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 119 de 27/10/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a composição das vacinas influenza a serem utilizadas no Brasil no ano de 2017.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	

2016	15	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 118 de 26/10/2016 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	As empresas que concretizaram operações societárias entre 12/07/2016 e 25/08/2016, poderão protocolizar junto à ANVISA, nos termos desta Resolução, as solicitações concomitantes de transferência de titularidade e de cancelamento do registro do produto, conforme o caso, até dia 21/02/2017.”
2016	16	Portaria	Portaria - PRT nº 2069 de 21/10/2016Status: VigenteEmenta: Restabelece a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária, do Bloco de Vigilância em Saúde, a Municípios desbloqueados da Portaria nº 1.159/GM/MS, de 16 de junho de 2016.	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Repasse de recursos financeiros aos Municípios para ações de vigilância sanitária.	
2016	17	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 117 de 19/10/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	
2016	18	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 12 de 11/10/2016 Status: Vigente Ementa: Altera a Instrução Normativa - IN nº 4, de 2 de julho de 2013, que dispõe sobre os critérios de aceitação de relatórios de ensaios exigidos para análise dos pedidos de notificação e registro de produtos saneantes e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	Saneantes
2016	19	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 116 de 07/10/2016 Status: Vigente Ementa: Altera a RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, publicada no DOU Nº 25, de 5 de fevereiro de 2016, págs. 67 a 92, que aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	Gestão ANVISA			
2016	20	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 115 de 05/10/2016 Status: Vigente Ementa: Altera a RDC n. 61 de 03 de fevereiro de 2016, publicada no DOU Nº 25 de 05 de fevereiro de 2016, pag. 67 a 92 que aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.	Gestão ANVISA			DAS COMPETÊNCIAS DAS DIRETORIAS E UNIDADES EXECUTIVAS CAPÍTULO V DAS COMPETÊNCIAS DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL
2016	21	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 11 de 29/09/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a lista de medicamentos isentos de prescrição.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2016	22	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 10 de 29/09/2016 Status: Vigente Ementa: Determina a publicação da "Lista de fármacos candidatos à bioisenção baseada no Sistema de Classificação Biofarmacêutica (SCB)" e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2016	23	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 114 de 29/09/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a alteração da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 54, de 10 de dezembro de 2013, para suspensão da eficácia dos prazos de implantação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	Prazos de implantação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos.

2016	24	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 113 de 15/09/2016Status: VigenteEmenta: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 76, de 02 de maio de 2016 e a Instrução Normativa nº 02, de 30 de março de 2009.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	Quando a alteração ou inclusão de local de fabricação não resultar em alteração de processo produtivo e de equipamentos, o 'Relatório de estudo de estabilidade referente a 1(um) lote do produto acabado' poderá ser substituído pelo protocolo de estudo de estabilidade referente aos 3(três) lotes iniciais.
2016	25	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 112 de 12/09/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a adoção da liberação paramétrica em substituição ao teste de esterilidade.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	Podem ser adotadas ações alternativas às descritas nesta Resolução de forma a acompanhar o avanço tecnológico ou atender a necessidades específicas de determinado medicamento, desde que essas sejam validadas pelo fabricante e que a esterilidade do medicamento seja assegurada.
2016	26	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 111 de 06/09/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a autorização de uso excepcional, de caráter temporário, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), do medicamento Avastin® (25 mg/ml solução para diluição para infusão), no tratamento da Degeneração Macular Relacionada à Idade...	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2016	27	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 110 de 06/09/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre regulamento técnico para produtos saneantes categorizados como água sanitária e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos Saneantes	
2016	28	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 109 de 06/09/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre regulamento técnico para produtos saneantes categorizados como alvejantes à base de hipoclorito de sódio ou hipoclorito de cálcio e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Produtos Saneantes	
2016	29	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 108 de 06/09/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre os requisitos mínimos para inspeção em estabelecimentos que trabalham com produtos sujeitos a controle especial.	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANVISA.	
2016	30	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 107 de 05/09/2016 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 199, de 26 de outubro de 2006, que dispõe sobre os medicamentos de notificação simplificada.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2016	31	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 106 de 01/09/2016Status: Vigente com alteraçãoEmenta: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26, de 13 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26, de 30 de março de 2007.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	Registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos.
2016	32	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 105 de 31/08/2016 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	

2016	33	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 104 de 31/08/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a alteração das Resoluções da Diretoria Colegiada - RDC nº 64/2012 e nº 39/2014, para a inclusão, alteração e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB, na lista completa das DCB da Anvisa.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e classificação	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	Codificação de sustâncias.
2016	34	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 103 de 31/08/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	
2016	35	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 101 de 12/08/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a inclusão da monografia de heparina sódica suína no 1º Suplemento da 5ª edição da Farmacopeia Brasileira.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2016	36	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 100 de 04/08/2016 Status: Vigente Ementa: Prorrogar o prazo da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 73, de 07, de abril de 2016.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	Prorroga o prazo para o mudanças pós-registro, cancelamento de registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos e dá outras providências.
2016	37	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99 de 02/08/2016 Status: Revogado Ementa: Define os Diretores responsáveis pelas Diretorias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Gestão ANVISA			
2016	38	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 9 de 01/08/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre as bulas padronizadas de medicamentos específicos	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	
2016	39	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 98 de 01/08/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre os critérios e procedimentos para o enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição e o reenquadramento como medicamentos sob prescrição, e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificaçao	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2016	40	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 97 de 01/08/2016 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução - RDC nº 24, de 14 de junho de 2011.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Medicamentos e substâncias listadas na Farmacopéia Brasileira.	Estão isentos da comprovação de eficácia e segurança: medicamentos a base de própolis, isotonicos para hidratação, a base de vitaminas... E outros
2016	41	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 96 de 29/07/2016Status: Vigente com alteraçãoEmenta: Dispõe sobre o controle das substâncias sujeitas a controle especial, bem como dos medicamentos que as contenham, em centros de equivalência farmacêutica e centros de biodisponibilidade/bioequivalência, e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	
2016	42	Portaria	Portaria - PRT nº 1328 de 22/07/2016 Status: Vigente Ementa: Restabelece a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária, do Bloco de Vigilância em Saúde, a Municípios desbloqueados da Portaria nº 1.159/GM/MS, de 16 de junho de 2016.	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Repasse de recursos financeiros aos Municípios para ações de vigilância sanitária.	

2016	43	Portaria	Portaria - PRT nº 1327 de 22/07/2016 Status: Vigente Ementa: Restabelece a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária, do Bloco de Vigilância em Saúde, a Municípios desbloqueados da Portaria nº 270/GM/MS, de 26 de fevereiro de 2016.	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Repasse de recursos financeiros aos Municípios para ações de vigilância sanitária.	
2016	44	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 83 de 17/06/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre o "Regulamento Técnico MERCOSUL sobre lista de substâncias que não podem ser utilizadas em produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes".	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene.	
2016	45	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 75 de 02/05/2016 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 34, de 11 de junho de 2014, que dispõe sobre as Boas Práticas no Ciclo do Sangue.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	
2016	46	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 72 de 30/03/2016 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 23, de 27 de maio de 2011, que dispõe sobre o regulamento técnico para o funcionamento dos Bancos de Células e Tecidos Germinativos e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Regulamento para funcionamento de bancos de células troncos e tecidos germinativos
2016	47	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 71 de 30/03/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a alteração das Resoluções da Diretoria Colegiada - RDC nº.s 64/2012, nº 64/2014 e nº 51/2015 para a inclusão, exclusão e retificação das Denominações Comuns Brasileiras - DCB, na lista completa das DCB da Anvisa.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Inclusão, retificação e exclusão de Denominações Comuns Brasileiras - DCB e no Sistema de classificação Biofarmacêutica - SCB.	
2016	48	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 70 de 23/03/2016 Status: Vigente Ementa: Revoga a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 29, de 27 de maio de 2009	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Agrotóxicos, tabaco e outros toxicantes	Estudos de resíduos, para fins de análise toxicológica de produtos formulados, ainda não protocolados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária e liberação de um laboratório que havia sido suspenso.
2016	49	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 69 de 23/03/2016 Status: Vigente com alteração Ementa: Dispõe sobre o ''REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL SOBRE LISTA DE FILTROS ULTRAVIOLETAS PERMITIDOS PARA PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, COSMÉTICOS E PERFUMES''.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene.	
2016	50	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 68 de 23/03/2016Status: VigenteEmenta: Dispõe sobre a alteração da alínea ''a'' do item 2.1.1.1 do Anexo da Portaria SVS/MS nº 34, de 13 de Janeiro de 1998, que aprovou o Regulamento Técnico referente a Alimentos de Transição para Lactentes e Crianças de Primeira Infância.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Gêneros alimentícios e produtos para dietoterapia.	Alimentação de lactentes
2016	51	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 67 de 23/03/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre as petições de solicitação de habilitação, renovação de habilitação, modificações pós-habilitação, terceirização de ensaio, suspensões e cancelamentos de Centros de Equivalência Farmacêutica e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	
2016	52	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 66 de 18/03/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	

			Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências.				
2016	53	Instrução Normativa	Instrução Normativa - IN nº 7 de 17/03/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a prorrogação do prazo para vigência da Instrução Normativa nº 01, de 17 de março de 2015.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Prorroga o prazo para a implantação dos procedimentos, normas e diretrizes do sistema nacional de hemovigilância citados na Resolução da Diretoria Colegiada n° 34, de 11 de junho de 2014, que dispõe sobre as Boas Práticas no Ciclo do Sangue.
2016	54	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 65 de 02/03/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial	
2016	55	Portaria	Portaria - PRT nº 270 de 26/02/2016 Status: Vigente Ementa: Suspende a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária, do Bloco de Vigilância em Saúde, aos Municípios irregulares quanto ao cadastro dos serviços de vigilância sanitária no Sistema de Cnes.	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Repasse de recursos financeiros aos Municípios para ações de vigilância sanitária.	
2016	56	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 64 de 23/02/2016 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 55, de 6 de agosto de 2008, para mudar os requisitos de segurança e eficácia para o registro de produtos implantáveis, utilizados nos procedimentos de pigmentação artificial permanente da pele.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	
2016	57	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 63 de 19/02/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre o parcelamento de débitos originários de Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária, altera o artigo 4º da Resolução de Diretoria Colegiada nº 240, de 9 de setembro de 2003,	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANVISA.	
2016	58	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 62 de 11/02/2016Status: VigenteEmenta: Dispõe sobre a informatização do peticionamento de Autorizações de Importação (AI) e de Exportação (AEX) de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, altera a RDC nº 11 de 2013 e a RDC nº 99 de 2008 e, dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Barreiras alfandegárias	Regras para importação e exportação de bens e produtos sanitários.	
2016	59	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 03/02/2016 Status: Vigente com alteração Ementa: Aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e dá outras providências	Gestão ANVISA			Alterar o quadro de distribuição dos cargos em comissão e de cargos comissionados técnicos das unidades organizacionais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme Anexo III desta Resolução.
2016	60	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 60 de 03/02/2016 Status: Vigente Ementa: Dispõe sobre a proibição da utilização do ingrediente ativo Procloraz em produtos agrotóxicos, em decorrência da sua reavaliação toxicológica, e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Regulação de produção, rotulagem, comercialização e consumo de produtos	Agrotóxicos, tabaco e outros toxicantes	
2016	61	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 59 de 03/02/2016 Status: Vigente com alteração Ementa: Aprova o Primeiro Suplemento da Farmacopeia Brasileira, 5ª edição, e dá outras providências.	Regulação Sanitária de Produtos	Registro e Classificação	Regulamentação para o registro, alteração ou cancelamento de registro ou liberação de caráter excepcional de produto e empresas.	Os insumos farmacêuticos, os medicamentos e outros produtos sujeitos à vigilância sanitária devem atender às normas e especificações estabelecidas na Farmacopeia Brasileira. Na ausência de monografia oficial de matéria-prima, formas farmacêuticas, correlatos e métodos gerais na Farmacopeia Brasileira, 5ª edição, e seu suplemento, para o controle de insumos e

							produtos farmacêuticos poderá ser adotada monografia oficial, em sua última edição, de compêndios internacionais
2016	62	Portaria	Portaria - PRT nº 116 de 29/01/2016 Status: Vigente Ementa: Atualiza, para o ano de 2016, os valores dos repasses de recursos financeiros federais do Componente de Vigilância Sanitária, do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde para Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à execução das ações de vigilância sanitária, em função do ajuste populacional	Regulação Sanitária de Serviços	Aspectos administrativos e ações fiscalizadoras	Repasse de recursos financeiros aos Municípios para ações de vigilância sanitária.	
2016	63	Resolução Normativa	Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 58 de 20/01/2016 Status: Vigente Ementa: Altera a Resolução - RDC n.º 302, de 13 de outubro de 2005, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos.	Regulação Sanitária de Serviços	Qualidade e segurança	Definição de requisitos técnicos de funcionamento de serviços especializados	Regulamento de funcionamento de laboratórios clínicos.

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

APENDICE D – NORMATIVAS DA ANS E SUAS CLASSIFICAÇÕES

Normativas publicadas pela ANS de 2012 - 2016:
http://www.ans.gov.br/legislacao/busca-de-legislacao

Ano	N	Tipo	Título	Foco	Categoria	Subcategoria
2012	1	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1144 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/01/2012 Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora Plano de Saúde UNIFENAS.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	2	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1143 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/01/2012 Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora MAE Medicina Assistencial a Empresas Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	3	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1142 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/01/2012 Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora MAE – Medicina Assistencial a Empresas Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	4	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1141 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/01/2012 Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora ÔMEGA SAÚDE Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	5	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1140 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/01/2012 Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Guararapes Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	6	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1139 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/01/2012 Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora REALMED Assistência à Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	7	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1138 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/01/2012 Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Clínica de Assistência Médica Odontológica Diamante Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	8	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1137 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/01/2012 Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Petrópolis Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	9	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1136 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/01/2012 Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Associação Assistencial e em Defesa dos Direitos dos Comerciários, Industriários, Autônomos e Trabalhadores em Geral de Paulínia e Região – ADECIT-MED.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	10	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1145 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/01/2012 Dispõe sobre o sobrestamento do regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Policlínica São José Ltda e prorroga a portabilidade especial para seus beneficiários.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

2012	11	Súmula Normativa	Norma: Sumula Normativa nº 22 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/01/2012 Ementa: 1- Em caráter excepcional e somente para os beneficiários dos planos regulamentados com cobertura hospitalar em que foram implantadas próteses das marcas PIP e Rofil e de acordo com as diretrizes divulgadas no sítio do Ministério da Saúde em 20 de janeiro de 2012 e firmadas pelo Ministério da Saúde em conjunto com a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e Sociedade Brasileira de Mastologia, as operadoras de planos privados de assistência à saúde deverão arcar com o ônus do acompanhamento clínico, dos exames complementares e do procedimento médico de substituição, sendo obrigatória a cobertura da prótese substituta.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.
2012	12	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1148 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/01/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora ADMÉDICO - Administração de Serviços Médicos à Empresa Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	13	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1147 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/01/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora ADMÉDICO Administração de Serviços Médicos à Empresa Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	14	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1146 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/01/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Confiança Assistência Médico Hospitalar Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	15	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1149 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/01/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Sociedade Beneficente Dezoito de Julho	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	16	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1150 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 31/01/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora Sociedade Espanhola de Beneficência.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	17	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1151 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/02/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora COOPERATIVA MÉDICA CAMPINAS - COOPERMECA	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	18	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1159 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/02/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora DENTALSHOW Assistência Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	19	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1158 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/02/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro provisório da operadora MVM Odontologia Empresarial Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	20	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1157 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/02/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora ORALCLASS Assistência Médica e Odontológica S/S Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	21	Resolução Operacional	Resolução Operacional nº 1156 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/02/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora Unimed de Guarulhos Cooperativa de Trabalho Medico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

2012	22	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 287 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/02/2012 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN nº 279, de 24 de novembro de 2011. Tema(s): Plano de saúde - Contratação e Troca de Plano Assunto(s): Aposentados e Demitidos	Qualidade Assistencial	Cobertura das necessidades dos beneficiários	Termos de contratação de planos privados de saúde, regras para garantias de atendimento ou suspensão de coberturas.
2012	23	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1162 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/02/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora IDEAL SAÚDE LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	24	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1161 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/02/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora MAIMELL Saúde Empresarial S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	25	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1160 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/02/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora MAIMELL Saúde Empresarial S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	26	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1155 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/02/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora PRONTOCLÍNICA e Hospitais São Lucas S/A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	27	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1154 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/02/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora UNIMED do Guarujá Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	28	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1153 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/02/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora TENHA SAÚDE Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	29	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1152 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/02/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora UNIMED Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	30	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 288 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/02/2012 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Relativo aos cargos para funcionamento da ANS		
2012	31	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1166 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/02/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Técnica na operadora Comunidade Evangélica Luterana São Paulo - CELSP	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	32	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1165 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/02/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro provisório da operadora Comunidade Evangélica Luterana São Paulo - CELSP	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	33	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1164 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/02/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora FREE DENT Planos Odontológicos Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

2012	34	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1163 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/02/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	35	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 290 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/02/2012 Ementa: Dispõe sobre o Plano de Contas Padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde; altera o artigo 4° e o inciso I do artigo 5° , todos da Instrução Normativa Conjunta n°2, de 7 de julho de 2010, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras - DIOPE e da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO; e revoga a Resolução Normativa - RN n° 26, de 1° de abril de 2003; a RN n° 126, de 11 de maio de 2006; a RN n° 143, de 2 de janeiro de 2007; o § 1° do artigo 1° da RN n° 206, de 2 de dezembro de 2009; a RN n° 247, de 25 de fevereiro de 2011; a Instrução Normativa - IN/DIOPE no- 1, de 30 de agosto de 2002; a IN/DIOPE no- 19, de 2 de setembro de 2008; a IN/DIOPE no- 21, de 19 de novembro de 2008; a IN/DIOPE n° 26, de 30 de março de 2009; a IN/DIOPE n° 29, de 19 de junho de 2009; a IN/DIOPE n° 32, de 11 de setembro de 2009; a IN/DIOPE n° 37, de 22 de dezembro de 2009; a IN/DIOPE n° 41, de 30 de março de 2010; a IN/DIOPE n° 42, de 7 de junho de 2010; a IN/DIOPE n° 43, de 5 de julho de 2010 e a IN/DIOPE n° 46, de 25 de fevereiro de 2011.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de planos de conta padrão e garantias financeiras às Operadoras.
2012	36	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 289 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/02/2012 Ementa: Acrescenta o artigo 7°-D à Resolução Normativa - RN nº 186, de 14 de janeiro de 2009, que dispõe sobre as regras de portabilidade e de portabilidade especial de carências para beneficiários de planos privados de assistência à saúde.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	37	Súmula Normativa	Norma: Súmula Normativa nº 23 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/02/2012 Texto Explicativo: Os artigos 17 e 18 da Lei no- 9.656, de 3 de junho de 1998, por conterem normas de organização e funcionamento da prestação dos serviços assistenciais à saúde e exigir de seu destinatários a observância de determinadas regras de comportamento para a adequada preservação dos contratos de planos privados de assistência à saúde, apresentando características típicas das normas jurídicas integrantes de um regime jurídico ou regime legal, aplicam-se às situações jurídicas definitivamente constituídas antes de sua vigência sem afrontar a garantia prevista no artigo 5o- , XXXVI, da Constituição Federal.	Sustentabilidade do Setor	Microrregulação dos prestadores de serviços de saúde suplementar.	Regras de Contratos entre Operadoras e Prestadores de serviços, substituição de prestadores e redimensionamento de rede.
2012	38	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1167 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora Semeg Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	39	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1171 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora de Fátima e Beneficência Portuguesa de Araraquara.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	40	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1170 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora ASEFE - Associação de Assistência aos Servidores da Fundação Educacional do Distrito Federal.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	41	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1178 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/03/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora Garantia de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

2012	42	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1177 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/03/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro provisório da operadora UNI Unidade de Odontologia e Medicina Integrada Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	43	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1176 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/03/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro provisório da operadora Associação Beneficente dos Servidores da Prefeitura Municipal de Contagem -ABSPMC.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	44	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1175 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/03/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro provisório da operadora CSN Assistência e Prestação de Serviços Odontológicos Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	45	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1174 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora BLUE CROSS Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	46	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1173 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Fundação Assistencial dos Servidores do INCRA - FASSINCRA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	47	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1172 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed de Três Lagoas Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	48	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1169 / Diretor Presidente Data D.O.U.: 16/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora MAYER Sistemas de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	49	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1168 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora DENTAL SEGUROS LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	50	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1179 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira de operadora que teve sua solicitação de autorização de funcionamento indeferida.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	51	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 291 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/03/2012 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009 e a RN nº 198, de 16 de junho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Relativo aos cargos para funcionamento da ANS		
2012	52	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1180 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na empresa RAPIDENT Comércio e Serviços Odontológicos Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	53	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1191 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora PLASMMET PLANO DE SAUDE LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

2012	54	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1190 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Irmandade Santa Casa Misericórdia São José dos Campos.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	55	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1189 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Osvaldo Cruz.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	56	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1188 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VALENÇA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	57	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1187 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valença.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	58	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1186 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora SANTA MARINA Saúde S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	59	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1185 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora SAÚDE TOTAL LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	60	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1184 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora ODONTO FAMA LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	61	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1183 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Toledo & Lins Ltda	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	62	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1182 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Pulmonar Clinica de Pneumologia e Cirurgia Torácica Ltda	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	63	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1181 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/03/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora HOSPITAL EVANGÉLICO REGIONAL LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	64	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1199 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/04/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ILHÉUS.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	65	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1198 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/04/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora HEALTH ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR S/C LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	66	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1196 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/04/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora UNIMED Currais Novos Sociedade Cooperativa mde Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

2012	67	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1195 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/04/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na empresa Caixa de Assistênciados Advogados da Paraíba -CAAPB.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	68	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1194 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/04/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora AMEPLAN Assistência Médica Planejada S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	69	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1193 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/04/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora UNIMED DE ARIQUEMES COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	70	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1192 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/04/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora UNIMED SENHOR DO BONFIM - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	71	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 292 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/04/2012 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN no 197, de 16 de julho de 2009, a RN no 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS, a RN nº 223, de 28 de julho de 2010, que dispõe sobre o programa de fiscalização pró-ativa, e a RN nº 226, de 5 de agosto de 2010, que institui o procedimento de Notificação de Investigação Preliminar.	Relativo aos cargos para funcionamento da ANS		
2012	72	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1206 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/04/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora SISTEMA DE SAUDE OURODONT S.S LTDA	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	73	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1205 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/04/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora ASSOCIAÇÃO AUXILIADORA DAS CLASSES LABORIOSAS.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	74	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1204 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/04/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora CEAM BRASIL Planos de Saúde S/A .	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	75	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1203 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/04/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora SERMEDE Serviço Médico e Dentário Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	76	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1202 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/04/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora BENEPLAN Plano de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	77	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1201 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/04/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora CDE - CENTRO DE DIAGNÓSTICO ESPECIALIZADO LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	78	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1200 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/04/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora ODONTO SAÚDE PLANO DE SAÚDE ODONTOLÓGICA LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

2012	79	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 293 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/04/2012 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Relativo aos cargos para funcionamento da ANS		
2012	80	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1207 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/04/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA & INTEGRADOS DIAGNÓSTICOS LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	81	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa Conjunta nº 6 / DIOPE e DIPRO Data D.O.U.: 17/04/2012 Ementa: Altera a Instrução Normativa Conjunta nº 2, de 7 de julho de 2010, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras - DIOPE e da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, que dispõe, em especial, sobre o cadastramento, o monitoramento e os investimentos em programas para promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças por parte das operadoras de planos privados de assistência à saúde.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2012	82	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1208 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/04/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora CANP SAÚDE S/S LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	83	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1209 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/04/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na empresa INSTITUTOCURITIBA DE SAÚDE.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	84	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1210 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/05/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação da Portabilidade Extraordinária dos beneficiários da operadora SERVIMED Serviço de Assistência Médica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	85	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 294 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/05/2012 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN nº 278, de 17 de Novembro de 2011, que dispõe, em especial, sobre o Programa de Conformidade Regulatória.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de planos de conta padrão e garantias financeiras às Operadoras.
2012	86	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1211 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/05/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora SAMOC S/A - Sociedade Assistencial Médica e Odonto Cirúrgica.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	87	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 295 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/05/2012 Ementa: Estabelece normas para a geração, transmissão e controle de dados cadastrais de beneficiários do Sistema de Informações de Beneficiários da Agência Nacional de Saúde Suplementar - SIB/ANS; dispõe sobre o formato XML (Extensible Markup Language) como padrão para a troca de informações entre as operadoras e o SIB/ANS; revoga a Resolução Normativa - RN nº 250, de 25 de março de 2011; e dá outras providências Observação: Versão com vigência a partir de 01/01/2015 Tema(s): Operadoras- Compromissos e Interações com a ANS Assunto(s): Envio de Informações via Sistemas	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2012	88	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1212 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/05/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora HOSPITALIMACULADA CONCEIÇÃO - AMHIC SAÚDE.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

2012	89	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 296 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/05/2012 Ementa: Acrescenta dispositivo à Resolução Normativa - RN nº 186, de 14 de janeiro de 2009, que dispõe sobre as regras de portabilidade e de portabilidade especial de carências para beneficiários de planos privados de assistência à saúde.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	90	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 49 / DIDES Data D.O.U.: 18/05/2012 Ementa: Regulamenta o critério de reajuste, conforme disposto na alínea "c" do inciso VII do parágrafo único do artigo 2º das Resoluções Normativas - RN´S nº 42, de 4 de julho de 2003, nº 54, de 28 de novembro de 2003 e nº 71, de 17 de março de 2004.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Controle de preços praticados e reajustes aplicados pelas Operadoras aos beneficiários.
2012	91	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1213 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/05/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação da Portabilidade Extraordinária dos beneficiários da operadora CANP SAÚDE S/C LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	92	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1214 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/05/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Oeste do Pará Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	93	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.217 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/05/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro provisório da operadora MVF Clínica Integrada Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	94	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.216 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/05/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação de prorrogação da alienação da carteira da operadora ADMÉDICO - Administração de Serviços Médicos à Empresa Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	95	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.215 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/05/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro provisório da operadora São Miguel Odontólogos Associados.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	96	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 297 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/05/2012 Ementa: Altera o Anexo II da Resolução Normativa - RN nº 85, de 7 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a Concessão de Autorização de Funcionamento das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde; e a Resolução Normativa - RN nº 279, de 24 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Regulamentação dos Artigos 30 e 31 da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2012	97	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.218 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/05/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	98	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 39 / DIPRO Data D.O.U.: 01/06/2012 Ementa: Altera a Instrução Normativa - IN DIPRO nº 23, de 1º de dezembro de 2009, que dispõe sobre os procedimentos do Registro de Produtos, previstos na Resolução Normativa - RN nº 85, de 7 de dezembro de 2004.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2012	99	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 12 / DIGES Data D.O.U.: 12/06/2012 Ementa: Dispõe sobre a pesquisa de satisfação dos beneficiários com as operadoras de planos privados de assistência à saúde, referente ao ano de 2012, base do novo indicador incluído na Dimensão Satisfação dos Beneficiários do Programa de Qualificação da Saúde Suplementar - Qualificação das Operadoras, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Instituição de ouvidoria, acompanhamento das notificações e pesquisa de satisfação dos beneficiários.

2012	100	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1220 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/06/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora SANTA CASA DE MISERICÓRDIA IRMANDADE SENHOR DOS PASSOS DE UBATUBA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	101	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1219 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/06/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora ASSIMEDE - ASSISTÊNCIA MÉDICA ESPECIALIZADA LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	102	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 298 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/06/2012 Ementa: Dispõe sobre mecanismos de transparência ativa e passiva no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, institui o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC da ANS, classifica em graus de sigilo informações em poder da ANS e dispõe sobre o seu tratamento; e dá outras providências.	Qualidade Assistencial	Acesso às Informações	Implantação do serviço de informação ao Cidadão
2012	103	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1221 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/06/2012 Ementa: Disõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora MMS - PLANO DE SAÚDE LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	104	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1222 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/06/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora UNIMED VALENÇA Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	105	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.223 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/06/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora Santa Rita Sistemas de Saúde S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	106	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.224 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/06/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora MAYER Sistemas de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	107	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1225 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/07/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora Ideal Saúde LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	108	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.228 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/07/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora AMERICLÍNICAS Assistência Médica Hospitalar Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	109	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.227 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/07/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora UNIMED Fronteira Noroeste/RS Cooperativa Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	110	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.226 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/07/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação da Portabilidade Extraordinária dos beneficiários da operadora CANP SAÚDE S/C LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	111	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.255 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/07/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na empresa Sociedade Beneficente São Braz.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

2012	112	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1232 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/07/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro provisório da operadora ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BENTO CAVALHEIRO.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	113	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1231 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/07/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro provisório da operadora ODONTUS - Cooperativa dos Odontólogos do Distrito Federal.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	114	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1230 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/07/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro provisório da operadora Estratégia Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	115	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1229 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/07/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora SOCIAL Sociedade Assistencial e Cultural.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	116	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1236 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/07/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Centro Médico São Leopoldo Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	117	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1235 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/07/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Centro Médico São Leopoldo Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	118	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1234 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/07/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora VITAMED - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	119	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1233 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/07/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Serviço de Assistência Médica ao Servidor Público S/C Ltda. - SAMESP.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	120	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1237 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/07/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora EVERCROSS Planejamento de Assistência Médica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	121	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 299 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/07/2012 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN nº 270, de 10 de outubro de 2011, que dispõe, em especial, sobre o procedimento e os requisitos mínimos para autorização pela ANS dos atos que disponham sobre alteração ou transferência de controle societário, incorporação fusão ou cisão.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Alteração ou transferência de controle societário, incorporação fusão ou cisão das Operadoras.
2012	122	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 49 / DIOPE Data D.O.U.: 19/07/2012 Ementa: Regulamenta a Resolução Normativa - RN nº 270, de 10 de outubro de 2011, que dispõe, em especial, sobre o procedimento e os requisitos mínimos para autorização pela ANS dos atos que disponham sobre alteração ou transferência de controle societário, incorporação, fusão ou cisão.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Alteração ou transferência de controle societário, incorporação fusão ou cisão das Operadoras.

2012	123	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 300 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/07/2012 Ementa: Dispõe sobre a designação do Diretor Fiscal ou Técnico e do Liquidante; sobre as despesas com a execução dos regimes de direção fiscal ou técnica e de liquidação extrajudicial; e revoga a RN nº 109, de 24 de agosto de 2005, que dispõe, em especial, sobre a remuneração de profissionais designados para exercer o encargo de Diretor Fiscal, de Diretor Técnico e de Liquidante.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	124	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.238 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/07/2012 Ementa: Dispõe sobre a suspensão da concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora EVERCROSS Planejamento de Assistência Médica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	125	Súmula Normativa	Norma: Súmula Normativa nº 24 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/07/2012	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	126	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1239 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/07/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	127	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1240 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/07/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora ILHÉUS-MED OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE - VIDAMEDI LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	128	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.244 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/07/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora Lira & Valadares Clínica e Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	129	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.243 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/07/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora ODONTOPLAN Odontologia Planejada S/C Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	130	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.242 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/07/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora OM Operadora de Planos Privados de Assistência à Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	131	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.241 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/07/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora UNIMED de Três Lagoas Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	132	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.248 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/08/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Vida & Vida Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	133	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.247 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/08/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Coife Odonto Planos Odontológicos Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	134	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.246 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/08/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação da Portabilidade Extraordinária dos beneficiários da operadora Policlínica São José Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	135	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.245 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/08/2012 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da portabilidade especial aos beneficiários da operadora UNIMED Currais Novos Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

2012	136	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.249 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/08/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora COOPTASIM-ES - COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS TÉCNICOS NA ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS EVANGÉLICOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	137	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1250 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/08/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora MICROMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	138	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 301 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/08/2012 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN nº 48, de 19 de setembro de 2003, que dispõe sobre o processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS, a RN nº 85, de 7 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a concessão de Autorização de Funcionamento das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, e dá outras providências, a RN nº 124, de 30 de março de 2006, que dispões obre a aplicação de penalidades para as infrações à legislação dos planos privados de assistência à saúde, e a RN nº 197, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre o Regimento Interno da ANS.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2012	139	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 302 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/08/2012 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN n° 197, de 16 de julho de 2009 e a RN n° 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Relativo aos cargos para funcionamento da ANS		
2012	140	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.259 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/08/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação da Portabilidade Extraordinária dos beneficiários da operadora MICROMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	141	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.258 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/08/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro provisório da operadora Hospital Evangélico Rio Verde.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	142	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.257 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/08/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Clínica Alvorada de Serviços Médicos Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	143	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.256 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/08/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora OPEN Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	144	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.254 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/08/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na empresa CONMEDH Saúde Assistência Integrada de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	145	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.253 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/08/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	146	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.252 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/08/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

2012	147	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.251 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/08/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora UNIMED Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	148	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1260 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/08/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora MILMED Administradora de Serviços Médicos Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	149	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.264 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 31/08/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Santa Casa de Misericórdia de José Bonifácio.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	150	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.263 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 31/08/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora PLANLIFE Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	151	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.262 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 31/08/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora PLANCOR Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	152	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.261 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 31/08/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora Clínica de Assistência Médica Odontológica Diamante Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	153	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 303 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/09/2012 Ementa: Acrescenta parágrafos ao art. 26 da Resolução Normativa - RN nº 295, de 9 de maio de 2012, que dispõe, em especial, sobre a geração, a transmissão e o controle de dados cadastrais de beneficiários do Sistema de Informações de Beneficiários da Agência Nacional de Saúde Suplementar - SIB/ANS.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2012	154	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1265 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/09/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora ITÁLICA Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	155	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1270 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/09/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na empresa Centro de Saúde Luz Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	156	Súmula Normativa	Norma: Súmula Normativa nº 25 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/09/2012	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.
2012	157	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.276 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/09/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora Associação Assistencial e em Defesa dos Direitos dos Comerciários, Industriários, Autônomos e Trabalhadores em Geral de Paulínia e Região.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	158	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.275 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/09/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora ORAL HEALTH Sistema Integrado de Assistência Odontológica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	159	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.273 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/09/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Roque.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

2012	160	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.272 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/09/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Caixa de Assistência dos Funcionários da Empresa Energética de Sergipe - CAGIPE.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	161	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.271 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/09/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora M.C. de Carvalho Rodrigues e Cia Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	162	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.269 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/09/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora Policlínica Rio Grande Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	163	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.268 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/09/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na empresa Caixa de Assistência dos Advogados da Paraíba - CAAPB.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	164	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.267 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/09/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora UNIMED Parnaíba Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	165	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.266 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/09/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora UNICLÍNICAS Plano de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	166	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 304 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/09/2012 Ementa: Dispõe sobre o encaminhamento da Nota Técnica de Registro de Produtos - NTRP para planos coletivos empresariais e altera a Resolução da Diretoria Colegiada -RDC nº 28, de 26 de junho de 2000.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2012	167	Comunicado	Norma: Comunicado nº 69 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/09/2012 Ementa: A Diretoria Colegiada da ANS, deliberou sobre as propostas recebidas na oferta pública das referências operacionais e cadastro de beneficiários da operadora IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE AGUAÍ.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Termos de contratação de planos privados de saúde, regras para garantias de atendimento ou suspensão de coberturas.
2012	168	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.279 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/09/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Ideal Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	169	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.278 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/09/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora PREVODOCTOR Operadora de Planos Privados de Assistência Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	170	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1280 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/09/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora VITA SAÚDE Administração Hospitalar e Sistemas de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	171	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 50 / DIDES Data D.O.U.: 26/09/2012 Ementa: Dispõe sobre o formato XML (Extensible Markup Language) para a transmissão das informações para o Sistema de Informações de Beneficiários da Agência Nacional de Saúde Suplementar - SIB/ANS; estabelece procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados cadastrais de beneficiários do SIB/ANS; e revoga a Instrução Normativa nº 46, de 25 de março de 2011, da Diretoria de Desenvolvimento Setorial - DIDES.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.

2012	172	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.287 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/09/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora SMS Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	173	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.286 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/09/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora UNIODONTO Leste Fluminense Cooperativa de Trabalho Odontológico Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	174	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.285 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/09/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora UNIMED Rio Branco Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	175	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.284 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/09/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora ITÁLICA Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	176	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.283 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/09/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Esmale Assistência Internacional de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	177	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.282 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/09/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Caixa de Assistência Médica e Benefícios da Polícia Civil do Distrito Federal.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	178	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.281 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/09/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora MASTER CLEAN Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	179	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1303 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora ODONTO SAÚDE Plano de Saúde Odontológica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	180	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1302 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora TK Plano de Assistência Odontológica S/C Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	181	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1301 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora ODONTO FAMA Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	182	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1300 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora SAÚDE TOTAL LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	183	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1295 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora HBC Saúde S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	184	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1293 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Sociedade Portuguesa de Beneficência.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

2012	185	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1291 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora DOCTOR CLIN Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	186	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1290 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora MAYER Sistemas de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	187	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.299 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora MULTI SAÚDE Assistência Médica e Hospitalar Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	188	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.298 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora LAM Operadora de Planos de Saúde S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	189	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.297 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - UNIMED Aquidauana.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	190	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.296 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora MULTICLÍNICA Serviços de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	191	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.294 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora MEDIPLAN Assistencial Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	192	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.292 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora VIDAPLAN Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	193	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.289 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Sindicato dos Assalariados Ativos, Aposentados e Pensionistas nas Empresas Geradoras ou Transmissoras ou Distribuidoras ou Afins de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul e Assistidos por Fundações de Seguridade Privada Originadas no Setor Elétrico - SENERGISUL.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	194	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.288 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na Operadora de Planos de Saúde Santa Genoveva S/S Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	195	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 305 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/10/2012 Ementa: Esta Resolução estabelece o Padrão obrigatório para Troca de Informações na Saúde Suplementar - Padrão TISS dos dados de atenção à saúde dos beneficiários de Plano Privado de Assistência à Saúde; revoga a Resolução Normativa - RN nº 153, de 28 de maio de 2007 e os artigos 6º e 9º da RN nº 190, de 30 de abril de 2009.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2012	196	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 51 / DIDES Data D.O.U.: 10/10/2012 Ementa: Regulamenta a RN nº 305, de 09 de outubro de 2012, e institui o Sistema de Gestão do Padrão TISS.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.

2012	197	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 306 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/10/2012 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 e julho de 2009.	Formato de organograma da ANS		
2012	198	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.274 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora UNIMED Salvador Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	199	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.306 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	200	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.305 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/10/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora SAMOC S/A - Sociedade Assistencial Médica e Odonto-Cirúrgica.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	201	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.304 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora VIDA - Assistência e Saúde Ltda	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	202	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.307 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora IDEAL SAÚDE Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	203	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1310 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora DENT SERVICE Assistência Odontológica Internacional Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	204	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.312 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora ITÁLICA Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	205	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.311 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora DOURAMED Assistência Médico-Hospitalar Global S/S Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	206	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.309 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/10/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro na operadora HELPMÉDICA Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	207	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.308 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora SESEF - Serviço Social das estradas de Ferro.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	208	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 308 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/10/2012 Ementa: Altera a Resolução Normativa nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro demonstrativo de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.	Cargos comissionados da ANS		
2012	209	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 307 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/10/2012 Ementa: Dispõe sobre os procedimentos de adequação econômico-financeira das operadoras de planos privados de assistência à saúde de que trata a alínea "e" do inciso XLI do artigo 4º	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

			da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; revoga a RN nº 199, de 07 de agosto de 2009; e dá outras providências.			
2012	210	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 309 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/10/2012 Ementa: Dispõe sobre o agrupamento de contratos coletivos de planos privados de assistência à saúde para fins de cálculo e aplicação de reajuste.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Controle de preços praticados e reajustes aplicados pelas Operadoras aos beneficiários.
2012	211	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1313 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/10/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora SERVIMED Serviço de Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	212	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 310 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 31/10/2012 Ementa: Dispõe sobre os princípios para a oferta de contrato acessório de medicação de uso domiciliar pelas operadoras de planos de assistência à saúde.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.
2012	213	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1318 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/11/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora IDEAL SAÚDE Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	214	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1317 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/11/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora CASA DE SAÚDE SÃO BERNARDO S/A	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	215	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1316 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/11/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora VIVER SIS - Sistema Integrado de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	216	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1315 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/11/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora MEDICAL HEALTH Operadora de Planos de Assistência Médica e Odontológica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	217	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1314 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/11/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. - ALL SAÚDE.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	218	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 311 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/11/2012 Ementa: Estabelece critérios mínimos para o exercício de cargo de administrador de operadora de planos privados de assistência à saúde, disciplina o procedimento para o seu cadastramento junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e dá outras providências.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2012	219	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 312 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/11/2012 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN n° 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Cargos comissionados da ANS		
2012	220	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1327 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/11/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora PLANLIFE Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

2012	221	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1325 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/11/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial a os beneficiários da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Ilhéus.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	222	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1324 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/11/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora HEALTH Assistência Médica e Hospitalar S/C Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	223	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1323 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/11/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora CDE - Centro de Diagnóstico Especializado Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	224	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1322 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/11/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valença.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	225	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1320 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/11/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora SMV Serviços Médicos Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	226	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1319 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/11/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Clinica Marechal Rondon Ltda ME	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	227	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.321 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/11/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora TOP DOCTORS Odontologia Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	228	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1330 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/11/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora TERRAMAR Administradora de Plano de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	229	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.332 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/11/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora Lira & Valadares Clínica e Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	230	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.331 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/11/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro na operadora Dental Seguros Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	231	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.329 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/11/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora ADMÉDICO - Administração de Serviços Médicos à Empresa Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	232	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.328 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/11/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Salvador Cooperativa de Trabalho Médico	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	233	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.326 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/11/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora MILMED Administradora de Serviços Médicos Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

2012	234	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 314 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/11/2012 Ementa: Altera os Anexos da Resolução Normativa nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Contas Padrão para as Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, a RN nº 264, de 19 de agosto de 2011, que dispõe sobre Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças e seus Programas na Saúde Suplementar, a RN n º 209, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde e a RN n º 206, de 2 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a alteração na contabilização das contraprestações e prêmios das operações de planos de assistência a saúde na modalidade de preço pré-estabelecido e altera as Resoluções Normativas nº 159 e 160.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de planos de conta padrão e garantias financeiras às Operadoras.
2012	235	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 313 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/11/2012 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN 209, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de planos de conta padrão e garantias financeiras às Operadoras.
2012	236	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 50 / DIOPE Data D.O.U.: 28/11/2012 Ementa: Define os ajustes por efeitos econômicos no patrimônio da operadora, a ser considerado para fins de Margem de Solvência e Patrimônio Mínimo Ajustado e revoga a Instrução Normativa - IN nº 38, de28 de dezembro de 2009, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras - DIOPE.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de planos de conta padrão e garantias financeiras às Operadoras.
2012	237	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa Conjunta nº 7 / DIOPE e DIPRO Data D.O.U.: 28/11/2012 Ementa: Dispõe sobre o cadastramento, o monitoramento e os investimentos em programas para promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças por parte das operadoras de planos privados de assistência à saúde, revogando a Instrução Normativa Conjunta nº 002, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras - DIOPE e da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, de 7 de julho de 2010; altera a Instrução Normativa nº 24, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, de 8 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o cadastramento de programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças certificados por Instituições Acreditadoras; e altera a Normativa nº 35, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, de 19 de agosto de 2011, que regulamenta a RN n° 264, de 19 de agosto de 2011, dispondo sobre o acompanhamento dos programas para Promoção de saúde e Prevenção de Riscos desenvolvidos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2012	238	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.334 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/11/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora UNIMED de São Luís Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	239	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 315 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/11/2012 Ementa: Altera as Resoluções Normativas - RN nº 85, de 7 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a concessão de Autorização de Funcionamento das operadoras de planos de assistência à saúde, e dá outras providências, RN nº 137, de 14 de novembro de 2006, que dispõe sobre as entidades de autogestão no âmbito do sistema de saúde suplementar, e Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 27 de outubro de 2000, que dispõe sobre a definição, a segmentação e a classificação das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2012	240	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1335 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/12/2012 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora SEMEG SAÚDE LTDA	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

2012	241	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 316 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/12/2012 Ementa: Dispõe sobre os regimes especiais de direção fiscal e de liquidação extrajudicial sobre as operadoras de planos de assistência à saúde e revoga a RDC nº 47, de 3 de janeiro de 2001, e a RN nº 52, de 14 de novembro de 2003. Tema(s): Operadoras - Manutenção de Registros	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	242	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 41 / DIPRO Data D.O.U.: 06/12/2012 Ementa: Dispõe sobre o detalhamento da Resolução Normativa nº 254, de 5 de maio de 2011 que dispõe sobre a adaptação e migração dos contratos celebrados até 1º de janeiro de 1999.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	243	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1336 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/12/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora ASSOCIAÇÃO AUXILIADORA DAS CLASSES LABORIOSAS.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	244	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1337 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/12/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora Vivermais Assistência Médica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	245	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1345 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/12/2012 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da portabilidade especial aos beneficiários da operadora IDEAL SAÚDE LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	246	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1344 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/12/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora VIVERMAIS Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	247	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1343 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/12/2012 Ementa: Dispõe sobre a concessão de nova portabilidade especial aos beneficiários da operadora ODONTOPLAN - Odontologia Planejada S/C Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2012	248	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1342 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/12/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora UNIODONTO de Barretos Cooperativa Odontológica.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	249	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1341 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/12/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora GAMA ODONTO S/A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	250	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1340 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/12/2012 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Técnica na operadora GAMA ODONTO S/A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	251	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1339 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/12/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora OPEN SAÚDE LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2012	252	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1338 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/12/2012 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora PLANCOR LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

2012	253	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 317 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/12/2012 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN no 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Cargos comissionados da ANS		
2012	254	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.347 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/12/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora UNIMED GUARARAPES COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2012	255	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.346 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/12/2012 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora REAL SAÚDE LTDA. EPP.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	1	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1348 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/01/2013 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora IDEAL SAÚDE LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	2	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 318 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/01/2013 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN n° 304,de 19 de setembro de 2012, que dispõe sobre o encaminhamento da Nota Técnicade Registro de Produtos - NTRP para PlanosColetivos Empresariais.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2013	3	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.349 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/01/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora TENHA SAÚDE Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	4	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1350 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/01/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE IGARAPAVA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	5	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.351 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/01/2013 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da portabilidade especial aos beneficiários da operadora Itálica Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	6	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.353 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/01/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora RECIFE MERIDIONAL ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	7	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.352 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/01/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora REAL SAUDE LTDA EPP.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	8	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1363 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/01/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora ASSIMEDE - Assistência Médica Especializada Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	9	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1362 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/01/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

2013	10	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1361 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/01/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Hospital Evangélico Regional Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	11	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1360 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/01/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora UNIMED do Alto Oeste Potiguar Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	12	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1359 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/01/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora de Fátima e Beneficência Portuguesa de Araraquara.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	13	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1358 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/01/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora CEAM BRASIL Planos de Saúde S/A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	14	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1357 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/01/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora UNIMED Guararapes Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	15	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1356 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/01/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na empresa Saúde Samaritano Administradora de Benefícios Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	16	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1355 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/01/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na empresa ODONTOCARD Assistência Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	17	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1354 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/01/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora Gente Clube de Vida - Promoções e Serviços Sociedade Simples LTDA.A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar- ANS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86,inciso II, alínea "c" do Regimento	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	18	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.365 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 31/01/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora RECIFE MERIDIONAL ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	19	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.364 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 31/01/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora REAL SAUDE LTDA EPP.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	20	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 13 / DIGES Data D.O.U.: 05/02/2013 Ementa: Dispõe sobre a avaliação de desempenho das operadoras, referente ao ano de 2012, pelo Programa de Qualificação da Saúde Suplementar - Componente Operadoras, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no que tange aos incisos I, II, III e IV do artigo 22-A da Resolução Normativa - RN nº139, de 24 de novembro de 2006.	Qualidade Assistencial	Acesso às Informações	Qualificação das Operadoras e Estabelecimento de risco assistencial da operadora (risco de descontinuidade ou baixa qualidade de cobertura oferecida aos beneficiários)
2013	21	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1366 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/02/2013 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação das portabilidades especial e extraordinária aos beneficiários da operadora IDEAL SAÚDE LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

2013	22	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.367 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/02/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora SEMEG SAÚDE LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	23	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1379 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/02/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora DENT SERVICE Assistência Odontológica Internacional Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	24	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1378 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/02/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora CDE Centro de Diagnóstico Especializado Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	25	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1377 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/02/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E EM DEFESA DOS DIREITOS DOS COMERCIÁRIOS, INDUSTRIÁRIOS, AUTÔNOMOS E TRABALHADORES EM GERAL DE PAULÍNIA E REGIÃO - ADECIT-MED	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	26	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1376 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/02/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Sistema Odontológico Integrado Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	27	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1375 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/02/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Osvaldo Cruz.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	28	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1374 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/02/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora SERMEDE Serviço Médico e Dentário Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	29	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1373 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/02/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora ORAL HEALTH Sistema Integrado de Assistência Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	30	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1372 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/02/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e o posterior cancelamento do registro da operadora SOMED Cooperativa de Assistência Médica, Odontológica e Administradora de Planos de Saúde.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	31	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1371 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/02/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora SAÚDE É TUDO Assistência Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	32	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1370 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/02/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na empresa Sindicato dos Estivadores de Paranaguá e Pontal do Paraná - SINDESTIVA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	33	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1369 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/02/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora UNIÃO HOSPITALAR Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

2013	34	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1368 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/02/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na empresa RAPIDENT Comércio e Serviços Odontológicos Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	35	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1380 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/03/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora VIP SAÚDE LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	36	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1381 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/03/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Vip Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	37	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 320 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/03/2013 Ementa: Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 28, de 26 de junho de 2000 e a Resolução Normativa - RN n° 85, de 7 de dezembro de 2004.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2013	38	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1382 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/03/2013 Ementa: Altera a Resolução Operacional - RO nº 1.381, de 6 de março de 2013, que dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Vip Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	39	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1393 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/03/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora MEDICAL HEALTH Operadora de Planos de Assistência Médica e Odontológica S/C Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	40	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1392 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/03/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valença.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	41	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1391 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/03/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora PREVODOCTOR Operadora de Planos Privados de Assistência Odontológica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	42	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1390 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/03/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Ilhéus.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	43	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1389 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/03/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora DOURAMED Assistência Médico-Hospitalar Global S/C Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	44	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1388 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/03/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Santa Casa de Misericórdia Irmandade Senhor dos Passos de Ubatuba.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	45	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1387 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/03/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Unimed Valença Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	46	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1386 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/03/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Santa Casa de Misericórdia de José Bonifácio.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

2013	47	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1385 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/03/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora ADMÉDICO Administração de Serviços Médicos à Empresa Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	48	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1384 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/03/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora SAÚDE TOTAL Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	49	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1383 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/03/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na empresa Instituto de Incentivo à Medicina Preventiva - MEDPREV.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	50	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1394 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/03/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora VIVERMAIS Assistência Médica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	51	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 52 / DIDES Data D.O.U.: 22/03/2013 Ementa: Define as regras para a divulgação da qualificação dos prestadores de serviços pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde em seus materiais de divulgação da rede assistencial.	Sustentabilidade do setor	Microrregulação dos prestadores de serviços de saúde suplementar.	Qualificação dos Prestadores de Serviços pelas Operadoras de Planos de Saúde e regras de reajuste.
2013	52	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1395 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/03/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora GEAP Fundação de Seguridade Social.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	53	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1399 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/03/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Unimed Macapá Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	54	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1398 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/03/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e o posterior cancelamento do registro da operadora Real Sociedade Portuguesa de Beneficência.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	55	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1397 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/03/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e o posterior cancelamento do registro da operadora OM Operadora de Planos Privados de Assistência à Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	56	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1396 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/03/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e o posterior cancelamento do registro da operadora PRÓ ODONTO Assistência Dentária S/S Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	57	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 322 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/03/2013 Ementa: Altera o Anexo da Resolução Normativa nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Contas Padrão para as Operadoras de Planos de Assistência à Saúde.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de planos de conta padrão e garantias financeiras às Operadoras.
2013	58	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1403 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Unimed Salvador Cooperativa de trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	59	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1402 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/04/2013	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

			Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Ideal Saúde Ltda.			
2013	60	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1401 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora UNIHOSP Saúde S/A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	61	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1400 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na empresa Associação dos Pioneiros de Assistência à Família.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	62	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 323 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a instituição de unidade organizacional específica de ouvidoria pelas operadoras de planos privados de assistência saúde.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Instituição de ouvidoria, acompanhamento das notificações e pesquisa de satisfação dos beneficiários.
2013	63	Comunicado	Norma: Comunicado nº 70 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/04/2013 Ementa: A Diretoria Colegiada da ANS, deliberou sobre as propostas recebidas na oferta pública das referências operacionais e cadastro de beneficiários da operadora SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CASA BRANCA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	64	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1407 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora REAL SAUDE LTDA EPP.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	65	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1406 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora RECIFE MERIDIONAL ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	66	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1405 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora Clim Serv Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	67	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1404 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora ODONTO MÉDICA Ltda. - ME.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	68	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1415 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora SANTA CASA DE MISERICORDIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	69	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1414 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Vida & Vida Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	70	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1413 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Centro Médico São Leopoldo Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	71	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1412 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora ODONTOPLAN Odontologia Planejada S/C Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

2013	72	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1411 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora PROMED Assistência à Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	73	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1410 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora TK Plano de Assistência Odontológica S/C Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	74	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1409 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a decretação da Portabilidade Extraordinária dos beneficiários da operadora Policlínica São José Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	75	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1408 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora CONFIANÇA Assistência Médico-Hospitalar Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	76	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1426 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora ITÁLICA Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	77	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1425 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora VIVERMAIS Assistência Médica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	78	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1424 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora TENHA SAÚDE Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	79	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1423 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora VIVER SIS Sistema Integrado de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	80	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1422 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/04/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Roque.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	81	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1421 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/04/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora ODONTO SAÚDE Plano de Saúde Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	82	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1420 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Petrópolis Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	83	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1419 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	84	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1418 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Brasília Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

2013	85	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1417 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Assistência Médica São Miguel S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	86	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1427 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Unimed Brasília Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	87	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1428 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da portabilidade especial aos beneficiários da operadora SEMEG SAÚDE LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	88	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 324 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/04/2013 Ementa: Altera a Resolução Normativa RN nº 85, de 7 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a concessão de autorização de funcionamentodas operadoras de planos privados de assistência à saúde, e a Instrução Normativa IN nº 23, de 1º de dezembro de 2009, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, que dispõe sobre os procedimentos do Registro de Produtos.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2013	89	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 14 / DIGES Data D.O.U.: 19/04/2013 Ementa: Altera o Anexo da Instrução Normativa nº 13, de 29 de janeiro 2013, que dispõe sobre a avaliação de desempenho das operadoras, referente ao ano de 2012, pelo Programa de Qualificação da Saúde Suplementar - Componente Operadoras, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no que tange aos incisos I, II, III e IV do artigo 22-A da Resolução Normativa - RN nº139, de 24 de novembro de 2006.	Qualidade Assistencial	Acesso às Informações	Qualificação das Operadoras e Estabelecimento de risco assistencial da operadora (risco de descontinuidade ou baixa qualidade de cobertura oferecida aos beneficiários)
2013	90	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 328 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/04/2013 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN 4, de 19 de abril de 2002, que dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários e não tributários para com a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, além do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde – SUS.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Regras de ressarcimento ao SUS e tributação do setor de saúde suplementar.
2013	91	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 327 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/04/2013 Ementa: Altera o § 1º do art.24 e acrescenta o art.27-A na Resolução Normativa - RN nº 253, de 5 de maio de 2011, que dispõe, em especial, sobre o procedimento físico de ressarcimento ao SUS.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Regras de ressarcimento ao SUS e tributação do setor de saúde suplementar.
2013	92	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 326 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/04/2013 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN nº 301, de 7 de agosto de 2012, que alterou a RN nº 48, de 19 de setembro de 2003, que dispõe sobre o processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS, a RN nº 85, de 7 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a concessão de autorização de funcionamento das operadoras de planos privados de assistência à saúde, a RN nº 124, de 30 de março de 2006, que dispõe sobre a aplicação de penalidades para as infrações à legislação dos planos privados de assistência à saúde, e a RN nº 197, de 16 de julho de 2009.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2013	93	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1431 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/04/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal da operadora SMV Serviços Médicos Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	94	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1430 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Prontoclínica e Hospitais São Lucas S/A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

2013	95	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1429 / Diretor Presidente Data D.O.U.: 24/04/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal da operadora Esmale Assistência Internacional de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	96	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1435 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/04/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal da operadora Ameplan Assistência Médica Planejada S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	97	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1434 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da determinação da alienação da carteira da operadora Unimed do Alto Oeste Potiguar Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	98	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1433 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Vip Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	99	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1432 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/04/2013 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Real Saúde Ltda. - EPP.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	100	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1437 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/05/2013 Ementa: Altera a Resolução Operacional RO nº 1403, de 28 de março de 2013, que dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Unimed Salvador Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	101	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1436 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/05/2013 Ementa: Altera a Resolução Operacional RO nº 1427, de 17 de abril de 2013, que dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Unimed Brasília Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	102	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1438 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/05/2013 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora VIP SAÚDE LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	103	Lei Externa	Norma: Lei nº 12.813 / Externo à ANS Data D.O.U.: 17/05/2013 Ementa: Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei no 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nos 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.	Agentes Públicos		
2013	104	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1445 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/05/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal da operadora Caixa de Assistência dos Funcionários da Empresa Energética de Sergipe - CAGIPE.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	105	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1444 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/05/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e o posterior cancelamento do registro da operadora Lira & Valadares Clínica e Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	106	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1443 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/05/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e o posterior cancelamento do registro da operadora MAE – Medicina Assistencial a Empresas Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

2013	107	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1442 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/05/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal da operadora UNIMED de Ariquemes Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	108	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1441 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/05/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Hospital Evangélico Regional Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	109	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1440 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/05/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora MULTI SAÚDE - Assistência Médica e Hospitalar Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	110	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1439 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/05/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora VIDAPLAN Saúde Ltda - EPP.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	111	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 329 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/05/2013 Ementa: Altera as Resoluções Normativas - RN nº 227, de 19 de agosto de 2010, que dispõe sobre a constituição, vinculação e custódia dos ativos garantidores das Provisões técnicas, especialmente da Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar, e a RN nº 278, de 17 de novembro de 2011, que institui o Programa de Conformidade Regulatória.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de planos de conta padrão e garantias financeiras às Operadoras.
2013	112	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1446 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/06/2013 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Unimed Salvador Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	113	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 330 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/06/2013 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN nº 309, de 24 de outubro de 2012, que dispõe, em especial, sobre o agrupamento de contratos coletivos, para prorrogar o prazo previsto para as operadoras atualizarem o cadastro dos temas do instrumento jurídico dos planos registrados.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2013	114	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 43 / DIPRO Data D.O.U.: 06/06/2013 Ementa: Dispõe sobre as informações do Sistema de Registro de Planos de Saúde da ANS - RPS/ANS a serem transmitidas pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, no formato XML (Extensible Markup Language) e altera a Instrução Normativa nº 23, de 1º de dezembro de 2009, que dispõe sobre os procedimentos de Registro de Produtos.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2013	115	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1459 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/06/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora COIFE ODONTO Planos Odontológicos Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	116	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1458 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/06/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora SERMEDE – Serviço Médico e Dentário Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	117	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1457 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/06/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora LAM – Operadora de Planos de Saúde S/C Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	118	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1456 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/06/2013	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

			Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. – ALL SAÚDE.			
2013	119	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1455 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/06/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora BLUE CROSS Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	120	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1454 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/06/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora AMERICLÍNICAS Assistência Médico-Hospitalar Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	121	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1453 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/06/2013 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora VIVERMAIS Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	122	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1452 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/06/2013 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Recife Meridional Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	123	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1451 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/06/2013 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora HEALTH Assistência Médica e Hospitalar S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	124	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1450 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/06/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal da operadora DOCTOR CLIN Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	125	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1449 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/06/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Sociedade Beneficente do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	126	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1448 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/06/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Unimed Teresópolis Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	127	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1447 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/06/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Teresópolis Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	128	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1460 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/06/2013 Ementa: Dispõe sobre prorrogação da concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Unimed Brasília Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	129	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 14601 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/06/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora IDEAL SAÚDE PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA LTDA	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	130	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1465 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/06/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora SISTEMA INTEGRADO DE SAUDE ORAL LTDA-EPP.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	131	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1466 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/06/2013	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

			Ementa: Dispõe sobre a revogação da Resolução Operacional nº 1277, de 21 de setembro de 2012.			
2013	132	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1464 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/06/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Única Cooperativa de Atendimento Odontológico Ltda	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	133	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1463 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/06/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Hospital Oswaldo Cruz Ltda	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	134	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1462 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/06/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Biodente Clínica Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	135	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 331 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/06/2013 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Cargos comissionados da ANS		
2013	136	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 332 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/07/2013 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Cargos comissionados da ANS		
2013	137	Comunicado	Norma: Comunicado nº 71 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/07/2013 Ementa: A Diretoria Colegiada da ANS, deliberou pela aprovação da prorrogação do prazo limite de 7 de julho de 2013 da Consulta Pública nº 53 - que trata da atualização da Resolução Normativa que define o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, para o dia 06 de agosto de 2013.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.
2013	138	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1467 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/07/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Ômega Saúde – Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	139	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1480 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/07/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora VI MED Centro Médico Hospitalar S/S Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	140	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1479 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/07/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Hospital Imaculada Conceição – AMHIC-SAÚDE.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	141	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1478 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/07/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora PRONTOCLÍNICA e Hospitais São Lucas S/A.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	142	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1477 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/07/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Ilhéus.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

2013	143	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1476 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/07/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos benefiDiciários da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de José Bonifácio.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	144	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1475 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/07/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora PREVODOCTOR Operadora de Planos Privados de Assistência Odontológica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	145	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1474 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/07/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Unimed Valença Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	146	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1473 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/07/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Clínica Alvorada de Serviços Médicos Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	147	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1472 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/07/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO-UNIMED AQUIDAUANA	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	148	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1471 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/07/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora ADMÉDICO Administração de Serviços Médicos à Empresa Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	149	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1470 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/07/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Unimed Petrópolis Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	150	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1469 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/07/2013 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora DENT-SERVICE Assistência Odontológica Internacional Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	151	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1468 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/07/2013 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Santa Marina Saúde S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	152	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1481 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/07/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	153	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1483 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/07/2013 Ementa: sobre a revogação da Resolução Operacional nº 1416, de 12 de abril de 2013.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	154	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1482 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/07/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime especial de Direção Técnica na operadora Carioca – Operadora Integrada de Saúde S/S	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	155	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 333 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/07/2013 Ementa: Acrescenta o art. 22-C à Resolução Normativa – RN nº 139, de 24 de novembro de 2006, que dispõe, em especial, sobre o Programa de Qualificação da Saúde Suplementar.	Qualidade Assistencial	Acesso às Informações	Qualificação das Operadoras e Estabelecimento de risco assistencial da operadora (risco de descontinuidade ou baixa qualidade de cobertura oferecida aos beneficiários)

2013	156	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1484 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/07/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora SESEF – Serviço Social das Estradas de Ferro.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	157	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1494 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	158	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1493 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Centro Médico São Leopoldo Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	159	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1492 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da Operadora de Planos de Saúde Santa Genoveva S/S Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	160	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1491 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/08/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal na empresa Associação dos Servidores da Secretaria de Educação do Distrito Federal.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	161	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1490 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na empresa Saúde em Família Serviços Médicos Integrados Ltda como extensão do regime liquidatário decretado sobre a ex-operadora Tenha Saúde - Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	162	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1489 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Clínica de Assistência Médica Odontológica Diamantes Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	163	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1488 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/08/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal na operadora HBC Saúde S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	164	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1487 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed do Guarujá Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	165	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1486 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na empresa Ativia - Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	166	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1485 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	167	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 334 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/08/2013 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN nº 85, de 7 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a concessão de autorização de funcionamento das operadoras de planos privados de assistência à saúde, e a RN nº 259, de 17 de junho de 2011, que dispõe sobre a garantia de atendimento dos beneficiários de plano privado de assistência à saúde.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).

2013	168	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1497 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora UNIMED Guararapes Cooperativa de Trabalho Medico Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	169	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1496 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora UNIHOSP - Assistência Médico-Hospitalar Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	170	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1495 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Cooperativa de Trabalho Médico de São Luís Ltda. - Unimed de São Luís.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	171	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1498 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora MULTICLÍNICAS Assistência Médica, Cirúrgica e Hospitalar Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	172	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1509 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora CONMEDH Saúde Assistência Integrada de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	173	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1508 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora MAIMELL Saúde Empresarial S/C Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	174	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1507 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da determinação da alienação da carteira da operadora Unimed do Alto Oeste Potiguar - Cooperativa de Trabalhos Médicos Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	175	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1506 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da determinação da alienação da carteira da operadora Unimed Teresópolis Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	176	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1505 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/08/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal na operadora TOP DOCTORS Odontologia Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	177	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1504 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	178	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1503 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Unimed Salvador Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	179	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1502 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Saúde Dental Brasil Assistência Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	180	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1501 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na empresa Afinidade Administradora de Benefícios Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

2013	181	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1500 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/08/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal na operadora Saúde Samaritano Administradora de Benefícios Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	182	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1499 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/08/2013 Ementa: Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora ODONTO FAMA Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	183	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1510 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/09/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora MULTICLÍNICAS ASSISTÊNCIA MÉDICA, CIRÚRGICA E HOSPITALAR LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	184	Comunicado	Norma: Comunicado nº 72 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/09/2013 Ementa: Comunica, ad referendum, a prorrogação do prazo para envio das informações assistenciais do Sistema de Informações de Produtos - SIP, relativas ao 1º e 2º trimestres de 2013, para o dia 30 de setembro de 2013.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2013	185	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1518 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/09/2013 Ementa: Dispõe sobre a suspensão da comercialização de planos ou produtos da operadora MULTICLÍNICAS Assistência Médica, Cirúrgica e Hospitalar Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2013	186	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1517 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/09/2013 Ementa: Dispõe sobre a suspensão da comercialização de planos ou produtos da operadora COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE SÃO LUÍS LTDA. - UNIMED DE SÃO LUÍS.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2013	187	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1516 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/09/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da Fundação Assistencial dos Servidores do INCRA - FASSINCRA	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	188	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1515 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/09/2013 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora TK PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA S/C LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	189	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1514 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/09/2013 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora ITÁLICA SAÚDE LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	190	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1513 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/09/2013 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora CDE - CENTRO DE DIAGNÓSTICO ESPECIALIZADO LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	191	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1512 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/09/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	192	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1511 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/09/2013 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E EM DEFESA DOS DIREITOS DOS COMERCIÁ- RIOS, INDUSTRIÁRIOS, AUTÔNOMOS E TRABALHADORES EM GERAL DE PAULÍNIA E REGIÃO - ADECIT - MED.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

2013	193	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1523 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/09/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da M.M.N. Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	194	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1522 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/09/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Unimed de Fernandópolis - Cooperativa de Trabalho Médico	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	195	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1521 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/09/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora CLIMESA CLÍNICA MÉDICA SANTANA LTDA	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	196	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1520 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/09/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Clim Serv Assistência Médica Ltda	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	197	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1519 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/09/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santos.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	198	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1527 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/09/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime especial de Direção Técnica na operadora PLAN MED LTDA	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	199	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1524 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/09/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora SAMOC S/A - Sociedade Assistencial Médica e Odonto Cirúrgica.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	200	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1526 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/09/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora UNIVERSAL SAUDE ASSISTENCIA MEDICA S.A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	201	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1525 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/09/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora Unimed Paulistana Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	202	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 335 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/09/2013 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN nº 256 de 18 de maio de 2011, que institui o Plano de Recuperação Assistencial e regula o regime especial de Direção Técnica no âmbito do mercado de saúde suplementar, e dá outras providências.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	203	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1528 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Serviço Social das Estradas de Ferro - SESEF.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	204	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1529 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Clínica de Assistência Médica Permanente.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	205	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1538 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora VIP SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

2013	206	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1537 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora SERMEDE Serviço Médico e Dentário Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	207	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1536 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora COIFE ODONTO - Planos OdontológicosLtda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	208	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1535 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Osvaldo Cruz.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	209	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1534 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Hospital Evangélico Regional Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	210	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1530 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da Unimed Parnaíba - Cooperativade Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	211	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 336 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2013 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Cargos comissionados da ANS		
2013	212	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1533 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/10/2013 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora MEDICAL HEALTH Operadora de Planos de Assistência Médica e Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	213	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1532 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	214	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1531 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Oeste do Pará - Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	215	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1545 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da SMS - Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	216	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1539 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Multiclínica Serviços de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	217	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1552 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/10/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal na operadora GEAP - Fundação de Seguridade Social.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	218	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1551 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/10/2013	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

			Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora UNIMED GUARARAPES COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA.			
2013	219	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1550 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora ADMÉDICO Administração de Serviços Médicos à Empresa Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	220	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1549 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Vida & Vida Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	221	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1548 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Sindicato dos Assalariados Ativos, Aposentados e Pensionistas Nas Empresas Geradoras Ou Transmissoras Ou Distribuidoras Ou Afins de Energia Eletrica do Estado do Rio Grande do Sul e Assistidos Por Fundações de Seguridade Privada Originadas No Setor Elétrico - SENERGISUL.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	222	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1547 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora Unimed Brasília Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	223	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 337 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/10/2013 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN nº 48, de 19 de setembro de 2003, que dispõe, em especial, sobre o processo administrativo sancionador.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Instituição de ouvidoria, acompanhamento das notificações e pesquisa de satisfação dos beneficiários.
2013	224	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1559 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora VIDAPLAN Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	224	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 338 Tema: Plano de saúde - Cobertura Assunto: Cobertura Assistencial - Rol de Procedimentos Ementa: Atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999; fixa as diretrizes de atenção à saúde; revoga as Resoluções Normativas - RN nº211, de 11 de janeiro de 2010, RN nº 262, de 1 de agosto de 2011, RN nº 281, de 19 de dezembro de 2011 e a RN nº 325, de 18 de abril de 2013; e dá outras providências.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.
2013	225	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1558 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora PRONTOCLÍNICA e Hospitais São Lucas S/A.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	226	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1557 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Saúde Medicol S/A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	227	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1556 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora VITAE Serviços Assistenciais Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	228	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1555 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/10/2013 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Unimed Valença Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	229	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1554 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/10/2013	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

			Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora SOSAUDE Assistência Médico Hospitalar Ltda.			
2013	230	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1553 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Casa de Saúde São Bernardo S/A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	231	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1560 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora LAM Operadora de Planos de Saúde S/C Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	232	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1561 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/10/2013 Ementa: Encerramento do regime especial de direção técnica na operadora Gente Clube de Vida - Promoções e Serviços Sociedade Simples LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	233	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1562 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO-UNIMED AQUIDAUANA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	234	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1563 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/10/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora CLINICA MARECHAL RONDON LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	235	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1565 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/11/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora COOPERATIVA MÉDICA CAMPINAS - COOPERMECA	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	236	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1568 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/11/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal na operadora MEDIPLAN Assistencial Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	237	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1567 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/11/2013 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Unimed de Currais Novos - Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	238	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1566 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/11/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Parnaíba - Cooperativa de Trabalho Médico	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	239	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 11 / DIFIS Data D.O.U.: 13/11/2013 Ementa: Altera a Instrução Normativa - IN nº 42, de 26 de fevereiro de 2013, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2013	240	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1569 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/11/2013 Ementa: Dispõe sobre encerramento do Regime de Direção Técnica na operadora SEMEG SAÚDE LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	241	Comunicado	Norma: Comunicado nº 73 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/11/2013 Ementa: comunica a inclusão no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde previsto no art. 12 da Lei nº 9.656, de 1998, de novo procedimento.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.
2013	242	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1575 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/11/2013	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

			Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Hospital Imaculada Conceição - AMHIC SAÚDE.			
2013	243	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1574 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/11/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora Santa Casa de Misericórdia de Casa Branca.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	244	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1573 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/11/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora Santa Casa de Misericórdia Irmandade Senhor dos Passos de Ubatuba	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	245	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1572 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/11/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora MAIMELL Saúde Empresarial S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	246	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1571 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/11/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo - AFPES.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	247	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1570 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/11/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo - AFPES.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	248	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 339 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/11/2013 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro demonstrativo de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da Agência Nacional de Saúde Suplementar.	Cargos comissionados da ANS		
2013	249	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 340 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/11/2013 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN nº 309, de 24 de outubro de 2012, que dispõe, em especial, sobre o agrupamento de contratos coletivos, para prorrogar o prazo previsto para as operadoras atualizarem o cadastro dos temas do instrumento jurídico dos planos registrados.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2013	250	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 341 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/11/2013 Ementa: Altera a Resolução Normativa RN n. 305 de 09 de outubro de 2012 que estabelece o Padrão obrigatório para Troca de Informações na Saúde Suplementar - Padrão TISS dos dados de atenção à saúde dos beneficiários de Plano Privado de Assistência à Saúde e revoga a Resolução Normativa - RN nº 153, de 28 de maio de 2007 e os artigos 6º e 9º da RN nº 190, de 30 de abril de 2009.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2013	251	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1578 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/12/2013 Ementa: Dispõe sobre a portabilidade extraordinária aos consumidores da operadora Cooperativa de Trabalho Médico de São Luís Ltda. - Unimed de São Luís e revoga a Resolução Operacional nº 1.546, de 16 de outubro de 2013.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	252	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1577 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/12/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Serviço Social das Estradas de Ferro - SESEF.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	253	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1582 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/12/2013	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

			Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da Uniodonto Leste Fluminense Cooperativa de Trabalho Odontológico Ltda.			
2013	254	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1581 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/12/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora Santa Casa de Misericórdia de José Bonifácio.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	255	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1580 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/12/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora Irmandade da SantaCasa de Misericórdia de Ilhéus.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	256	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1579 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/12/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Liquidação Extrajudicial da AHOL - Atendimento Hospitalar e Odontológico Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	257	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 342 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/12/2013 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Cargos comissionados da ANS		
2013	258	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1590 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/12/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação de prorrogação da alienação da carteira da Fundação Assistencial dos Servidores do INCRA - FASSINCRA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	259	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1589 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/12/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação de prorrogação da alienação da carteira da SMS - Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	260	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1588 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/12/2013 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	261	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1587 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/12/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora Sistema Odontológico Integrado Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	262	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1586 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/12/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora AMERON - Assistência Médica Odontológica de Rondônia Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	263	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1585 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/12/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed de Manaus Cooperativa do Trabalho Médico Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	264	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1584 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/12/2013 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Clínica Alvorada de Serviços Médicos Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	265	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1583 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/12/2013 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Unimed Brasília Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

2013	266	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1592 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/12/2013 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora UNIMED GUARARAPES COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	267	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1591 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/12/2013 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora SMS - Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	268	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1594 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/12/2013 Ementa: Dispõe sobre a comercialização de planos ou produtos da Operadora Unimed Teresópolis Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2013	269	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1593 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/12/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Unimed Brasília Cooperativa de Trabalho Médico - em liquidação extrajudicial.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	270	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1600 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/12/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da Operadora de Planos de Saúde Santa Genoveva S/S Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	271	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1599 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/12/2013 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora AMERICLÍNICAS Assistência Médica Hospitalar Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2013	272	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1598 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/12/2013 Ementa: Dispõe sobre a revogação da Resolução Operacional nº 1576, de 29 de novembro de 2013. (Determinou a alienação da carteira de beneficiários da operadora CAM - OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE LTDA)	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2013	273	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1597 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/12/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	274	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1596 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/12/2013 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Osvaldo Cruz.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2013	275	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1595 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/12/2013 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Centro Médico São Leopoldo Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2013	276	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 344 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/12/2013 Ementa: Altera a Resolução Normativa – RN nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Contas Padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de planos de conta padrão e garantias financeiras às Operadoras.
2013	277	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 15 / DIGES Data D.O.U.: 23/12/2013 Ementa: Dispõe sobre a avaliação de desempenho das operadoras, referente ao ano de 2013, pelo Programa de Qualificação da Saúde Suplementar - Componente Operadoras, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no que tange aos incisos I, II, III e IV do artigo 22-A da Resolução Normativa - RN nº139, de 24 de novembro de 2006.	Qualidade Assistencial	Acesso às Informações	Qualificação das Operadoras e Estabelecimento de risco assistencial da operadora (risco de descontinuidade ou baixa qualidade de cobertura oferecida aos beneficiários)
2013	278	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1601 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/12/2013	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

			Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora MULTICLÍNICAS ASSISTÊNCIA MÉDICA, CIRÚRGICA E HOSPITALAR LTDA.			
2014	1	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1602 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/01/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora SAÚDE MEDICOL S/A	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	2	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1605 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/01/2014 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da Sociedade Portuguesa de Beneficência.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	3	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1604 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/01/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora Afinidade Administradora de Benefícios Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	4	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1603 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/01/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed das Estâncias Paulistas Operadora de Planos de Saúde, Sociedade Cooperativa.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	5	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1606 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/01/2014 Ementa: Dispõe sobre a portabilidade extraordinária aos consumidores da operadora ATEMDE ATENDIMENTOS MÉDICOS DE EMPRESAS LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	6	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1607 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 31/01/2014 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Cooperativa de Trabalho Médico de São Luís Ltda. - Unimed de São Luís.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	7	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1609 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/02/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora ODMED SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	8	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1608 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/02/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora IGUAMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	9	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 1 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/02/2014 Ementa: Regulamenta o inciso VI e o § 1º do art. 4º da Resolução Normativa - RN nº 323, de 3 de abril de 2013, para dispor sobre o Relatório Estatístico e Analítico do Atendimento das Ouvidorias das operadoras de planos privados de assistência à saúde.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Instituição de ouvidoria, acompanhamento das notificações e pesquisa de satisfação dos beneficiários.
2014	10	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1610 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/02/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Fundação Assistencial dos Servidores do INCRA - FASSINCRA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	11	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1614 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/02/2014 Ementa: Dispõe sobre a determinação de prorrogação da alienação da carteira da UNIODONTO Leste Fluminense Cooperativa de Trabalho Odontológico Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	12	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1613 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/02/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora Hospital Imaculada Conceição - AMHIC Saúde.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

2014	13	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1612 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/02/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora CIME Cirurgia e Medicina S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	14	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1611 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/02/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. - ALL SAÚDE.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	15	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 44 / DIPRO Data D.O.U.: 14/02/2014 Ementa: Institui o Comitê Permanente de Regulação da Atenção à Saúde - COSAÚDE no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS Objetivos: I - analisar as questões pertinentes à cobertura assistencial obrigatória a ser assegurada pelo Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, na forma que dispõe o artigo 28, da Resolução Normativa - RN nº 338, de 21 de outubro de 2013; e II - estabelecer manutenção de um diálogo permanente com os agentes da saúde suplementar e a sociedade, sobre as questões da regulação da atenção à saúde na saúde suplementar.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.
2014	16	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1616 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/02/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora ODONTO MÉDICA LTDA. - ME.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	17	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1615 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/02/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora DOURAMED Assistência Médica- Hospitalar Global S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	18	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1621 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/02/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora SESEF - Serviço Social das Estradas de Ferro.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	19	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1620 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/02/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora ASSOCIAÇÃO AUXILIADORA DAS CLASSES LABORIOSAS.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	20	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1619 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/02/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora GREEN LINE SISTEMA SAÚDE LTDA	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	21	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1618 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/02/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora CASA DE SAÚDE SÃO BERNARDO LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	22	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1622 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/02/2014 Ementa: Encerramento do regime especial de direção técnica na operadora GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	23	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 345 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/02/2014 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS	Cargos comissionados da ANS		
2014	24	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1617 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/02/2014	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

			Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da portabilidade extraordinária e da liquidação extrajudicial da operadora Multiclínicas Assistência Médica, Cirúrgica e Hospitalar Ltda.			
2014	25	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1629 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/02/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora M.M.N. Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	26	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1628 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/02/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Planos de Saúde PSMC Prevenção Saúde, Medicina e Cirurgia Ltda. - ME.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	27	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1627 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/02/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	28	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1626 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/02/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora CLIM SERV ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	29	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1625 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/02/2014 Ementa: Dispõe sobre a determinação de prorrogação da alienação da carteira da Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	30	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1624 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/02/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora Cooperativa de Trabalho Médico – Unimed Aquidauana.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	31	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1623 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/02/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal na operadora Unimed Rio Branco Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	32	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1630 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/03/2014 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora ADMÉDICO – Administração de Serviços Médicos à Empresa Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	33	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1633 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/03/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora AMERICLÍNICAS Assistência Médica Hospitalar Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	34	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1632 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/03/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime de direção fiscal e posterior cancelamento do registro na operadora Policlínica São José Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	35	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1631 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/03/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime de direção fiscal na empresa Associação dos Servidores Públicos Estaduais, Municipais e Autárquicos do Rio de Janeiro.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	36	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1634 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/03/2014 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Unimed Guararapes Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	37	Comunicado	Norma: Comunicado nº 74 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/04/2014	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.

			Ementa: comunica, ad referendum, a prorrogação do prazo para envio do Formulário de Monitoramento referente ao Sistema de PROMOPREV, para o dia 15 de abril de 2014.			
2014	38	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 347 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/04/2014 Ementa: Dispõe sobre a cobertura de remoção de beneficiários de planos privados de assistência à saúde, com segmentação hospitalar, que tenham cumprido o período de carência.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.
2014	39	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1640 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/04/2014 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da portabilidade extraordinária e da liquidação extrajudicial da operadora ATEMDE - ATENDIMENTOS MÉDICOS DE EMPRESAS LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	40	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1639 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/04/2014 Ementa: Dispõe sobre a determinação de prorrogação da alienação da carteira da Sociedade Portuguesa de Beneficência.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	41	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1638 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/04/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora CONMED São Luís - Convênios Médicos de Saúde Suplementar Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	42	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1637 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/04/2014 Ementa: Dispõe sobre a revogação da alienação de carteira da operadora Saúde Assistência Médica Internacional Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	43	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1636 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/04/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Saúde Assistência Médica Internacional Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	44	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1635 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/04/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora Saúde Dental Brasil Assistência Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	45	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 348 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/04/2014 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Cargos comissionados da ANS		
2014	46	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1641 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/04/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	47	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1642 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/04/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Fundação Assistencial dos Servidores do INCRA - FASSINCRA. LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	48	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1643 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/04/2014 Ementa: Dispõe sobre a revogação da determinação de alienação da carteira de beneficiários da operadora Caixa de Assistência dos Funcionários da Empresa Energética de Sergipe - CAGIPE.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	49	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1647 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/05/2014	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

			Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da Operadora de Planos de Saúde Santa Genoveva S/S Ltda.			
2014	50	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1646 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/05/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora ASSIMEDE Assistência Médica Especializada Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	51	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1645 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/05/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora Hospital Santa Margarida de Volta Redonda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	52	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1644 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/05/2014 Ementa: Dispõe sobre o termo legal do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Health Assistência Médica e Hospitalar S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	53	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1648 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/05/2014 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora PROMED Assistência e Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	54	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1652 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/05/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora VI MED Centro Médico Hospitalar S/S Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	55	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1651 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/05/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora CONMEDH Saúde Assistência Integrada de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	56	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1649 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/05/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora SOMEL - Sociedade Para Medicina Leste Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	57	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1650 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/05/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed de Belém Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	58	Comunicado	Norma: Comunicado nº 75 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/05/2014 Ementa: comunica que, conforme aprovação de mérito ocorrida na Reunião Ordinária no dia 26 de março de 2014, fica suspensa a obrigação de atualizar o cadastro dos temas do instrumento jurídico dos planos registrados, consoante previsto no art. 14 da Resolução Normativa - RN no- 309, de 24 de outubro de 2012.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2014	59	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1653 / Diretor Presidente Data D.O.U.: 09/06/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora CONMED São Luís – Convênios Médicos de Saúde Suplementar Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	60	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1662 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/06/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora SANAMED - Saúde Santo Antonio Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	61	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1661 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/06/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora VIDAPLAN Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

2014	62	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1660 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/06/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora Blue Cross Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	63	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1659 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/06/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora Sindicato dos Assalariados, Ativos, Aposentados e Pensionistas nas Empresas Geradoras ou Transmissoras ou Distribuidoras ou Afins de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul e Assistidos por Fundações de Seguridade Privada Originadas no Setor Elétrico - SENERGISUL.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	64	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1658 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/06/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal na empresa Associação dos Pioneiros de Assistência à Família.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	65	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1657 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/06/2014 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Coife Odonto Planos Odontológicos Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	66	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1656 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/06/2014 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora SERMEDE Serviço Médico e Dentário Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	67	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1655 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/06/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	68	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1654 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/06/2014 Ementa: Dispõe sobre a revogação do Regime de Direção Fiscal na operadora AMERON - Assistência Médica Odontológica de Rondônia Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	69	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 351 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/06/2014 Ementa: Define critérios para a suspensão da exigibilidade de créditos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS pelo depósito judicial de seu montante integral diretamente comunicado à ANS pela operadora de planos de saúde depositante; altera a Resolução Normativa - RN nº 04, de 19 de abril de 2002, que dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários e não tributários para com a ANS, além do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS; e revoga o inciso IV do art. 70 do Regimento Interno da ANS, instituído pela RN nº 197, de 16 de julho de 2009.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Regras de ressarcimento ao SUS e tributação do setor de saúde suplementar.
2014	70	Lei Externa	Norma: Lei nº 13.003 / Externo à ANS Data D.O.U.: 25/06/2014 Ementa: Altera a Lei nº 9.656, de3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, com a redação dada pela Medida Provisória no 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, para tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre as operadoras e seus prestadores de serviços.	Sustentabilidade do Setor	Microrregulação dos prestadores de serviços de saúde suplementar.	Regras de Contratos entre Operadoras e Prestadores de serviços, substituição de prestadores e redimensionamento de rede.
2014	71	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 352 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/07/2014 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Cargos comissionados da ANS		

2014	72	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1663 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/07/2014 Ementa: Encerramento do regime especial de direção técnica na operadora CLIM SERV ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	73	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1670 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/07/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Sociedade Portuguesa de Beneficência.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	74	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1669 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/07/2014 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Unimed do Guarujá Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	75	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1668 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/07/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora UNIHOSP Saúde S/A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	76	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1667 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/07/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora PLAMEB – Plano de Assistência Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	77	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1666 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/07/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	78	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1665 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/07/2014 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Unimed Parnaíba Cooperativa de trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	79	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1664 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/07/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Assistência Médica São Miguel Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	80	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1672 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/07/2014 Ementa: Dispõe sobre a determinação de alienação da carteira e suspensão da comercialização de planos ou produtos de operadoras Observação: Dispõe sobre a determinação de alienação da carteira e suspensão da comercialização de planos ou produtos das operadoras Medline Assistência Médica Ltda, Ameno Assistência Médica S/C Ltda, Instituto Português Brasileiro de Assistência, Odontobet Ltda, Centro Popular Pro Melhoramento de Bom Jesus e SOMEPI - Sociedade Médica de Pirapora Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2014	81	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1671 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/07/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora COOPERATIVA MÉDICA CAMPINAS - COOPERMECA	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	82	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 353 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/07/2014 Ementa: Altera a Resolução Normativa n.º 237, de 21 de outubro de 2010.			
2014	83	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1675 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 31/07/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

			Planos de Saúde PSMC Prevenção, Saúde, Medicina e Cirurgia Ltda. - ME (antiga denominação All Life Healthy Serviços).			
2014	84	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1674 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 31/07/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Bahiaodonto Plano Odontológico da Bahia Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	85	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1673 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 31/07/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal no Instituto Geral de Assistência Social Evangélica - IGASE.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	86	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1679 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/08/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed de Jequié Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	87	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1678 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/08/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Sistema Prevsaúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	88	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1677 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/08/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Ômega Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	89	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1676 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/08/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Confiança Assistência Médico Hospitalar Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	90	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1681 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/08/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Vida & Vida Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	91	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1680 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/08/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora Unimed do Alto Oeste Potiguar Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	92	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1683 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/08/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora SAS Sistema de Administração de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	93	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1682 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/08/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Minas Center Med - Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	94	Comunicado	Norma: Comunicado nº 76 / Diretor Presidente Data D.O.U.: 22/08/2014 Ementa: comunica, ad referendum, a prorrogação do prazo para envio do DIOPS XML, para o dia 25 de agosto de 2014.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2014	95	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 354 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/08/2014 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16	Cargos comissionados da ANS		

			de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.			
2014	96	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1685 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora PLAMED PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	97	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1684 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora SAÚDE MEDICOL S/A.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	98	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1690 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Fundação Assistencial dos Servidores do INCRA - FASSINCRA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	99	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1689 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da determinação de alienação da carteira da operadora Unimed Petrópolis Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	100	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1688 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Ômega Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	101	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1687 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/09/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora M.M.N. Intermediação de Negócios Ltda.- ME(antiga denominação M.M.N. Saúde Ltda.).	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	102	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1686 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/09/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora Caixa de Assistência Médica e Benefícios da Polícia Civil do Distrito Federal.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	103	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1692 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora União Hospitalar Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	104	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1691 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Teresópolis Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	105	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 16 / DIGES Data D.O.U.: 08/09/2014 Ementa: Altera o Anexo II da Instrução Normativa nº 15, de 20 de dezembro 2013, que dispõe sobre a avaliação de desempenho das operadoras, referente ao ano de 2013, pelo Programa de Qualificação da Saúde Suplementar - Componente Operadoras, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no que tange aos incisos I, II, III e IV do artigo 22-A da Resolução Normativa - RN nº139, de 24 de novembro de 2006.	Qualidade Assistencial	Acesso às Informações	Qualificação das Operadoras e Estabelecimento de risco assistencial da operadora (risco de descontinuidade ou baixa qualidade de cobertura oferecida aos beneficiários)
2014	106	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1694 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/09/2014	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

			Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Assimédica Sistema de Saúde Ltda.			
2014	107	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1693 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Assimédica Sistema de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	108	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1696 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Plano de Saúde Ana Costa Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	109	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1695 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Saúde Grande Rio Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	110	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 355 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/09/2014 Ementa: Altera a Resolução Normativa nº 137, de 14 de novembro de 2006, que dispõe sobre as entidades de autogestão no âmbito do sistema de saúde suplementar e a Resolução Normativa nº 311, de 1º de novembro de 2012, que estabelece critérios mínimos para o exercício de cargo de administrador de operadora de planos privados de assistência à saúde, disciplina o procedimento para o seu cadastramento junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e dá outras providências.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2014	111	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1700 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/09/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora Americlínicas Assistência Médica Hospitalar Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	112	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1699 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Carioca Operadora Integrada de Saúde.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	113	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1698 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/09/2014 Ementa: Encerramento do regime especial de direçãotécnica na operadora CARIOCA - OPERADORA INTEGRADA DE SAÚDES/S	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	114	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1697 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/09/2014 Ementa: Encerramento do regime especial de direção técnica na operadora SAMOC S/A SOCIEDADE ASSISTENCIAL MÉDICA E ODONTO CIRÚRGICA	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	115	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1707 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Vitae Serviços Assistenciais Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	116	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1706 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Sosaúde Assistência Médico Hospitalar Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	117	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1705 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/09/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal na empresa Sindicato dos Estivadores de Paranaguá e Pontal do Paraná - SINDESTIVA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	118	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1704 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/09/2014	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

			Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora Odonto Médica Ltda. - ME.			
2014	119	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1703 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	120	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1709 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Irmandade da Santa Casa da Misericórdia deValença.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	121	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1708 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora CONMED São Luís - Convênios Médicos de Saúde Suplementar Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	122	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1710 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora SMS - Assistência Médica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	123	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1702 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Clínica Marechal Rondon Ltda. - ME.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	124	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1701 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime deDireção Fiscal na operadora CLIMESAClínica Médica Sant'ana Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	125	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1711 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora LAM -Operadora de Planos de Saúde S/C Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	126	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1712 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na UNIMED FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS DO CENTRO-OESTE E TOCANTINS.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	127	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1713 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/09/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora VIVA PLANOS DE SAÚDE LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	128	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 356 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/10/2014 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN nº 85, de 7 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a concessão de autorização de funcionamento das operadoras de planos privados de assistência à saúde, a Resolução Normativa - RN nº 89, de 15 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a Arrecadação de Receitas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e a RN nº 309, de 24 de outubro de 2012, que dispõe sobre o agrupamento de contratos coletivos de planos privados de assistência à saúde para fins de cálculo e aplicação de reajuste.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).

2014	129	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 46 / DIPRO Data D.O.U.: 06/10/2014 Ementa: Dispõe sobre as solicitações de substituição de entidade hospitalar e de redimensionamento de rede por redução, altera a Instrução Normativa da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - IN/DIPRO nº 43, de 5 de junho de 2013, e a Instrução Normativa da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - IN/DIPRO nº 23, de 1 de dezembro de 2009.	Sustentabilidade do setor	Microrregulação dos prestadores de serviços de saúde suplementar.	Regras de Contratos entre Operadoras e Prestadores de serviços, substituição de prestadores e redimensionamento de rede.
2014	130	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 45 / DIPRO Data D.O.U.: 06/10/2014 Ementa: Altera a Instrução Normativa - IN nº 23, de 1º dezembro de 2009, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, que dispõe sobre os procedimentos de Registro de Produtos; e revoga a IN nº 40, de 27 de agosto de 2012, também da DIPRO.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2014	131	Comunicado	Norma: Comunicado nº 77 / Diretor Presidente Data D.O.U.: 16/10/2014 Ementa: comunica a conversão do Grupo Técnico de Regulamentação da Lei 13.003/2014 em Câmara Técnica e convida seus integrantes para reunião a ser realizada em 17/10/2014, no Hotel Everest, localizado na Rua Prudente de Morais, nº 1.117, Térreo - Ipanema | Rio de Janeiro - RJ.	Convite		
2014	132	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1717 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/10/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora CONMED São Luís - Convênios Médicos de Saúde Suplementar Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	133	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1716 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/10/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora ODMED SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	134	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1715 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/10/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora IGUAMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	135	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1714 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/10/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora ATUAL SAÚDE LTDA	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	136	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 357 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/10/2014 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN nº 48, de 19 de setembro de 2003, que dispõe, em especial, sobre o processo administrativo sancionador.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Instituição de ouvidoria, acompanhamento das notificações e pesquisa de satisfação dos beneficiários.
2014	137	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.718 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/10/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime de direção técnica na operadora PRONTOMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	138	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1720 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora SAÚDE MEDICOL S/A.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	139	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1719 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Sociedade Portuguesa de Beneficência.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

2014	140	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1721 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/11/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime de direção técnica na operadora UNIMED DAS ESTÂNCIAS PAULISTAS OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE, SOCIEDADE COOPERATIVA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	141	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1723 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/11/2014 Ementa: Dispõe sobre a determinação de alienação da carteira e suspensão da comercialização de planos ou produtos de operadora	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	142	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 53 / DIDES Data D.O.U.: 14/11/2014 Ementa: Dispõe sobre a avaliação de desempenho das operadoras, referente ao ano de 2014, pelo Programa de Qualificação da Saúde Suplementar - Componente Operadoras, da Agência Nacional de Saúde Suplementar -ANS, no que tange aos incisos I, II, III e IV do artigo 22-A da Resolução Normativa - RN nº139, de 24 de novembro de 2006.	Qualidade Assistencial	Acesso às Informações	Qualificação das Operadoras e Estabelecimento de risco assistencial da operadora (risco de descontinuidade ou baixa qualidade de cobertura oferecida aos beneficiários)
2014	143	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1722 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/11/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora TERRAMAR Administradora de Plano de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	144	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1724 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/11/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora ODONTOPLASA ADMINISTRAÇÃO EM SAÚDE S/C LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	145	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1725 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/11/2014 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da portabilidade especial e da liquidação extrajudicial da operadora LAM - Operadora de Planos de Saúde S/C Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	146	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 359 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/12/2014 Ementa: Altera a Resolução Normativa nº 190, de 30 de abril de 2009 que dispõe sobre a criação obrigatória de portal corporativo na Internet pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, sobre a designação de profissional responsável pela troca de informações em saúde suplementar (Padrão TISS) referente aos eventos prestados aos beneficiários de planos privados de assistência à saúde.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2014	147	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 358 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/12/2014 Ementa: Dispõe sobre os procedimentos administrativos físico e híbrido de ressarcimento ao SUS, previsto no art. 32 da Lei n° 9.656, de 3 de junho de 1998, e estabelece normas sobre o repasse dos valores recolhidos a título de ressarcimento ao SUS.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Regras de ressarcimento ao SUS e tributação do setor de saúde suplementar.
2014	148	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 54 / DIDES Data D.O.U.: 01/12/2014 Ementa: Dispõe sobre o protocolo eletrônico de impugnações e recursos de processos administrativos híbridos de ressarcimento ao SUS, previsto no artigo 32 da Lei n° 9.656, de 3 de junho de 1998, e na Resolução Normativa n° 358, de 27 de novembro de 2014.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Regras de ressarcimento ao SUS e tributação do setor de saúde suplementar.
2014	149	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1727 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora SMS - Assistência Médica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	150	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1726 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/12/2014 Ementa: Encerramento do regime especial de direção técnica na operadora MEDISANITAS BRASIL ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE S/A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

2014	151	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 361 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/12/2014 Ementa: Altera os §§ 1° e 2° do art. 3º; altera o caput e o § 2º do art. 26; acrescenta os §§ 3º a 5º no art. 3º; e revoga o § 1º do art. 26; todos da Resolução Normativa - RN nº 295, de 9 de maio de 2012, que dispõe, em especial, sobre a geração, a transmissão e o controle de dados cadastrais de beneficiários do Sistema de Informações de Beneficiários da Agência Nacional de Saúde Suplementar - SIB/ANS.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2014	152	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 55 / DIDES Data D.O.U.: 04/12/2014 Ementa: Altera o caput do art. 32 e o anexo I, e revoga o § 1º do art. 32, todos da Instrução Normativa - IN n° 50, de 25 de setembro de 2012, que dispõe, em especial, sobre a geração, a transmissão e o controle de dados cadastrais de beneficiários do Sistema de Informações de Beneficiários da Agência Nacional de Saúde Suplementar - SIB/ANS.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2014	153	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1745 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação dacarteira da operadora SAUDE ASSISTENCIAMEDICA INTERNACIONAL LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	154	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1744 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidadeextraordinária aos beneficiários da operadoraUnimed de Jequié Cooperativa de TrabalhoMédico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	155	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1743 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	156	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1742 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidadeespecial aos beneficiários da operadora VitaeServiços Assistenciais Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	157	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1741 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidadeespecial aos beneficiários da operadora AssimédicaSistema de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2014	158	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1740 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a comercialização de planosou produtos da operadora Prevodoctor Operadorade Planos Privados de AssistênciaOdontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2014	159	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1739 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora União Hospitalar Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	160	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1738 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora Hospital São Marcos S/A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	161	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1737 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2014 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime deDireção Fiscal com o posterior cancelamentodo registro da operadora Vida & VidaConsultoria em Saúde Ltda. (antiga denominaçãoVida & Vida Operadora de Planosde Saúde Ltda.).	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	162	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1736 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2014	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

			Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Master Pax Saúde Assistência Médica e Assistência Odontológica Ltda.			
2014	163	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1735 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2014 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Fundação Assistencial dos Servidores do INCRA - FASSINCRA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	164	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1734 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Alvorecer - Associação de Socorros Mútuos.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	165	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1733 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Camim - Clínica Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	166	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1732 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Odonto Card Assistência Odontológica Ltda. - EPP.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	167	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1731 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Viva Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	168	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1730 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Unimed Oeste do Pará Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2014	169	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1729 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Oeste do Pará Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	170	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1728 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Sogeli Planos Odontológicos Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	171	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 47 / DIPRO Data D.O.U.: 08/12/2014 Ementa: Altera a Instrução Normativa - IN n.º 13,de 21 de junho de 2006, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO,que define os procedimentos da comunicação dos reajustes das contra prestações pecuniárias dos planos privados de assistência suplementar à saúde, contratados por pessoa jurídica, independente de sua segmentação e da data de contratação.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Controle de preços praticados e reajustes aplicados pelas Operadoras aos beneficiários.
2014	172	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1746 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime deDireção Técnica na operadora COOPUS - COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMADE SAÚDE DE CAMPINAS	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	173	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 365 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a substituição de prestadoresde serviços de atenção à saúde não hospitalares.	Sustentabilidade do setor	Microrregulação dos prestadores de serviços de saúde suplementar.	Regras de Contratos entre Operadoras e Prestadores de serviços, substituição de prestadores e redimensionamento de rede.
2014	174	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 364 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a definição de índice de reajustepela Agência Nacional de Saúde	Sustentabilidade do Setor	Microrregulação dos prestadores de serviços de saúde suplementar.	Regras de Contratos entre Operadoras e Prestadores de serviços, substituição de prestadores e redimensionamento de rede.

			Suplementar- ANS - a ser aplicado pelasoperadoras de planos de assistência à saúde aos seus prestadores de serviços de atençãoà saúde em situações específicas.			
2014	175	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 363 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/12/2014 Ementa: Dispõe sobre as regras para celebração dos contratos escritos firmados entre as operadorasde planos de assistência à saúde e os prestadores de serviços de atenção à saúde e dá outras providências.	Sustentabilidade do Setor	Microrregulação dos prestadores de serviços de saúde suplementar.	Regras de Contratos entre Operadoras e Prestadores de serviços, substituição de prestadores e redimensionamento de rede.
2014	176	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 56 / DIDES Data D.O.U.: 12/12/2014 Ementa: Regulamenta o CAPÍTULO III da ResoluçãoNormativa - RN nº 365, de 11 dedezembro de 2014, que dispõe sobre a disponibilizaçãodas informações relativas àsubstituição de prestadores de serviços deatenção à saúde não hospitalares no PortalCorporativo das operadoras de planos privadosde assistência à saúde.	Sustentabilidade do setor	Microrregulação dos prestadores de serviços de saúde suplementar.	Regras de Contratos entre Operadoras e Prestadores de serviços, substituição de prestadores e redimensionamento de rede.
2014	177	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 366 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/12/2014 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Cargos comissionados da ANS		
2014	178	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1749 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora DAYMED Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	179	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1748 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo - AFPES.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	180	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1747 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/12/2014 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime de Direção Técnica na operadora UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2014	181	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 367 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/12/2014 Ementa: Dispõe sobre o Índice de Valoração do Ressarcimento - IVR.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Regras de ressarcimento ao SUS e tributação do setor de saúde suplementar.
2014	182	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 2 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/12/2014 Ementa: Regulamenta o inciso VI e o § 1º do art. 4º da Resolução Normativa - RN nº 323, de 3 de abril de 2013, para dispor sobre o Relatório Estatístico e Analítico do Atendimento das Ouvidorias das operadoras de planos privados de assistência à saúde e revoga a Instrução Normativa n° 1, de 7 de fevereiro de 2014, da Diretoria Colegiada - DICOL.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Instituição de ouvidoria, acompanhamento das notificações e pesquisa de satisfação dos beneficiários.
2014	183	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 362 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/12/2014 Ementa: Altera a Resolução Normativa nº 171, de 29 de abril de 2008, que dispõe, em especial, sobre os critérios para aplicação de reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência suplementar à saúde; e dá outras providências.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Controle de preços praticados e reajustes aplicados pelas Operadoras aos beneficiários.
2015	1	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1751 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/01/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	2	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1756 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/01/2015	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

			Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime deDireção Fiscal na operadora SMS AssistênciaMédica Ltda.			
2015	3	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1755 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/01/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime deDireção Fiscal na operadora Casa de SaúdeSão Bernardo S/A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	4	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1754 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/01/2015 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de LiquidaçãoExtrajudicial da operadora Plano deSaúde PSMC Prevenção, Saúde, Medicinae Cirurgia Ltda. - ME (antiga denominaçãoAll Life Healthy Serviços).	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	5	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1753 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/01/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime deDireção Fiscal na operadora Unimed FederaçãoInterfederativa das CooperativasMédicas do Centro-Oeste e Tocantins.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	6	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1752 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/01/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Multiclínica Serviços de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	7	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1750 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/01/2015 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamentodo registro da operadora ICSMV - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valença.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	8	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1758 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/01/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora CARIOCA OPERADORA INTEGRADA DE SAÚDE S/S.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	9	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1757 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/01/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação dacarteira da operadora PLAN MED LTDA.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	10	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 368 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/01/2015 Ementa: Dispõe sobre o direito de acesso à informação das beneficiárias aos percentuais de cirurgias cesáreas e de partos normais, por operadora, por estabelecimento de saúde e por médico e sobre a utilização do partograma,do cartão da gestante e da carta de informação à gestante no âmbito da saúde suplementar.	Qualidade Assistencial	Acesso às Informações	Implantação do serviço de informação ao Cidadão
2015	11	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1760 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/01/2015 Ementa: Dispõe sobre a comercialização de planosou produtos da operadora Multiclínica Serviçosde Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2015	12	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1759 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/01/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação de alienaçãoda carteira e suspensão da comercializaçãode planos ou produtos de operadoras	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	13	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1762 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/01/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Prontoclínica e Hospitais São Lucas S/A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	14	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1761 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/01/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidadeespecial aos beneficiários da operadora Ômega Saúde - Operadora de Planos deSaúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

2015	15	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1763 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/01/2015 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de LiquidaçãoExtrajudicial na operadora LAMOperadora de Planos de Saúde S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	16	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 369 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/01/2015 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN nº 48,de 19 de setembro de 2003, que dispõesobre o processo administrativo para apuraçãode infrações e aplicação de sançõesno âmbito da ANS; e altera o RegimentoInterno da ANS, instituído pela RN nº 197,de 16 de julho de 2009.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2015	17	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.974 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/01/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Incremental Odontologia Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	18	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.973 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/01/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Fundação Irmão Diamantino.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	19	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1764 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/02/2015 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de LiquidaçãoExtrajudicial da Operadora de Planos de Saúde Santa Genoveva S/S Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	20	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1769 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/02/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed de Taubaté Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	21	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1768 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/02/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Operadora de Planos de Saúde Santa Genoveva S/S Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	22	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1767 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/02/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Evercross Planejamento de Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	23	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1766 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/02/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora SAÚDE - Sistema Assistencial Unificado de Empresas - Sociedade Simples.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	24	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1765 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/02/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime deDireção Fiscal na operadora Fundação SantaCasa de Misericórdia de Belo Horizonte.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	25	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1771 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/02/2015 Ementa: Dispõe sobre a comercialização de planos ou produtos da operadora Confiança Assistência Médico Hospitalar Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2015	26	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1770 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/02/2015 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora Uniodonto Leste Fluminense Cooperativa de Trabalho Odontológico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

2015	27	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 370 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/02/2015 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Cargos comissionados da ANS		
2015	28	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1777 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/02/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade extraordinária aos beneficiários da Operadora HOSPITAL MATERNIDADE FREI GALVAO.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	29	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1776 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/02/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Unimed de Jequié Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	30	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1775 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/02/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Sociedade Portuguesa de Beneficência.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	31	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1774 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/02/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Assimédica Sistema de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	32	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1773 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/02/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Conmedh Saúde Assistência Integrada de Saúde.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	33	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1772 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/02/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Conmed São Luís - Convênios Médicos de Saúde Suplementar Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	34	Sùmula Normativa	Norma: Súmula Normativa nº 26 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/03/2015 Texto Explicativo:	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Controle de preços praticados e reajustes aplicados pelas Operadoras aos beneficiários.
2015	35	Comunicado	Norma: Comunicado nº 78 / Diretor Presidente Data D.O.U.: 03/03/2015 Ementa: comunica, ad referendum, a prorrogação do prazo para envio das informações assistenciais do Sistema de Informações de Produtos - SIP, relativas ao 3° e 4° trimestres de 2014, para o dia 31 de março de 2015.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2015	36	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1784 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/03/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Bahiaodonto Plano Odontológico da Bahia Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	37	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1783 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/03/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Fundação Irmão Diamantino.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	38	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1782 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/03/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	39	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1781 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/03/2015	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

			Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Iguamed Assistência Médica Ltda.			
2015	40	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1780 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/03/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Medline Assistência Médica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	41	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1779 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/03/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Centro Popular Pro-Melhoramentos de Bom Jesus.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	42	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1778 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/03/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação de alienação da carteira e suspensão da comercialização de planos ou produtos de operadoras	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	43	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 371 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/03/2015 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Cargos comissionados da ANS		
2015	44	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1785 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/03/2015 Ementa: Dispõe sobre a revogação do artigo 2º da Resolução Operacional nº 1.522, de 16 de setembro de 2013, publicada no D.O.U de 18 de setembro de 2013 e estabelece o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da ANS, para fins de regularização das pendências documentais do processo de autorização de funcionamento.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2015	45	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1786 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/03/2015 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal na operadora Biovida Saúde Ltda. (antiga denominação SOMEL - Sociedade Para Medicina Leste Ltda.).	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	46	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1787 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/03/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Vitae Serviços Assistenciais Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	47	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1798 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/03/2015 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial do Serviço Social das Estradas de Ferro - SESEF.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	48	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1797 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/03/2015 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Saúde Medicol S/A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	49	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1796 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/03/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora CIME Cirurgia e Medicina S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	50	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1795 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/03/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora CIME Cirurgia e Medicina Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	51	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1794 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/03/2015	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

			Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme.			
2015	52	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1793 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/03/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Petrópolis Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	53	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1792 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/03/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Ativia – Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	54	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1791 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/03/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Ativia - Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	55	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1790 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/03/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed das Estâncias Paulistas Operadora de Plano de Saúde, Sociedade Cooperativa.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	56	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1789 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/03/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. – All Saúde.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	57	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1788 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/03/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed – Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	58	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1799 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/03/2015 Ementa: Encerramento do regime especial de direção técnica na operadora SAÚDE MEDICOL S/A	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	59	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 372 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 31/03/2015 Ementa: Dispõe sobre a celebração do Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta - TCAC previsto no artigo 29 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2015	60	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1800 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/04/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora VIVA PLANOS DE SAÚDE LTDA	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	61	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 373 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/04/2015 Ementa: Altera e revoga dispositivos da Resolução Normativa – RN n° 209, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de planos de conta padrão e garantias financeiras às Operadoras.
2015	62	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1802 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/04/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL LTDA	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	63	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1801 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/04/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora CARIOCA OPERADORA INTEGRADA DE SAÚDE S/S.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

2015	64	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 374 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/04/2015 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar instituído pela Resolução Normativa – RN nº 197, de 16 de julho de 2009; e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Cargos comissionados da ANS		
2015	65	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 376 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/04/2015 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN nº 295, de 9 de maio de 2012, que dispõe, em especial, sobre a geração, a transmissão e o controle de dados cadastrais de beneficiários do Sistema de Informações de Beneficiários da Agência Nacional de Saúde Suplementar - SIB/ANS; e a RN nº 360, de 3 de dezembro de 2014, que estabelece o conteúdo mínimo obrigatório a ser observado pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde para identificação unívoca de seus beneficiários, bem como sua disponibilização obrigatória de forma individualizada da Identificação Padrão da Saúde Suplementar.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2015	66	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 375 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/04/2015 Ementa: Altera a Resolução Normativa nº 227, de 19 de agosto de 2010, que dispõe sobre a constituição, vinculação e custódia dos ativos garantidores das Provisões Técnicas, especialmente da Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de planos de conta padrão e garantias financeiras às Operadoras.
2015	67	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 57 / DIDES Data D.O.U.: 29/04/2015 Ementa: Altera a Instrução Normativa - IN nº 50, de 25 de setembro de 2012, que dispõe sobre o formato XML (Extensible Markup Language) para a transmissão das informações para o Sistema de Informações de Beneficiários da Agência Nacional de Saúde Suplementar - SIB/ANS e sobre procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados cadastrais de beneficiários do SIB/ANS.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2015	68	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1809 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/04/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da ex-operadora de Planos de Saúde Santa Genoveva S/S Ltda. – em liquidação extrajudicial	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	69	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1808 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/04/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Cotia Saúde Assistência Médica S/C Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	70	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1807 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/04/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Ômega Saúde – Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	71	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1806 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/04/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Clínica de Assistência Médica Permanente.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	72	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1805 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/04/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Saúde Grande Rio Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	73	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1804 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/04/2015 Ementa: Dispõe sobre a fixação do termo legal da liquidação extrajudicial da União Administradora de Saúde Ltda. – em liquidação extrajudicial.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

2015	74	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1803 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/04/2015 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da determinação de alienação da carteira da operadora Irmandade Nossa Senhora das Graças.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	75	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 377 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/05/2015 Ementa: Altera a Resolução Normativa nº 358, de 27 de novembro de 2014 que dispõe sobre os procedimentos físicos e híbridos de ressarcimento ao SUS, previsto no art. 32 da Lei n° 9.656, de 3 de junho de 1998, e estabelece normas sobre a cobrança referente ao ressarcimento ao SUS.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Regras de ressarcimento ao SUS e tributação do setor de saúde suplementar.
2015	76	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 58 / DIDES Data D.O.U.: 11/05/2015 Ementa: Altera a Instrução Normativa nº 54 da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, de 27 de novembro de 2014, que dispõe sobre os procedimentos físicos e híbridos de ressarcimento ao SUS, previsto no artigo 32 da Lei n° 9.656, de 3 de junho de 1998, e na Resolução Normativa n° 358, de 27 de novembro de 2014.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Regras de ressarcimento ao SUS e tributação do setor de saúde suplementar.
2015	77	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 51 / DIOPE Data D.O.U.: 19/05/2015 Ementa: Altera e acrescenta dispositivos na Instrução Normativa – IN n° 1 4, de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta os critérios e diretrizes para substituição da formulação de cálculo da Margem de Solvência pela utilização de modelo próprio baseado nos riscos das operadoras de planos de saúde.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de planos de conta padrão e garantias financeiras às Operadoras.
2015	78	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1825 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/05/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Pulmonar Clínica de Pneumologia e Cirurgia Torácica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	79	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1824 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/05/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Ideal Saúde Plano de Assistência Odontológica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	80	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1823 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/05/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Biodente Clínica Odontológica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	81	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1822 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/05/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Sociedade Beneficente Dezoito de Julho.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	82	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1821 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/05/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da União Hospitalar Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	83	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1820 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/05/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Sociedade Portuguesa de Beneficência.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	84	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1819 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/05/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora PLAN MED LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	85	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1818 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/05/2015	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

			Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Cooperativa Médica Campinas - COOPERMECA.			
2015	86	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1817 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/05/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Odmed Serviços Odontológicos Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	87	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1816 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/05/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Plano de Autogestão em Saúde dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	88	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1815 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/05/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Irmandade do Hospital de Nossa Senhora das Dores.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	89	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1814 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/05/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Green Life Saúde Assistência Médica e Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	90	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1813 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/05/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Associação dos Professores Universitários da Bahia – APUB SAÚDE.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	91	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1812 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/05/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Pontual Saúde Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	92	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1811 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/05/2015 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de direção técnica na operadora GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE S.A	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	93	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1810 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/05/2015 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do regime especial de direção técnica na operadora CASA DE SAÚDE SÃO BERNARDO S/A	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	94	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1826 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/06/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora UNIMED de Manaus Cooperativa do Trabalho Médico Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	95	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 378 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/06/2015 Ementa: Altera a RN nº 198, de 16 de junho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Cargos comissionados da ANS		
2015	96	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 379 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/06/2015 Ementa: Altera a Resolução Normativa – RN nº 360, de 3 de dezembro de 2014, que estabelece o conteúdo mínimo obrigatório a ser observado pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde para identificação unívoca de seus beneficiários, bem como sua disponibilização obrigatória de forma individualizada da Identificação Padrão da Saúde Suplementar.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Termos de contratação de planos privados de saúde, regras para garantias de atendimento ou suspensão de coberturas.

2015	97	Súmula Normativa	Norma: Súmula Normativa nº 27 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/06/2015 Texto Explicativo: É vedada a prática de seleção de riscos pelas operadoras de plano de saúde na contratação de qualquer modalidade de plano privado de assistência à saúde. Este Texto Explicativo não tem valor legal e não possui efeitos jurídicos de substituição daquele publicado no D.O.U.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Termos de contratação de planos privados de saúde, regras para garantias de atendimento ou suspensão de coberturas.
2015	98	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1833 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/06/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Conmed São Luís – Convênios Médicos de Saúde Suplementar Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	99	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1832 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/06/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Unidoctor Administradora de Convênios Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	100	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1831 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/06/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Clínica São Lucas Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	101	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1830 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/06/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da CLIMESQ – Clínica Médico-Odontológica Mesquita Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	102	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1829 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/06/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Muzambinho.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	103	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1828 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/06/2015 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Atual Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	104	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1827 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/06/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	105	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 381 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/06/2015 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 e julho de 2009, e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Cargos comissionados da ANS		
2015	106	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 380 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/06/2015 Ementa: Altera a Resolução Normativa nº 237, de 21 de outubro de 2010, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara de Saúde Suplementar.	Cargos comissionados da ANS		
2015	107	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1837 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/06/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Unimed de Paulo Afonso Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	108	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1835 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/06/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Casa de Caridade de Muriaé – Hospital São Paulo.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

2015	109	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1834 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/06/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Beneplan Plano de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	110	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1847 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/07/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Medline Assistência Médica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	111	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1846 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/07/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Irmandade de Nossa Senhora da Saúde.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	112	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1845 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/07/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da SOMEPI – Sociedade Médica de Pirapora Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	113	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1844 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/07/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários do Hospital Oswaldo Cruz Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	114	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1843 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/07/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da CPS – Planos de Saúde Ltda. - EPP.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	115	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1842 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/07/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Conmedh Saúde Assistência Integrada de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	116	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1841 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/07/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Special Assistência Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	117	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1839 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/07/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora PLAMEB - Plano de Assistência Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	118	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1838 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/07/2015 Ementa: Dispõe sobre a comercialização de planos ou produtos da Operadora Caixa de Assistência dos Funcionários da Energisa Sergipe - CAGIPE.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2015	119	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 382 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/07/2015 Ementa: Altera a Resolução Normativa – RN nº 44, de 24 de julho de 2003, que dispõe sobre a proibição da exigência de caução por parte dos prestadores de serviços contratados, credenciados, cooperados ou referenciados das operadoras de planos de assistência à saúde, e dá outras providências.	Sustentabilidade do setor	Microregulação dos prestadores de serviços de saúde suplementar.	Regras de relacionamento entre prestadores de serviços e beneficiários.
2015	120	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1849 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/07/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Associação Evangélica Beneficente de Londrina - AEBEL.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	121	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1848 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/07/2015	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

			Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Multi Saúde Assistência Médica e Hospitalar Ltda.			
2015	122	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 383 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/07/2015 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Cargos comissionados da ANS		
2015	123	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1851 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/07/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime especial de direção técnica na operadora MINAS CENTER MED LTDA	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	124	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1850 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/07/2015 Ementa: Encerramento do regime especial de direção técnica na operadora SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL LTDA	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	125	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1859 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/07/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Associação Casa do Viajante.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	126	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1858 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/07/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Odonto Health – Assistência Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	127	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1857 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/07/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Oralclass Assistência Médica e Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	128	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1856 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/07/2015 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal na operadora Prevodoctor Assistência Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	129	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1855 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/07/2015 Ementa: Dispõe sobre a comercialização de planos ou produtos da Operadora Ameno Assistência Médica S/S Ltda.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2015	130	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1854 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/07/2015 Ementa: Dispõe sobre a comercialização de planos ou produtos da operadora Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2015	131	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1853 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/07/2015 Ementa: Dispõe sobre a comercialização de planos ou produtos da operadora Centro Médico Estância Velha Ltda.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2015	132	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1852 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/07/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Vidaplan Saúde Ltda. - EPP.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

2015	133	Comunicado	Norma: Comunicado nº 79 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 16/07/2015 Ementa: comunica a prorrogação do prazo da referida Consulta Pública para o dia 18 de agosto de 2015, referente à proposta de Resolução Normativa que atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.
2015	134	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1862 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/07/2015 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Assimédica Sistema de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	135	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1861 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/07/2015 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Sosaude Assistência Médico Hospitalar Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	136	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1876 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora VIDA EMPRESARIAL Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	137	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1875 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da UNIMED Jequié Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	138	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1874 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Cooperativa Médica Campinas -COOPERMECA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	139	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1873 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora DENTAL Previdência Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	140	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1872 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Ômega Saúde – Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	141	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1871 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora PAULIDENT Odontologia S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	142	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1870 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora POLICON Assistência Médica Ltda.- EPP	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	143	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1869 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a comercialização de planos ou produtos da operadora Porto Alegre Clínicas Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2015	144	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1868 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Pulmonar Clínica de Pneumologia e Cirurgia Torácica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

2015	145	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1867 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Sociedade Beneficente Dezoito de Julho.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	146	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1866 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora MINAS CENTER MED - Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	147	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1865 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/08/2015 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora Sociedade Portuguesa de Beneficência.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	148	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1864 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Saúde Grande Rio Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	149	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1863 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a revogação da determinação da alienação da carteira da operadora UNIODONTO Ponta Grossa Cooperativa Odontológica.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	150	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1882 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora SB Saúde Ltda. Sociedade Simples.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	151	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1881 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da Santa Casa de Misericórdia de Bragança Paulista.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	152	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1880 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora SOBAM Centro Médico Hospitalar Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	153	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1879 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/08/2015 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora VITAE Serviços Assistenciais Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	154	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1878 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/08/2015 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora ASSIMEDE Assistência Médica Especializada Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	155	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1877 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/08/2015 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal na operadora Assistência Médica São Miguel S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	156	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1884 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a revogação da determinação da alienação da carteira da operadora AMESC – Associação Médica Espírita Cristã.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	157	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1883 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a revogação da determinação da alienação da carteira da operadora Porto Alegre Clínicas Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

2015	158	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1890 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 31/08/2015 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora União Hospitalar Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	159	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1889 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 31/08/2015 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Saúde Assistência Médica Internacional Ltda. - SAMI.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	160	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1888 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 31/08/2015 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Ômega Saúde – Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	161	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1885 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 31/08/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Santo André Planos de Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	162	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1891 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/09/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	163	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1893 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/09/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora SEDEG Assistência Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	164	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.892 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/09/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora SAMOC S.A. – Sociedade Assistencial Médica e Odonto Cirúrgica.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	165	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1897 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/09/2015 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Daymed Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	166	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1896 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/09/2015 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da determinação de alienação da carteira da operadora PLAMEB – Plano de Assistência Odontológica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	167	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1895 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/09/2015 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	168	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1894 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/09/2015 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal na operadora Confiança Assistência Médico Hospitalar Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	169	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 384 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/09/2015 Ementa: Dispõe sobre oferta pública de referências operacionais e cadastro de beneficiários – OPRC, estabelecendo requisitos para habilitação e condições especiais para as operadoras com proposta autorizada e altera a Resolução Normativa – RN nº 112, de 28 de setembro de 2005; a RN nº 186, de 14 de janeiro de 2009, e a RN nº 316, de 30 de novembro de 2012.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).

2015	170	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 385 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/09/2015 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS, e a RN nº 4, de 19 de abril de 2002, que dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários e não tributários para com a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, além do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Regras de ressarcimento ao SUS e tributação do setor de saúde suplementar.
2015	171	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 48 / DIPRO Data D.O.U.: 11/09/2015 Ementa: Dispõe sobre o acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento dos beneficiários pelas operadoras de planos de assistência à saúde, regulamenta o art. 12-A da Resolução Normativa - RN nº 259, de 17 de junho de 2011, e revoga a Instrução Normativa - IN nº 42, de 26 de fevereiro de 2013, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Termos de contratação de planos privados de saúde, regras para garantias de atendimento ou suspensão de coberturas.
2015	172	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1898 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/09/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários do Plano de Autogestão em Saúde dos Servidores do Poder Judiciário do Rio de Janeiro.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	173	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1887 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/09/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da CONMEDH Saúde - Assistência Integrada de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	174	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1886 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/09/2015 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora CONMEDH Saúde - Assistência Integrada de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	175	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1899 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/09/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da União Hospitalar Operadora de Planos de Saúde Ltda. – em liquidação extrajudicial.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	176	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1900 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/09/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	177	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.908 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/09/2015 Ementa: Dispõe sobre a suspensão na comercialização de planos ou produtos pela operadora Bahiaodonto Plano Odontológico da Bahia Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2015	178	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.907 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/09/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Bahiaodonto Plano Odontológico da Bahia Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	179	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.906 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/09/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora CIME Cirurgia e Medicina S/C Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	180	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.905 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/09/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Odmed Serviços Odontológicos Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	181	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.903 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/09/2015	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

			Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Cotia Saúde Assistência Médica S/C Ltda.			
2015	182	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.902 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/09/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Odonto Card - Assistência Odontológica Ltda. - EPP.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	183	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.901 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/09/2015 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora SAS Sistemas de Administração de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	184	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.909 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/10/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	185	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1910 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/10/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Ômega Saúde – Operadora de Planos de Saúde Ltda. – em liquidação extrajudicial.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	186	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 59 / DIDES Data D.O.U.: 07/10/2015 Ementa: Dispõe sobre o Termo de Cooperação a ser firmado entre a Diretoria de Desenvolvimento Setorial DIDES e as operadoras de planos privados de assistência à saúde, autorizadas pela ANS a adquirir as referências operacionais e o cadastro de beneficiários através de oferta pública, tal como disposto na Resolução Normativa - RN 384, de 04 de setembro de 2015.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2015	187	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.918 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2015 Ementa: Encerramento do regime especial de direção técnica na operadora PLAN MED LTDA	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	188	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.917 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Sociedade Operária Humanitária.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	189	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.916 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários do Hospital Oswaldo Cruz Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	190	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.915 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Casa de Caridade de Muriaé – Hospital São Paulo.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	191	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.914 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Beneplan Plano de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	192	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.913 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Odonto Health Assistência Odontológica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	193	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.912 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Irmandade do Hospital de Nossa Senhora das Dores.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

2015	194	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.911 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/10/2015 Ementa: Dispõe sobre a revogação da determinação da alienação da carteira da operadora SAMOC S.A. – Sociedade Assistencial Médica e Odonto Cirúrgica	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	195	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1920 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/10/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Minas Center Med Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	196	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 386 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/10/2015 Ementa: Dispõe sobre o Programa de Qualificação de Operadoras e dá outras providências.	Qualidade Assistencial	Acesso às Informações	Qualificação das Operadoras e Estabelecimento de risco assistencial da operadora (risco de descontinuidade ou baixa qualidade de cobertura oferecida aos beneficiários)
2015	197	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 60 / DIDES Data D.O.U.: 13/10/2015 Ementa: Detalha a Resolução Normativa - RN nº 386 de 9 de outubro de 2015, para dispor sobre a avaliação de desempenho das operadoras, a partir do ano-base 2015, pelo Programa de Qualificação de Operadoras, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Tema(s): Agência Nacional de Saúde Suplementar Assunto(s): Qualidade na Saúde Suplementar Palavras-chaves: acreditação, Programa de Acreditação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde, PROGRAMA DE CONFORMIDADE REGULATÓRIA, Programa de Monitoramento da Qualidade dos Prestadores de Serviços na Saúde Suplementar	Qualidade Assistencial	Acesso às Informações	Qualificação das Operadoras e Estabelecimento de risco assistencial da operadora (risco de descontinuidade ou baixa qualidade de cobertura oferecida aos beneficiários)
2015	198	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.924 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/10/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed de Belém Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	199	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.923 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/10/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unihosp Saúde S/A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	200	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.922 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/10/2015 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Clínica Marechal Rondon Ltda. - ME.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	201	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.921 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/10/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Teresópolis Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	202	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.919 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/10/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora SOCIAL – Sociedade Assistencial e Cultural.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	203	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.925 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/10/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora GEAP Autogestão em Saúde.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	204	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.926 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/10/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação de suspensão da comercialização de planos ou produtos de operadoras	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2015	205	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 387 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/10/2015 Ementa: Atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima nos planos privados de assistência à saúde,	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.

			contratados a partir de 1º de janeiro de 1999; fixa as diretrizes de atenção à saúde; revoga as Resoluções Normativas – RN nº 338, de 21 de outubro de 2013, RN nº 349, de 9 de maio de 2014; e da outras providências.			
2015	206	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1940 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Minas Center Med Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	207	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1930 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora CAURJ – Caixa Assistencial Universitária do Rio de Janeiro.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	208	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.944 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	209	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.943 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a revogação da concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Sociedade Beneficente do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	210	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.942 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2015 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora Sociedade Beneficente do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	211	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.941 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Vida Empresarial Operadora de Planos de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	212	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.939 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Vidaplan Saúde Ltda. - EPP	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	213	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.938 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Associação Casa do Viajante.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	214	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.937 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. – All Saúde	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	215	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.936 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Oralclass Assistência Médica e Odontológica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	216	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.935 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Associação dos Professores Universitários da Bahia – APUB SAÚDE.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	217	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.934 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Instituto Português-Brasileiro de Assistência.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

2015	218	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.933 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2015 Ementa: Dispõe sobre alteração do termo legal da liquidação extrajudicial da operadora Atual Saúde Ltda. (Denominação atual: Sistema de Saúde Ourodont S/S Ltda.) – em liquidação extrajudicial.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	219	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.932 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Unimed de Ariquemes Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	220	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.931 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Saúde da Família Assistência Médica Hospitalar Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	221	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.929 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Macapá Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	222	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.928 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Plano de Saúde Ana Costa Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	223	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.927 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/11/2015 Ementa: Encerramento do regime especial de direção técnica na operadora PLAMED PLANO DE ASSISTENCIA MEDICA LTDA	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	224	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.945 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed do Guarujá Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	225	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1950 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	226	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.949 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Matermed Assistência Médica – EIRELI.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	227	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.948 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Prontomedico Plano de Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	228	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.947 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Clínica Odontológica Maxidente Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	229	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.946 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Empremed Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	230	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 388 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/11/2015 Ementa: Dispõe sobre os procedimentos adotados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS para a estruturação e realização de suas ações fiscalizatórias.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS

2015	231	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 389 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/11/2015 Ementa: Dispõe sobre a transparência das informações no âmbito da saúde suplementar, estabelece a obrigatoriedade da disponibilização do conteúdo mínimo obrigatório de informações referentes aos planos privados de saúde no Brasil, revoga a Resolução Normativa n° 360 de 3 de dezembro de 2014, e o parágrafo único do art. 5º, da RN nº 190 de 30 de abril de 2009, e dá outras providências.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2015	232	Súmula Normativa	Norma: Súmula Normativa nº 28 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/12/2015 Texto Explicativo: . Este Texto Explicativo não tem valor legal e não possui efeitos jurídicos de substituição daquele publicado no D.O.U.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Termos de contratação de planos privados de saúde, regras para garantias de atendimento ou suspensão de coberturas.
2015	233	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.956 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/12/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da operadora Plano de Autogestão em Saúde dos Servidores do Poder Judiciário.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	234	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.955 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/12/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Policon Assistência Médica Ltda. - EPP	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	235	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.954 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/12/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Dental Previdência Odontológica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	236	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.953 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/12/2015 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora Saúde Grande Rio Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	237	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.952 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/12/2015 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Conmed São Luís – Convênios Médicos de Saúde Suplementar Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	238	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.951 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/12/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Terramar Administradora de Plano de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	239	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.957 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/12/2015 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Minas Center Med Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	240	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 390 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/12/2015 Ementa: Altera os Anexos da Resolução Normativa 290, de 27 de fevereiro de 2012 que dispõe sobre o Plano de Contas Padrão para as operadoras de planos de assistência à saúde e revoga o parágrafo 3º do artigo 3º da Resolução Normativa 173, de 10 de julho de 2008 que Dispõe sobre a versão XML (Extensible Markup Language) do Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS/ANS	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2015	241	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 391 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/12/2015 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN nº 364, de 11 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a definição de índice de reajuste pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS - a ser aplicado pelas operadoras de planos de assistência à saúde aos seus prestadores de serviços de atenção à saúde em situações específicas.	Sustentabilidade do Setor	Microrregulação dos prestadores de serviços de saúde suplementar.	Qualificação dos Prestadores de Serviços pelas Operadoras de Planos de Saúde e regras de reajuste.

2015	242	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 61 / DIDES Data D.O.U.: 07/12/2015 Ementa: Dispõe sobre a regulamentação dos parágrafos 2º e 3º do artigo 7º da Resolução Normativa - RN nº 364, de 11 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Fator de Qualidade a ser aplicado ao índice de reajuste definido pela ANS para prestadores de serviços hospitalares.	Sustentabilidade do Setor	Microrregulação dos prestadores de serviços de saúde suplementar.	Qualificação dos Prestadores de Serviços pelas Operadoras de Planos de Saúde e regras de reajuste.
2015	243	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.958 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/12/2015 Ementa: Dispõe sobre a suspensão da concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora ORALCLASS ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA S/S LTDA.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	244	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1960 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/12/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Associação de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Município de Joinville.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	245	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 394 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/12/2015 Ementa: Altera a Resolução Normativa – RN nº 300, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a designação do Diretor Fiscal ou Técnico e do Liquidante e sobre as despesas com a execução dos regimes de direção fiscal ou técnica e de liquidação extrajudicial.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	246	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 393 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/12/2015 Ementa: Dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde e revoga dispositivos da Resolução Normativa nº 209, de 22 de dezembro de 2009, e a Resolução Normativa nº 75, de 10 de maio de 2004.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de planos de conta padrão e garantias financeiras às Operadoras.
2015	247	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 392 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/12/2015 Ementa: Dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar e dá outras providências.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de planos de conta padrão e garantias financeiras às Operadoras.
2015	248	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.959 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/12/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime especial de Direção Técnica na operadora PROMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2015	249	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.969 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/12/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Green Life Assistência Médica e Odontológica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	250	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.968 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/12/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da SMS Assistência Médica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	251	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.967 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/12/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Pontual Saúde Assistência Médica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	252	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.966 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/12/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da CIME – Cirurgia e Medicina S/C Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	253	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.965 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/12/2015	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.

			Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Unimed do Guarujá Cooperativa de Trabalho Médico.			
2015	254	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.964 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/12/2015 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora SEDEG Assistência Odontológica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2015	255	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.963 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/12/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Unimed de Taubaté Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	256	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.962 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/12/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora SB Saúde Ltda. Sociedade Simples.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	257	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.961 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/12/2015 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Associação Hospitalar Santa Rosália.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2015	258	Sùmula Normativa	Norma: Súmula Normativa nº 29 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/12/201	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Termos de contratação de planos privados de saúde, regras para garantias de atendimento ou suspensão de coberturas.
2015	259	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1970 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/12/2015 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime especial de Direção Técnica na operadora SANTO ANDRÉ PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	1	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 395 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/01/2016 Ementa: Dispõe sobre as regras a serem observadas pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde nas solicitações de procedimentos e/ou serviços de cobertura assistencial apresentados pelos beneficiários, em qualquer modalidade de contratação.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.
2016	2	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.971 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/01/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	3	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1980 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/01/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Associação Policial de Assistência à Saúde de Bauru.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	4	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 396 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/01/2016 Ementa: Altera a Resolução Normativa – RN nº 124, de 30 de março de 2006, que dispõe sobre a aplicação de penalidades para as infrações à legislação dos planos privados de assistência à saúde.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2016	5	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 12 / DIFIS Data D.O.U.: 26/01/2016 Ementa: Dispõe sobre o conceito e os procedimentos a serem observados na emissão de Entendimento DIFIS, instrumento oficial da Diretoria de Fiscalização - DIFIS para a fixação e uniformização dos entendimentos a vigorarem nas ações e atividades de fiscalização e revoga a Instrução de Serviço - IS nº 15, de 15 de fevereiro de 2011, da Diretoria de Fiscalização.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2016	6	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.982 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/01/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora CAMIM – Clínica Médica Ltda	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

2016	7	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.981 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/01/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Centro Clínico Gaúcho Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	8	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.979 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/01/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	9	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.978 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/01/2016 Ementa: Dispõe sobre a retificação do termo legal da liquidação da Daymed Assistência Médica Ltda. – em liquidação extrajudicial.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	10	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.977 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/01/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Terramar Administradora de Plano de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	11	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.976 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/01/2016 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal na operadora Sistema PREVSAÚDE Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	12	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.975 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/01/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Matermed Assistência Médica - EIRELI	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	13	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.972 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/01/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Associação do Fisco de Alagoas.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	14	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.985 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/01/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Viva Planos de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	15	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.984 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/01/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Viva Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	16	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.987 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/02/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	17	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.986 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/02/2016 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	18	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.983 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/02/2016 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Unimed de Jequié Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	19	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 397 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/02/2016 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16	Cargos comissionados da ANS		

			de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.			
2016	20	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.989 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 05/02/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Unimed do Guarujá Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	21	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 398 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/02/2016 Ementa: Dispõe sobre a Obrigatoriedade de Credenciamento de Enfermeiros Obstétricos e Obstetrizes por Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde e Hospitais que Constituem suas Redes e sobre a Obrigatoriedade de os Médicos Entregarem a Nota de Orientação à Gestante.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.
2016	22	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 399 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/02/2016 Ementa: Altera a Resolução Normativa – RN nº 205, de 8 de outubro de 2009, que estabelece novas normas para o envio de informações do Sistema de Informações de Produtos – SIP.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2016	23	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 62 / DIDES Data D.O.U.: 15/02/2016 Ementa: Regulamenta o tratamento dispensado às reclamações, solicitações de providências ou petições assemelhadas, doravante denominadas demandas, que, por qualquer meio, forem recebidas pela DIDES, relacionadas às Resoluções Normativas nº 363, de 11 de dezembro de 2014, nº 364, de 11 de dezembro de 2014, e nº 365, de 11 de dezembro de 2014.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Instituição de ouvidoria, acompanhamento das notificações e pesquisa de satisfação dos beneficiários.
2016	24	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1990 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/02/2016 Ementa: Dispõe sobre a revogação da Resolução Operacional – RO nº 1.988, de 04 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União – DOU em 05 de fevereiro de 2016.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2016	25	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.994 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/02/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. – ALL SAUDE.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	26	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.993 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/02/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Saúde da Família Assistência Médica Hospitalar Ltda. – ME	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	27	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.992 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/02/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora PRONTO SERVICE Serviços de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	28	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.991 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/02/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Roque.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	29	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.998 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/02/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

2016	30	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.997 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/02/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo - AFPES.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	31	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.996 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/02/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora SOGELI Planos Odontológicos Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	32	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.995 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/02/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora SOGELI Planos Odontológicos Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	33	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 401 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/02/2016 Ementa: Altera a Resolução Normativa – RN nº 316, de 30 de novembro de 2012, que dispõe sobre os regimes especiais de direção fiscal e de liquidação extrajudicial sobre as operadoras de planos de assistência à saúde, e a RN nº 197, de 16 de julho de 2009, que institui o Regimento Interno da ANS.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	34	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 400 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/02/2016 Ementa: Dispõe sobre os parâmetros e procedimentos de acompanhamento econômico-financeiro das operadoras de planos privados de assistência à saúde e de monitoramento estratégico do mercado de saúde suplementar.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2016	35	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 1.999 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/03/2016 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. – ALL SAÚDE.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	36	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2000 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/03/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora HC Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	37	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.002 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/03/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora SB Saúde Ltda. Sociedade Simples.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	38	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.001 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/03/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora TELOS – Fundação Embratel de Seguridade Social.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	39	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 402 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/03/2016 Ementa: Altera a Resolução Normativa n.º 237, de 21 de outubro de 2010, que dispõe sobre o regimento Interno da Câmara de Saúde Suplementar	Cargos comissionados da ANS		
2016	40	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.005 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/03/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Odonto Card – Assistência Odontológica Ltda. – EPP.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	41	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.004 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/03/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	42	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.003 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/03/2016	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

			Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Alvorecer - Associação de Socorros Mútuos.			
2016	43	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 403 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/03/2016 Ementa: Altera a Resolução Normativa nº 307, de 22 de outubro de 2012 que dispõe sobre os procedimentos de adequação econômico-financeira das operadoras de planos privados de assistência à saúde.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de planos de conta padrão e garantias financeiras às Operadoras.
2016	44	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.007 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/03/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Clínica Odontológica MAXIDENTE Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	45	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.006 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/03/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed Palmas Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	46	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.008 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/03/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	47	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2010 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Amaral & Raymundini Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	48	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.018 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Sociedade Operária Humanitária.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	49	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.017 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da SMS Assistência Médica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	50	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.016 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da CIME - Cirurgia e Medicina S/C Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	51	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.015 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Unimed Pernambuco Central – Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	52	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.014 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Sanamed – Saúde Santo Antônio Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	53	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.013 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Odontológica Clínica Dentária S/S Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	54	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.012 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Odontocap Serviços Odontológicos S/S Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

2016	55	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.011 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Associação Portuguesa Beneficente Vasco da Gama.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	56	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.009 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a dilação do prazo para alienação da carteira da operadora Fundação Irmão Diamantino.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	57	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2020 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed de Taubaté Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	58	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.022 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime especial de Direção Técnica na operadora SALUTAR SAÚDE SEGURADORA S/A	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	59	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.021 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	60	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.019 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora SAUDE – Sistema Assistencial Unificado de Empresas – Sociedade Simples	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	61	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.023 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Viva Planos de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	62	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 404 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/04/2016 Ementa: Altera a Resolução Normativa – RN nº 197, de 16 de julho de 2009, que institui o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e dá outras providências; e a RN nº 198, de 16 de junho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Cargos comissionados da ANS		
2016	63	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.027 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da PRONTOCLÍNICA e Hospitais São Lucas S/A.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	64	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.026 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na operadora PRONTOCLÍNICA e Hospitais São Lucas S/A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	65	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.025 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed das Estâncias Paulistas Operadora de Planos de Saúde, Sociedade Cooperativa.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	66	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.024 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/04/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Irmandade do Hospital de Nossa Senhora das Dores.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	67	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.029 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/04/2016	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

			Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda –ASSEFAZ.			
2016	68	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 405 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 10/05/2016 Ementa: Dispõe sobre o Programa de Qualificação dos Prestadores de Serviços na Saúde Suplementar – QUALISS; revoga a Resolução Normativa - RN nº 267, de 24 de agosto de 2011, com exceção do art.44-B incorporado à RN nº 124, de 30 de março de 2006; e revoga também a RN nº 275, de 1º de novembro de 2011, a RN nº 321, de 21 de março de 2013, a RN nº 350, de 19 de maio de 2014, e a Instrução Normativa - IN nº 52, de 22 de março de 2013 da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, e dá outras providências.	Sustentabilidade do setor	Microregulação dos prestadores de serviços de saúde suplementar.	Qualificação dos Prestadores de Serviços pelas Operadoras de Planos de Saúde e regras de reajuste.
2016	69	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2031 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/05/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	70	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2030 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 17/05/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na Unimed Monte Carmelo Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	71	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.036 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/05/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Unimed do Guarujá Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	72	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.035 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/05/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Associação do Fisco de Alagoas.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	73	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.034 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/05/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Roque.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	74	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.033 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/05/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	75	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.032 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/05/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora MEDPORTO Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	76	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.038 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/05/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da CIME Cirurgia e Medicina S/C Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	77	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.037 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 30/05/2016 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora CIME Cirurgia e Medicina S/C Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	78	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 406 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/06/2016 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a Resolução Normativa nº 198 de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.	Cargos comissionados da ANS		

2016	79	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 407 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/06/2016 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN nº 387, de 28 de outubro de 2015, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes diagnósticos para infecção pelo vírus Zika.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.
2016	80	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 408 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/06/2016 Ementa: Estabelece os procedimentos para que o interessado obtenha vistas e cópias de documentos e de processos administrativos, certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, bem como dispõe sobre as regras, critérios e procedimentos a serem observados para a realização de reunião com o particular, no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e altera a RN nº 197, de 16 de julho de 2009, que instituiu o Regimento Interno da ANS.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2016	81	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2040 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/06/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Fundação Irmão Diamantino.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	82	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.043 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/06/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na Sociedade Portuguesa de Beneficência.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	83	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.042 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/06/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da MATERMED Assistência Médica – EIRELI.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	84	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.041 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/06/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Odonto Health – Assistência Odontológica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	85	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.039 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/06/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Santo André Planos de Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	86	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.045 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/06/2016 Ementa: Dispõe sobre a revogação do inciso III, art. 1º da Resolução Operacional nº 1.926, de 21 de outubro de 2015.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2016	87	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2050 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/06/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Pulmonar Clínica de Pneumologia e Cirurgia Torácica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	88	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.052 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/06/2016 Ementa: Dispõe sobre a comercialização de planos ou produtos da operadora Unimed de Ariquemes Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2016	89	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.051 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/06/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da HC Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	90	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.049 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/06/2016	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.

			Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Ser Único – Planos Odontológicos S/S Ltda.			
2016	91	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.048 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/06/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na Unimed de Petrópolis Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	92	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.047 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/06/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na Associação Santa Casa Saúde de Araçatuba.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	93	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.046 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 27/06/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na Unimed de Feira de Santana Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	94	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.054 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/07/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Viva Planos de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	95	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.053 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 04/07/2016 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Viva Planos de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	96	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.057 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/07/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da SB Saúde Ltda. Sociedade Simples.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	97	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.056 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/07/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Pronto Service Serviços de Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	98	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.055 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/07/2016 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal e sobre a comercialização de planos ou produtos da operadora ATIVIA – Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	99	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.058 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/07/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	100	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.059 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 12/07/2016 Ementa: Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	101	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2060 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 18/07/2016 Ementa: Dispõe sobre a revogação do inciso IV, art. 1º da Resolução Operacional nº 1.926, de 21 de outubro de 2015.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS

2016	102	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 409 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/07/2016 Ementa: Altera o anexo da Resolução Normativa Nº 398, de 05 de fevereiro de 2016, a qual dispõe sobre a Obrigatoriedade de Credenciamento de Enfermeiros Obstétricos e Obstetrizes por Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde e Hospitais que Constituem suas Redes e sobre a Obrigatoriedade de os Médicos Entregarem a Nota de Orientação à Gestante.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Estabelecimento de cobertura assistencial obrigatória: Rol de procedimentos e eventos de saúde comtemplados.
2016	103	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.061 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 25/07/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Associação Casa do Viajante.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	104	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 13 / DIFIS Data D.O.U.: 29/07/2016 Ementa: Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para o Ciclo de Fiscalização e para a Intervenção Fiscalizatória, previstos nos arts. 45, 46 e 48 a 54, da Resolução Normativa - RN nº 388, de 25 de novembro de 2015.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2016	105	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.066 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/08/2016 Ementa: Dispõe sobre a extensão da Liquidação Extrajudicial decretada sobre a ex-operadora Pró-Saúde Planos de Saúde Ltda para a empresa LL Investimentos e Participações S.A., considerando a existência de vínculo de interesse e de integração de atividade com a ex-operadora.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	106	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.065 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/08/2016 Ementa: Dispõe sobre a extensão da Liquidação Extrajudicial decretada sobre a ex-operadora Pró-Saúde Planos de Saúde Ltda para a empresa SDG8 Participações S.A., considerando a existência de vínculo de interesse e de integração de atividade com a ex-operadora.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	107	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.064 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/08/2016 Ementa: Dispõe sobre a extensão da Liquidação Extrajudicial decretada sobre a ex-operadora Pró-Saúde Planos de Saúde Ltda para a empresa SP Empreendimentos e Participações Ltda, considerando a existência de vínculo de interesse e de integração de atividade com a ex-operadora.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	108	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.063 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/08/2016 Ementa: Dispõe sobre a revisão do termo legal da liquidação extrajudicial da Pró-Saúde Planos de Saúde Ltda. – Em Liquidação Extrajudicial.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	109	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.062 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 09/08/2016 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da determinação de alienação da carteira da operadora MEDPORTO Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	110	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.067 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 15/08/2016 Ementa: Encerramento do regime especial de direção técnica na operadora VIVA PLANOS DE SAÚDE LTDA	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	111	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 410 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/08/2016 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação do prazo de aplicação da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, do Conselho Monetário Nacional – CMN, no setor de saúde suplementar, conforme possibilidade prevista no § 2º do artigo 25 da Resolução Normativa – RN nº 392, de 9 de dezembro de 2015, que dispõe, em especial, sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de planos de conta padrão e garantias financeiras às Operadoras.

2016	112	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2028 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/08/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Associação Hospitalar Santa Rosália.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	113	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2070 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/09/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Santa Casa da Misericórdia de São João Del Rei.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	114	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.072 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/09/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime especial de Direção Técnica na operadora UNIMED DAS ESTÂNCIAS PAULISTAS OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE, SOCIEDADE COOPERATIVA	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	115	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.071 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/09/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora PRONTOMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	116	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.069 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/09/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora BAHIAODONTO Plano Odontológico da Bahia Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	117	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.068 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 06/09/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na MULTI SAÚDE – Assistência Médica Hospitalar Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	118	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.073 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 08/09/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários e posterior liquidação extrajudicial da SMS – Assistência Médica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	119	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.074 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/09/2016 Ementa: Dispõe sobre a prorrogação da determinação de alienação da carteira da operadora Ser Único - Planos Odontológicos S/S Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	120	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.075 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/09/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na operadora Hospital Marechal Cândido Rondon Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	121	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 411 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 22/09/2016 Ementa: Institui a comunicação eletrônica entre a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e as operadoras de plano privado de assistência à saúde.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2016	122	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 52 / DIOPE Data D.O.U.: 22/09/2016 Ementa: Dispõe sobre a comunicação eletrônica entre a Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras - DIOPE e as operadoras de plano privado de assistência à saúde.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Procedimentos para a geração, validação, transmissão e controle de dados sobre a saúde suplementar.
2016	123	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2080 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/10/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na operadora MULTICLÍNICA Serviços de Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	124	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.079 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/10/2016 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal com o posterior cancelamento do registro da operadora SB Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

2016	125	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.078 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/10/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Unimed de Paulo Afonso Cooperativa de Trabalho Médico.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	126	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.077 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/10/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Fundação Irmão Diamantino.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	127	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.076 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/10/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora SEDEG Assistência Odontológica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	128	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.076 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 03/10/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora SEDEG Assistência Odontológica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	129	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.085 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/10/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Green Life Assistência Médica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	130	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.084 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/10/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Roque.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	131	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.083 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/10/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Associação de Saúde dos Policiais e Bombeiros Militares do Espírito Santo.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	132	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.082 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 13/10/2016 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal na Casa de Saúde São Bernardo S/A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	133	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.086 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 20/10/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime especial de Direção Técnica na operadora UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	134	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 63 / DIDES Data D.O.U.: 26/10/2016 Ementa: Dispõe sobre a regulamentação dos parágrafos do artigo 7º da Resolução Normativa - RN nº 364, de 11 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Fator de Qualidade a ser aplicado ao índice de reajuste definido pela ANS para profissionais de saúde, laboratórios, clínicas e outros estabelecimentos de saúde não hospitalares.	Sustentabilidade do Setor	Microregulação dos prestadores de serviços de saúde suplementar.	Qualificação dos Prestadores de Serviços pelas Operadoras de Planos de Saúde e regras de reajuste.
2016	135	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.091 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/10/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração de Direção Fiscal na operadora Santo André Planos de Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	136	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.09 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/10/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração de Direção Fiscal na operadora COOPUS – Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	137	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.089 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/10/2016	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

			Ementa: Dispõe sobre a instauração do regime especial de Direção Técnica na operadora COOPUS - COOPERATIVA DE USUÁRIOS			
2016	138	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.088 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/10/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Associação Casa do Viajante.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	139	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.087 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 26/10/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Associação do Fisco de Alagoas.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	140	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.093 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 31/10/2016 Ementa: Dispõe sobre a comercialização de planos ou produtos da operadora TELOS – Fundação Embratel de Seguridade Social.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).
2016	141	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.092 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 01/11/2016 Ementa: Dispõe sobre a suspensão da determinação de alienação da carteira da operadora Associação de Saúde dos Policiais e Bombeiros Militares do Espírito Santo.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	142	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.095 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/11/2016 Ementa: Dispõe sobre a suspensão da decretação de liquidação extrajudicial da SMS – Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	143	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.094 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 07/11/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da SMS Assistência Médica Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	144	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 412 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 11/11/2016 Ementa: Dispõe sobre a solicitação de cancelamento do contrato do plano de saúde individual ou familiar, e de exclusão de beneficiário de contrato coletivo empresarial ou por adesão.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Termos de contratação de planos privados de saúde, regras para garantias de atendimento ou suspensão de coberturas.
2016	145	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 64 / DIDES Data D.O.U.: 11/11/2016 Ementa: Altera a Instrução Normativa nº 63 da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, de 25 de outubro de 2016, que dispõe sobre o Fator de Qualidade a ser aplicado ao índice de reajuste definido pela ANS para profissionais de saúde, laboratórios, clínicas e demais estabelecimentos de saúde não hospitalares.	Sustentabilidade do Setor	Microregulação dos prestadores de serviços de saúde suplementar.	Qualificação dos Prestadores de Serviços pelas Operadoras de Planos de Saúde e regras de reajuste.
2016	146	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 414 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/11/2016 Ementa: Altera a Resolução Normativa - RN nº 388, de 25 de novembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos adotados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS para a estruturação e realização de suas ações fiscalizatórias, e altera a RN nº 124, de 30 de março de 2006, que dispõe sobre a aplicação de penalidades para as infrações à legislação dos planos privados de assistência à saúde.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Fiscalização, apuração de infrações e aplicação de sanções no âmbito da ANS
2016	147	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 413 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 14/11/2016 Ementa: Dispõe sobre a contratação eletrônica de planos privados de assistência à saúde.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Termos de contratação de planos privados de saúde, regras para garantias de atendimento ou suspensão de coberturas.
2016	148	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 14 / DIFIS Data D.O.U.: 14/11/2016 Ementa: Altera a Instrução Normativa - IN nº 13, de 28 de julho de 2016, da Diretoria de Fiscalização – DIFIS, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados para o Ciclo de Fiscalização e para a Intervenção Fiscalizatória previstos nos arts. 45, 46 e 48 a 54, da Resolução Normativa - RN nº 388, de 25 de novembro de 2015.	Sustentabilidade do setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Regras de habilitação e manutenção de Operadoras e de produtos comercializados (planos).

2016	149	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2100 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/11/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Sociedade Espanhola de Beneficência.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	150	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.103 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/11/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da HC Saúde Ltda.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	151	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.102 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/11/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Instituto Português Brasileiro de Assistência.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	152	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.101 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/11/2016 Ementa: Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mauá.	Sustentabilidade do Setor	Regulação de entrada, permanência e saída das operadoras no mercado.	Estabelecimento de Regime de Liquidação extrajudicial ou alienação de carteira.
2016	153	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.099 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/11/2016 Ementa: Dispõe sobre o encerramento do Regime de Direção Fiscal na SOBAM Centro Médico Hospitalar S/A.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	154	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.098 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/11/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração de Direção Fiscal na operadora Unimed Teresópolis Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	155	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.097 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/11/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração de Direção Fiscal na operadora Associação Santa Casa Saúde de Sorocaba.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	156	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.096 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 21/11/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração de Direção Fiscal na operadora Associação Evangélica Beneficente de Londrina - AEBEL.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	157	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2104 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 24/11/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Irmandade do Hospital de Nossa Senhora das Dores.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	158	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 415 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 29/11/2016 Ementa: Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, a RN nº 198, de 16 de julho de 2009. " indicar os aspectos econômico-financeiros referentes à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de fator moderador como mecanismo de regulação no uso dos serviços de saúde."	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Controle de preços praticados e reajustes aplicados pelas Operadoras aos beneficiários.
2016	159	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.108 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/12/2016 Ementa: Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora POLICOM Assistência Médica Ltda. EPP.	Qualidade Assistencial	Cobertura da necessidade dos beneficiários	Concessão de portabilidade especial aos beneficiários de operadoras.
2016	160	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.107 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/12/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora UNILIFE Saúde Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	161	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.106 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/12/2016	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.

			Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Plano de Saúde Ana Costa Ltda.			
2016	162	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.105 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 02/12/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora GEAP Autogestão em Saúde.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	163	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.111 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/12/2016 Ementa: Dispõe sobre a revisão do termo legal da liquidação extrajudicial do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais – Em Liquidação Extrajudicial.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	164	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.11 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/12/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Intermedici Piracicaba Assistência Médica Ltda.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	165	Resolução Operacional	Norma: Resolução Operacional nº 2.109 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 19/12/2016 Ementa: Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Unimed de Belém Cooperativa de Trabalho Médico.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	166	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 417 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/12/2016 Ementa: Dispõe sobre o Plano de Recuperação Assistencial e sobre o regime especial de Direção Técnica, no âmbito do mercado de saúde suplementar, revoga a RN nº 256, de 18 de maio de 2011, e dá outras providências.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	167	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 416 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 23/12/2016 Ementa: Dispõe sobre o Monitoramento do Risco Assistencial sobre as operadoras de planos de assistência à saúde.	Qualidade Assistencial	Acesso às Informações	Qualificação das Operadoras e Estabelecimento de risco assistencial da operadora (risco de descontinuidade ou baixa qualidade de cobertura oferecida aos beneficiários)
2016	168	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 50 / DIPRO Data D.O.U.: 23/12/2016 Ementa: Regulamenta a Resolução Normativa - RN nº 417, de 22 de dezembro de 2016, para dispor, em especial, sobre o Plano de Recuperação Assistencial, sobre o regime especial de Direção Técnica e sobre o Programa de Saneamento Assistencial no curso do regime especial de Direção Técnica, e revoga a Instrução Normativa - IN nº 33, 6 de julho de 2011, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos – DIPRO.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de regimes especiais (Direção fiscal e Direção técnica) e planos de recuperação.
2016	169	Instrução Normativa	Norma: Instrução Normativa nº 49 / DIPRO Data D.O.U.: 23/12/2016 Ementa: Dispõe sobre as medidas administrativas decorrentes da avaliação das operadoras de planos de assistência à saúde no Monitoramento do Risco Assistencial, a que se refere a RN nº 416, de 22 de dezembro de 2016.	Qualidade Assistencial	Acesso às Informações	Qualificação das Operadoras e Estabelecimento de risco assistencial da operadora (risco de descontinuidade ou baixa qualidade de cobertura oferecida aos beneficiários)
2016	170	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 419 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/12/2016 Ementa: Altera a Resolução Normativa – RN nº 392, de 9 de dezembro de 2015, que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar e dá outras providências.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de planos de conta padrão e garantias financeiras às Operadoras.
2016	171	Resolução Normativa	Norma: Resolução Normativa nº 418 / Diretoria Colegiada Data D.O.U.: 28/12/2016 Ementa: Altera os Anexos da Resolução Normativa – RN nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Contas Padrão para as operadoras de planos de assistência à saúde, e altera a RN nº 173, de 10 de julho de 2008, que dispõe sobre a versão XML (Extensible Markup Language) do Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS/ANS.	Sustentabilidade do Setor	Regulação econômico financeira	Estabelecimento de planos de conta padrão e garantias financeiras às Operadoras.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).